Horizontes Latino Americanos

ISSN 2318-8626

MERCOSUL

MERCOSUR EDUCATIVO

Fundação Joaquim Nabuco

Revista de Humanidades e Ciências Sociais do Mercosul Educacional
Revista de Humanidades y Ciencias Sociales del Mercosur Educativo

DOSSIÊ: Avaliação e perspectivas do desenvolvimento latino-americano: do estruturalismo à interdependência

DOSSIER: Evaluación y perspectivas del desarrollo latinoamericano: del estructuralismo a la interdependencia



Vol. 2 | Nº 1 | Junho 2014

Horizontes Latino Americanos

Vol. 2 | Nº 1 | Junho 2014

Horizontes LatinoAmericanos é uma publicação do Setor Educacional do Mercosul, com produção editorial realizada pela Editora Massangana, da Fundação Joaquim Nabuco, instituição vinculada ao Ministério da Educação da República Federativa do Brasil.

Horizontes LatinoAmericanos es publicada por el Sector Educativo del Mercosur, con la producción editorial realizada por la Editora Massangana, de la Fundación Joaquim Nabuco, institución de investigación y cultura vinculada al Ministerio de Educación de la República Federativa del Brasil.

Comitê Editorial Científico

Mauricio Antunes Tavares, Fundação Joaquim Nabuco, Brasil

Cibele Maria Lima Rodrigues, Fundação Joaquim Nabuco, Brasil

Conselho Editorial

Adrián Padilla Fernández, Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez, Venezuela

Amado Luiz Cervo, Universidade de Brasília, Brasil

Eduardo Rinesi, Universidad Nacional General Sarmiento, Argentina

Miguel Serna, Universidad de la Republica, Uruguai

Patrício Brickle, Ministerio de Educación, Chile

Produção Editorial

Fernando José Freire, Presidente, Fundação Joaquim Nabuco

Paulo Gustavo, Editor, Editora Massangana

Rosângela Mesquita, Chefe do setor de editoração; Projeto Gráfico/Diagramação

Rejane Vieira, Projeto Gráfico/Diagramação

Antonio Laurentino, Projeto Gráfico/Diagramação

Horizontes LatinoAmericanos *on line*

Fundação Joaquim Nabuco

http://www.fundaj.gov.br

Mercosul Educacional / Mercosur Educativo

http://www.sic.inep.gov.br

Capa

Drago – 1927. Obra de arte do artista Xul Solar.

"Derechos reservados de la Fundación Pan Klub-Museo Xul Solar".

Uso autorizado.

Horizontes LatinoAmericanos – Revista de Humanidades e Ciências Sociais do Mercosul Educacional. /
Fundação Joaquim Nabuco – v. 1, n. 1 (dez. 2013) – Recife: Editora Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, 2014.

Semestral

ISSN 2318-8626

1. Pensamento social latino-americano – Periódicos. 2.Ciências Sociais – História – Periódicos.
3. Diversidade cultural. 4. Imaginário Social

CDU- 301(7/8=134)

EDITORIAL

O segundo número da Revista tem por objeto um tema relevante: **Avaliação e perspectivas do desenvolvimento latino-americano: do estruturalismo à interdependência.** Agradecemos o empenho dos membros do Conselho Editorial, especialmente de Amado Luiz Cervo, Editor Especial desse número, pela difusão do tema entre especialistas e pela motivação que despertaram. Com efeito, renomados *scholars* de renomadas Universidades da América do Sul submeteram contribuições à direção da Revista.

O desenvolvimento penetrou governos e sociedades na América Latina, dos anos 1930 ao presente, como tema de debate e como desafio. Apesar de tendências paradigmáticas comuns e sucessivas – desenvolvimentismo, neoliberalismo, Estado logístico – os países da América Latina fermentara a ideia, dela extraindo experiências diversificadas. A região apresenta-se, segundo os estudos, como um laboratório histórico de estratégias, ritmos e resultados diferenciados no tempo, porém preserva em comum notável senso de autonomia de pensamento e de autonomia decisória, as quais condicionam política externa, inserção internacional, especialmente as relações com as potências avançadas.

Ao alcançar o século XXI, os países da América Latina se dispersam ainda mais diante do desafio do desenvolvimento, quanto à visão de si e do mundo: distintos modelos internos, de relações com a vizinhança e de inserção internacional espelham a diversidade. Se não avançam a contendo, em termos comparativos globais, pela via da inovação tecnológica, esses países agregam, contudo, às políticas públicas a inclusão social como conquista comum e convicta.

O segundo número de *Horizontes Latino-Americanos* apresenta-se, pois, como preciosa contribuição ao estudo e à avaliação do desenvolvimento regional. Textos de diferentes autores expressam tanto a imbricação quanto a diversidade conceitual e operacional aplicadas nas experiências nacionais. Enaltecem, ademais, o entendimento como resultado palpável dos processos de integração, verdadeira homenagem à cultura política latino-americana e a sua autonomia decisória. A base sobre a qual se constrói um subcontinente pacífico e unido, em termos comparativos.

Os Editores.

SUMÁRIO

EDITORIAL

DOSSIÊ

9
PARADIGMAS LATINO-AMERICANOS DE DESENVOLVIMENTO:
conceitos e avaliação de resultados
Amado Luiz Cervo

23
DESAFIOS E INTERROGANTES PARA AMÉRICA LATINA
Ricardo Aronskind

37
EL ESTRUCTURALISMO LATINOAMERICANO Y LA INTERPRETACIÓN DEL MUNDO
Raúl Bernal-Meza

49
AMÉRICA LATINA EN LA GEOPOLÍTICA DEL EXTRACTIVISMO:
LOS NUEVOS TIEMPOS DE LA DISPUTA POR EL "DESARROLLO"
Emiliano Teran Mantovani

65
CHINA Y ESTADOS UNIDOS FRENTE A AMÉRICA LATINA
Carlos Escudé

79
HERNÁN SANTA CRUZ: Del Pensamiento a la Acción
César Ross Orellana

93
UNA CONTRIBUCIÓN AL ESTUDIO DELA HISTORIA DE LAS RELACIONES INTERNACIONALES
EN AMÉRICA LATINA DESDE FINES DEL SIGLO XX
Mario Daniel Rapoport

TEXTOS

105
A CRISE MUNDIAL E O LUGAR DA AMÉRICA LATINA. Oportunidades para o estabelecimento de um novo padrão de desenvolvimento social e ambiental
Marcos Costa Lima, Jean de Mulder Fuentes

125
MODELOS DE DESARROLLO E INDICADORES DE RIQUEZA EN AMÉRICA LATINA
Paulo Henrique Martins

ENTREVISTAS

145
Aldo Ferrer:
Densidad nacional y equilibrios macroeconómicos
Gustavo Lugones y Eduardo Rinesi

151
Edgardo Lander:
Durante décadas en América Latina no hubo un cuestionamiento profundo a las lógicas del desarrollo como tema histórico-conceptual
Adrián Padilla Fernández

SEÇÃO RESEÑAS

163
La política como punto de partida.
Acerca de *Por qué crecieron los países que crecieron*, de Julio Sevares
Emanuel Damoni

167
TROUDI, Ing. Haiman. *Politica Económica Bolivariana (PEB) y los dilemas de la transición socialista en Venezuela*
Lisbeth Clocier Solórzano

Paradigmas Latino-Americanos de desenvolvimento: conceitos e avaliação de resultados

Amado Luiz Cervo

Resumo

O desenvolvimento da América Latina engendrou dois paradigmas, o desenvolvimentista entre 1930 e a década de 1980 e o neoliberal da década de 1990. Assiste-se posteriormente, no século XXI, à dispersão de modelos de desenvolvimento interno e de inserção internacional entre os países da região. As experiências nacionais diferem ao longo do tempo em ritmo e resultados alcançados, em razão da escolha de estratégias de ação adequadas ou não, como também em razão da continuidade e racionalidade dessas estratégias no longo prazo. Quando entraves e vícios acumulados no percurso reduzem a eficiência do paradigma, induzem a transição de um paradigma a outro. No século XXI, quando a inclusão social constitui preocupação comum dos dirigentes, apenas algumas nações elegem o paradigma logístico de desenvolvimento, feito da colaboração entre Estado e agentes não governamentais, essencialmente o empresariado, e da ambição globalista, com o fim de colocar o processo de desenvolvimento rumo à maturidade sistêmica da economia de mercado. A integração regional exerce papel limitado quanto à capacidade de propulsão do desenvolvimento regional, porém produz como bem precioso o entendimento político que torna a América Latina o subcontinente mais pacífico do mundo.

Palavras-chave: América Latina. Desenvolvimento. Paradigmas.

Abstract

LATIN AMERICAN DEVELOPMENT PARADIGMS: CONCEPTS AND OUTCOMES ASSESSMENT

Latin American development brought two paradigms: developmentalism between 1930s and 1980s, and neoliberal in the 1990s. Then, in the 21st century, there was dispersion of internal development models and of international integration among regional countries. National experiences differ through times regarding the pace and results achieved, not only as a result of appropriate or inappropriate action strategies but also of the continuity and rationality of those strategies in the long run. When the hindrances and bad practices accumulated during the process reduce the efficiency of the paradigm, they induce the shift from one paradigm to another. In the 21st century, when social inclusion became a common concern for leaders, only a handful of nations elected logistical development paradigm, through the collaboration between the State and non-governmental agents, especially businesspersons, and through global ambition, in order to put the development process on the track to systemic maturity of market economy. Regional integration plays a limited role concerning the propulsion capacity for regional development, but it generates a precious asset which is the political understanding that makes Latin America the most peaceful subcontinent in the world.

Keywords: Latin America. Development. Paradigms.

Introdução

A história da América Latina revela a existência de características comuns entre os países da região, que atravessam os séculos, desde a Independência, alcançada no início do século XIX. Sob o aspecto cultural e linguístico, prolongam-se padrões de longo alcance, embora traços próprios sobrevivam sem dificuldades e abrilhantam padrões comuns. Sob o aspecto político, após o período de formação dos Estados nacionais na primeira metade do século XIX, a estabilidade da democracia foi perturbada por mudanças de regime e interposições de ditaduras. Sob o aspecto das relações regionais, apesar de conflitos bilaterais e de poucas guerras regionais, o subcontinente é conhecido como a região mais pacífica do mundo, por isso agregou à prática do direito internacional dois princípios jurídicos que os governos ainda levam em alta consideração: a não intervenção e a autodeterminação dos povos, frutos de entendimento e convivência que sobreviveram a mudanças políticas e nuanças culturais.

Sob o aspecto econômico, os países da América Latina alojaram-se na dependência estrutural diante das nações capitalistas centrais pelo mais longo período de sua história. Despertaram, enfim, por volta dos anos 1930-40, para o desenvolvimento das nações, à base da reprodução de estratégias de países avançados, acentuando, porém, mecanismos de introspecção econômica. Nos anos 1990, esses países mudaram seu projeto de desenvolvimento, sob influência de exaustão interna e pressão externa, e embarcaram em processo de ampla abertura ao mercado global. No século XXI, enfim, dispersaram-se em distintos modelos de desenvolvimento interno e de inserção internacional. A esses períodos históricos denominamos de paradigmas de desenvolvimento, uma verdadeira dança entre os países latino-americanos, que os faz girar pelos dois séculos que os separam da Independência.

Em nossos estudos, aplicamos o conceito de paradigmas de desenvolvimento aos períodos em que, na América Latina, se verifica convergência plurinacional de estratégias em torno do projeto de nação a construir. Assim, é possível observar, da Independência ao século XXI, a inclinação do Estado e das lideranças sociais para a economia primária, agrícola ou mineira, para a industrialização introspectiva, para a abertura comercial e financeira ao mercado global, enfim, para uma interdependência sistêmica madura de alguns países. O paradigma conjuga políticas públicas, iniciativas privadas, mecanismos de ação, visão de si e dos outros, política externa, negociação diplomática: acopla essas variáveis interligadas ao desígnio nacional. O grau de convergência e de consenso é muito variável, considerando a evolução interna de cada país, como também o âmbito das relações regionais. Para as ciências sociais, o paradigma é por certo e antes de tudo um eficiente método de análise da realidade nacional ou regional. Além de resultar dele uma visão compreensiva e integrada da sociedade, o chamado período, o paradigma permite aos agentes públicos e privados traçar estratégias de ação e ao estudioso, confortavelmente, avaliar resultados de desenvolvimento[1].

O método da análise paradigmática somente produz efeitos cognitivos adequados quando aplicado de modo empírico, partindo da observação dos fatos e elevando-se ao conceito. A História é sua substância. Quais os fatores culturais, qual o estágio de evolução da sociedade, quais as potencialidades, os objetivos estratégicos, os métodos de ação e os meios disponíveis que se encontram na gênese de um paradigma? Qual a eficácia de sua vigência? Quais os vícios ou deturpações que um paradigma venha a acumular com o tempo e que implicam e explicam a mudança da ideia de nação a construir, por vezes no bojo da revolução?

Aplicando nosso método ao estudo dos períodos históricos da América Latina, concluímos pela existência de quatro paradigmas de desenvolvimento, sobre os quais existe uma imensa literatura especializada: o liberal-conservador, que se estende da Independência aos anos 1930-40; o desenvolvimentista que o substitui e que se prolonga por cerca de sessenta anos, o neoliberal da década de 1990 e, enfim, a dispersão paradigmática dos países da América Latina no século XXI, quando se formaliza em alguns países o paradigma do Estado logístico.

Quatro paradigmas latino-americanos e seu grau de convergência

Duas causalidades encontram-se na origem do paradigma liberal-conservador, vigente da Independência até os anos 1930-40: por um lado, a herança colonial, em que prevalecia a atividade econômica primária, agrícola ou mineira, herança que determinara a organização econômica e a estrutura da sociedade; por outro, a pressão das potências capitalistas, especialmente da Inglaterra, que arrancaram das jovens nações independentes tratados de livre-comércio em troca do reconhecimento político. Os famosos tratados desiguais asseguravam o mercado latino-americano de manufaturados aos comerciantes estrangeiros, nem sempre em troca dos mercados de produtos primários, em razão do colonialismo praticado pelos europeus.

Era confortável às elites latino-americanas a facilidade para importação de manufaturados, inclusive de produtos requeridos pela vida suntuosa, uma vez que tal esquema protegia seu domínio sobre a sociedade rural, mantido por meio da escravidão ou de uma sêmi-servidão. Algumas sociedades aproveitaram-se da base primária e alcançaram certo grau de desenvolvimento, mesmo assim. O exemplo mais notável, por certo, vem da Argentina, cuja riqueza originava-se sobretudo da produção, industrialização e comercialização da carne e do trigo. O Brasil tentava segui-la por meio da cultura do açúcar, do café e do cacau.

Os Estados independentes, apropriados pelos grandes proprietários de terra e donos dos negócios, serviam aos interesses desse segmento dominante. O resultado do paradigma, apesar de aparente ostentação de riqueza aqui e ali, foi o atraso estrutural histórico dos países da América Latina, ante a modernização dos países centrais, impelida pelas revoluções industrial e dos transportes e pelo progresso tecnológico.

Revoluções políticas que implicavam em rearranjo do Estado não abalavam a dominação das elites sobre a sociedade primária. Assim ocorreu com a Argentina de Bartolomeu Mitre e Domingo Faustino Sarmiento, com o triunfo dos republicanos no Brasil e com a revolução mexicana de 1910.

O paradigma liberal-conservador do século XIX apresenta dois traços comuns com o neoliberalismo dos anos 1990: abertura incondicional do mercado de consumo em troca de nada e uma perigosa tendência de primarização econômica, difícil de superar no século XXI. Esses dois paradigmas alcançaram alto grau de convergência de estratégias e mecanismos de ação entre os países da América Latina, revelando sua matriz de fundo liberal mantida através dos séculos. Obviamente, as experiências nacionais foram diferenciadas, para alegria de estudiosos que dispõem de um vasto campo de observação empírica. Os dois paradigmas evidenciam, ademais, que as nações elegem seus destinos, muito mais por decisão interna e própria do que por injunção de pressões externas. Os países da América Latina escolheram ser atrasados e dependentes, acomodar-se à prevalência de interesses de outras nações, quando seus dirigentes optaram por tal desígnio nacional.

Os dois outros paradigmas históricos latino-americanos, o desenvolvimentista e o logístico, reforçam a percepção de liberdade de escolha do destino nacional. Contudo, eles apresentam menor grau de convergência entre os países e resultados ainda mais diferenciados entre as situações nacionais.

O desenvolvimentismo alçou a industrialização como bem supremo, mola propulsora do salto de qualidade econômico e social. Induziu transformações estruturais na economia, nas instituições e na sociedade e elevou o bem estar do povo. No século XXI, o paradigma logístico, escolha de poucos Estados, tende à inserção sistêmica madura à época da interdependência global, com o melhor aproveitamento dos avanços do desenvolvimentismo industrialista.

Conclui-se que o grau de convergência de estratégias e mecanismos de ação, bem como de resultados, entre os países latino-americanos, quanto à aplicabilidade dos parâmetros inerentes aos quatro paradigmas históricos de desenvolvimento assim se estabeleceu: alto, nos paradigmas liberal-conservador e neoliberal; médio, no desenvolvimentista; baixo, no logístico[2].

Estratégias de Estado

As estratégias de Estado diferem e muito por período histórico e entre os países. Examinamos, a seguir, as estratégias de desenvolvimento dos três últimos períodos, o desenvolvimentista, o neoliberal e o século XXI. Centramos nossa análise no que consideramos os parâmetros essenciais de cada paradigma, o que nos permite maior clareza e compreensão acerca das convergências e diferenças, como também das transições. Cabe ao leitor latino-americano perscrutar o perfil da experiência de seu próprio país e opinar com liberdade sobre nossas considerações, concordar, discordar ou acrescentar.

O protótipo do desenvolvimentismo tem sua gênese nas experiências do Brasil de Getúlio Vargas e da Argentina de Juan Domingo Perón. Duas causalidades de fundo explicam a mudança então desejada e planejada pelos dirigentes.

Pelo lado interno, as sociedades haviam avançado e se modificado em suas feições. Escravidão ou servidão eram vínculos de relacionamento havia muito tempo superados entre grandes proprietários rurais e trabalhadores braçais. A imigração criara novas necessidades e aspirações populares. Massas urbanas haviam modificado a estrutura da sociedade, que se organizava em sindicados e movimentos sociais. Exigiam-se emprego, renda, bem estar, direitos trabalhistas, outra condição de vida em suma. Insatisfeitas não estavam, porém, apenas as massas urbanas. Empresários dispostos a criar ou ampliar negócios encontravam-se por toda parte, à espreita de oportunidades. Os militares se preocupavam com a escassez visceral da segurança nacional de meios de dissuasão e defesa. Por fim, intelectuais amaldiçoavam o atraso com relação aos países avançados e se juntavam aos que exigiam mudanças estruturais na economia e na sociedade, bem como nova conduta do Estado. A sociedade, em síntese, exigia um salto de qualidade rumo à modernização.

Do lado externo, as condições sistêmicas que condicionavam as relações exteriores juntavam-se às causalidades internas, de modo também a requerer a mudança. Com efeito, a crise do capitalismo nos anos 1930, responsável por uma década de depressão, afetara profundamente o comércio exterior e as finanças dos países da América Latina, exportadores de produtos primários, por vezes da sobremesa, como café, açúcar e cacau. Ademais, o sistema internacional avançava pelo caminho da formação de blocos antagônicos, entre democracias liberais e regimes fascistas. Este horizonte sombrio, paradoxalmente, abria aos países da América Latina perspectivas de jogo político e de autonomia decisória.

Pela via da revolução ou não, os dirigentes da América Latina afastavam do Estado os antigos donos do poder e os métodos com que avassalavam a sociedade a seus exclusivos interesses de grupo. Uma nova coalizão de poder emerge dessa sociedade em mudança e toma conta do Estado. As condições estavam postas para a mudança de paradigma.

Para satisfazer as necessidades da nova sociedade acima descrita, os dirigentes de então visavam a modernização de seus países. A escolha que prevalece regionalmente foi a escolha da modernização pela via da industrialização. Com efeito, a lógica aconselhava a industrialização. Esta viria suprir à demanda de emprego e salário de parte dos trabalhadores urbanos, de negócios para a burguesia, de meios de segurança para os militares, de instituições políticas e de ordenamentos jurídicos modernos, com os quais sonhavam os intelectuais, como também as multidões. Em síntese, a industrialização iria fazer deslanchar o desenvolvimento da nação, pensavam os novos dirigentes.

Fica sem respaldo objetivo, portanto infundado, o argumento de economistas que confundem o paradigma desenvolvimentista com o paradigma de substituição de importações. Os dirigentes dos anos 1930-40, e 50, fase de gênese e consolidação do paradigma, não tinham como propósito substituir importações, porém promover o desenvolvimento da nação. A substituição de importações, como comprova o estudo histórico, seria mera consequência do desenvolvimento, o qual se sobrepunha tanto nas aspirações sociais quanto no projeto nacional da nova coalizão de poder.

Se convém fixar a gênese do paradigma desenvolvimentista nos anos 1930-40, é mister,

por outro lado, estabelecer para a América Latina como era fundacional o longo período que se estende de 1930 a 1990.

Nos países em que estratégias e mecanismos de ação articularam-se de modo mais coerente com os propósitos do desenvolvimento, este foi sendo galgado por etapas. Três são perceptíveis e marcam suas fases: a indústria de transformação, a indústria de base, enfim a busca de tecnologias avançadas. Embora possam ser estabelecidas como marcos temporais, essas fases não correspondem a períodos rígidos, pois que se entrelaçam em certa medida.

Grosso modo, a indústria de transformação vem dos anos 1950, tocada por homens de Estado como Juscelino Kubitschek no Brasil, Arturo Frondizi na Argentina. Serviu-se de capitais e empreendimentos vindos de fora, pela via de financiamentos e expansão de empresas externas que se instalavam no país. Política exterior e negociação diplomática foram acionadas com esse objetivo.

O pensamento econômico latino-americano, fundado nas experiências das duas décadas anteriores, consolidou-se nos anos 1950 como pensamento estruturalista na mente de grandes intelectuais, como Raúl Prebish e Celso Furtado. Este pensamento difundido pela Cepal, com seus conceitos de centro-periferia, complementariedade capitalista, mercado interno, atraso e desenvolvimento, industrialização e outros, alavancava o desenvolvimento, ao inspirar e instruir iniciativas de dirigentes e envolver os segmentos dinâmicos da sociedade, bem como a opinião pública, o que, aliás, refletia-se em resultados eleitorais. Este pensamento agregava-se às causalidades do desenvolvimentismo, como as variáveis acima referidas.

Coincidentemente, ao irromperem as teorias da dependência nos anos sessenta e setenta, outra fase do pensamento latino-americano de que são representantes Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, uma segunda fase da industrialização toma vulto, com a siderurgia, a energia elétrica, a construção de infraestruturas e da chamada indústria de base. A consciência social e política da necessidade do domínio de tecnologias avançadas, para galgar nova etapa do desenvolvimento, é perceptível na legislação protetora de iniciativas nas áreas das comunicações, aeronáutica, espacial e eletrônica, dos fins dos anos setenta aos oitenta. Era a terceira fase da industrialização.

A racionalidade da política industrialista, ou seja, a garantia de continuidade e de resultados, somente se verifica em países onde ela se impõe a partidos políticos, governos e mesmo a regimes políticos, democráticos ou autoritários. Este condicionamento explica o desempenho desigual do paradigma entre os países e dentro do mesmo país. Argentina e Chile, por exemplo, romperam com o processo de industrialização ao antecipar experiências liberais radicais na vigência de ditaduras militares e com isso perturbaram a continuidade da industrialização. Não foi o caso do Brasil, cujo regime militar encampou racionalmente o desenvolvimentismo e deu-lhe impulsos de qualidade rumo à industrialização de base e à conquista de tecnologias avançadas.

Por sobre a volatilidade das estratégias latino-americanas de desenvolvimento, tão relevante para a produção de resultados, impõe-se a permanente e imutável estratégia dos agentes externos, as empresas multinacionais que se instalaram na América Latina. Vieram a chamado dos dirigentes, com o fim de prover o projeto de modernização de insumos financeiros e tecnológicos. Voltaram-se para o mercado interno, que lhes era reservado. Jamais cogitaram em exportações de manufaturados e em inovação tecnológica, desnecessárias em tal situação. Erqueram o entulho criativo e contaminaram com esse padrão de conduta o próprio empresariado regional. As adaptações requeridas pelo processo de desenvolvimento, e pensadas na América Latina, têm, pois seus resultados condicionados por nova forma de dependência introduzida no âmago do paradigma desenvolvimentista e perpetuada pelas empresas multinacionais.

De modo geral, na América Latina, contrabalançado o fator obstrutor tributado ao insumo externo acima descrito, o Estado, sobretudo, mas igualmente os segmentos dinâmicos da sociedade haveriam de se adaptar à racionalidade do paradigma como requisito da eficiência esperada das estratégias de ação. Tais adaptações internas se mantêm ou são feitas e

desfeitas, durante os três períodos, de 1930 aos nossos dias, é bem verdade, o que explica a grande diversidade de ritmos e resultados alcançados pelos países. Enumeramos oito adaptações operacionais que vemos como requisitos de eficiência do projeto nacional. Foram estabelecidas sob a vigência do paradigma desenvolvimentista e asseguraram a este os melhores resultados, quando se prolongaram no tempo. Certas adaptações foram assimiladas pelos paradigmas neoliberal e logístico, quando julgadas convenientes. Afinal, desenvolvimentistas, neoliberais e logísticos, embora por vias distintas, voltam-se todos para idêntico desígnio de fundo: o desenvolvimento. A adaptação estratégica mais relevante e mais recente, a internacionalização econômica de países da América Latina, será objeto de parágrafo próprio mais à frente.

Autonomia decisória do Estado

Desde a gênese do paradigma desenvolvimentista nos anos 1930, os dirigentes perceberam que as nações avançadas voltam-se para interesses próprios, aos quais acoplam política exterior e negociação diplomática. Concluíram que sem autonomia decisória nada se consegue de concreto e a reciprocidade de benefícios do sistema internacional desaparece no âmbito bilateral e regional. A autonomia decisória explica os bons resultados alcançados pela industrialização de alguns países da América Latina.

Como estratégia de relações internacionais, a autonomia decisória nada tem a ver com o isolamento, ao contrário, obtém insumos de desenvolvimento, em certo sentido controla e equilibra benefícios. A autonomia foi sacrificada durante o curto período neoliberal, por tal razão as concessões e subserviências foram tais que conduziram os países da América Latina à deterioração de todos os indicadores econômicos e sociais por volta do ano 2000. Obedecemos a todas as instruções, cumprimos com todas as exigências vindas de fora, porém os resultados ficaram apenas do outro lado, lembrou Fernando Henrique Cardoso, um expoente do neoliberalismo, o qual, como poucos dirigentes, soube fazer autocrítica quando Presidente do Brasil.

Abertura dos sistemas produtivo e de serviço, mas proteção do mercado

Essa estratégia não é exclusiva dos países da América Latina, visto que, em certa medida, foi partilhada pelos países avançados nas etapas iniciais do desenvolvimento. Com exceção da Inglaterra, berço da revolução industrial. Contudo, os latino-americanos fizeram uso desta adaptação em escala mais acentuada, mesmo porque seu desenvolvimento é tardio, relativamente ao vasto conjunto trilateral de países composto por Europa, Estados Unidos e Japão. A adaptação, contudo, tendia à introspecção econômica, bloqueando inovação.

Política exterior cooperativa e não confrontacionista

Frequentemente líderes latino-americanos, eivados de empáfia política e pruridos de soberania, confrontaram outros governos. Os que souberam conduzir racionalmente o projeto de desenvolvimento, pelo contrário, extraíram do sistema internacional de Estados benefícios concretos e resultados preciosos de desenvolvimento, ao manter a continuidade do parâmetro de política exterior cooperativa e não confrontacionista. Um bom exercício acadêmico consistiria em medir graus e resultados da aplicabilidade desse parâmetro nas experiências nacionais.

Prevalência do econômico sobre ideologia e segurança

Por essa estratégia de conduta, sacrificam-se aos interesses econômicos do desenvolvimento valores ideológicos e princípios de segurança. Para o subcontinente pacifista chamado América Latina, esse cálculo político incorpora requisitos da racionalidade desenvolvimentista. Especialmente quando integrado ao parâmetro de conduta externa cooperativa e não confrontacionista, acima referido.

Parcerias bilaterais

A diplomacia cunhou o termo parceria estratégica e dele faz uso distinto do conceito aqui exposto. Com efeito, a parceria estratégica espelha aquele

tipo de vínculo entre duas nações, de natureza a influir sobre a formação nacional da nação em desenvolvimento. Sólidas e grandes parcerias, que perpassam o tempo, os governos e mesmo os regimes políticos foram estabelecidas por países da América Latina, como uma das estratégias de desenvolvimento de maior impacto sobre sua formação nacional. O mundo desenvolvido oferece possibilidades ricas e variadas para a programação de tais parcerias. O mundo em desenvolvimento necessita de articulações destinadas a obter apoios políticos, mercados de consumo, fontes de recursos e cooperação científica e tecnológica.

Destarte, os países espertos da América Latina estabeleceram parcerias estratégicas com Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália, Japão, Rússia e China, entre outras, das quais recolheram e recolhem benefícios de desenvolvimento de grande impacto sobre a formação nacional. Entre si mesmos, os países latino-americanos estabelecem recentemente verdadeiras parcerias estratégicas, estimuladas pela vizinhança, por objetivos comuns de desenvolvimento e por laços históricos e culturais.

Reforço de poder por mais três vias: multilateralismo, integração regional e ocidentalismo

A presença dos países latino-americanos nos órgãos multilaterais universais, como ONU e OMC, é de peso muito variado, geralmente correspondente a sua grandeza. Sabe-se, contudo, que os órgãos multilaterais estabelecem, seja em âmbito global, seja em âmbito regional, quando se trata de órgãos regionais, ordenamentos e regimes internacionais que afetam diretamente as possibilidades de desenvolvimento. Daí a conveniência de estar presente e envolver-se com o multilateralimsmo, como uma estratégia de desenvolvimento. Do contrário, a ordem internacional, injusta como já tem sido, jamais se voltaria ao multilateralismo da reciprocidade de benefícios para todas as nações, a viger no sistema internacional.

Uma das vantagens da formação de blocos regionais consiste na utilização dessa outra via de reforço do poder nacional. Os países da América Latina lançaram mãos dessa modalidade de ação externa com desenvoltura e foram bem sucedidos, sob o aspecto conceitual, na conformação dos processos de integração com seus desígnios de desenvolvimento.

À época da Guerra Fria, o ocidentalismo, tanto como ideologia quanto realidade, foi assumido de forma pragmática por alguns países latino-americanos, que sutilmente puseram seus possíveis insumos a serviço de interesses econômicos, como sutilmente o desprezaram como ideologia.

Pragmatismo diante de condicionamentos sistêmicos

A adaptação do Estado aos requisitos do desenvolvimentismo envolve, finalmente, o pragmatismo de conduta, introduzido como estratégia de inserção internacional desde a gênese do paradigma nos anos 1930. A conduta diante do ocidentalismo e do comunismo o comprovam. O universalismo de conduta resulta, quando pragmático, em estratégia de ação capaz de agregar eficiência às demais modalidades inerentes ao desenvolvimentismo.

O núcleo do pensamento

Nenhum paradigma se consolida sem um núcleo de pensamento, que age como condutor. O pensamento estruturalista movimentou Estado e sociedade na América Latina à época do desenvolvimentismo propriamente dito. O neoliberal, de efeitos ambíguos, fez o mesmo nos anos 1990. Por sua vez, o pensamento globalista vem alimentando o paradigma logístico no século XXI, onde a internacionalização econômica foi eleita como desígnio nacional.

Acumulado de vícios e entraves induz transições paradigmáticas

Convém sempre analisar a gênese dos paradigmas tanto quanto a transição de um paradigma histórico a outro, especialmente no caso dos paradigmas de desenvolvimento. As causalidades que induzem a transição são complexas, múltiplas e, por vezes, remotas. A análise multicausal é indispensável para fornecer inteligibilidade ao objeto do estudo histórico.

Selecionamos nesse texto apenas uma linha de causalidades que explicam a transição de um paradigma a outro na história da América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo, do neoliberalismo ao século XXI, quando alguns países passam a operar mediante adaptações estratégicas próprias do paradigma logístico, descrito mais adiante. Trata-se do acumulado de vícios e entraves gerados no seio do paradigma, acumulado que conduz à exaustão do mesmo, reduzindo sua potencialidade de produzir efeitos de desenvolvimento, se é que não o induz à produção de efeitos contrários.

Tomemos a transição do desenvolvimentismo ao neoliberalismo preparada nos anos 1980 e consumada no início dos anos 1990.

O acumulado de vícios e entraves do paradigma desenvolvimentista, como sempre um fenômeno diferenciado em grau e intensidade entre os países da região, compõe uma lista pesada. Os entraves derivam, em sua maioria, da introspecção exacerbada a que conduziu o paradigma, tanto nas decisões estratégicas dos dirigentes quanto na conduta dos agentes não governamentais. Protecionismo exagerado do mercado de consumo interno, baixa produtividade dos sistemas produtivo e de serviços, baixa inovação tecnológica, instabilidade monetária, endividamento externo e, ao termo, nos anos 1980, estagnação econômica. Essa década perdida, em que se observa claramente a exaustão do modelo, ou seja, sua incapacidade de continuar produzindo resultados de desenvolvimento como nas décadas anteriores, precede a mudança do paradigma.

Entre os vícios do desenvolvimentismo, derivado de sua introspecção exacerbada, convém mencionar a baixa propensão do empresariado em investir em inovação tecnológica. Quando não alijado das iniciativas pelo gigantismo dos empreendimentos estatais, abrigado à sombra de tarifas alfandegárias extremamente elevadas, as quais lhe reservavam todo o mercado interno, por que iria o empresário investir em inovação? Raros são os núcleos que rompem com esse entrave, introduzindo a criatividade e elevando a competitividade.

Por sua vez, o neoliberalismo também acumulou vícios e entraves, talvez os trouxesse em sua gênese. O núcleo duro das economias nacionais perdia-se pela alienação a empreendimentos estrangeiros. Aumento da importação, queda da produção interna, desequilíbrio financeiro, endividamento, desemprego, aumento da pobreza foram outros vícios do modelo. Poucos Estados fizeram autocrítica em tempo, como Chile, Brasil e México, corrigindo o rumo do projeto nacional com o intuito de reorientá-lo para a meta do desenvolvimento. Outros aprofundavam medidas neoliberais com o mesmo intuito, como a Argentina. Preparava-se a dispersão latino-americana do século XXI. Tanto mais, que alguns países trarão da fase neoliberal influências futuras, como o liberalismo aplicado à própria inserção internacional, a vocação globalista, o equilíbrio fiscal e a estabilidade monetária aplicados à gerência interna.

Quando vistos de modo comparativo, observa-se que os dois paradigmas evidenciam, enfim, o contraste entre isolamento, aquela introspeção exacerbada do desenvolvimentismo, e integração global, aquela pretensão congênita do neoliberalismo.

O século XXI: a dispersão e o paradigma logístico

Na virada do século XX para o XXI, praticamente todos os lideres neoliberais latino-americanos foram substituídos democraticamente por dirigentes oriundos de partidos políticos de oposição, a grande maioria de matiz de esquerda. A opinião pública desejava mudança de modelo. A convergência das esquerdas latino-americanas na primeira década do século XXI generalizou regionalmente a preocupação com a inclusão social, mesmo porque a fase anterior havia aprofundado as desigualdades, no bojo do individualismo próprio de todo liberalismo radical. Essa preocupação comum reforçou o entendimento político entre os governos, uma condição para fazer avançar a integração regional, cujo caráter no século XXI permanecerá essencialmente político, menos comercial e muito menos produtivo.

Alguns entusiastas dessa ascensão das esquerdas utilizaram o termo neodesenvolvimentismo, como se fosse o novo paradigma latino-americano do

século XXI. Consideravam os programas de inclusão social que se espalhavam por todo o subcontinente e que produziam resultados sociais concretos e benéficos no sentido de debelar as desigualdades. Não se trata, contudo, de um paradigma regional, categoria de análise dos modelos de desenvolvimento e de inserção internacional, sentido que aqui atribuímos ao conceito.

Distintos paradigmas de desenvolvimento, que se entrelaçam ou não, afloram nos países da América Latina no século XXI: de prevalência liberal, no Chile, Peru, Colômbia e México; de prevalência industrial, no Brasil e na Argentina; de regresso, e nesse caso cabe a denominação de neodesenvolvimentismo, marcado por reestatização, volta ao protecionismo e ao isolamento financeiro, decisões alheias à internacionalização econômica, como na Argentina dos Kirchner e na Venezuela de Hugo Chávez; enfim, pela prevalência da associação colaborativa entre Estado e agentes não governamentais privados, como no Brasil e no Chile. Ao observarem o crescimento, estudos econômicos constatam, então, a reconfiguração regional da grandeza medida pelo Produto Interno Bruto - PIB, no início de 2014, quando a Colômbia situa-se na segunda posição na América do Sul ao deslocar a Argentina para a terceira.

A estes distintos modelos de desenvolvimento interno, postos em marcha pelos países da América Latina no século XXI, associam-se três modelos de inserção internacional: o de suporte geopolítico de base, como nos países bolivarianos, o modelo primário-exportador e, enfim, o de vocação industrialista.

Com o intuito de aprofundar uma das experiências em curso, elaboramos o conceito de paradigma logístico, como categoria mais palpável e relevante da inovação paradigmática, em meio à colcha de retalhos em que se transforma a América Latina no século XXI, em termos de modelos de desenvolvimento interno e de inserção internacional.

O paradigma logístico revela-se de maior capacidade de propulsão do desenvolvimento que quaisquer outras experiências. Por isso constitui o salto de qualidade rumo à maturidade sistêmica do desenvolvimento. Condiz, ademais, com a era da interdependência global, e se insere em seus desafios e exigências.

Dois parâmetros essenciais qualificam o paradigma logístico e o distinguem dos anteriores. Em primeiro lugar, a associação cooperativa entre Estado e sociedade, ou seja, entre dirigentes e agentes econômicos não governamentais. Com esta nova funcionalidade, o Estado logístico se afasta tanto do desenvolvimentismo estatizante quanto do neoliberalismo de Estado débil. Cabe ao Estado, nessa nova fase, criar condições favoráveis ao desempenho das forças econômicas e sociais. Cabe a ele descobrir oportunidades ou inventá-las em benefício de iniciativas e movimentos das forças da sociedade. Entre tais iniciativas, por exemplo, estão as licitações ou leilões de projetos e obras de infraestrutura, como exploração de petróleo, construção de hidrelétricas, termoelétricas e outras usinas no setor energético, estradas, ferrovias, portos, aeroportos, serviços de comunicação etc. O Estado evolui de produtor a regulador das atividades econômicas, agora confiadas à sociedade. Cabe-lhe, ademais, gerenciar e harmonizar pelo alto os interesses de segmentos sociais, que agem por motivações específicas que lhes convenha, impedindo que um segmento imponha sobre os demais seus próprios interesses e provoque o desequilíbrio e a instabilidade. Esse descuido, por certo, encontra-se na origem da crise financeira, depois econômica e depois social que inicia em 2007 nos Estados Unidos, quando o setor bancário impôs sobre os demais segmentos econômicos seus próprios interesses, sem que o Estado exercesse esse dever de zelar pela harmonia e pelo equilíbrio de interesses conflitantes.

Em segundo lugar, o paradigma logístico insere a economia e o poder nacional no mundo da interdependência global, também chamada de globalização. Seu propósito consiste em realizar a vocação globalista do país. Não apenas pela inserção comercial, porquanto esta, como no caso de tratados de livre comércio, pode manter a economia nacional em seu estágio primário-exportador e estruturalmente dependente. A internacionalização de empresas nacionais se faz, do modo logístico, com o objetivo de inserção

sistêmica madura, envolvendo empresas bancárias, industriais e de serviços. Destarte, obtém-se o benefício da competitividade sistêmica que resulta da penetração nas cadeias produtivas globais, além de outros benefícios como exportação de produtos de maior valor agregado, equilíbrio econômico e novas fontes de recursos.

O suporte político do paradigma logístico advém do propósito que lhe é inerente de inserção do país em coalizões de poder, capazes de elevar o poder de barganha nos foros internacionais de negociação, em que ordenamentos econômicos e regimes jurídicos são traçados para compor a ordem internacional. Em virtude de sua cultura pacifista, de convivência de diferenças, oposta ao choque de civilizações, este suporte político vem naturalmente suprir a capacitação estratégica militar, usada por outros países como instrumento de poder.

Compreende o leitor que o paradigma logístico contorna os inconvenientes do paradigma neoliberal. Opera em meio à interdependência porém evita a subserviência sistêmica. Contorna, por outro lado, os inconvenientes do paradigma desenvolvimentista, evitando a introspecção exacerbada e o isolamento. O paradigma logístico corresponde, em suma, ao salto de qualidade rumo à maturidade sistêmica da economia de mercado.

Também sob esse aspecto, um excelente exercício consiste em medir a intensidade de adoção do paradigma, as adaptações estratégicas por ele requeridas e os resultados alcançados. Pode-se começar pelo Brasil, protótipo da inovação, seguir com as experiências de Chile e México, mirar para o lado da Colômbia e do Peru, para depois verificar o desempenho da Argentina, da Venezuela e de outros países que regrediram ao neodesenvolvimentismo e não despertaram para a interdependência da era da globalização.

Apesar de novo e inovador, o paradigma logístico, implantado como propósito de governo pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, responsável pela ascensão internacional do Brasil como potência emergente, entra em declínio de eficiência sob o governo de Dilma Rousseff nesse país, desde 2010. Aumento da burocratização do Estado emperra negócios e enfraquecimento do diálogo do governo com o empresariado compromete a confiança mútua e espanta investimentos nacionais e estrangeiros.

A internacionalização de empresas nacionais: rumo à maturidade sistêmica do desenvolvimento

O parâmetro mais relevante do paradigma logístico do século XXI, vigente em grau e intensidade variada em alguns países da América Latina, corresponde à internacionalização econômica, entendida nesse texto como expansão para fora de empresas de matriz nacional. Duas causalidades situam-se na origem desse movimento: estratégia de Estado e emergência da sociedade.

O Estado logístico, ao estabelecer a internacionalização econômica como objetivo estratégico, recorre a três mecanismos. Em primeiro lugar, adapta a ação diplomática ao novo desígnio, implantando a diplomacia de oportunidades a descobrir e a inventar, em favor de apoio político à expansão de empresas nacionais. Em segundo lugar, aloca recursos de agências de fomento nacionais à expansão para fora dos empreendimentos. Em terceiro, estabelece diálogo permanente e intenso com o empresariado nacional. Condições prévias são requeridas e foram estabelecidas: privatização de grandes empresas estatais, aparecimento de empresas nacionais fortes, enfim, formação de conglomerados nacionais. Em tudo isso está presente a ação estatal. Poucos países da América Latina criaram de parte do Estado tais condições prévias, de que resulta o substrato indispensável à internacionalização econômica.

A segunda causalidade da internacionalização econômica consiste na emergência da sociedade. Se o desenvolvimentismo manteve os agentes da sociedade privada como que adormecidos ou pouco ativos, o neoliberalismo com seus choques de abertura comercial e financeira os despertou. A emergência de uma sociedade dinâmica, com empresariado industrial, do agronegócio e de serviços imbuído de ambições globalistas, corresponde à causalidade social, a somar-se às adaptações estratégicas do Estado. Com efeito, a expansão para fora de empreendimentos

nacionais é um processo conduzido pelos agentes não governamentais, aos quais o Estado empresta apoio logístico por meio dos três mecanismos referidos acima. O diálogo entre Estado e sociedade funde as duas causalidades e viabiliza as iniciativas.

A América Latina passou por duas internacionalizações econômicas, desde os anos 1930. A dependentista, por meio da penetração no mercado interno de empresas, capitais e tecnologias provindas do exterior; a estruturante, com expansão para fora de empreendimentos nacionais, essencialmente no século XXI. O Brasil lidera essa segunda fase, mesmo porque dispõe daquele suporte substantivo prévio em grau mais elevado; México e Chile o seguem.

Nosso argumento reconhece as vantagens desse movimento de internacionalização, por ver nele o rumo à maturidade sistêmica na economia de mercado. O elenco das vantagens concretas se avalia pelos impactos produzidos em benefício do desenvolvimento interno. São novas tendências do desenvolvimento. Penetrar as cadeias produtivas globais eleva a produtividade interna ao nível da competitividade sistêmica. A expansão para fora de empresas nacionais modifica a pauta de exportações, por meio de produtos de maior valor agregado. Ao adquirir empresa, associar-se ou lançar planta própria em outros países, a empresa pode buscar neles recursos de agências de financiamento ou de bolsas de valores para reforçar seu caixa. Por meio de transferências, o país de origem dos investimentos diretos no exterior dispõe de nova fonte de recursos com que nutrir sua balança financeira. A internacionalização de empresas ajuda a manter o equilíbrio e a estabilidade macroeconômicos. Em suma, coloca o país em movimento rumo à maturidade sistêmica do desenvolvimento.

Conclusão

O balanço do desenvolvimento da América Latina de 1930 a nossos dias, pela lógica do argumento construído com auxílio da análise paradigmática, nos conduz a conclusões bastante seguras.

Os países da região viveram sob o signo de dois paradigmas de desenvolvimento e depois encaminharam-se para dispersão estratégica. São três, portanto, os períodos em que os rumos do desenvolvimento tomam feições distintas: o paradigma desenvolvimentista propriamente dito, dos anos 1930 ao termo da década de 1980; o neoliberalismo dos anos 1990 e a dispersão do século XXI, embora nesse século, o paradigma logístico, adotado por alguns países, constitua a evolução mais relevante.

Durante os três períodos, o pensamento integracionista e as experiências de formação de blocos dele derivadas, desde a Comunidade Andina de Nações (CAN) à formação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), foram de pouca relevância para o desenvolvimento regional, sob os aspectos comercial, financeiro e produtivo. A integração latino-americana requer autocrítica e reordenamento. Por certo, no seio dos blocos foram criados incentivos ao fluxo de investimentos entre os países e alguns projetos de integração produtiva regional foram levados a termo. Contudo, a integração adquiriu sentido político prevalecente, fomentando o clima de entendimento e de boa convivência regional e por ele nutrida. Sob esse aspecto, os processos de integração exibem alcance histórico extremamente benéfico.

A América Latina manteve, por outro lado, a dependência diante do centro avançado do capitalismo em duas fases: durante a fase introspectiva do desenvolvimentismo, um vínculo de dependência financeira, empresarial e tecnológica visceral, associada àquela introspecção exacerbada. E durante a fase neoliberal, pela via da alienação de boa parte de seu núcleo econômico robusto, construído na fase anterior.

A maturidade do processo de desenvolvimento é vislumbrada no século XXI, em alguns países, onde a expansão para fora de empresas nacionais produz efeitos benéficos sobre a economia interna, aproximando-a da interdependência, padrão sistêmico da economia de mercado.

A falha essencial do processo ao longo dos três períodos reside na baixa propensão do empresariado industrial e de serviços em inovar. Raras são as exceções. Destarte, marcas latino-

americanos de produtos industriais são escassas, à diferença de países asiáticos, por exemplo, que acederam ao desenvolvimento em período ainda mais recente. Em compensação, tal constatação não se aplica à produtividade do agronegócio, da mineração e da prospecção de petróleo, em que países da América Latina alçaram-se, em termos sistêmicos, ao patamar mais elevado ■

Leituras recomendadas

Publicações do autor:

CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais da América Latina: de 1930 aos nossos dias*. São Paulo: Saraiva, 2013.

-. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

- & Bueno, C. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

- & Rapoport, M. *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan, 1998 (segunda edição, 2014, no prelo).

- & Döpke, W. (orgs.). *Relações internacionais dos países americanos*. Brasília: Linha Gráfica, 1994.

CERVO, Amado Luiz. O desenvolvimento do Brasil. In: ALVAREZ, Silvia Teresa (org.). *América Latina: integración e inserción*. Bahia Blanca: El Autor, 2012, v. 1, p. 171-190.

-. Relaciones Interlatinoamericanas. In: PALACIOS, Marco (org.). *Historia General de América Latina*. Paris: Ediciones UNESCO, 2008, v. VIII, p. 319-338.

-. Political Regimes and Brazil's Foreign Policy. In: ROLLAND, Denis; SARAIVA,, José Flávio Sombra (org.). *Political Regime and Foreign Relations. A Historical Perspective*. Paris: L'Harmattan, 2004, p. 265-282.

-. A política exterior da Venezuela. In: ARAUJO, Heloisa V. de (org.). *Os países da Comunidade Andina*. Brasília: FUNAG, 2004, v. 1, p. 49-80.

-. El Barón de Rio Branco y la Modernización de la Agenda Brasileña. In: CARDIM, C. H. & Almino, J. (orgs.). *Rio Branco, América del Sur y la Modernización del Brasil*. Rio de Janeiro: EMC Edições, 2003, p. 301-320.

-. A Venezuela e seus vizinhos. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro e CARDIM Carlos Henrique (orgs.). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003, p. 153-176.

-. Intelectuais argentinos e brasileiros: olhares cruzados. In: FRIGERIO, Alejandro & RIBEIRO, Gustavo Linz (orgs.). *Argentinos e brasileiros: encontros, imagens e estereótipos*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 95-114.

-. A política exterior da Argentina, 1945-2000. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Argentina: visões brasileiras*. Brasília: IPRI-CAPES, 2000, p. 11-88.

-. Políticas Exteriores: Hacia Una Política Común. In: Mario Rapoport. (org.). *Argentina y Brasil en el MERCOSUR; políticas comunes y alianzas regionales*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1995, p. 21-28.

CERVO, Amado Luiz. Conceptos en Relaciones Internacionales. *Relaciones Internacionales* (Madrid), v. 22, p. 149-166, 2013.

-. Brazil's Rise on the International Scene: Brazil and the World. *Revista Brasileira de Política Internacion*al, v. 53, p. 7-32, 2010.

-. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, v. 46, n. 2, p. 5-26, 2003.

-. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. *Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília*, v. 43, n. 2, p. 5-27, 2000.

Publicações de outros autores:

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BERNAL-MEZA, Raúl & Quintanar, Silvia V. (orgs.). *Regionalismo y ordem mundial*. Buenos Aires: Nuevohacer, 2012.

BERNAL-MEZA, Raúl & Saha, Suranjit K. *Economía Mundial y desarrollo regional.* Buenos Aires: Nuevohacer, 2005

BERTONHA, João F. *Geopolítica, defesa e desenvolvimento*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011.

BORON, Atilio A. *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2003.

COUTO, Leandro F. *Desenvolvimento, integração e assimetrias*. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2013.

ESCUDÉ, Carlos. *El realismo de los Estados débiles*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2005.

LACOSTE, Pablo. *Argentina-Chile y sus vecinos*. Mendoza: Caviar Bleu,2005.

LESSA, Antônio C. & Oliveira, Henrique A. (orgs.). *Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2013

MADRID, Eduardo. *Argentina-Brasil, "La Suma del Sur"*. Mendoza: Caviar Bleu, 2003.

MARTINS, Estevão C. de R. (org.). *Relações internacionais: visões do Brasil e da América Latina*. Brasília: Ibri, 2003.

OTERO, Delia del P. *Intetración Latinoamericana*. Córdoba: Alción, 2007.

PARADISO, José. *Um lugar no mundo: a Argentina e a busca de identidade internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PATRÍCIO, Raquel de C. *Estudos de área: América Latina*. Lisboa: ISCSP, 2012.

RAPOPORT, Mario. *Historia económica, política y social de la Argentina*. Buenos Aires: Ariel, 2006.

SEVARES, Julio. *Por que cayó la Argentina*. Buenos Aires: Norma, 2002.

XING, Li & Christensen, S. F. (orgs.). The Rise of China: the Impact on Semi-periphery and Periphery Countries. Aalborg: Aalborg University Press, 2012.

Notas

[1] Este texto resulta de reflexão do autor acerca do longo prazo e expõe, destarte, uma interpretação fundada em dados de pesquisas já publicadas. O leitor encontra no fim do artigo abundante literatura especializada, que lista as publicações do autor e de outros autores pertinentes ao tema do desenvolvimento latino-americano. Chamamos a atenção, especialmente, para dois livros nossos, Relações internacionais da América Latina (2013) e Inserção internacional (2008), nos quais aprofundamos a abordagem conceitual e a análise empírica das experiências latino-americanas.

[2] A literatura acadêmica que consta na bibliografia tem por campo de observação empírica as experiências paradigmáticas latino-americanas. Inúmeras instituições voltam-se para coleta e análise especialmente de dados econômicos dessas experiências. Menção especial merecem os estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e do Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe (Intal), o qual mantém entre suas publicações a importante revista Integración & Comercio.

Amado Luiz Cervo

Doutor, professor emérito de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Pesquisador sênior do CNPq. Autor de 18 livros, 41 outros capítulos de livros e 41 artigos em periódicos científicos. http://www.cnpq.br.

Desafios e interrogantes para América Latina

Ricardo Aronskind

Resumen

América Latina ha sido una de las pocas regiones periféricas en las que se enunció una explicación específica sobre las causas del subdesarrollo y los medios para remediarlo. El pensamiento regional, en sus vertientes estructuralistas y dependentistas, nutrió muchas de las políticas que permitieron dinamizar la economía regional. Sin embargo, las tendencias globales y las equivocadas políticas locales, limitaron la posibilidad de que la región realice un salto cualitativo hacia el progreso económico y social. La financiarización de la economía global, el predominio creciente de los intereses de las firmas multinacionales sobre las políticas públicas, y las instituciones internacionales favorables a los países centrales, fueron condicionantes externos desfavorables. Fue responsabilidad local el endeudamiento externo, los programas de ajuste posteriores y la aplicación de los criterios del Consenso de Washington, que llevaron a un reforzamiento de la dependencia regional. Es necesario realizar un nuevo diagnóstico de las debilidades y limitaciones económicas, políticas y sociales que restringen la posibilidad de desplegar todo el potencial regional, y contestar un conjunto de interrogantes que se presentan en las primeras décadas del siglo XXI. El significado del desarrollo, las cambiantes condiciones globales, las nuevas metas y los actores del cambio, son algunas de las cuestiones a redefinir. La tradición del pensamiento latinoamericano puede constituir un aporte significativo para situarse y poder enfrentar los desafíos del presente.

Palabras clave: América Latina. Desarrollo. Dependencia. Globalización. Integración

Abstract

Latin America has been one of the few peripheral regions where it has been proposed an specific explanation about the causes of underdevelopment and the ways to fight against it. The regional thought, in its structuralists and dependentists strands, has supported many of the policies that allowed a boost in the regional economy. However, the global tendencies and equivocated local policies, have narrowed the possibilities that the region realize a qualitative jump into economic and social progress. The financing of global economy, the growing prevalence of the interests of multinational companies compared to public policies, and international institutions favorable to central countries were unfavorable external conditions. The extern debt was local responsibility, the later adjustment programs and accomplishment of the Consensus of Washington criteria, which have reinforced the local dependence. It is necessary to realize a new diagnosis of the debilities and economics, politics and socials limitations that narrows the possibility of releasing all regional potential, and contest a few questions that rised in the first decades of XXI century. The meaning of development, changes in global conditions, the new goals and the actors of change, these are some questions to be rebuilt. The tradition of Latin American thought can become one significant approach to find its own place and confront the challenges of present.

Keywords: Latin America. Development. Dependence. Globalization. Integration

Introducción

Latinoamérica, su diversidad, su complejidad, exigen una tarea sistemática de investigación y de reflexión, para evitar el riesgo de seguir mirando imágenes que la historia ha dejado atrás.

Esta tarea nos obliga también a revisar los lentes con los que la miramos, dejando de lado los que usamos en épocas ya lejanas, y también los formulados para otros contextos socioeconómicos, ya que éstos pueden ser determinantes de las percepciones que tengamos, y de las propuestas que seamos capaces de formular…

Recuperar una mirada propia sobre nuestra historia

La región ha sido capaz, desde mediados del siglo XX, de realizar un aporte significativo, de valor universal, al pensamiento económico y social. Esto es así, ya que al poder pensar su propia realidad y su problemática, el pensamiento latinoamericano logró hablar también de las características y dificultades de buena parte del amplio mundo periférico. Esa es el camino que abrió la escuela del estructuralismo latinoamericano, a partir de las tesis de Raúl Prebisch, Celso Furtado, Osvaldo Sunkel y otros grandes pensadores de la región.

El consenso industrialista y distribucionista sobre nuestros males económicos fue producto de un proceso de elaboración colectiva, en el cual Latinoamérica mostró un formidable despliegue intelectual, absorbiendo lo mejor del conocimiento económico, sociológico, político y antropológico universal, y resignificándolo y complejizándolo a la luz de nuestra historia y de nuestras necesidades.

A pesar de que estas ideas estructuralistas y desarrollistas presentaban tensiones internas y conocieron polémicas vigorosas, conformaban un conjunto articulado en torno a varios ejes comunes:

1) la visión de un subcontinente cuyos intereses eran específicos y no convergían naturalmente con el orden internacional;

2) la convicción de que para arribar a estadíos superiores de vida en sociedad, era necesario un esfuerzo conciente y dirigido, donde el Estado tenía un lugar insustituible;

3) que América Latina estaba en condiciones de proponerse superar el atraso y la miseria, y que merecía un destino mejor al de la subordinación resignada a la división internacional del trabajo establecida desde los centros de poder;

4) que la industrialización y un desarrollo técnico y científico propio que le diera autonomía y potencia serían los instrumentos privilegiados de ese proceso emancipatorio.

A ese proceso de elaboración y reflexión sobre la experiencia histórica de América Latina se sumó, a mediados de los años ´60, la Teoría de la Dependencia. Esta expresó un diagnóstico más severo sobre los problemas del subdesarrollo latinoamericano y de las vías para superarlo, al poner énfasis metodológico en el análisis de las relaciones antagónicas entre la periferia y las principales potencias hegemónicas.

Procedentes de distintos orígenes, los teóricos de la dependencia coincidieron en la relevancia de politizar el debate económico, incorporando la dimensión del poder político actuando concientemente, de los intereses clasistas contrapuestos y conflictivos, de la vinculación necesaria entre procesos de acumulación en el centro y procesos de subdesarrollo o estancamiento en la periferia. Exploraron la vinculación de los actores locales con los intereses predominantes en los países centrales, y señalaron el carácter multidimensional de lo que denominaban dependencia.

No es nuestro objetivo en este trabajo hacer una evaluación crítica de la variedad de ideas incluidas bajo el rótulo de "teoría de la dependencia", pero queremos señalar que probablemente tuviera debilidades en cuanto a sobrevalorar las dimensiones estructurales del fenómeno, dejara de lado comportamientos, actitudes y valores culturales que hacían a la inercia y persistencia del subdesarrollo, que simplificara y esquematizara los intereses de clase, y que cayera en visiones catastrofistas o deterministas en algunos casos.

Pero es indudable que los dependentistas pusieron énfasis en cuestiones que debían incorporarse al

análisis para aproximarse a una comprensión del fenómeno latinoamericano: el peso de la historia colonial en la cristalización de las estructuras del atraso, los intereses de las clases dominantes y sus comportamientos económicos y alianzas en la división internacional del trabajo, el rol político explícito de los países centrales en la cristalización de las asimetrías internacionales, el conjunto de intercambios económicos desiguales que estaban implícitos en el orden económico internacional, la dimensión conflictiva y rupturista que implicaba el desafío del desarrollo.

Debemos señalar que estos aportes sustanciales para comprender la evolución de nuestra región fueron dejados de lado en las décadas recientes, debido probablemente al debilitamiento estructural de nuestra región en el orden global, y al avance en nuestra región de ideas que expresan la visión y los intereses de los países centrales y sus empresas.

El contexto global de nuestra historia reciente

Los cambios verificados en la economía mundial han sido enormes en los últimos 35 años. Progresivamente se ha ido desmantelando el sistema keynesiano, a favor de un capitalismo desregulado, sin contrapesos que garanticen su funcionamiento estable en el largo plazo. Queremos señalar aquí sólo algunos aspectos cualitativos de esa transformación, para contextualizar la evolución económica y social de nuestra región.

A partir de estos cambios tecnológicos, regulatorios, de propiedad y de poder en el sistema internacional, se han verificado las siguientes tendencias globales:

1) Se modificó fuertemente la relación entre el sector privado y el Estado, a favor del primero. Los estados nacionales han perdido capacidad de incidir en el comportamiento de los "mercados", confiando en una eventual "autorregulación". Los mercados, además han pasado por un proceso de creciente concentración del capital, que los ha alejado de la competencia. Las características monopolísticas u oligopolísticas de la economía capitalista global se han acentuado.

2) Cambió la relación entre los estados centrales y los periféricos. Estos últimos, debido a las crisis y fracasos económicos, redujeron su presencia en el escenario internacional. Los casos de India y China deben ser pensados aparte, dada la magnitud de sus economías y poblaciones, y porque no han seguido las indicaciones del Consenso de Washington. Un rasgo característico de la *globalización* ha sido el avance de las empresas provenientes de las naciones más desarrolladas sobre el resto del mundo. Una gigantesca ola de fusiones y adquisiciones cubrió el planeta, impulsada por la gran disponibilidad de activos financieros excedentes en los países centrales.

3) Dentro del sector privado, se incrementó sustancialmente el poder del sector financiero, determinando nuevas formas de comportamiento de las corporaciones y creando un escenario de incertidumbre creciente debido a la magnitud de los flujos de capital internacionales que se mueven permanentemente a través de las fronteras. Su velocidad de movimiento lo transformó en un actor temible, dado su poder de desestabilización macroeconómica.

4) También se modificó la relación capital-trabajo, incrementándose el poder del primero sobre el segundo. Esto tuvo efectos distributivos regresivos, al acrecentar la desigualdad tanto dentro de los países desarrollados, como en los subdesarrollados. Una alta tasa de desempleo y mayor precarización laboral reflejan y refuerzan este cambio.

Impacto de la globalización sobre nuestra región

En las décadas recientes, la región sufrió importantes transformaciones. En general, puede considerarse que la brecha tecnológico-productiva con el mundo desarrollado se amplió, y que en lo social continuó una fuerte inequidad distributiva.

La sucesión de procesos de endeudamiento externo, luego la implementación de ajustes recesivos y posteriormente las medidas de liberalización y desregulación provocaron cambios que significaron una agudización de la dependencia.

En el ámbito económico podemos afirmar que a los viejos problemas destacados por el pensamiento latinoamericano, se sumaron desde mediados de los años 70 varios nuevos temas que profundizaban la dificultades de progreso para América Latina.

Por empezar, el endeudamiento externo de la mayor parte de los países abrió camino a una fuerte ingerencia externa, tanto de acreedores privados como de organismos financieros internacionales en las políticas públicas de nuestros países. Los organismos estatales latinoamericanos sufrieron un fuerte desfinanciamiento, lo que minó sus capacidades de intervención económica, y fundamentalmente de promoción del desarrollo.

La segunda oleada de profundización de la dependencia provino de la adopción de las recomendaciones del llamado Consenso de Washington, que incluían la privatización del sector de empresas públicas del estado, la apertura de la economía a las importaciones y la desregulación de un conjunto de actividades estratégicas. Esas reformas consolidaron la debilidad estatal, abrieron los mercados al capital extranjero y promovieron la pasividad frente a las presiones y demandas del mercado mundial.

Fue el capital extranjero el mayor favorecido por la transferencia de las empresas públicas al sector privado, mientras que el tejido productivo local sufría la competencia provocada por la apertura externa. En tanto, el sector financiero se volvía crecientemente dependiente de los movimientos de capitales que libremente entraban y salían de los países. La venta de la propiedad nacional al capital extranjero no se dio sólo en el ámbito público, sino también en el privado, reflejando la debilidad de un empresariado local que requería para su subsistencia fuerte respaldo público. Ese cambio en la propiedad empresaria, dio pie a un renovado flujo de fondos que se remiten al centro bajo la forma de utilidades, pago de servicios y patentes, etc.

En algunos casos la combinación de políticas implementadas llevó a la reprimarización de algunas economías, debilitándolas y volviéndolas más dependientes del mercado global.

En la sociedad latinoamericana, los procesos económicos arriba mencionados condujeron al debilitamiento de los grupos y fracciones de clase que apoyaban un modelo de industrialización, de nacionalismo político y de autonomía nacional. Perdieron también fuerte peso los sindicatos, debido a los procesos de precarización e informalización de las economías, conjuntamente con las modificaciones jurídicas que apuntaron a la "flexibilización" laboral. Se debilitó económicamente la burguesía industrial local, así como su espacio de influencia política e ideológica. Crecieron a su vez los actores vinculados a la creciente financiarización de la economía, los grupos importadores, los prestadores privados de servicios y las empresas que se concentraron en la venta de bienes y servicios a los sectores más prósperos de la sociedad.

En la vida política, el debilitamiento de los viejos partidos vinculados a las coaliciones sociales industrializantes se reflejó en que no pudieron organizar un nuevo discurso que compatibilizara las banderas tradicionales con las nuevas realidades.

La presión constante del pensamiento neoliberal en los medios, en los foros internacionales y en las "tanques de pensamiento" locales que retraducían esas ideas y expresaban las nuevas fracciones sociales surgidas de la aplicación de las políticas del Consenso de Washington, disiparon al desarrollismo industrialista –incluso en las filas industriales– y contribuyeron a generar un contexto ideológico propicio a las políticas neoliberales.

Los procesos políticos tendieron a convalidar y a naturalizar las nuevas estructuras de la dependencia, limitándose los debates públicos a aquellas cuestiones que no implicaran confrontación con los actores dominantes en el plano local e internacional.

La acción comunicativa y formativa de los grandes medios, combinada con los fracasos económicos y las crisis provocadas por la aplicación de las políticas neoliberales contribuyeron a fortalecer la dependencia intelectual de las elites, de las clases medias y del mundo académico en relación a las

ideas y percepciones provenientes de los centros.

Los procesos arriba descriptos no podían dejar de tener su correlato en la esfera específica del pensamiento económico. Es imposible aislar la evolución de las ideas latinoamericanas del retroceso en otros campos de la vida social. La agenda de discusión económica fue fijada por los *think tanks* financiados por las grandes empresas, que contaron con el apoyo de los grandes medios de comunicación para transformar la visión empresaria en el "pensamiento único" disponible en nuestras sociedades. Las visiones alternativas fueron relegadas por la potencia del aparato ideológico y mediático del neoliberalismo, apoyado financieramente por el capital concentrado.

En síntesis: el fenómeno de la dependencia económica y cultural no desapareció en las últimas décadas en América Latina, sino que se profundizó. Al mismo tiempo, los efectos de esta profundización en la conformación de la sociedad y sus ideas, llevaron a debilitar el impulso regional por mantener el comando sobre su propio destino, y a un empobrecimiento de la vida intelectual. Los procesos políticos, económicos y culturales por los que ha pasado América Latina afectaron las posibilidades de indagación intelectual sobre nuestra realidad y por consiguiente la posibilidad de enunciación pública de una agenda temática relevante.

Mejora sin cambio estructural en la última década

Sin duda, a partir de comienzos de la década precedente, la situación de América Latina mejoró considerablemente, tanto en términos políticos como económicos. Esto se debió a un cambio del contexto internacional, en el que se verificó una mejora de los precios de nuestros bienes exportables, tasas de interés muy bajas y la aparición de algunos gobiernos regionales progresistas, con una visión más integradora de las políticas económicas y más autónoma en materia de las relaciones internacionales.

Sin embargo, los cambios positivos en materia de crecimiento económico, mejora de las finanzas estatales, incremento del gasto público y del gasto social, incorporación de millones a la vida económica, no constituyeron un salto cualitativo hacia estadíos mas elevados del desarrollo económico y social.

Para expresar sintéticamente y con claridad la trayectoria reciente de nuestra región, aún con el riesgo de simplificar algunos aspectos, proponemos esta síntesis de la evolución latinoamericana en las décadas recientes.

1- La *globalización* no modificó el lugar estructural subordinado que tiene la región en la economía mundial. Las mejoras parciales expresadas en modernizaciones en algunos sectores no constituyen una masa crítica para esperar un vuelco en la situación de subdesarrollo.

2- La mejora reciente en la situación económica mundial, que no alcanzó a plasmarse en cambios cualitativos en la región, tuvo en parte como fundamento una burbuja financiera que impulsó artificialmente la actividad económica, la demanda mundial y los precios de las materias primas.

3- La crisis estallada recientemente eliminó la burbuja de prosperidad ficticia, y vuelve a plantear las carencias tradicionales de América Latina tanto a nivel privado como público, irresueltas tanto por las características del flujo de inversión extranjera entrante, como por la baja dinámica innovadora de los actores privados locales.

Un diagnóstico sobre los factores que limitan nuestro desarrollo

A pesar del enorme potencial que tiene la región para satisfacer adecuadamente las necesidades de sus habitantes y garantizar un buen nivel y calidad de vida para todos, un conjunto de restricciones económicas y políticas deberán ser enfrentadas para cumplir esos objetivos. Mencionaremos algunas de las más importantes.

- La distribución del ingreso: el subcontinente continúa mostrando la peor distribución del ingreso del planeta. El efecto económico de esta distribución es que en la base de la pirámide social se agrupan vastas masas poblacionales sin capacidad para satisfacer mínimamente sus necesidades, en tanto en la cúspide se concentra

una fracción muy significativa del excedente que en parte es volcada al exterior, hacia los países centrales, bajo la forma de consumo suntuario, inversiones especulativas y otras formas de fuga de capitales. Es decir, la histórica distribución regresiva –profundizada por el neoliberalismo– "garantiza" que se esterilice parte del excedente económico en vez de aplicarlo al proceso de acumulación y creación de riqueza local.

- Los vínculos comerciales: la mayoría de los países latinoamericanos tiene sus principales mercados de exportación fuera de nuestra región, debido a la inserción internacional como exportadores de materias primas o productos de bajo contenido tecnológico. Eso significa que esos intereses y alianzas comerciales tienen un peso relevante a la hora de tomar decisiones políticas. A la inversa de Europa, o el este de Asia, donde el comercio intrarregional es muy vigoroso y creciente, en América Latina es débil y no alcanza para fortalecer y dinamizar los lazos de cooperación recíproca. El raquitismo del mercado local, producto de la regresiva distribución del ingreso, refuerza entonces el vuelco "hacia fuera" de nuestras economías.

- La ubicación en la división internacional del trabajo, a pesar de los históricos esfuerzos que han realizado un conjunto de países latinoamericanos en materia de industrialización, la región continúa teniendo un fuerte eje económico en la venta de materias primas, con muy bajo grado de procesamiento. Los elogios del sistema económico global hacia los países más dispuestos a ofrecer sus productos sin elaborar al mundo –considerados como políticas económicas "modernas"– muestran cual es la ubicación que la economía mundial reserva a Latinoamérica. A la inversa, los gobiernos sudamericanos que intentan con dificultades vías alternativas de distribución e inserción internacional se ven sometidos al boicot de las elites locales, respaldadas por los países hegemónicos.

- Bajo desarrollo científico y tecnológico: si hay algún hecho económico que no está sujeto a fuerte controversia es la importancia del conocimiento científico –tanto teórico como aplicado– para el desarrollo y la autonomía nacional. Este dato central, que ha caracterizado a la economía mundial en el siglo XX, sigue sin ser comprendido cabalmente en nuestra región. Ni las empresas locales, ni las firmas multinacionales, ni los propios estados nacionales, destinan recursos relevantes para I+D. Por lo tanto, la brecha tecnológica se ha agigantado, no sólo con los países centrales, sino con los países asiáticos que comprendieron el valor estratégico de la cuestión. A pesar de tendencias positivas que han mostrado algunos gobiernos, el esfuerzo debe ser mayor para organizar una agenda de investigación que se desarrolle en función de específicas prioridades latinoamericanas.

- Tratados comerciales extra-zona: una muestra de la debilidad política de nuestra región, y de los fuertes intereses locales a favor de la dependencia, la constituyen los tratados de libre comercio con Estados Unidos que han firmado Chile, Colombia y Perú. México, unido a la gran economía estadounidense a través del NAFTA, ha seguido un proceso de involución económica y social que es ignorado por las derechas sudamericanas que continúan promoviendo una "integración al mundo" subordinada. La Unión Europea le ha propuesto al MERCOSUR un tratado de libre comercio, basado en reglas de juego que básicamente benefician a los europeos. Estos tratados dificultan aún más que América Latina logre una dinámica económica y política propia restringiendo extraordinariamente su autonomía decisoria.

- La penetración del capital multinacional: este fenómeno de vieja data se profundizó en las últimas décadas acompañado por la ideología de la globalización y ha llevado a que importantes áreas de la economía regionales –en industria, finanzas, comercio internacional, actividades extractivas, servicios públicos– se encuentre en manos de firmas multinacionales. Esto significa que parte del liderazgo empresario no responda a lógicas de desarrollo local, sino de acumulación global. Fracciones empresarias locales tienden a asociarse con el capital multinacional, o son compradas una vez que han alcanzado un determinado nivel productivo y de presencia en el mercado. La debilidad y limitación de las propuestas económicos surgidos de éstos sectores son evidentes, aún comparados con los

formulados hace varias décadas por otros empresarios latinoamericanos.

- La colonización intelectual y cultural de las elites y sectores medios por parte de ideologías emanadas de los centros – en particular la ideología de la *globalización*– es tan fuerte, que dificulta el surgimiento de sectores que con una lectura propia que estén dispuestos a aprovechar la ventana de oportunidad dada por el contexto internacional económicamente favorable. La dimensión de la colonización no debe ser minimizada: abarca el campo intelectual, académico, comunicacional y del entretenimiento. La naturalización del subdesarrollo y una visión satelital del mundo son la consecuencia "natural" de la visión predominante en esos influyentes estratos sociales.

- La debilidad de los Estados es proverbial en América Latina, tanto en su baja capacidad de formular y ejecutar inteligentes políticas públicas, como en la impotencia para sustraerse al poder de los lobbies sectoriales. En la construcción del MERCOSUR, por ejemplo, se puede visualizar la permanente traba a su profundización a partir de la constante ingerencia de lobbies particulares sobre las orientaciones del bloque. La debilidad de nuestros estados frente al capital multinacional, o al poderío de otras potencias, sólo podría ser contrarestada con una fuerte construcción política regional, que si bien ha sido enunciada como meta, aún no encuentra caminos concretos de ejecución.

- Los diversos liderazgos políticos que sí coinciden en la integración, y que han creado una sinergia política positiva en la región, no han logrado aún transformar en acciones consistentes el conjunto de declaraciones a favor de la integración. Así, propuestas muy específicas como la creación del Banco del Sur, la adopción de una moneda de cuenta regional o el lanzamiento de grandes proyectos de infraestructura, no muestran avances a pesar de su evidente utilidad tanto económica como política. Si bien el MERCOSUR generó fuertes expectativas en cuanto a construir un espacio económico autónomo, que promoviera el desarrollo de las empresas regionales, e incluso fuera la semilla de una unión más trascendente para toda la región las debilidades que presenta han limitado la profundización del proyecto y lo mantienen relativamente estancado.

América Latina y su relación con las firmas multinacionales

Las empresas multinacionales (EMN) constituyen a comienzos del siglo XXI un actor económico y político decisivo a nivel global. La pregunta sobre cual debería ser la relación más conveniente entre nuestra región y el capital global es escasamente debatida, aun cuando sea una clave económica fundamental. En las décadas precedentes las EMN acrecentaron su presencia y poder en nuestra región. Dado el papel cada vez más relevante que tienen las EMN en la configuración del mundo actual, tiene sentido detenerse a analizar brevemente cómo ha evolucionado el vínculo recientemente.

En esta zona, la inversión extranjera directa (IED) se orienta preferentemente hacia los recursos naturales, con la excepción del Brasil y México. La especificidad del Brasil tiene que ver con el tamaño de su población, y por lo tanto las EMN priorizan el posicionamiento para las ventas de bienes y servicios en el amplio mercado interno. En México, las EMN valoran la mano de obra barata en relación al mercado norteamericano, y la cercanía geográfica al mismo, ya que el destino del grueso de la producción de las firmas instaladas en el norte de ese país, es Estados Unidos. Esta estrategia empresarial ha sido reforzada institucionalmente por el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN).

También la IED es atraída actualmente hacia América Latina por la potencial ampliación de un importante mercado de consumidores. Este factor se ha reforzado luego de la crisis de 2008, que ha frenado la expansión de los mercados consumidores en los países centrales. La incorporación de estratos poblacionales pobres de los países periféricos a las "clases medias" mundiales es una apuesta compartida en el mundo de las EMN.

Desde una perspectiva crítica, es pertinente advertir que esta ampliación del conjunto de los consumidores en los países "emergentes" puede producirse por dos vías contrapuestas. Una,

económicamente sostenible, basada en el incremento real y permanente de los ingresos de los estratos sociales más postergados, gracias al desarrollo de las fuerzas productivas locales (como parece ser el caso en buena parte de Asia). Otra, inviable en mediano plazo –pero ya ensayada en nuestra región–, basada en la apreciación cambiaria, que aumenta artificialmente la capacidad de consumo de amplios sectores poblacionales, facilitada por el acceso al abundante crédito externo disponible.

Por otra parte, la necesidad de recibir inversiones extranjeras para paliar situaciones de alto desempleo, de falta de divisas u otras, puede llevar a las autoridades de economías periféricas a privilegiar el ingreso de IED aún a costa de las necesarias salvaguardias ambientales o sociales. En paralelo, se está observando el crecimiento de las remesas de utilidades y otras transferencias de las EMN radicadas en América Latina hacia el exterior. La creciente demanda de divisas de las EMN podría causar tensiones en el sector externo latinoamericano, con implicancias macroeconómicas internas.

La utilización de una importante masa de utilidades provenientes fundamentalmente de actividades extractivas para incrementar la IED en la región merece ser estudiada con detenimiento, ya que modifica fuertemente la idea convencional de que "el ingreso de IED –entendido como fondos nuevos aportados desde el exterior– es una demostración de confianza en la región". Se trata básicamente de recursos generados en el propio espacio regional. Por ejemplo, la información disponible sobre el ingreso de IED en el Perú en 2010 muestra que la reinversión de utilidades explica el 78% de la IED total en esa economía. En ese caso, la IED sólo reflejaría la alta rentabilidad internacional de las actividades extractivas locales, que se encuentran en manos de EMN. También debemos señalar que se computa como IED la compra de empresas locales por empresas extranjeras, lo que representa un porcentaje significativo en el total de la inversión externa. En ese caso, la IED no tiene el efecto expansivo sobre el producto local al que habitualmente se la asocia.

Si el balance se realiza en términos cualitativos, el perfil de la IED que recibe la región dista de constituir un aporte significativo para complejizar su economía.

Esta debilidad del tipo de IED recibido en la región se puede verificar pasando revista al aporte que realizan las EMN a cuestiones centrales del desarrollo económico. Si se considera el gasto en investigación y desarrollo, la producción de bienes de elevada composición tecnológica destinados al mercado mundial, la capacitación técnica del personal, o la transferencia de conocimientos avanzados a firmas locales, se advierte que estos indicadores de desarrollo no sufren cambios significativos por la presencia de las EMN.

Esta constatación vuelve a dirigir la atención sobre las responsabilidades de los Estados regionales en el impulso de actividades claves para el desarrollo que –libradas exclusivamente a las prioridades de las EMN–, podrían quedar vacantes, truncando el despliegue de las potencialidades regionales.

Como explicación del vínculo escasamente fructífero de las economías latinoamericanas con las multinacionales, debemos caracterizar las debilidades regionales para poder trabajar sobre ellas. Distinguimos entre las principales:

- Carencia de un proyecto de desarrollo endógeno construido en base a las necesidades y recursos de la región, a partir del cual establecer los vínculos necesarios con el mercado mundial. La ausencia de una estrategia definida lleva a adaptarse pasivamente a las orientaciones y necesidades de otros actores del escenario internacional.

- Debilidad del Estado en América Latina para conducir eficientemente procesos de desarrollo, con carencias en el rol de planificación, regulación y aplicación de políticas específicas.

- Ausencia de políticas potentes en I+D: falta de estímulo a la innovación, promoción de recursos humanos calificados, estímulos focalizados hacia la diferenciación de productos y agregación de valor, estrategias de inserción en mercados sofisticados. etc.

- Inestabilidad macroeconómica: incertidumbre y cambios de las reglas de juego. Esto se debe, en parte, a la defectuosa inserción internacional (comercial y financiera) de la región que la vuelve

más vulnerable a las cambiantes alternativas globales. También juegan un papel en esta inestabilidad los comportamientos rentísticos y cortoplacistas de actores económicos locales.

Preguntas sobre un futuro abierto

Quien quiera proponer alternativas a la actual dinámica latinoamericana, estará obligado a plantearse ciertos interrogantes decisivos.

¿Qué lugar tienen en esta realidad latinoamericana las ideas sobre el desarrollo, la dependencia, y el pensamiento tecnológico nacional?

Desde nuestro punto de vista, son un punto de referencia ineludible para la reflexión y el debate. Al mismo tiempo, los nuevos tiempos y condiciones globales nos exigen una revisión crítica de las mismas.

Por ejemplo: el desarrollo económico y social ¿tiene hoy el mismo significado que en los años 60? La meta del desarrollismo latinoamericano era acercarnos en el mayor grado posible a la imagen de las sociedades prósperas: consumo de masas, producción de bienes sofisticados, difusión amplia de la tecnología en todos los sectores, industrias internacionalmente competitivas. ¿Son esas las mismas metas que hoy? ¿Podemos parecernos a las grandes sociedades de consumo desde el punto de vista productivo y tecnológico? Pero además de eso, ¿queremos hacerlo?

Aún cuando respondamos que sí a los dos interrogantes anteriores ¿podremos lograrlo en forma separada? La reflexión crítica en América del Sur advierte sobre el lugar subordinado que nos espera si nos integramos en forma individual al "orden global", como están intentando algunos países de la región sin logros importantes para exhibir.

También nos debemos un debate profundo en torno a quienes serían los eventuales actores de un proceso de desarrollo. Si el empresariado regional ha mostrado severas limitaciones para liderar una transformación profunda en la región, ¿porqué apostar nuevamente a transferir ingentes recursos sociales vía subsidios, precios, tarifas, aranceles, tasas de interés, a sectores que no transforman esos costosos estímulos en una dinámica productiva de progreso nacional o regional? ¿En qué condiciones, entonces, deberíamos buscar la industrialización? ¿Qué tipo de industrialización y con qué actores?

El concepto de dependencia debe ser revisado. Y no precisamente porque sea irrelevante, o porque la "globalización" haya disuelto el problema. Cuando en los años 60 se denunciaba la dependencia, una de los aspectos más cuestionados era la presencia del capital extranjero, tanto en las actividades extractivas como en las industriales. Se consideraba que esa presencia deformaba nuestras economías, y generaba una sangría sistemática de recursos, debilitando el proceso autóctono de acumulación y crecimiento. ¡Y aún no había aparecido la financiarización de la economía mundial y la nueva dependencia financiera! En los años 60 tampoco se había pensado en la invasión masiva y silenciosa de las multinacionales también en los campos de los servicios públicos, los medios de comunicación, las tierras. Cuando se pensó la teoría de la dependencia se advirtió, por supuesto, la importancia de las dimensiones culturales del fenómeno de la "colonización" ideológica de las elites y capas medias de la población. Pero nunca se podía preveer la profundidad que adquirió el "pensamiento único" neoliberal, impregnando las percepciones hasta de los sectores subordinados gracias a la masividad y sofisticación de la presencia mediática y la hegemonía del capital global. ¿Es reversible este proceso de hiper-dependencia? ¿En qué condiciones de posibilidad políticas e históricas?

¿Es posible admitir los cambios de poder mundiales, con el consiguiente debilitamiento relativo de nuestros países, sin sucumbir a un "realismo periférico" justificatorio de un satelismo extremo? ¿Qué papel debería jugar la integración regional en una estrategia articulada de independencia? ¿Se debe privilegiar la disputa en el terreno económico, financiero, tecnológico, o en el ideológico-cultural? ¿Y quienes serían los actores de dicha disputa?

Los avances monumentales en el campo del conocimiento en los países centrales han ampliado la brecha en relación al mundo

periférico, en materia de CyT. ¿Cómo y en dónde colocar nuestros esfuerzos? ¿Podemos darnos el lujo del *laissez faire* en materia de orientación de la I+D en un contexto global ultra competitivo, o debemos priorizar actividades en base a una estrategia de largo plazo? Pero ¿Quién definiría tal estrategia, y qué poder tendría para implementarla?

En los 60 las restricciones ecológicas al modelo de crecimiento económico predominante en todo el planeta parecían lejanas. Hoy, en cambio, los peligros son mucho más visibles. Ya se están expresando en el clima y en diversos desastres ambientales que están siendo provocados por la acción del paradigma económico dominante. ¿Debemos incorporar estos elementos estructurales en nuestras estrategias de desarrollo, anticipándonos a lo que indefectiblemente ocurrirá, o trataremos de continuar imitando estilos y formas de consumo provenientes de los centros? ¿Nuestra meta debe ser producir más automóviles a nafta, o eléctricos, o mejores transportes públicos? ¿O repensar el hábitat urbano y nuestro estilo de vida?

El ecologismo ha advertido sobre los límites físicos del planeta y la presión desmesurada sobre los recursos disponibles de sus 7.000 millones de habitantes, en tanto tratan de vivir y consumir imitando a sus pares occidentales desarrollados. Parece imprescindible incorporar hoy esta dimensión a nuestros planes y proyectos. La imposibilidad de sostener el tipo de consumo actual implicará cambios en los valores sociales, y en la subjetividad de los individuos. ¿Tendremos algo para decir desde América Latina? ¿Tenemos algo para decirle a la humanidad en cuanto a la calidad de la vida y el valor de la misma?

Immanuel Wallerstein, uno de los estudiosos del "sistema-mundo" sostiene que ya no hay espacio en el mercado mundial para la irrupción "fácil" de nuevos países desarrollados. El mercado mundial está saturado, y para poder entrar hay que desplazar a otros competidores. Si el mercado mundial no tiene lugar para la fácil expansión de nuevos advenedizos periféricos –por lo menos con los mismos productos y procesos que los que ya entraron– si se quieren "repetir" experiencias, se deben enfrentar condiciones objetivamente peores que las de las experiencias emuladas, ya que otros llegaron antes y que las regulaciones internacionales son crecientemente desfavorables a las prácticas interventoras.

Otro desafío para el desarrollo latinoamericano proviene de Asia. El caso más espectacular en términos de la problemática del desarrollo, y de alto impacto internacional, es el de China. De una dimensión colosal, con casi un cuarto de la población mundial y cientos de millones de trabajadores escasamente remunerados, con tasas de crecimiento cercanas al 9% anual durante las dos últimas décadas, China ha absorbido la mayor parte de la inversión extranjera directa internacional desde los 90.

Estas características la transforman en una verdadera aplanadora industrial, potenciada por la debilidad artificial de su moneda. Esa economía de tamaño "global" hace que los movimientos de China dejen de ser un "experiencia nacional", ya que modifican y afectan el cuadro económico internacional.

La expansión china está impactando al conjunto de la economía mundial, contribuyendo entre otras cosas a la caída general del salario y presionando a la desindustrialización de otras regiones. Las economías desarrolladas sienten el impacto de las exportaciones chinas, pero cuentan con recursos tecnológicos e institucionales para manejar el desafío. América del Sur, por lo pronto, ha tenido una actitud pasiva y descoordinada frente a la vigorosa dinámica comercial e inversora de China ¿Es sensato continuar adaptándose pasivamente a las necesidades de aquel país, que ha contribuido en los últimos tiempos a aliviar el escenario económico regional, o deberíamos formular metas propias para el intercambio? ¿No constituye un socio tan poderoso una verdadera prueba sobre nuestras intenciones y determinación en materia de desarrollo e integración regional?

En todo caso, a la presión aperturista sobre los países subdesarrollados representada por la Organización Mundial de Comercio y los organismos financieros internacionales –con sus conocidas políticas de liberalización financiera y de ajuste anti-desarrollo–, se agrega esta presión exportadora industrial china, lo que añade un

desafío adicional a cualquier propuesta de industrialización en la periferia.

La presión de los regímenes internacionales controlados por los países centrales apunta a restringir los márgenes de acción estatal periférica, en tanto la presión competitiva se incrementa. Paradójicamente, cuanto más necesaria es una dirección sofisticada de las capacidades locales para potenciar las eventuales ventajas competitivas, más hostil –en lo ideológico e institucional– es el escenario promovido por los países centrales para aplicarlas.

Finalmente la pregunta sobre la acción: ¿a partir de qué impulso, de qué actores, puede recrearse la búsqueda del desarrollo?

En tanto perviva un anhelo social por la equidad, por una vida decente, por el derecho a participar en los logros de la civilización, en la construcción del propio destino, persistirá la demanda explícita o implícita del desarrollo, como respuesta integradora de múltiples dimensiones de la vida.

Nuevamente el esfuerzo periférico consistirá en procesar críticamente las teorías "nuevas" que cada tanto llegan desde el centro, prometiendo atajos hacia el desarrollo –que por lo general profundizan la dependencia–, y pensar la perspectiva propia.

¿Quién será el portador social del impulso a la eficiencia, a la innovación y el progreso técnico, a la complejización productiva y a la integración social? ¿Clases, elites políticas, intelectuales, individuos providenciales, alguna combinación de los mismos?

Si la maduración social de un nuevo impulso al desarrollo se verificara en algún punto del futuro, la historia se ocupará de contestar de qué forma se organizará el poder político que lo transforme en una agenda nacional, o eventualmente continental.

Perspectivas

La actual crisis mundial plantea la pregunta, a partir de su manifiesta tendencia al estancamiento económico, si no se está terminando el modelo propuesto para los países periféricos durante las últimas décadas, basado en una economía exo-dirigida. Ese modelo suponía la existencia de un "mercado mundial" ilimitadamente ávido de productos que reposaba en el falso supuesto de una demanda siempre superior a la oferta. Es cierto que un grupo de países podían aprovechar la ventaja del modelo exo-dirigido, aprovechando la demanda exógena para crecer más allá de su potencial interno. Pero ese modelo no podía, ni puede, ser generalizado a nivel mundial ya que el planeta como unidad no puede exportar más que lo que importa.

Precisamente el país que permitía mantener la ficción de la validez universal de los modelos exo-dirigidos era Estados Unidos, cuya demanda absorbía la oferta excedente de numerosos países. La vuelta de la demanda norteamericana a niveles "normales", por la restricción que está imponiendo el endeudamiento del país, obligará a numerosas naciones a un replanteo.

Quizás en un primer momento cobre fuerza la idea de reemplazar a EEUU por otros mercados "alternativos" de exportación, pero lo cierto es que no hay nadie en el mercado mundial en condiciones de cumplir ese rol, en tanto no emita moneda global. Si "otro Estados Unidos" es imposible, la forma de dar una respuesta expansiva a la crisis será la creación de demanda efectiva allí donde sólo hay demanda potencial, sin capacidad de compra efectiva. Para una región como la latinoamericana que cuenta con una masa significativa de excluidos, y al mismo tiempo con la peor distribución del ingreso del planeta, una opción posible desde el punto de vista de los recursos disponibles es la implementación de políticas más ambiciosas de redistribución del ingreso. De esa forma, se incorporaría al mercado regional una parte considerable de la población, ayudando a absorber parte de la producción no exportable y dinamizando actividades que hasta el presente contaban con mercados más reducidos y por lo tanto no ganaban en escala de producción.

Por otra parte, América Latina no puede seguir comportándose en forma autista, formulando su proyecto de integración como si contara con tiempo infinito.

La velocidad con la que se están desarrollando los acontecimientos en el mundo es enorme. Nuevos espacios de poder económico, tecnológico y

militar están surgiendo. Nuevas alianzas, de gigantescas dimensiones, están ocurriendo. Son previsibles disputas en torno a la reconfiguración del orden global. No cabe duda que nuestra región se verá envuelta en éstos procesos, más allá de su voluntad. Puede participar en la configuración global como un actor activo, o como un mero "territorio" en el que están disponibles numerosos insumos para ser utilizados en otras estructuras productivas más avanzadas, externas a la región. La pasividad frente a un escenario de éstas características es una vía segura a tener un papel subordinado en la economía mundial en los próximos tiempos.

Estamos, entonces, nuevamente frente al peligro de reproducir el atraso, al confundir un clima de fraternidad y de buenas intenciones, con las acciones reales que signifiquen la construcción concreta en la integración. Este aspecto muestra pocos avances, y por lo tanto compromete la posibilidad de estar en condiciones de tomar el comando de nuestro destino y encarar las tareas imprescindibles para ganar soberanía y libertad.

La superación de ese retraso histórico no se logrará simplemente retomando el crecimiento económico, lo que es muy valioso, sino realizando un conjunto de transformaciones cualitativas (en la forma de producir, de distribuir, de conectarse con el mundo, de conducir el proceso económico propio) que sólo empezaron a realizarse parcialmente en algunos países de la región.

América Latina tiene abierta la posibilidad de ensayar caminos no transitados, profundizando su mercado interno mediante una distribución más equitativa, coordinando y planificando un uso estratégico de sus recursos financieros y naturales, multiplicando su inversión en I+D y profundizando las sinergias que sin duda existen en su vasto y rico territorio

Los países latinoamericanos que aún conserven el propósito de no ser capturados en las dinámicas de otras regiones, como ya nos ocurrió en el siglo XIX y parte del siglo XX, tendrán la obligación de acompañar las declaraciones "políticamente correctas" con la voluntad de hacer. Hacer más y hacer mejor ■

Bibliografía

Amin, S. (1997). *Los desafíos de la mundialización*. México: Siglo XXI.

Aronskind, R. (2012). "Modelos emergentes después de la crisis internacional. La reconfiguración del capitalismo mundial". En *Macroeconomía. Empleo e ingresos – Debates y políticas en Argentina frente a la crisis internacional 2008-2009*. Buenos Aires: MTEySS – OIT

Aronskind, R. (2007). *El impacto de la IED sobre la inserción internacional de América Latina*. Tesis de Maestría Relaciones Internacionales FLACSO. Buenos Aires.

Aronskind, R. (2004). *The impact of Global Trends and Local Reform Policies on Latin American Workers in the 1990s en Labour and New Social Movements in a Globalising World System*. Viena: ITH.

Aronskind, R. (2002). *La economía argentina en la época de la globalización. en Sociedad nacional y globalización*. Buenos Aires: Fundación OSDE.

Arrighi, G. y Silver. B. (2001). *Caos y orden en el sistema-mundo moderno*. España: Akal.

Azpiazu, D. y Nochteff. H. (1994). *El desarrollo ausente*. Buenos Aires: Flacso-Tesis.

Bambirra, V. (1987). *El capitalismo dependiente latinoamericano*. Buenos Aires: Siglo XXI.

Brenner, R. (2003). *La expansión económica y la burbuja bursátil*. España: Akal.

Bresser-Pereira, L.C. (2007). "La estrategia de crecimiento con ahorro externo y la economía brasileña de principios de la década del noventa". En Vidal y Guillén (comps.), *Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización. Homenaje a Celso Furtado*. Buenos Aires: CLACSO.

Cardoso, F. H. y Faletto, E. (1978). *Dependencia y desarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI.

CEPAL (2001). *Una década de luces y sombras. América Latina y el Caribe en los años noventa*. Colombia: CEPAL-Alfaomega.

Cimoli, M. (editor) (2005). *Heterogeneidad estructural. asimetrías tecnológicas y crecimiento en América Latina*. Santiago de Chile: CEPAL-BID.

Chesnais, F. (2001). *La mundialización financiera - Génesis. costo y desafíos*. Buenos Aires: Losada.

Devés Valdés, E. (2009). *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX - Tomo II. Desde la CEPAL al neoliberalismo (1950-1990)*. Buenos Aires: Biblos.

Dos Santos, T. (2003). *La teoría de la dependencia – Balance y perspectivas*. Buenos Aires: Plaza y Janés.

Dussel Peters, E. (2000). *La inversión extranjera en México*. Santiago de Chile: CEPAL.

Fajnzylber, F. (1984). *La industrialización trunca de América Latina*. Buenos Aires: CEAL.

Ffrench-Davis. R. y Ocampo J. A. (2001). "Globalización de la volatilidad financiera. desafíos para las economías emergentes", en *Crisis financieras en países "exitosos"*. Santiago de Chile: McGrawHill.

Furtado, C. (1999). *El capitalismo global*. Buenos Aires: FCE.

Goldenstein, L. (1994). *Repensando a Dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gowan, P. (2000). *La apuesta por la globalización. La geoeconomía y la geopolítica del imperialismo euro-estadounidense*. España: Akal.

Gunder Frank, A. (1979). *Lumpenburguesía. lumpendesarrollo – Dependencia. clase y política en Latinoamérica*. Barcelona: LAIA.

Hopenhayn, B. y Vanoli, A. (2002). *La globalización financiera - Génesis. auge. crisis y reformas*. Buenos Aires: FCE.

Jaguaribe, H. (1969). "Causas del subdesarrollo latinoamericano". En VVAA, *La crisis del desarrollismo y la nueva dependencia*. Buenos Aires: Amorrortu.

Lipietz. A. (1992). *Espejismos y milagros - Problemas de la industrialización en el Tercer Mundo*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

McKinsey & Company (2012). "Winning the $30 trillion decathlon – Going for gold in emerging markets". Disponible en: http.//www.mckinsey.com/features/30_trillion_decathlon.

Marini, R. M. (1972). "Dialéctica de la dependencia. la economía exportadora". En Revista *Sociedad y Desarrollo* Nº 1. Universidad de Chile. Santiago de Chile: Centro de Estudios Socioeconómicos.

OECD (1997). *Industrial competitiveness in the knowledge-based economy. The New Role of Governments*. París: OECD.

Pinto, A. (1996). "Concentración del progreso técnico y de sus frutos en el desarrollo latinoamericano". *El Trimestre Económico* Nº 249. México.

Pipitone, U. (1997). *Ensayos sobre desarrollo y frustración. Asia Oriental y América Latina*. México: Porrúa.

Prebisch, R. (1986). *Capitalismo periférico*. México: FCE.

Sábato, J. (1975). *El pensamiento latinoamericano en la problemática ciencia-tecnología-desarrollo-dependencia*. Buenos Aires: Paidós.

Salama, P. y Mathías, G. (1986). *El Estado sobredesarrollado*. México: Era.

Schvarzer, J. (1998). *Implantación de un modelo económico – La experiencia argentina entre 1975 y el 2000*. Buenos Aires: A-Z.

Sikkink, K. (1993). "Las Capacidades y la autonomía del Estado en Brasil y la Argentina. Un enfoque neo-institucionalista". Revista *Desarrollo Económico* Nº 128, Buenos Aires.

Sunkel, O. (1991). *El Desarrollo desde dentro - Un enfoque neoestructuralista para la América Latina*. México: FCE.

Tavares, M. da C. y Fiori. J. L. (1997). *Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização*. Brasil: Vozes.

UNCTAD (2012). "Reports on Foreign Direct Investment". Disponible en: http.//unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx.

Vidal, G. (2007). "La expansión de las empresas transnacionales y la profundización del subdesarrollo. La necesidad de construir una alternativa para el desarrollo". En Vidal y Guillén (comps.), *Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización. Homenaje a Celso Furtado*. Buenos Aires: CLACSO.

Wade, R. y Veneroso, F. (1998). "The Battle Over Capital Controls". *New Left Review* Nº 231, Londres.

Wade, R. (1997). "Japón, el Banco Mundial y el arte del mantenimiento del paradigma. El milagro del Este asiático en perspectiva política", Revista *Desarrollo Económico* Nº 147, Buenos Aires.

Wallerstein, I. (1998). "Desarrollo. ¿Cinosura o ilusión?". En *Impensar las ciencias sociales*. México: Siglo XXI.

Ricardo Aronskind

Magister en Relaciones Internacionales. Investigador Docente en la Universidad Nacional de General Sarmiento. Argentina. E-mail. raronski@yahoo.com

El estructuralismo latinoamericano y la Interpretación del Mundo

Raúl Bernal-Meza*

Resumen

El artículo presenta una síntesis de la evolución del pensamiento de la CEPAL y del estructuralismo, desde sus orígenes, con las interpretaciones de Raúl Prebisch, hasta la actualidad. Explica las etapas de su evolución, la relación con el debate sobre el desarrollo, los niveles de análisis a los que se aplicó o que derivaron de esas reflexiones; destacando su relevancia, actualidad, influencia y proyección internacional. Pone de relevancia su originalidad y la caracterización como el único complejo de ideas originado en el Tercer Mundo que ha brindado una interpretación histórica del sistema mundial.

Palabras clave: Estructuralismo. Centro—periferia. Sistema mundial Desarrollo-subdesarrollo.

Abstract

THE STRUCTURALISM OF LATIN AMERICA AND THE INTERPRETATION OF THE WORLD

The article presents an overview of the evolution of thought ECLAC and structuralism, from its origins, with interpretations of Raúl Prebisch, until today. Explain the stages of its evolution, the relationship with the debate on development, levels of analysis that was applied to or derived from these reflections; highlighting the relevance, timeliness, influence and international projection that structuralism has had. Serves to underscore its uniqueness and characterization as the only complex originated ideas in the Third World has provided a historical interpretation of the world system.

Keywords: Structuralism. Core-periphery. World system. Development and underdevelopment.

Presentación

Las reflexiones de la CEPAL, desde su creación, en 1948, y el *estructuralismo* están estrechamente vinculados a las preocupaciones sobre el desarrollo económico. El *desarrollo*, como concepto y en tanto preocupación de la política gubernamental es anterior al pensamiento cepalino, pues aparece en los debates sobre política económica como consecuencia de la crisis de los años de 1930. Lo original es que el pensamiento generado en la institución (y también fuera de ella, aunque desde su misma epistemología centro-periferia) produjo una explicación sobre el por qué los no-desarrollados eran tales. Ligado al de *subdesarrollo*, el concepto es de tal relevancia que contribuye de manera fundamental a otorgarle carácter a nuestro pensamiento y prioritariamente a nuestro pensamiento económico-político y de relaciones internacionales.

Temáticamente, ha constituido lo que hoy entendemos por "pensamiento latinoamericano". La relación antitética desarrollo-subdesarrollo dio origen a tres líneas de preocupación del pensamiento: la modelización de la estructura sistémica (centro-periferia), la interpretación del desarrollo y el subdesarrollo como procesos históricos y las propuestas para superar esa condición de atraso.

El concepto de *desarrollo* se lo ha asociado a la industrialización, al progreso tecnológico y científico, a la urbanización, al aumento del ingreso per cápita y al mejoramiento de las condiciones de vida en términos de alimentación, vivienda, educación y salud. Pero también el concepto se ha proyectado al pensamiento político y a las humanidades (Devés,2003); fundamentando también la integración económica[1] y, como preocupación, apareciendo entre los temas recurrentes de las políticas exteriores latinoamericanas.[2]

El surgimiento en América Latina de un pensamiento económico y de relaciones internacionales, propio, original, fundado en una interpretación sistémica, estructural e histórica de las causas del subdesarrollo de nuestros países y, consecuentemente, la formulación de propuestas autocentradas para superarlo, se produce en un momento en que hay un vacío en el pensamiento económico de los centros, cuando la crisis de los años treinta demolió la visión neoclásica e instaló, en su lugar, el paradigma keynesiano, que legitimó lo que posteriormente sería clave en la formulación del pensamiento estructuralista: la intervención del Estado.[3]

El pensamiento estructuralista latinoamericano, surgido de la reflexión de un grupo de intelectuales y pensadores reunidos en torno a la Comisión Económica de América Latina y más tarde desarrollado en coincidencia con otros centros de reflexión, sentó las bases epistemológicas para un abordaje de *economía política* de las relaciones internacionales, brindando los fundamentos para la interpretación sobre la configuración de un mundo desigual, dividido entre países desarrollados y subdesarrollados, entre potencias dominantes y países dominados, a partir de una construcción modélica, de morfología sistémica, denominada "centro-periferia". Pensadores como su líder Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto y Medina Echavarría; a los que se agregaron después Aldo Ferrer, H. Jaguaribe y los autores enrolados en el enfoque de la Dependencia, como F.H. Cardoso, P. Vuscovik, O. Sunkel, E. Faletto, T. Dos Santos, P. Paz, R.M. Marini y otros posteriores, entre los cuales se destacó L. Tomassini, desarrollaron una línea de pensamiento que, sostenida en la historia, brindó, desde la periferia, una interpretación estructural de la evolución del sistema mundial, a partir de la expansión europea iniciada entre fines del siglo XV y comienzos del XVI y que dio origen, por primera vez en la historia de la humanidad, a la configuración de un mundo global.

Según R. Bielschowsky, el núcleo central del pensamiento, que se confundiría después con el de la propia organización (CEPAL), está en el cruce entre un método esencialmente histórico e inductivo, por un lado, y una referencia abstracto teórica propia –la teoría estructuralista del subdesarrollo periférico latinoamericano- por el otro (Bielschowsky, 1998, p.21).

Esta escuela de pensamiento –el estructuralismo latinoamericano-, que constituye el único aporte periférico a la filosofía de la historia, influyó en pensadores de otras regiones del mundo desarrollado, como A.G. Frank e I. Wallerstein, extendiendo su influencia hacia otras regiones del llamado "tercer mundo", como África[4] –donde generó un pensamiento dependentista que incorporó los conceptos, categorías y la formulación modélica del estructuralismo[5]- y Asia, dando también fundamento teórico a las preocupaciones globales por el desarrollo, la creación de la UNCTAD y el debate Norte-Sur.[6]

El problema del desarrollo

La preocupación por el desarrollo y la naturaleza del subdesarrollo ocupó la atención del pensamiento estructuralista desde el inicio. La misma está en las reflexiones de Prebisch y Furtado, dando origen a la *teoría del desarrollo* que cuestiona la teoría del desarrollo que se deriva del modelo neoclásico.

El principal texto de la CEPAL sobre el desarrollo y el subdesarrollo, que es resultado del carácter de las relaciones entre el centro y la periferia es el trabajo

de Prebisch, *Estudio Económico de América Latina*, de 1949, publicado por las Naciones Unidas en 1951; cuya fundamentación teórica acerca del análisis del desarrollo latinoamericano aparece en un artículo publicado por anterioridad por Raúl Prebisch, bajo el título "El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas", de abril de 1950; considerado más tarde como *el manifiesto de la CEPAL*.[7]

En esos textos existen dos o tres ideas básicas. En *oposición* a la idea vigente en los medios liberales-ortodoxos que aceptaban la premisa fundamental de la teoría del mercado acerca de las ventajas comparativas de la división internacional del trabajo, Prebisch afirma que las relaciones económicas entre el centro y la periferia tienen a reproducir las condiciones de subdesarrollo y a aumentar la distancia entre países desarrollados y subdesarrollados, porque los países centrales se apropian de la mayor parte de los frutos del progreso técnico, cuyas evidencias fueron presentadas en documentos de Naciones Unidas que mostraban una tendencia al deterioro de los términos de intercambio entre los bienes primarios y los manufacturados. Prebisch enumera tres factores causales de esta estructura condicionadora de diferencias crecientes: 1) la tasa de crecimiento de la productividad en la producción manufacturera es más alta que en la producción de bienes agrícolas; 2) el aumento de la productividad debería trasladarse a los precios de los productos industriales a través del menor valor agregado a cada unidad producida; 3) sin embargo, como en los países industrializados existe presión sindical para mantener el nivel de los salarios, y la producción industrial se organiza en forma tal que los oligopolios defienden su tasa de ganancias, los precios no bajan proporcionalmente al aumento de la productividad (Cardoso,1979:180-181).

Prebisch se planteó entonces la formulación de una *Teoría Global del Desarrollo*. "El punto de partida lo constituía el hecho que el capitalismo periférico es parte del sistema mundial, pero tiene su propia especificidad. Por esta misma especificidad las teorías elaboradas en los centros, desde el punto de vista de la periferia, adolecen de una falsa pretensión de universalidad. Sostuvimos esta tesis desde nuestros primeros tiempos en la CEPAL y la observación ulterior de los hechos nos ha llevado a confirmarla plenamente. Las teorías neoclásicas no se propusieron explorar la realidad periférica, como tampoco se lo propuso el marxismo y la revolución teórica keynesiana puso el acento en la tendencia hacia el exceso de ahorro en un capitalismo maduro, lo cual, obviamente, es ajeno a la periferia. Necesitamos pues un esfuerzo propio de elaboración teórica. No se trata de prescindir de las teorías de los centros, sino de reconocer la especificidad del capitalismo periférico. En otros términos, debe construirse una teoría que abarque al esquema centro-periferia en toda su complejidad" (Prebisch,1987:31).

Furtado (1964:80-81), señaló que el proceso de desarrollo se realiza, ya sea mediante nuevas combinaciones de los factores existentes, al nivel de la técnica conocida, o mediante la introducción de innovaciones técnicas. Dentro de una simplificación teórica se puede admitir como plenamente desarrolladas aquellas regiones donde, no existiendo desocupación de mano de obra, solo es posible aumentar la productividad (la producción real *per capita*) mediante la introducción de nuevas técnicas. Por otra parte, aquellas regiones cuya productividad aumenta, o podría aumentar, por la simple implantación de las técnicas ya conocidas, son consideradas en diversos grados de subdesarrollo. Por consiguiente, el crecimiento de una economía desarrollada constituye, sobre todo, un problema de acumulación de nuevos conocimientos científicos y de adelantos en la aplicación tecnológica de dichos conocimientos. El crecimiento de las economías subdesarrolladas representa, sobre todo, un proceso de asimilación de la técnica predominante en su época.

A diferencia del pensamiento neoclásico, en el pensamiento estructuralista el *desarrollo económico* es considerado como un proceso marcadamente desigual, que es sólo posible en un contexto sistémico; es decir, global. La teoría del Desarrollo interpretó el *desarrollo* como un proceso global, es decir, sistémico. El aumento constante de la productividad, en un mundo global, se convertía en el desafío a superar para alcanzar el desarrollo. Posteriormente el dependentismo, con las ideas de O.Sunkel, señaló

que no se podía admitir que el subdesarrollo fuera un momento en la evolución de una sociedad económica, política y culturalmente aislada y autónoma. El subdesarrollo era parte del proceso histórico global del desarrollo y ambos eran las dos caras de un mismo proceso universal, históricamente simultáneos y vinculados funcionalmente; es decir, que interactuaban y se condicionaban mutuamente; que su expresión geográfica se concretaba en dos partes de polarizaciones: países industriales, avanzados, desarrollados o centrales, y los países subdesarrollados, atrasados, pobres, periféricos y dependientes. Por tanto, el desarrollo y el subdesarrollo podían comprenderse como estructuras parciales pero interdependientes, que conformaban un sistema único. Una característica principal que diferenciaba a ambas estructuras era que la desarrollada, en gran medida en virtud de su capacidad endógena de crecimiento, era la dominante, y esto se aplicaba tanto entre países como dentro de regiones de un mismo país (Sunkel,1971). Como señaló Dos Santos (1979:216), por dependencia se entiende una situación en que la economía de ciertos países está condicionada por el desarrollo y la expansión de otra economía a la que está sometida.

El concepto de la dependencia nos permite contemplar la situación interna de los países dependientes como parte de la economía mundial. No se trata de que ambas economías –las centrales y las periféricas- estén separadas, sin un vínculo estructural que las englobe. Todo lo contrario. Se trata de una relación de interdependencia –que se da entre dos o más economías y entre éstas y el comercio mundial, pero en la cual la economía de los países dominantes puede expandirse y ser autosuficiente, mientras que las economías de los países dominados sólo pueden hacer lo anterior como un reflejo de tal expansión, la que puede tener un efecto positivo o negativo sobre su desarrollo inmediato (Dos Santos,1979).

La evolución del pensamiento

El pensamiento estructuralista pasó por distintas etapas. Mientras en las primeras puso atención preferente a los aspectos económico-históricos del desarrollo de una economía global, en etapas sucesivas los pensadores dieron atención preferente a los aspectos sociológicos, a partir de la configuración de las sociedades coloniales y la posterior articulación entre éstas y las sociedades desarrolladas.

1) *El pensamiento original: Prebisch*[8]

Su punto de partida fue la crítica a la teoría clásica y neoclásica del comercio internacional, modelizando el funcionamiento del comercio a través de la formulación *centro-periferia*. Esta construcción modélica fue construida sobre la teoría del "deterioro de los términos de intercambio". Prebisch sostuvo que la estructura de las relaciones económicas entre el centro y la periferia tendía a reproducir las condiciones de subdesarrollo y a aumentar la distancia entre los países desarrollados y los países periféricos, a través de la apropiación de los frutos del progreso técnico y de las diferencias en el aumento constante de la productividad que beneficiaba a las economías industrializadas. Esta estructura, desarrollo-subdesarrollo, es mantenida y perpetuada a través de la división internacional del trabajo; de allí que el punto de partida de Prebisch fuera la crítica a las formulaciones teóricas que propendían a mantener las formas de especialización del trabajo.

2) *La Teoría del Desarrollo (Furtado):*

Explica el desarrollo como un proceso global, sistémico, como consecuencia de la propagación de las nuevas formas de producción y de la tecnología.

El subdesarrollo es una creación histórica del desarrollo, como consecuencia del impacto de los procesos técnicos y de las formas de división del trabajo. El subdesarrollo no es una fase del desarrollo, porque la periferia no puede reproducir las condiciones y experiencias de los centros.

Mientras Prebisch se aplicó a la comprensión del rol que la tecnología había jugado en la especialización y distribución del comercio, Furtado analizaría el papel del progreso técnico y el control de la tecnología en la configuración histórica de la estructura dual desarrollo-subdesarrollo; cuyo principal vector de transmisión de la tecnología moderna fue, por

mucho tiempo, el comercio exterior de Inglaterra. De allí que este pensador pusiera énfasis en la historia; visión que sería compartida posteriormente por los pensadores Dependentistas y los neo-estructuralistas. Como él recordó de sus esbozos de crítica de 1953, "el desarrollo económico es esencialmente histórico. Cada economía que se desarrolla enfrenta una serie de problemas que le son específicos, si bien muchos de ellos son comunes a otras economías contemporáneas. El complejo de recursos naturales, las corrientes migratorias, el orden institucional, el grado relativo de desarrollo de las economías contemporáneas singularizan cada fenómeno histórico de desarrollo" (Furtado,1988:198).

3) *Enfoques de la Dependencia:*

Mucho se ha escrito tratando de diferenciar esta línea de interpretación respecto de su matriz cepalina-estructuralista. Lo cierto es que esas ideas nacen en buena parte en la propia organización. Como señala Cardoso (1979:208), hacia mediados del decenio de 1960, tanto dentro como fuera de la CEPAL comenzó a desarrollarse otra línea de interpretación más sociológica y política- que, si bien no se incorporó de inmediato al pensamiento de la institución aparecería posteriormente en los textos de Vuskovic, Celso Furtado, Osvaldo Sunkel y otros. Esta línea, que pasó a conocerse como la "teoría de la dependencia" y luego bajo el concepto de "dependencia estructural", explica que la dependencia de los países y sociedades se caracteriza por una situación condicionante que determina los límites y posibilidades de acción y comportamiento de los dominados.

Centra su análisis en los procesos históricos; hace insistencia en que el fenómeno de la dependencia involucra elementos internos y externos y que las relaciones de dependencia se dan entre distintos Estados, afectan a diversas clases sociales, sectores económicos y regiones geográficas al interior de un mismo país. Según Dos Santos (1970:180-181), la dependencia está fundada en una división internacional del trabajo que permite el desarrollo industrial de algunos países y limita este mismo desarrollo en otros, sometiéndolos a las condiciones de crecimiento inducido por los centros de dominación mundial (…). Grupos minoritarios nacionales con alta concentración de capital, dominio del mercado mundial, monopolio de las posibilidades de ahorro e inversión son elementos complementarios en el establecimiento de un sistema internacional desigual y combinado.

H. Jaguaribe analizó el vínculo entre "hegemonía" y "autonomía", para abordar el fenómeno de la dependencia. Y las alternativas políticas para un desarrollo autónomo. En sus trabajos (1979,1982), analizó las formas como se sostiene y se perpetúa la "hegemonía céntrica" –expresada externa e internamente- y el problema de la construcción de la "autonomía" en la periferia. Su análisis permitiría interpretar los problemas –y procesos implícitos en el tránsito histórico, de la *dependencia* a la *autonomía*, desde una perspectiva centro-periferia y en un marco de hegemonía sistémica.

Según Tomassini (1989:106-107), tres fueron los rasgos centrales de lo que él consideraba *el* enfoque de la Dependencia: 1) su análisis centrado en los procesos históricos; 2) su insistencia en que el fenómeno de la dependencia involucra tanto elementos externos como internos y no sólo incluye la participación de agentes transnacionales situados fuera de las fronteras de cada país, sino también de sectores internos que responden a aquellos sectores, y 3) que las relaciones de dependencia se dan entre distintos Estados nacionales y además afectan a las diversas clases sociales, sectores económicos y regiones geográficas al interior de un mismo país.

4) *Centro-periferia en los "corredores de comercio internacional":*

Aldo Ferrer (1976) aplicó la construcción modélica *centro-periferia* al estudio del comportamiento de los "corredores de comercio", en una perspectiva histórica. Su autor presentó una perspectiva de la posición latinoamericana, dentro del modelo centro-periferia, a partir de los cambios producidos en los factores determinantes del desarrollo de los países capitalistas avanzados. Partió del criterio que la transformación de la estructura productiva de estos países y los agentes dinámicos del aumento de la productividad en los mismos han jugado un papel decisivo en la formación de las relaciones económicas

internacionales y, consecuentemente, en la inserción de América Latina en el plano mundial (Ferrer,1979:227).

Ferrer resaltó el papel jugado por la periferia (y, en particular América Latina), en el desarrollo de los países avanzados. Demostró cómo funcionó, económicamente, el corredor comercial del subsistema centro-periferia y su comportamiento, en ciclos históricos, en los que identificó tres subsistemas principales: 1) el comercio de productos primarios entre países desarrollados; 2) el intercambio de manufacturas de países desarrollados por alimentos y materias primas de la periferia; 3) el intercambio de manufacturas entre países desarrollados; cada uno representando una etapa de la evolución del comercio internacional y, al mismo tiempo que expresaban un modo específico de articulación entre las economías periféricas y las economías centrales, reflejaban la evolución de esa inserción externa y la participación de ambos segmentos en un proceso económico de carácter igualmente global.

5) *Revisión del pensamiento y aportes del neoestructuralismo:*

Sus autores estudian el capitalismo en la nueva fase histórica: la globalización y mundialización. Esta preocupación permite comprender y echar luces sobre las nuevas condiciones de dependencia y subdesarrollo a partir de los procesos contemporáneos que caracterizaron la evolución del capitalismo durante los últimos 30 años y, en particular, desde la etapa de expansión que se produce con el fin de la guerra fría, la desintegración del bloque soviético y de la propia Unión Soviética.

Aldo Ferrer (1996;2000) profundizó el conocimiento sobre los orígenes del mundo moderno y los órdenes económicos mundiales. Según su estudio, el desarrollo económico y político de los Estados está determinado por la forma en que éstos crean, reproducen y combinan sus capacidades de poder tangibles e intangibles y los vinculan con su entorno externo.

Luciano Tomassini (1991;1996): abordó los nuevos mapas cognitivos y las categorías epistemológicas que eran necesarios para analizar la realidad histórica y social de esta nueva era que es la globalización. Cuestiona el discurso logocéntrico de la modernidad y critica los paradigmas realista y neorrealista de las RR.II. Señala que es necesario reestructurar el sistema cognitivo heredado de los clásicos y reformulado por los neorrealistas, replanteando el papel que ocupan la razón y la historia.

Posteriormente, otros académicos retomaron estas líneas de pensamiento, aplicándose a la interpretación de la última etapa del capitalismo histórico, denominada como de *mundialización*; concepto que confrontaba con el término más difundido de *globalización*, siendo este último más bien una deformación a-histórica de la interpretación sistémica, que suponía esta etapa como una fase distinta del capitalismo.

Mario Rapoport (1997) plantea lo contradictorio y mitológico del concepto tomado por el liberalismo. Como proceso, abordó la globalización en relación a los ciclos económicos y sus aspectos económicos y financieros, analizando el papel de los movimientos de capitales, de las empresas transnacionales y el efecto de las innovaciones tecnológicas, aplicándose al estudio del caso argentino (2000).

Raúl Bernal-Meza (1991) reconceptualiza e interpreta el orden mundial y señala que la globalización debe ser contrapuesta a bipolaridad (es un triunfo sobre las fuerzas y Estados contestatarios del capitalismo mundial). Estudia los cambios en la economía mundial a partir de la evolución contemporánea del capitalismo, en fase de "globalización/mundialización" y "regionalización" (1996,1997). Utiliza el concepto de *mundialización* como categoría analítica para identificar el proceso económico global que da cuenta de las nuevas formas asumidas por la acumulación capitalista (producción, comercio, desarrollos científico-tecnológicos, inversiones) generados a partir de la crisis de los 70's, caracterizadas por la cartelización, la concentración oligopólica, la monopolización, etc.; con una predominancia del capital financiero sobre el capital industrial y productivo; mientras que deja el concepto de *globalización* para comprender tanto a éste como al complejo de ideas que se integran en una particular concepción del mundo y que no existía en etapas anteriores

del capitalismo histórico. Desde esta perspectiva, la globalización integra tanto el proceso económico que caracteriza la evolución contemporánea de la economía capitalista mundial, como el sistema de ideas y concepción del mundo que acompañan a la mundialización capitalista y aplica estas interpretaciones al análisis del sistema mundial actual (2000).

Samuel Pinheiro Guimarães (2005), introduce el concepto de "estructuras hegemónicas de poder" para describir el escenario y la dinámica internacional en que actúan los "grandes Estados periféricos" (como China, India y Brasil) y que están organizados en torno de estructuras hegemónicas de poder político y económico, estructuras que son resultado de un proceso histórico y que favorecen a los países que las integran y que tienen como objetivo principal su propia perpetuación. Se trata de un concepto preferible al de *Estado hegemónico* porque evita discutir la existencia o no, en el mundo post Guerra Fría, de una potencia hegemónica, los Estados Unidos, y determinar si el mundo es unipolarizado o multipolarizado, si existe un condominio o no. "El concepto de *estructuras hegemónicas* es más flexible e incluye vínculos de interés y de derecho, organizaciones internacionales, múltiples actores públicos y privados, la posibilidad de incorporación de nuevos participantes y la elaboración permanente de normas de conducta, pero en el núcleo de esas estructuras están siempre los Estados nacionales" (Pinheiro Guimarães,2005:28-29).

Formulación del pensamiento

El pensamiento cepalino, desde una perspectiva sistémica centrada en factores históricos y estructurales, sostuvo que las características del sistema internacional determinaban en gran medida el comportamiento externo de la región. La explicación modélica *centro-periferia* fue construida sobre la teoría del "deterioro de los términos de intercambio", que permitía comprender el papel desigual que el comercio internacional jugaba en el desarrollo de los países.

Dado que el retraso de la periferia era consecuencia de la dinámica del sistema, a la vez que se consolidaba cada vez más la hegemonía histórica de los centros y se perpetuaba la subordinación económica y política de la periferia, se requerían de ésta estrategias en términos de inserción internacional, política exterior, integración y regionalismo para escapar del subdesarrollo y la dependencia. Desde este punto de vista, la modelización centro-periferia adquiría diversos niveles de análisis, los que servían como guía para la fundamentación de políticas:[9]

1) *Nivel de Teoría sistémica:*

Orientado a comprender y explicar las condiciones contemporáneas del capitalismo, la formulación permite construir una *filosofía de la historia* y una *teoría del sistema histórico del capitalismo*. Como dijo Prebisch, "una teoría global del desarrollo".

Se trata de un sistema de relaciones económicas internacionales centro-periferia, cuyo mecanismo de conexión es el deterioro de los términos de intercambio, que demuestra la vocación expansiva del centro sobre la periferia.

2) *Nivel de diagnóstico estructural:*

Los países periféricos, aún diversos en sus condiciones geográficas, niveles de desarrollo, urbanización, etc., se encuentran caracterizados por el elemento común de ser productores de bienes primarios, con un patrón histórico de desarrollo hacia afuera, gracias a lo cual la dinámica de su propio crecimiento depende en gran medida de la demanda internacional de su producción primaria.

3) *Nivel de crítica al pensamiento económico convencional o dominante:*

Prebisch recupera el concepto de "excedente económico" para comprender el papel del progreso técnico, de la heterogeneidad estructural y de las diferencias de productividad, de apropiación de la riqueza en el relacionamiento entre el centro y la periferia. La penetración de la técnica va incorporando capas sucesivas de creciente productividad y eficacia que se superponen a capas técnicas precedentes de menor productividad.

La penetración de la técnica produce cambios en la estructura social que se reflejan en el orden político y en la distribución del poder entre

grupos y clases. Así se cuestiona la teoría de las ventajas comparativas.

4) *Nivel de prescripción sobre políticas económicas para el desarrollo:*

Aquí están las orientaciones de políticas públicas, de integración y cooperación regionales. Este nivel, que es, tal vez, el más difundido, asociado a la idea de industrialización sustitutiva de importaciones, tiene tres momentos o etapas históricas[10]: el período 1948-1960, industrialización; década de 1960, reformas bajo la concepción "desarrollista"; y década de 1970, estilos de crecimiento.[11]

Como señaló más tarde Furtado (1988), aunque Prebisch afirmara repetidas veces que su estudio de 1949 no tenía como propósito sugerir recetas de política, la industrialización era la principal vía de acceso al progreso técnico.

Relevancia del Pensamiento Estructuralista

1) *Como filosofía de la historia:*

La tradición de pensamiento conocida como el "estructuralismo latinoamericano" –desde sus primeras formulaciones cepalinas y otras coincidentes desarrolladas fuera de la CEPAL- (Prebisch, Furtado, Pinto, Ferrer, Jaguaribe, etc.), los aportes de la Dependencia (Cardoso, Faletto, Vuskovic, Dos Santos, Sunkel, Paz, Tomassini), hasta las más recientes, bajo el llamado "neoestructuralismo" (entre los cuales están "estructuralistas históricos", como O. Sunkel, A. Ferrer y otros autores que hicieron aportes posteriores, como Rapoport y este autor)- es una línea homogénea de pensamiento, que constituye, en su conjunto, una interpretación sobre el proceso global del capitalismo histórico y su impacto sobre la configuración de sus polaridades: centro y periferia. Desde este punto de vista, ella es tal vez la única expresión de una filosofía de la historia generada en la periferia y que ha confrontado, hasta el presente, con las interpretaciones o filosofías de la historia producidas por la inteligencia europea y norteamericana.

Al concentrar su atención sobre la dinámica del sistema mundial, el estructuralismo ha generado dos tipos de categorías que explican el orden de disposición internacional y la mecánica básica de funcionamiento del capitalismo: centro y periferia. Asimismo, puso de manifiesto lo difícil que es diferenciar una teoría del desarrollo de lo que es una teoría de relaciones internacionales que sostenga –desde las prioridades y condicionalidades de los países subdesarrollados- las políticas externas necesarias para mejorar la calidad económica y política de la inserción internacional.

2) *Como concepción del mundo para comprender el sistema internacional actual:*

Actualmente se habla de nuevos entornos o configuraciones subsistémicas, para identificar a un grupo de países emergentes (potencias medias), en particular los BRICS y que debería considerarse basada en la categoría *semi-periferia*, desarrollada por autores neo-marxistas norteamericanos (Wallerstein, Arrighi), desde fines de los años setenta. Más recientemente, Parag Khana[12], con la denominación *segundo mundo*, ha tomado una categoría que no reemplaza la concepctualización estructural del mundo. No se trata de un "nuevo orden", sino de una estructura de disposición dentro del mismo, cuya base está en la modelización centro-periferia, complementada con el segmento de "semi-periferia", agregada por los trabajos de Wallerstein (1975,1984) y Arrighi (1985,1998), a partir de la configuración modélica centro-periferia.

Conclusiones

Los Estados y sus sociedades nacionales son fruto de un proceso histórico. En el caso de América Latina –y toda la periferia del sistema mundial- ese proceso es resultado de la expansión capitalista. La condición periférica de su capitalismo es consecuencia de la formación de un sistema global integrado en torno del proceso de acumulación del capitalismo central, a través de etapas de colonialismo, imperialismo y neo-colonialismo. En este proceso, la transferencia cultural y la adopción de las pautas de consumo de las sociedades desarrolladas por parte de las clases acomodadas periféricas –que son los elementos que asocian y articulan a los grupos dominantes mayoritarios de los países centrales, con los grupos dominantes minoritarios de los

países periféricos y semi-periféricos- forma parte integral de la debilidad de la inversión en las economías subdesarrolladas y reduce las capacidades de ahorro doméstico para la inversión; cuestión que los enfoques de la Dependencia interpretaron de manera general y con estudios de casos concretos de países.

Si no se acepta –o no se comprende- el hecho histórico de que el capitalismo periférico es parte del sistema mundial, pero que tiene su propia especificidad, abordar el pensamiento estructuralista no tiene sentido. Es justamente esa especificidad la que fundamenta la necesidad de una reflexión propia y el cuestionamiento de las teorías elaboradas en los centros en su afán de universalidad, porque éstas esconden la naturaleza de la acumulación a escala global. Como explicó Furtado, "al analizar el mecanismo del desarrollo, trabajamos con ciertas categorías comunes a las economías modernas. Con todo, el elevado plano de abstracción en el que tales categorías resultan universales, solo nos capacita para describir ciertos mecanismos generales del proceso económico. En ese nivel de generalización, no resulta posible construir una teoría que nos brinde una explicación satisfactoria del proceso de desarrollo, tal como lo observamos en la realidad. No basta decir que el crecimiento resulta de la acumulación –considerando al adelanto de la técnica como parte integrante de la misma- y que la capitalización se halla condicionada por la tasa de inversión y por la productividad del capital. Es indispensable que se expliquen los factores reales que determinan la división del producto entre consumo e inversión. De este modo, la teoría de la inversión constituye una pieza fundamental de la teoría del desarrollo. Ahora bien, el análisis de los factores que condicionan la inversión no debe ser analizado en términos puramente abstractos. En ese punto, la teoría del desarrollo debe descender al plano histórico, lo que implica el agrupamiento de las economías de acuerdo con ciertas categorías que tienen relación con el caso. Es en este sentido que hablamos de economías desarrolladas y subdesarrolladas; de economías autónomas y dependientes" (Furtado,1964:97).

Actualmente, la evolución del capitalismo, en fase de "mundialización/globalización"[13], a la vez que ha generado nuevos elementos de articulación de dependencia y subordinación, a través de la aplicación de la técnica y la reproducción del capital a escala global, expone que los desafíos de las sociedades periféricas y semi-periféricas para su progreso económico son más complejos y profundos. No obstante, el problema sigue siendo el mismo desde hace cinco siglos: cómo desarrollarse en un mundo global.

Un aspecto importante del trabajo intelectual de los autores neoestructuralistas (tanto por aquellos que siguieron aportando analíticamente, desde su inscripción original como "estructuralistas" o "dependentistas", tal el caso de O. Sunkel, A. Ferrer y otros, como los que hacen su aporte en forma más contemporánea) ha sido el de descifrar la falacia ideológica que escuda las condiciones actuales del capitalismo global, a partir del uso del término *globalización*. Autores como Sunkel, Ferrer, Tomassini, Rapoport, Bernal-Meza y otros, echaron luces sobre una visión que intentó identificar a ésta como una categoría sistémica superadora del capitalismo clásico e histórico. A través de sus trabajos, que ayudan a comprender las características del capitalismo histórico en ésta, su actual fase, han demostrado que la relación centro-periferia, ampliada con la incorporación de la categoría intermedia de semi-periferia, sigue siendo la matriz que permite comprender las características de la economía internacional y las relaciones entre desarrollo y subdesarrollo.

Llevado al plano de las relaciones internacionales, esta línea de pensamiento sostuvo y fundamentó un enfoque de *economía política* para interpretarlas y comprenderlas; un abordaje tan válido como las teorías de relaciones internacionales formuladas en los centros (realismo, idealismo, liberalismo, constructivismo, etc.), porque, tanto en teoría de relaciones internacionales, como en el ámbito más amplio de las ciencias sociales, no existe un único paradigma que haya tenido la capacidad de explicar la totalidad ni menos desplazar o superar a los restantes ■

Bibliografía de referencia

ARRIGHI, Giovanni (1985), *Semiperipheral development: the politics of southern Europe in the twentieth century*: Beverly Hills, Sage Publications.

ARRIGUI, Giovanni (1998), *A ilusão do desenvolvimento*, Editora Vozes, Petrópolis, RJ; 4ª edição.

BERNAL-MEZA, Raúl (1996), La Globalización: ¿Un proceso y una ideología?, en ***Realidad Económica***, Buenos Aires, IADE, Instituto Argentino para el Desarrollo Económico, Nº 139, abril-mayo de 1996, pp. 83-99.

BERNAL-MEZA, Raúl (1997), La Mundialización. Orígenes y fundamentos de la Nueva Organización Capitalista Mundial, en ***Realidad Económica***, Nº 150, agosto-septiembre de 1997, pp. 33-52.

BERNAL-MEZA, Raúl (2000), *Sistema Mundial y Mercosur. Globalización, Regionalismo y políticas exteriores comparadas*, Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano y Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires.

BERNAL-MEZA, Raúl (2005), *El pensamiento latinoamericano y la teoría de relaciones internacionales*, Buenos Aires, Nuevohacer; primera reimpresión, 2013.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (1998), Evolución de las ideas de la CEPAL, en *Revista de la CEPAL*, Número Extraordinario, CEPAL Cincuenta años, Santiago, p. 21-45.

CARDOSO, Fernando H. (1979), La originalidad de la copia: la CEPAL y la idea de desarrollo, en René Villarreal (selección), *Economía Internacional. II. Teorías del imperialismo, la dependencia y su evidencia histórica*, México D.F. Fondo de Cultura Económica, pp. II, 175-215.

CARDOSO, F.H. y FALETTO, E. (1969), *Dependencia y Desarrollo en América Latina*, México D.F., Siglo XXI Editores.

DEVÉS VALDÉS, Eduardo (2003), *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX. Tomo II. Desde la CEPAL al neoliberalismo (1950-1990)*, Buebos Aires, Editorial Biblos.

DEVÉS VALDÉS (2011), *El pensamiento africano sudsahariano desde mediados del siglo XIX hasta la actualidad*, Buenos Aires, Editorial Biblos.

DEVÉS VALDÉS, Eduardo y ROSS ORELLANA, César (2009). *Las ciencias económico sociales latinoamericanas en África sudsahariana*, Santiago, Ariadna y CLACSO.

DOS SANTOS, Theotônio (1970), La crisis de la teoría del Desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina, en H. Jaguaribe, A. Ferrer et.al., *La dependencia político-económica de América Latina*, México D.F., Siglo XXI Editores, pp. 147-188.

DOS SANTOS, Theotônio (1979), La estructura de la dependencia, en René Villarreal (selección), *Economía Internacional. II. Teorías del imperialismo, la dependencia y su evidencia histórica*, México D.F. Fondo de Cultura Económica, pp. II, 216-226.

FERRER, Aldo (1976), *Economía Internacional Contemporánea*, México D.F., Fondo de Cultura Económica.

FERRER, Aldo (1979), América Latina y los países capitalistas desarrollados: una perspectiva del modelo centro-periferia, en René Villarreal (selección), *Economía Internacional. II. Teorías del imperialismo, la dependencia y su evidencia histórica*, op. cit., pp. II, 227-272.

FERRER, Aldo (2000), *Historia de la Globalización II. La Revolución Industrial y el Segundo Orden Mundial*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.

FERRER, Aldo (2005), *Prólogo*. Sobre 'Teoría de las relaciones internacionales: el pensamiento latinoamericano', del profesor Raúl Bernal-Meza (2005).

FURTADO, Celso (1961), *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura.

FURTADO, Celso (1988), *La fantasía organizada*, Buenos Aires, Eudeba.

JAGUARIBE, H. et.al. (1970), *La dependencia político-económica de América Latina*, México D.F., Siglo XXI Editores.

JAGUARIBE, Helio (1979), Autonomía periférica y Hegemonía céntrica, en *Estudios Internacionales*, Santiago, Año XII, N° 46.

JAGUARIBE, Helio (1982), Hegemonía céntrica y Autonomía periférica, en E. Hill y L. Tomassini (comp.), *América Latina y el Nuevo Orden Económico Internacional*, Buenos Aires, Editorial de Belgrano, pp. 17-48.

MARINI, Ruy Mauro (1973), *Dialéctica de la Dependencia*, México D.F., Ediciones Era.

MUÑOZ, Heraldo (1987), El estudio de las políticas exteriores latinoamericanas: Temas y enfoques dominantes, en Manfred WILHELMY (editor.), La formación de la política exterior. Los países desarrollados y América Latina, Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, pp. 287-315.

PINHEIRO GUIMARÃES, Samuel (2005), *Cinco siglos de periferia*, Buenos Aires, Prometeo Libros.

PINTO, Aníbal (1959), *Chile. Un caso de desarrollo frustrado*, Santiago, Editorial Universitaria.

PREBISCH, Raúl (1949), *El desarrollo económico de América Latina y sus principales problemas*, Santiago, CEPAL.

PREBISCH, Raúl (1983), Cinco etapas de mi pensamiento sobre el Desarrollo, en *El Trimestre Económico*, México D.F., Vol 50, N° 198, pp. 1077-1096.

PREBISCH, Raúl (1987), [1981], *Capitalismo Periférico. Crisis y transformación*, México D.F., Fondo de Cultura Económica; 2ª reimpresión.

RAPOPORT, Mario (1997), La globalización económica: ideologías, realidad, historia, en *Ciclos*, Buenos Aires, Año VII, N° 12, pp. 3-42.

RAPOPORT, Mario (2000), *Historia económica, social y política de la Argentina (1880-2000)*, Buenos Aires, Ediciones Macchi.

SUNKEL, Osvaldo (1971), Capitalismo Transnacional y Desintegración Nacional en América Latina, en *Estudios Internacionales*; Año 1971, N° 16.

SUNKEL, O. y PAZ, P. (1973), *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*, México D.F., Siglo XXI Editores.

TOMASSINI, Luciano [comp.], (1984), *Transnacionalización y Desarrollo nacional en América Latina*, Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano.

TOMASSINI, Luciano (1989), *Teoría y Práctica de la política internacional*, Santiago, Ediciones de la Universidad de Chile.

TOMASSINI, Luciano (1991), *La Política Internacional en un Mundo Postmoderno*, Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano.

TOMASSINI, Luciano (1996), El proceso de globalización. Sus impactos políticos, *Estudios Internacionales*, Santiago, Año XXIX, N° 115; pp. 315.353.

WALLERSTEIN, Inmanuel (1975), Semiperipheral countries in the contemporary world, en *The Capitalist World-Economy*: Cambridge/Paris: Cambridge University Press/ Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.

WALLERSTEIN, Inmanuel (1984), *The Politics of World-Economy: the States, the Movements and the Civilizations*: Cambridge/Paris: Cambridge University Press/Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.

Notas

[1] Eduardo Devés Valdés (2003) y Raúl Bernal-Meza (2005), en sus respectivos estudios hacen un seguimiento analítico de las ideas económicas y políticas sobre la integración latinoamericana.

[2] Tal como identificó Heraldo Muñoz (1987).

[3] Aldo Ferrer (2005).

[4] Ver al respecto, Eduardo Devés Valdés y César Ross Orellana (2009) y Eduardo Devés Valdés (2011).

[5] Cfr. Eduardo Devés Valdés (2011).

[6] Cfr. Raúl Bernal-Meza (2005).

[7] Ver A. Hisrchmann, Idelogies on Economic Development in Latina America, en A Bias for Hope Essays on Development and Latin America, Yale University Press, 1971, pp. 280-281; citado por F.H. Cardoso (1979).

[8] Que más tarde dará origen a lo que se conocerá como "Pensamiento Prebisch-CEPAL".

[9] Según la periodización y clasificación desarrollada en Bernal-Meza (2005).

[10] Que corresponden más bien al pensamiento de

la CEPAL, cuya preocupación por el desarrollo está presente antes de la llegada a la organización de Raúl Prebisch; de allí que la etapa es periodizada por Bielschowsky a partir de 1948.

[11] Cfr. Ricardo Bielschowsky (1998).

[12] Parag Khanna (2008) El segundo mundo: Imperios e influencias en el nuevo orden global. New York: Random House.

[13] Como señalamos precedentemente, utilizamos el concepto de mundialización como categoría analítica para identificar el proceso económico global que da cuenta de las nuevas formas asumidas por la acumulación capitalista (producción, comercio, desarrollos científico-tecnológicos, inversiones) generados a partir de la crisis de los 70's, caracterizadas por la cartelización, la concentración oligopólica, la monopolización, etc.; con una predominancia del capital financiero sobre el capital industrial y productivo; mientras que dejamos el concepto de globalización para comprender tanto a éste como al complejo de ideas que se integran en una particular concepción del mundo y que no existía en etapas anteriores del capitalismo histórico y que es posible por los grandes adelantos tecnológicos en el campo de la información, la telemática y la informática.. Desde esta perspectiva, la globalización integra tanto el proceso económico que caracteriza la evolución contemporánea de la economía capitalista mundial, como el sistema de ideas y concepción del mundo que acompañan a la mundialización capitalista. Cfr. Bernal-Meza (1996; 1997; 2000).

Raúl Bernal-Meza

Doctor en Sociología. Proyecto FONDECYT 1130380. Investigador Asociado de la Universidad Arturo Prat (Chile). Profesor Titular de Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires y de la Universidad de Buenos Aires. bernalmeza@hotmail.com

América Latina en la geopolítica del extractivismo: los nuevos tiempos de la disputa por el "desarrollo"

Emiliano Teran Mantovani

Resumen

La ralentización y/o estancamiento de los procesos de transformación que ha vivido América Latina en los últimos años, supone el riesgo no sólo de ver bloqueados los diversos proyectos alternativos de reivindicación y emancipación social y ecológica abanderados por algunos gobiernos y movimientos sociales de la región, sino también de la posibilidad de una restauración neoliberal que impulsaría procesos masivos de acumulación por desposesión. Esta situación plantea la imperiosa necesidad de analizar los límites existentes para impulsar estas transformaciones en el marco de modelos capitalistas/extractivos. A partir de estos problemas se plantearán discusiones críticas sobre la idea de "desarrollo", el papel del Estado y la fenomenología del imperialismo, tratando de visualizar tanto los procesos estructurales como las formas moleculares donde opera la geopolítica del extractivismo. La reivindicación de las escalas de análisis territoriales y de la base popular organizada como potencia ontológica de los procesos de cambio, proponen la emergencia de sujetos y espacios alternativos al "desarrollo" como posibilidades emancipatorias y ecológicas.

Palabras clave: Desarrollo. Extractivismo. Progresista. Territorio. Alternativas

Abstract

LATIN AMERICA IN THE EXTRACTIVISM GEOPOLITIC: THE NEW TIMES OF FIGHTING OVER "DEVELOPMENT"

The deceleration and/or stagnation of the transformation processes that Latin America has experienced in recent years, not only could block various alternative projects of social and ecological demands and emancipation, spearhead by some governments and social movements in the region, but also could lead to the possibility of a neoliberal restoration that can promote massive processes of accumulation by dispossession.

This situation reveals the urgent need to analyze the existing limitations to drive these transformations in the context of capitalist / extractive models. From these problems, critical arguments will arise discussing the idea of "development", the role of the State, and the phenomenology of imperialism, trying to visualize both the structural processes and molecular forms where the geopolitics of extractivism operates. The claim of territorial scales analysis and the people organized as ontological power of processes of change propose the emergence of alternative spaces to 'development', as emancipatory and ecological possibilities.

Keywords: Development. Extrativism. Progressive. Territory. Alternatives.

El sistema-mundo capitalista en la actualidad se encuentra en una situación sumamente complicada. Son cada vez más claros los signos de agotamiento de un sistema histórico colonial conformado en un largo proceso a partir de los siglos XV-XVI. Estos síntomas están determinados fundamentalmente por la creciente disfuncionalidad de los mecanismos socio-geográficos que han permitido los ajustes históricos del proceso de acumulación y el dinamismo del circuito del capital –las zonas coloniales de bajo costo, así como por la preocupante descompensación entre la frenética necesidad de expansión y acumulación sin fin del capitalismo, y los ciclos de reproducción de la naturaleza, lo cual está llevando al rebasamiento de los límites del planeta, y por tanto, a poner en peligro la propia posibilidad de vida en el mismo.

En el seno de este proceso entrópico, se están desarrollando actualmente una serie de acontecimientos sumamente complejos y problemáticos, en el marco de la "guerra global por los recursos" y la llamada «acumulación por desposesión» (cf. Harvey 2007, pp.111-140)[1], que hacen que el mantenimiento de la estabilidad social y política mundial sean cada vez más dificultosas y precarias. Los peligrosos conflictos que se dan en la zona de Medio Oriente, con Siria e Irán en el epicentro; la crisis ucraniana que atraviesa la disputa geopolítica en las áreas de influencia rusa; las tendencias al recrudecimiento de la crisis económica mundial desatada a partir de 2007-2008; el agravamiento sintomático de la crisis ambiental global; y las crecientes movilizaciones de descontento social a lo largo y ancho del planeta, tanto en centros como en periferias; avivan el contexto de profunda crisis que también cruza a América Latina, región que se encuentra en la actualidad, por un lado, ante un probable punto de inflexión dado por un proceso de ralentización y/o estancamiento de los procesos de transformación que se han venido dando desde 1998 en la región, y por el otro, ante una acelerada ofensiva neoimperialista encabezada por los Estados Unidos contra estos procesos de inclusión popular, de Estados con perfil nacionalista y de integración regional, teniendo a la Venezuela post-Chávez como objetivo principal y cabeza de playa para el plan de "recuperación" de su patio trasero.

Hacer un balance general de los procesos de transformación social, político y cultural de la América Latina de hoy, nos plantea la necesidad de analizar desde una perspectiva crítica, rasgos clave de la geopolítica del "desarrollo", el papel del Estado en la División Internacional del Trabajo capitalista y la relación crucial entre extractivismo y "desarrollo", los patrones de conocimiento hegemónico y las narrativas desarrollistas, y el rol de otras formas alternativas de representación y reproducción de la soberanía, con una poderosa carga contrahegemónica y con un perfil fundamentalmente popular/territorial. Este trabajo hará especiales referencias a Venezuela, no sólo por el significado que tiene en estos procesos de transformación en América Latina, sino también por ser su territorio un foco clave donde se desarrolla más intensamente la conflictividad de proyección regional, y porque su modelo, de manera sobresaliente en la región, evidencia las consecuencias de profundizar la idea desarrollista y el modelo extractivista.

El resurgir de los Estados desarrollistas y los nuevos tiempos de la disputa por el "desarrollo"

El período de los programas de ajuste estructural impuestos por el capital transnacional imperialista y sus estados hegemónicos a través del Fondo Monetario Internacional (FMI) desde 1989 hasta la primera mitad de la década de 2000, en el cual el "desarrollo" estaría concebido a partir de la capacidad de las economías nacionales de "integrarse a la globalización" y de que éste fuese gestionado por las fuerzas del mercado, con un "Estado mínimo", produjo una serie de reacciones populares de resistencia que lograron en muy buena medida detener los abiertos planes de desposesión en la región, y plantearon un escenario de "quiebra" de los sistemas políticos de representatividad y una redefinición de las expectativas y demandas políticas de la sociedad, que reconfiguraban las correlaciones de fuerza internas.

Dentro de esta reconfiguración política se constituyen una especie de "bloques políticos del descontento", conformados por una serie de "nuevos" movimientos sociales, una gran cantidad de desempleados, excluidos, desplazados,

oprimidos y violentados por el proceso de intensificación de la explotación de recursos y mano de obra, unidos a un grupo de actores político-partidistas, que perseguirán la toma del poder del Estado, y el consiguiente objetivo de generar las transformaciones necesarias para mejorar la depauperada calidad de vida de la población y retomar un proyecto de "desarrollo" nacional.

Esta situación produjo que varios de esos liderazgos políticos alternativos hayan llegado a la presidencia, inaugurando una etapa de tendencia "progresista" en gobiernos de los Estados latinoamericanos, con diferencias en sus grados de radicalidad, pero con muy alta legitimidad popular:Chávez en Venezuela, Evo en Bolivia, Correa en Ecuador, Lula en Brasil, Kirchner en Argentina, Ortega en Nicaragua, Tabaré Vásquez en Uruguay, Bachelet en Chile y la emergencia de líderes con perspectiva presidencial como Ollanta Humala en Perú (actual presidente del país) y Manuel López Obrador en México.

La llegada de estos gobiernos "progresistas", de estas variadas tendencias nacional-populares, supuso el renacimiento de los Estados de perfil desarrollista, y un freno institucional a los drásticos procesos de acumulación por desposesión impulsados en el período anterior, lo que abrió el camino a la reanudación de la «vía hacia el desarrollo», pero ahora, dada la reconfiguración de los mapas político-sociales en la región, y permeado por los debates mundiales sobre el curso de las transformaciones sociales, se planteaba un "desarrollo" centrado en lo humano, con algunos rasgos novedosos, y con el objetivo principal de saldar la deuda social histórica que se cargaba a cuestas, no era posible el camino al "desarrollo" sin cumplir esta misión.

Mucha agua ha corrido desde el inicio de este período para la región, abriendo importantes canales para pensar nuevas formas moleculares de sociabilidad y ordenamiento político, y de proyectos alternativos a escala nacional y regional que replantearan el curso del "desarrollo", pero, a su vez, se han hecho más visibles los límites de plantear o impulsar procesos de transformación profunda en el marco de los modelos capitalistas/ extractivistas que estructuran las economías latinoamericanas.

Pudiésemos plantear que desde mediados de la década de 2000, con la consolidación de la Revolución Bolivariana desde 2004 y la posterior llegada de los gobiernos de Morales y Correa, hasta fines de dicha década y principios de la siguiente, este período de progresismo de diversos grados en América Latina se desarrolló sobre la base de una notable hegemonía, sostenida por la efervescencia y la movilización popular, y alimentada por el auge de los *commodities* que los mercados emergentes, con China a la cabeza, impulsaron a nivel global, engordando las arcas públicas de los Estados rentistas, al tiempo que se atenuaban superficialmente las expresiones entrópicas del capitalismo en crisis, contraste que se hace más evidente a partir de la crisis global que se inicia en 2008.

En este sentido, podía notarse un entusiasmo regional, no sólo por la recuperación de la senda del "desarrollo", sino porque el mismo parecía que era cada vez más inclusivo, podía llevarnos a una "segunda independencia", y apuntaba a procesos de integración de diversos tipos -muchos sin precedentes-, siendo que en el caso de Ecuador, Bolivia y Venezuela, este proyecto podría además constituirse en el futuro en un modelo post-capitalista, en un "Socialismo del siglo XXI".

Numerosos planteamientos teóricos, políticas públicas, procesos de participación social e inclusión étnica y de género, proyectos de economías alternativas, legislaciones y normativas reivindicadoras, proyectos de integración con miras alternativas y hacia "adentro", vocerías mundiales de crítica a los modelos imperantes globales, y modelos alternativos para combatir los flagelos del capitalismo, en fin, toda una serie de propuestas alternativas y en muchos casos experimentales, ampliaron, como nunca antes en la historia de América Latina, las dimensiones cualitativas y cuantitativas para pensar en transformaciones profundas de nuestras estructuras sociales, sea como "desarrollos alternativos", o en algunos casos como "alternativas al desarrollo".

A partir de los primeros años de la década de 2010 comienzan a verse con claridad y nitidez señales de ralentización y estancamiento de estos procesos de transformación. Los impulsos para la

institucionalización de los movimientos populares en este período, se conectan con la pérdida de fuerza de las manifestaciones de efervescencia social y el progresivo desplazamiento de estos movimientos del centro del escenario político por parte de la figura institucional de los Estado-gobiernos, los cuales se imponían a partir de su liderazgo popular y su importancia política (cf. Zibechi 2008, p.59). En la compleja disputa que determina estos procesos políticos regionales, se va abriendo y ampliando una recomposición de fuerzas regresivas en las estructuras del aparato estatal, con el consiguiente desplazamiento progresivo de las prácticas y programas alternativos existentes en estos gobiernos. En muchos casos, formas de crítica y expresiones de descontento contrahegemónico eran contestadas de manera conflictiva por el poder constituido. Inclusive se comienza a notar que algunos mecanismos de distribución de riqueza de carácter popular comienzan a verse entorpecidos y burocratizados por diversos factores, primordialmente después de la crisis global de 2008. Se van agudizando así notorias contradicciones en el seno del originario "bloque del descontento".

El curso de estos procesos de transformación y el panorama actual latinoamericano, nos plantea la necesidad de discutir sobre dos problemas estructurales fundamentales para pensar no sólo las posibilidades de cambios profundos en la región, para llevarlos a proyectos políticos viables, sino también cuáles son los límites de nuestros modelos respecto a estos procesos políticos en curso:

a) ¿Es posible eso que hemos construido, denominado y representado como "desarrollo"? ¿Debemos pensar en "desarrollos alternativos", o bien abrir caminos a la posibilidad real de alternativas al desarrollo? A estas alturas de la crisis civilizatoria, la crítica radical al concepto de "desarrollo" no sólo ha alcanzado ampliar su difusión en los debates sociopolíticos a escala global, sino que se trata de un cuestionamiento totalmente necesario. Representa éste, el índice de una discursividad de orden global instalada de manera hegemónica en los proyectos nacionales, los sistemas de conocimiento y en los imaginarios sociales después de la Segunda Guerra Mundial, pero que tiene sus raíces en una histórica narrativa colonial civilizatoria y eurocentrada, que ha servido para determinar los campos de representaciones, las cartografías sociales y geográficas que persiguen estructurar las identidades, la soberanía y el control del espacio y la naturaleza bajo un esquema de dominación polarizante.

En este sentido, es fundamental atender a la manera cómo el ideal de "desarrollo" es un factor determinante para producir subjetividades dominantes y subalternas (el sujeto "tercermundista"); para impulsar el "crecimiento sin fin", fortaleciendo una idea colonial de "riqueza", en un planeta de recursos finitos; para imponer un patrón monocultural y monopólico sobre la forma de gestionar y transformar a las sociedades contemporáneas; y, muy importante, para promover la idea de un "desarrollo nacional", cuando lo que se desarrollan no son los países, sino únicamente la economía-mundo capitalista, la cual tiene una naturaleza polarizante (Wallerstein, 1995). Es decir, un supuesto "desarrollo" intrínseco de la sociedad –de la "Nación"– es verdaderamente una ilusión, en el sentido en el que las transformaciones de las unidades estatales en la modernidad se derivan sobre todo de procesos a escala mundial (cf. Wallerstein 2004, pp.128-131)[2], los cuales estructuran la desigualdad geográfica del capitalismo mundial, establecen las zonas de bajo costo (mano de obra barata y naturaleza desprotegida) y las áreas de sacrificio subsidiarias de las zonas modernizadas.

En América Latina, la bandera de nuestra "independencia" se encuentra izada sobre la base de sociedades coloniales/dependientes. El "desarrollo" de formas tardías capitalistas en las periferias no es pues, una expresión "evolutiva" que se va conformando en el seno de una "unidad autónoma", sino el avance del proceso expansivo del capital, de la desruralización del mundo y de los ajustes espacio-temporales que posibilitan la reproducción de la acumulación capitalista. El período de la globalización neoliberal, que aparece como el tiempo histórico de mayor modernización planetaria, no es más que el período de las mayores desigualdades y polarización social de la historia del capitalismo.

Que la idea de "desarrollo" haya seguido siendo el horizonte discursivo y programático en esta nueva etapa de rasgos progresistas y populares para América Latina, no implica que esta no haya sido sometida a escrutinio, ni que no se hayan puesto en marcha una serie de replanteamientos teórico-prácticos, que pusieran sobre la mesa la posibilidad de marchar por rumbos diferentes a los que había marcado este concepto contemporáneo de «progreso». Esto fue así, primordialmente en las expresiones más radicales de estos gobiernos, como fueron el caso de Ecuador y Bolivia, quienes proponían las ideas del «sumak kawsay» y el «sumak qamaña», el llamado *Buen Vivir*, que ha revoloteado en ocasiones la discursividad oficial de la Revolución Bolivariana venezolana, e influido en la de numerosos movimientos sociales de la región, e incluso diríamos del mundo, visible en su posicionamiento en los debates del Foro Social Mundial como proyecto alternativo altermundista.

Sin embargo, como veremos más adelante, las posibilidades de llevar adelante un proyecto de transformaciones significativas en las sociedades latinoamericanas no sólo están muy marcadas por complejas y asimétricas ecuaciones de poder local y geopolítico, sino que gran parte de estas alternativas propuestas han reproducido y replicado los esquemas sociales y epistemológicos que están cuestionando y tratando de cambiar.

b) ¿Cuáles son los alcances reales de estos proyectos de transformación social profunda que se impulsan primordialmente desde el Estado? Si bien en la etapa ofensiva del *Consenso de Washington*, los sistemas políticos representativos en América Latina habían sido severamente lesionados en su legitimidad, la emergencia del *bloque político del descontento* apuntaría a una expectativa ciudadana de cambio de actores y no esencialmente de un cambio de sistema -o al menos quienes realmente tuviesen expectativas más radicales esperaban delegar estas transformaciones profundas en sus nuevos mandatarios-.

Los nuevos gobiernos latinoamericanos, compuestos en buena medida por una coalición donde existían, en diversos grados dependiendo del país, movimientos sociales con proyectos alternativos, pasan a conformar el poder constituido, la representación política de todo un proyecto de cambio social, componiendo ahora el cuerpo del aparato estatal y del ordenamiento de las sociedades capitalistas que administraban.

¿Qué representa el Estado en América Latina? Por un lado, y dada nuestra función estructurada históricamente como exportadores de naturaleza y captadores por este concepto de una renta internacional de la tierra, el Estado opera como una bisagra del mercado mundial para capitalizar la naturaleza del territorio que administra; es tal y como lo reconoce Arturo Escobar, una "interfase" (2007, p.334) que canaliza las operaciones del capital sobre sus "recursos naturales". La División Internacional del Trabajo capitalista atraviesa y constituye al Estado latinoamericano, el cual a su vez gobierna, administra y regula el territorio nacional y sus pobladores y pobladoras bajo esta dinámica mundial.

En este sentido, el Estado se compone de una compleja estructura de relaciones de poder de orden transnacional -mucho más intrincada en el capitalismo tardío-, que expresa unas muy problemáticas tensiones entre lo exógeno y lo endógeno, entre lo nacional-estatal y lo popular-territorial. El sentido de ser de este Estado es capitalista, aunque posteriormente se anuncie socialista: este es el aparato de poder que toman las coaliciones progresistas, y desde el mismo se plantean importantes transformaciones, algunas de carácter radical, lo que expresa una notable tensión estructural.

En todo caso, esto no nos puede llevar a definir al Estado de manera homogénea, monolítica o estática, sino también entenderlo como un campo en disputa, que puede modificar su ejercicio político, lo cual depende de una serie de correlaciones de fuerza.

Generalmente, los debates políticos que se centran en analizar estos procesos regionales recientes desde diversas perspectivas, acentúan sobremanera el papel de alguno de los actores principales. Esto ocurre, dado que gran parte de estas discusiones están mediadas por intereses partidistas, y por la búsqueda de construir matrices de opinión interesadas. Así pues, vemos frecuentemente que para evaluar las dificultades,

estancamientos o algunas formas regresivas que han tomado estos procesos, varios análisis tienden a centrar su atención únicamente en los gobiernos y lo que sería su total culpa de estos resultados debido a sus malas administraciones. Otros, en un sentido inverso a la crítica a los gobiernos, achacan exclusivamente la responsabilidad de estos procesos a la dinámica geopolítica y las presiones del imperialismo. Y otros tantos, invisibilizan problemas históricos estructurales, haciendo fuerte énfasis en lo coyuntural, con miradas inmediatistas orientadas al corto plazo, para ocultar los factores clave de los fenómenos sociales en curso, los cuales están profundamente determinados por élites políticas y económicas, y relaciones de poder.

Creemos que, además de insertar la sospecha arqueológica del discurso ante el problema de la intencionalidad político-partidista que atraviesa la producción de conocimiento, es necesario redimensionar los enfoques espacio-temporales de estas interpretaciones, a partir de plantear un análisis de las estructuras sociales más dinámico, que reconozca cómo lo territorial y lo molecular son los elementos vivos de dichas estructuras, donde lo trascendental no invisibilice las fuerzas de lo inmanente. Esto por supuesto, sugiere un análisis molecular, reticular y biopolítico del imperialismo, de las formas como el "adentro" (el espacio nacional) y el "afuera" (imperialismo y mercado mundial) son en la actualidad divisiones muy difusas e híbridas, realmente transnacionalizadas.

Proponemos que, para tratar de dar cuenta de los complejos procesos que han envuelto el período "progresista" reciente en América Latina, se considere al territorio -a las *territorialidades* como dinámicas de micro-escalas geosociales -, como un elemento clave del análisis de la mecánica del sistema-mundo capitalista, en donde se conjugan Estado-capital-sujetos-naturaleza. Esto reivindica una representación de la «soberanía» pensada más desde lo popular/territorial, desde una ontología de las fuerzas vivas, de lo inmanente, que en un proyecto emancipatorio, luche por desplazar la primacía de la soberanía nacional/estatal. Desde esta concepción de soberanía se analizan las disputas geopolíticas transnacionales (con la fuerza del imperialismo contra las periferias), los factores estructurales que determinan en muy buena medida los rasgos de las economías nacionales latinoamericanas, las gestiones de gobierno, y la forma en la cual estos ámbitos se articulan, para intentar dar cuenta de la dinámica reciente del "desarrollo", y los horizontes de posibilidad de una alternativa a este patrón de ordenamiento social.

Geopolítica del extractivismo y el "desarrollo": imperialismo biopolítico, Estado y acumulación por desposesión

Dado lo antes expuesto es necesario pues, analizar dos fenómenos fundamentales de los procesos de transformación social, política y cultural reciente en América Latina: la manera en la cual el "desarrollo" debe ser estudiado primordialmente como la matriz discursiva y programática de una relación de poder de orden transnacional; y, en esta disputa global, la forma en la que las alternativas al "desarrollo" son expresiones que intentan constituir núcleos sociales basados en sus fuerzas inmanentes y su carácter territorial, los cuales se inscriben en un proyecto político que tiene a su vez como objetivo una proyección más amplia de articulación geográfica complementaria y plurinacional.

En este sentido, podemos intentar trazar un análisis transversal que conecte de manera general las formas en las cuales se manifiestan los factores histórico-estructurales de las economías latinoamericanas, la dinámica geopolítica del imperialismo en la región, y la gestión actual de nuestros gobiernos, con la mira especialmente en las corrientes "progresistas", que son las que de hecho tendrían mayor proyección devinculación con las causas populares y por los derechos de la Madre Tierra.

En primer lugar, es importante mencionar el carácter cíclico de las economías latinoamericanas, determinado por las presiones políticas de los grandes capitales transnacionalizados, los Estados centrales, y los mecanismos neoimperialistas supranacionales como la OMC, el FMI, y Bancos internacionales de "desarrollo" como el Banco Mundial, el BID, o incluso el China Development Bank (CDB) -y no perdamos de vista el BNDES brasilero, lo que evidencia los progresivos

reordenamientos de la División Internacional del Trabajo-; pero también por el propio carácter doméstico de enclave que tienen las economías regionales en función del mercado mundial, reproducido por las hegemonías culturales neocoloniales, las formas de ocupación del territorio, y el perfil y condición de los Estados de la región, lo que representa estructuras profundamente instaladas que requieren de muy complejos procesos para revertirlas.

Hablar del carácter cíclico de las economías latinoamericanas supone comprender cómo los auges, o las caídas, de la demanda y de precios de los *commodities* en el mercado mundial son profundamente determinantes en el curso de los "desarrollos" nacionales de los países de nuestra región. Influyen poderosamente en la relación poder constituido/poder constituyente, en las dinámicas productivas domésticas, en la cantidad y calidad de los proyectos expansivos de modernización, y en la composición política del ámbito estatal. Esto muestra la paradoja de la narrativa del "desarrollo" para la independencia nacional, reproducida básicamente desde una matriz de poder para la dependencia neocolonial.

Desde el año 2005, es notable la manera en la que los países latinoamericanos, en diversos grados y con algunas excepciones, han incrementado sus porcentajes de exportación de materias primas respecto al total de sus exportaciones(cf. Cepal 2013, p. 111)[3], lo que evidencia una fuerte presión a la «reprimarización» de las economías de la región, intensificando así su papel extractivista y dependiente, y la profundización de su rol en la División Internacional del Trabajo, lo que además dificulta sobremanera la "integración" regional, al seguir orientadas las economías nacionales primordialmente hacia los mercados externos, y no tanto hacia los intercambios latinoamericanos. El boom de los *commodities* desde 2004, una reproducción de "riqueza" muy inorgánica, y que ha sido impulsado fundamentalmente por el denominado «efecto China», conformó la base material (rentística) que permitió retomar la promesa del "desarrollo", y su proporción se conectaba con las pretensiones de agrandamiento de las metas del Estado y de las narrativas políticas, con todas las consecuencias negativas que esto acarrea.

Es importante resaltar que el papel que está jugando China en la región es cada vez más influyente, y basada en su estrategia geopolítica, se está posicionando en una serie de países, e incide en la reproducción del "desarrollo" en cada uno de estos. Según Cepal, el intercambio comercial entre Latinoamérica y China entre 2000 a 2012, pasó de 12 mil millones a 250 mil millones US$ (América Economía 2013), y el país asiático está escalando velozmente posiciones de importancia en el comercio exterior de algunos países de la región, siendo ya el primer mercado de destino de las exportaciones de Brasil y Chile, y el segundo del Perú, Cuba y Costa Rica.Al mismo tiempo, China ocupa la tercera posición entre los principales países desde donde se originan las importaciones hacia Latinoamérica y el Caribe, 13% del total, y nuestra región se ha transformado en uno de los destinos más destacados de la inversiones extranjeras directas (Rosales y Kuwayama 2012, p.12) y de financiamiento para el "desarrollo" del país asiático (cf. Inter-American Dialogue2013). Estas proyecciones plantean la posibilidad que China pudiera convertirse en el futuro en el primer socio comercial para América Latina.

Lo que destaca de este reposicionamiento del gigante asiático en la región, es que estas importantes transformaciones geopolíticas y de reordenamientos de la División Internacional del Trabajo que se están desarrollando en el sistema-mundo capitalista, se están encauzando hacia una profundización de la orientación extractivista de nuestras economías. Casi un 90% de las inversiones realizadas por China entre 2000 y 2011se orientaron a actividades del sector primario (DusselPeters 2012, p.12)[4], lo que se encuentra en relación con la caída del peso de las exportaciones de bienes manufacturados respecto al total de América Latina y el Caribe -53% del total en 2002, y 39,7% en 2012-, y el consiguiente posicionamiento de las mercancías chinas por la vía de la importación en numerosos países de la región[5].

El ejemplo de China en la actualidad pues, refleja muy bien cómo las presiones de la División Internacional del Trabajo determinan en muy buena medida la geopolítica del extractivismo y el "desarrollo". Las dinámicas de los flujos jerarquizados de capital en el sistema-mundo configuran esquemas de enriquecimiento

monopolizados y estructuras de poder articuladas transnacionalmente, que por medio de un sistema de acuerdos institucionales cupulares, que centran sus decisiones en privilegiar dichas estructuras de poder y las formas de acumulación que reproducen la hegemonía de los grandes capitales globales, nos atornillan a nuestro rol histórico de provisores de *commodities*, lo que va en dirección opuesta a las ya viejas reivindicaciones de que Latinoamérica salga de la dependencia de únicamente "vender" naturaleza al mercado mundial capitalista.

En segundo lugar, los procesos de transformación que se han generado en la región están inmersos en intensas y complejas correlaciones de fuerza sobre la que nuestros países (como sistema internacional), y en especial nuestros pueblos (como luchas territoriales transnacionalizadas), tienen notables desventajas. La era neoliberal, que supone una profundización y extensión de mecanismos de acumulación por desposesión, despliega una serie de dispositivos policiales, disciplinarios, de control y contrainsurgencia, con el objetivo de derribar, por la vía que sea necesaria, las barreras que existan para los procesos de transferencia de riqueza, de los pueblos y países más pobres, a las élites más poderosas locales y globales, al tiempo que se logre un posicionamiento geopolítico en la actual "guerra mundial por los recursos".

De esta forma, el proceso de transnacionalización del sistema-mundo en el capitalismo tardío, supone también una transnacionalización de la guerra. La guerra se ha constituido como un régimen biopolítico mundial, se ha convertido en el factor clave de ordenamiento de las sociedades globales, desplegándose a todos los espacios, planos, ámbitos y subjetividades, tornándose un *continuum* temporal, lo cual se recrudece a partir de los atentados al WTC el 11 de septiembre de 2001-la «Doctrina Bush» la bautizaba como una "*guerra permanente*"-.

Los recientes procesos de transformación de rasgos nacional-populares en la región, que se han conformado como obstáculos a la avanzada de acumulación por desposesión que se venía dando desde los años 80, junto con una serie de propuestas de "desarrollos" alternativos y alternativas al "desarrollo"; las intenciones de integración de numerosos países, más allá de su relación con los Estados Unidos; y la posesión soberana de "recursos naturales" estratégicos en sus territorios, representan los factores claves de una ofensiva de *guerra biopolitica* de orden multifactorial encabezada por el Imperio norteamericano, que se ha agudizado primordialmente en la Venezuela post-Chávez, con el objetivo arrodillar y desmantelar dichos procesos de cambio regional, y evitar a su vez el avance chino en América Latina.

Las estrategias de ataques contrainsurgentes en diversas zonas de Venezuela, con claros perfiles fascistas y prototerroristas, que representan un salto cualitativo del tipo y la forma de los dispositivos bélicos biopolíticos en este país, se conectan con la *guerra económica* que embiste contra las principales debilidades estructurales de este país, y con una guerra mediática nacional e internacional sin precedentes. Este abanico estratégico de intensa *guerra permanente* apunta a peligrosos escenarios de *shock* social, que permitirían, a partir de situaciones de conmoción, abrir el paso a reestructuraciones de corte neoliberal, una de las formas de lo que Naomi Klein ha denominado «capitalismo del desastre» (cf. Klein, Naomi 2008).

Dado que el sistema capitalista históricamente no puede prescindir de la guerra, en todas sus formas, para impulsar y mantener sus procesos de acumulación, no es posible comprender la dinámica de la disputa en, por y contra el "desarrollo", sin tomar en cuenta la cartografía de las correlaciones de fuerza, siendo que en la medida en la que se radicalice la transformación de la manera como se concibe e impulsa el cambio social hacia formas de emancipación popular y de armonía con la naturaleza, del mismo modo se intensificarán los conflictos y contradicciones en dicha disputa.

En tercer lugar, y como elemento clave para el análisis, es necesario reflexionar sobre los márgenes de maniobra que los Estados latinoamericanos, haciendo especial mención a los gobiernos "progresistas", han tenido en estos procesos tanto para avanzar en medidas y transformaciones profundas de nuestros modelos

capitalistas y rentistas, como para evitar que dichos procesos se estancaran o tomaran caminos regresivos, a pesar de los desafíos de los problemas histórico-estructurales de nuestros modelos económicos, y de la agresiva dinámica del imperialismo y los sectores más conservadores en la región.

La emergencia de los gobiernos de perfil "progresista" en América Latina sobre la base de una coalición masiva de sujetos "indignados", de diversos movimientos sociales con variadas agendas reivindicativas, y la marcada deslegitimación del sistema político representativo anterior, abrieron progresivamente caminos de posibilidad para estos gobiernos, ampliando además sus márgenes de maniobra doméstica, lo que le permitió, principalmente a los más radicales de estos proyectos, avanzar en medidas como la desvinculación del FMI por parte de Venezuela; los desafíos a la deuda externa ilegítima que planteara el gobierno de Ecuador (Gudynas2009, p.197); o como lo fue en su momento la propia iniciativa de no explotar el Yasuní ITT en ese mismo país.

A pesar de estos caminos abiertos, la política estatal en este nuevo período fue amalgamándose, aunque no sin contradicciones, con las dinámicas propias del capitalismo extractivo dependiente, por la lógica cíclica del boom de los *commodities*, por la visión desarrollista, y en muchos sentidos, por una mirada cortoplacista que generaba un desfase con el proyecto de transformación que en diversos grados se proponía en varios países de la región.

La profundización del extractivismo y de la lógica desarrollista van haciendo parte del cuerpo discursivo y programático de los países latinoamericanos en este período, independientemente de si estos eran gobiernos de perfil neoliberal o de corte progresista. Los principales argumentos para el impulso de este tipo de política han sido el de la lucha contra la pobreza, la independencia nacional y la resistencia contra el imperialismo, y la consecución de la ansiada meta del "desarrollo". Se podían así saldar deudas históricas, reconfigurar balances de poder, e incluso replantear algunos rasgos de la división social del trabajo, pero el problema es que la matriz desarrollista, la esencia del carácter capitalista del Estado latinoamericano, en vez de afectarse, quedaba redimensionada, con las contradictorias consecuencias que actualmente notamos en estos procesos latinoamericanos.

Una mirada genealógica de la representación de la riqueza, del valor, y de la pobreza en la modernidad capitalista nos permite interpelar estos discursos, y problematizarlos sobre la base de los resultados históricos que ha dejado el "desarrollo" en la vida de las sociedades actuales. Hay de hecho, una representación capitalista de la riqueza que se expresa en tres importantes elementos estrechamente vinculados:

a) en lo que Ulrich Brand ha llamado los «modos de vida imperial», patrones de producción, distribución y consumo, imaginarios culturales y subjetividades "*fuertemente arraigados en las prácticas cotidianas de las mayorías en los países del norte, pero también, y crecientemente, de las clases altas y medias en los países emergentes del sur*", los cuales son imperiales hacia la naturaleza y las relaciones sociales, "*y que no tiene ningún sentido democrático, en la medida que no cuestiona ninguna forma de dominación*" (en Gago y Sztulwark 2012);

b) en el PIB y la lógica del "crecimiento sostenido" como indicador de la "riqueza de las naciones", que en la medida en la que aparecen como aumento del bienestar, en el fondo encubren la cada vez más deficitaria «huella ecológica» mundial (cf. WWF Internacional et al 2012, pp. 36-48) y las profundas desigualdades sociales globales;

c) en el hecho de que la cobertura de las necesidades básicas de los ciudadanos se da por la vía de la intermediación del dinero -en el caso de nuestros modelos extractivistas, por la vía de la redistribución de una renta-, basado además en una especie de mito en el cual todo podría resolverse con recursos monetarios, sin tomar en cuenta el proceso de reproducción capitalista que supone la destrucción de valor de vida natural, y de despojos de bienes comunes, base estructural de la pobreza.

De las nuevas sociedades colonizadas que surgen de los históricos procesos expansivos del capital,

bajo la lógica de la acumulación por desposesión, se institucionaliza no solo un específico régimen de propiedad por parte de una élite minoritaria ¯la creación de los "desposeídos"¯, sino también una mercantilización de la naturaleza, que deja de ser considerada como valor en los indicadores de riqueza global. De esta manera, la pobreza está en estrecha relación con la propiedad, con la dependencia y la pérdida de autonomía social, y con el acceso popular a los bienes comunes para la vida, y si estos son despojados o destruidos, estamos en presencia de una pérdida de riqueza.

En la actualidad, numerosos proyectos extractivos de diverso tipo y dimensiones se están desarrollando y planeando en toda América Latina, los cuales implican procesos de despojo social, de subsunción cultural, y de vulneración y perjuicio de los reservorios naturales de la región, lo que se está traduciendo en múltiples conflictos ecoterritoriales (cf. Svampa2011), donde los pobladores y pobladoras luchan en defensa de los bienes comunes y sus modos de vida territorial contra empresas transnacionales, pero también contra sus propios Estados-gobierno.

En los debates sobre "desarrollo", pobreza y naturaleza, generalmente se reproduce una oposición entre el ambiente y el "progreso". Esta falsa separación no da cuenta del hecho de que la defensa ambiental no sólo es un ejercicio cosmético o paisajístico, sino que se trata primordialmente de una defensa del territorio, de la riqueza para la vida. Creemos que es muy discutible que el camino para vencer la pobreza de los pueblos Latinoamericanos pase por intensificar el rol extractivista de sus Estados.

Con respecto al debate sobre la pretendida relación entre independencia/desarrollo/ extractivismo como mecanismo para derrotar al imperialismo, es fundamental analizar con mayor profundidad la manera cómo opera el imperialismo en el capitalismo tardío. La visión que vincula al imperialismo únicamente con la idea de una intervención militar de los Estados Unidos, resulta muy reduccionista. Esta visión expresa en efecto, su actor principal, empleando a su vez su faceta más agresiva; pero existen también otros mecanismos -y actores- que operan para facilitar los procesos de acumulación por desposesión, como lo son mecanismos culturales, financieros, psicológicos, económico/ corporativos, y jurídicos, que se unen a los dispositivos militares, y que además se estructuran como regímenes de orden transnacional o supranacional que logran operar desde las escalas más amplias, hasta en los procesos moleculares y territoriales de reproducción de la sociedad y la vida, desbordando en muchos sentidos las relaciones mundiales interestatales.

El imperialismo puede arrodillar a una nación por la vía del endeudamiento externo, como ya pasó en varias partes del mundo con la Crisis de la Deuda de los años 80, y como pasa en la actualidad en Grecia. La expansión del extractivismo conlleva a crecientes niveles de endeudamiento externo en nombre del "desarrollo", como suele ocurrir en la actualidad en varios países de la región, resaltando el caso de Venezuela[6]. La invasión imperialista de semillas transgénicas y el agronegocio pueden aniquilar la soberanía alimentaria de un país.

El neoliberalismo, como un proyecto global imperialista de despojo masivo, se reproduce pues de varias formas. Si bien lo hemos comprendido como una ideología, un programa de gobierno o un paquete de ajustes estructurales, es necesario entender que las formas de acumulación en la globalización neoliberal, impulsadas primordialmente por la lógica de la acumulación por desposesión, también se reproducen en procesos moleculares, escurridizos, híbridos, pudiendo a su vez coexistir con formas de control estatal. Esto implica atender a los complejos mecanismos de articulación de dichos procesos con los Estados latinoamericanos, incluso con los Estados "progresistas".

Estos procesos moleculares de acumulación neoliberal, pretenden por un lado mantener o "defender" procesos desregulados o poco regulados de reproducción capitalista, y por otro lado, buscan atacar al Estado "protector" tal y como un cuerpo canceroso, reconfigurar su composición interna, transformando progresivamente sus normativas, sus canales de operación y manejo de la riqueza, sus relaciones de fuerza endógenas, con el objetivo de

desmantelar las barreras que éste impone a la apertura a los grandes capitales globalizados.

Los estallidos sociales que se producían en Latinoamérica a raíz de las terapias de «shock»neoliberal exigieron de un replanteamiento y una diversificación metodológica sobre las formas de acumulación neoliberal por parte de las élites gobernantes. La esencia del neoliberalismo post-consenso de Washington recurre en muy buena medida a dispositivos que se mimetizan, se filtran, se camuflan y escurren por las estructuras institucionales de los Estados-nación y sus sistemas políticos, lo que en los Estados "progresistas" es aún un proceso más complejo. Es lo que hemos llamado, a partir de David Harvey, el «neoliberalismo mutante» (cf. Teran Mantovani 2013).

Si bien, como lo reconoce Eduardo Gudynas, "*el neoextractivismo no puede ser entendido como una estrategia neoliberal, similar a las décadas anteriores*", hay que resaltar también la manera como este modelo de acumulación dependiente es "*funcional a la globalización comercial-financiera y mantiene la inserción internacional subordinada de América del Sur*" (Gudynas 2009, pp. 198, 222). En este sentido, conviene poner atención a dos procesos que se generan en los sistemas socioeconómicos domésticos y que están vinculados a las *formas mutantes del neoliberalismo* y la política extractivista/ desarrollista de los estados latinoamericanos:

a) hay que tratar de estudiar las características de las políticas estatales, principalmente las formas de protección estatal, con una mirada especial en los gobiernos de corte "progresista", y sus posibles mutaciones, entrecruzamientos y/o hibridaciones con mecanismos de acumulación por desposesión, y de manera más explícita, con medidas de apertura y/o flexibilización progresiva, que en nombre del "desarrollo" pudieran marcar un horizonte de restauración de la hegemonía neoliberal. ¿Hacia dónde están apuntando actualmente las políticas de los gobiernos más cercanos a una reivindicación del bienestar popular y una posición soberana internacional, respecto al enfoque del rendimiento económico en las exportaciones directas, a la actitud ante la apertura a la inversión extranjera directa y la inserción en el mercado mundial, al tipo de trato y relacionamiento interno que se da con los inversionistas extranjeros, a las políticas cambiarias, al tipo de ejercicio soberano que pone en práctica el Estado ante los grandes capitales respecto a sus "recursos naturales", a la manera cómo intermedia respecto al acceso popular a los bienes comunes para la vida, a la manera cómo estructura los procesos redistributivos domésticos y la composición de quiénes son los sectores más favorecidos por estos, acómo opera y qué alcance tiene la voluntad de protección que tiene el Estado ante los sectores históricamente excluidos de la sociedad?

b) La profundización de los modelos extractivistas desarrollistas en la región ha supuesto, en diversos grados, la intensificación de nuestros males endémicos, sobre los que operan los mecanismos funcionales a la acumulación por desposesión. El caso de Venezuela sirve como referencia de esto: los notables desequilibrios económicos y sociales que vive este país están también relacionados con una política estatal en la cual ha prevalecido la lógica rentista extractiva. Dicha política es un factor clave que ha reproducido los históricos elementos profundamente distorsionadores del capitalismo rentístico venezolano, el cual se caracteriza por tener un metabolismo sui géneris, muy asimétrico, inorgánico y sobre determinado por la renta petrolera, dado una serie de factores que fueron constituyendo la forma particular de este modelo extractivista. En la actualidad, luego de unos 30-40 años de crisis doméstica, parece ser un modelo agotado e inviable a mediano plazo[7].

En este sentido, la crisis del modelo rentista se proyecta en una crisis de la Revolución Bolivariana. Los dispositivos de guerra biopolítica para derribar barreras a la acumulación capitalista atacan las vulnerabilidades de la economía venezolana, para así debilitar sus fortalezas (geo)políticas. De ahí que los severos desajustes del capitalismo rentístico son también un reflejo de la *guerra económica* que se ha vivido en ese país, situación que a su vez ha contribuido enormemente al surgimiento de una escalada fascista que se desarrolla desde febrero de 2014. Se hacen claros

los peligros de amalgamarnos aún más, por la vía de la profundización del modelo extractivista, con estos múltiples dispositivos del imperialismo biopolítico, incrementando nuestros niveles de dependencia y vulnerabilidad sistémica, lo cual en la actualidad es más riesgoso para la región, en el sentido de que se produce en el marco de un sistema-mundo mucho más volátil, interconectado, y de profundas fragilidades, y eso no es posible evadirlo.

Los procesos descritos anteriormente son correlatos de los reacomodos políticos que se dan en el seno de los procesos de transformación en América Latina desde su propio inicio (1998), donde pugnan diversas fuerzas que buscan articularse o desplazarse unas con otras, dado que en esta dinámica capitalista se trata de un juego de suma cero. Hay que tomar en cuenta que el interés de la gran mayoría de las élites políticas latinoamericanas, dadas las convulsiones sociales de los años 90 y primera mitad del 2000 en la región,era recomponer las posibilidades de gobernabilidad recreando las condiciones de una nueva concertación social, en la cual aparecieran reflejadas las reivindicaciones de una serie de actores que emergen como potencia en el campo político en disputa: nos referimos a los pueblos y movimientos sociales, fuerza originaria de las transformaciones fundamentales de estos procesos recientes.

Una vez reconstruidas dichas gobernabilidades, se abre un nuevo proceso de recomposición de fuerzas, donde los intereses locales en la región, en articulación con los grandes capitales transnacionales, construyen nuevos reposicionamientos en el escenario político, social, económico y cultural, con el objetivo de recuperar el terreno perdido ante el avance del bloque popular-nacional contrahegemónico, buena parte de él radicalizado en torno a un proyecto de democracia directa, revaloración de la Madre Tierra y una alternativa post-capitalista de ordenamiento social.

La intensificación progresiva del extractivismo y la lógica desarrollista en América Latina están en profunda relación con la paulatina distensión de los vínculos que los gobiernos en esta era de perfil "progresista", han tenido con los movimientos populares que los llevaron al poder, y le dieron sentido a su proyecto político; con la pérdida de la composición radical del "bloque del descontento" y el retroceso de las prácticas alternativas que handado vida al impulso transformador de los proyectos de estos gobiernos; y con la progresiva desmovilización de los pueblos y la burocratización de dichos procesos de cambio social.

El economista argentino Julio Gambina da una clara muestra de cómo el favorecimiento del extractivismo tiene severas repercusiones respecto al debilitamiento de la fuerza del bloque doméstico popular, la cual no sólo posibilita los cambios sociales propuestos, sino que además representa el muro de contención ante los múltiples y diversos dispositivos de ataque del imperialismo biopolítico contemporáneo. Al reflexionar sobre las causas que llevaron a la materialización del golpe de Estado en Paraguay a finales de junio de 2012, Gambina aseveraba que: "*haber favorecido y fortalecido en Paraguay en estos años la economía extractivista, contra otras formas de producción agraria, sea campesina, indígena, cooperativa, o de producción familiar, es parte de la desmovilización popular en el sustento de un cambio estructural*" (2012).

A nuestro juicio, esta es una clave en la compleja ecuación que representa el actual proceso de ralentización y estancamiento del impulso de transformación que llevaban los proyectos "progresistas" y alternativos en la región a partir de finales de los noventa, y una de las bases de nuestra insistencia en analizar el "desarrollo" primordialmente como la matriz discursiva y programática de una relación de poder de orden transnacional. A estas alturas creemos que es evidente que los Estados de orientación popular y progresista han podido hacer más de lo que finalmente han hecho en dichos procesos, tanto en un sentido del orden de sus políticas, como en el no reconocimiento de que la fuerza constitutiva de estos proyectos de cambio profundo está en su base popular organizada, y que no se podía lesionar los vínculos con esta sin sufrir las consecuencias de la situación de estancamiento político que se vive actualmente en la región.

Mirar hacia adentro, mirar hacia los pueblos organizados: la construcción de otras soberanías y la disputa por las alternativas al "desarrollo"

El momento actual que vive América Latina, en el cual parece que nos hemos topado con las propias limitaciones inherentes a procesos de transformación profunda pensados a partir de una lógica estado-centrista, extractivista, y envuelta por la cosmovisión neocolonial del "desarrollo", nos lleva a plantearnos seriamente algunas preguntas que generen una interpelación a estos procesos, dado que se encuentran en peligro muchas de las reivindicaciones populares alcanzadas y los caminos abiertos por el impulso de estas corrientes de cambio.

¿Qué es necesario para sostener estos procesos en curso?¿Es posible plantear alternativas al "desarrollo", o no tenemos más soluciones epistemológicas y programáticas que los "desarrollos" alternativos? Intentaremos proponer de manera general tres elementos que consideramos clave para pensar los horizontes alternativos hacia transformaciones profundas en la región, y para poder fortalecer los mecanismos de resistencia ante la convulsa situación global en la que nos encontramos en la actualidad.

En primer lugar, todo proceso de construcción de alternativas en la región debe reconocer la delicada situación global la cual, por un lado, en la medida que avance su agravamiento irá precarizando los sistemas políticos en todo el mundo, al tiempo que hará más volátiles y conflictivos los procesos de producción y reproducción económica. Los factores que han causado la crisis económica/financiera global que atravesamos desde 2007-2008 no solo se mantienen, sino que en otros sentidos se han agravado. A fines de enero de 2014, la directora ejecutiva del FMI, Christine Lagarde, advertía sobre nuevos riesgos sistémicos como la deflación en las economías avanzadas (en CNN Expansión 2014). Los recortes de los estímulos económicos (QE) de la Reserva Federal de los EEUU (FED) ¯han reducido de este programa la cuota de 20.000 millones US$ mensuales desde diciembre pasado, quedando el estímulo en 65.000 millones US$ por mes¯(cf. DeutscheWelle 2014); la muy notable reducción de los flujos de capital hacia las economías emergentes, con una expectativa de que sigan bajando en el corto plazo (Munevar 2014)[8]; la específica posibilidad de una profundización de la baja en el crecimiento chino –que muestra tendencias de frenado desde hace más de dos años-, y del estallido de una burbuja inmobiliaria en ese país; a lo que se le suma los riesgos latentes de default controlado en las periferias de la Unión Europea, y la existencia de factores geopolíticos desestabilizadores como la crisis en Ucrania y Siria (cf.Gorraiz López 2014); podrían abrir las puertas a una nueva y más fuerte crisis económica/financiera global, con rasgos de recesión, lo cual tiene un enorme significado para América Latina -con especial énfasis para las economías con mayores déficit externos y apreciación de sus monedas como Argentina, Brasil o Venezuela (cf. Munevarop.cit.)-, y los procesos de transformación socio-política que ha vivido la región, ahora amenazados por una serie de fuerzas regresivas que están en íntima conexión con las fuerzas de esta crisis global.

En segundo lugar, y dados estos posibles escenarios futuros, los proyectos de transformación social en la región deben apuntar necesariamente a procesos progresivos, selectivos, pero urgentes de *desconexión* sistémica, de manera de eliminar o reducir hasta "niveles no vitales" -como se ha planteado en el objetivo histórico IV del Plan de Patria 2013-2019 de Venezuela- los relacionamientos de nuestras economías regionales con los núcleos dominantes del sistema capitalista, principalmente con la mira puesta en el desacoplamiento paulatino con el dólar. Esto supone pensar en un complejo proceso político en el cual el Estado cumple un papel específico en una posible transición, en la cual debe proteger a la economía doméstica de las fuerzas hegemónicas de la economía globalizada y los flujos externos de capital, lo que plantea un fundamental debate sobre las formas que toma una política de desglobalización.

El objetivo en primera instancia debería apuntar a la progresiva disolución de la sobre determinación primario/extractivista de nuestras economías: los modelos de transformación profunda no pueden ser modelos expansivos, desarrollistas y con una jerarquía política de las formas de intermediación

(la hegemonía universalizante de lo representativo). Es necesario reformular todos los mecanismos de distribución de rentas, dado que estos reproducen las sociedades dependientes que tenemos, y en cambio, buscar redirigirlos hacia modelos post-extractivistas y post-rentistas, hacia mecanismos de transición; preguntarnos qué tipo de productos importamos, qué estilos de vida estamos estimulando y cuáles estamos desestimulando;replantearnos los tipos de articulaciones sociales con el espacio geográfico, el impulso de redes y cadenas productivas en el marco de la emergencia de economías alternativas; y estimular la creación de integraciones interregionales de comercio de pueblos sur-sur, centrado principalmente en la constitución de procesos endógenos de auto-sostenibilidad regional, con la mira puesta especialmente en el tema alimentario.

En tercer lugar, es fundamental reconocer que la potencia constitutiva de un proceso de transformación profunda en América Latina, con miras a un proyecto post-capitalista, post-extractivista y alternativo al "desarrollo", se encuentra en su base popular organizada, en la articulación política de las subjetividades contrahegemónicas, de los movimientos sociales que en sus cosmovisiones y prácticas reproducen las formas de sociabilidad, experimentación, y relacionamiento con la naturaleza que se acercan más a un proyecto múltiple, diverso, ecológico, emancipatorio y territorializado. Hemos chocado en la actualidad contra la pared del Estadocentrismo y con los límites de transformar nuestras sociedades a partir de la gestión protagónica del aparato estatal.

Es fundamental repensar cómo se produce el cambio social, la idea de «revolución», y la reproducción del poder. Creemos que es necesario cuestionar la idea de la *tabula rasa*, de la "revolución" por decreto, de la utopía teleológica y trascendental, del monopolio de la estrategia de los dos pasos: tomar el poder del estado y luego cambiar el mundo (cf. Wallerstein 2005, p.207). Es necesario impulsar un proceso múltiple, diverso, molecular y constitutivo para, desde un proyecto de (re)apropiación del ser, del cuerpo y del territorio, *germinar*en el seno de las sociedades existentes en el nuevo mundo u orden social que queremos, buscando ampliar las grietas del sistema, trastocar las lógicas del mismo, generando funcionamientos regulares de estas nuevas formas sociales, e ir desertando de su dinámica hegemonizada, en un proceso concebido como experimental y permanente.

En este sentido, se plantea un deslizamiento desde la centralidad del proyecto trascendental del "desarrollo", a la reproducción de una soberanía popular-territorial de carácter inmanente y multicéntrica, en la cual se constituyan núcleos de vida y tejido social que produzcan concretamente las sociedades que queremos. Aquí las alternativas al "desarrollo" son expresiones que disputan de manera integral el poder político para la reproducción de la vida, y en sus posibilidades de emergencia y hegemonía histórica, apuntan a una *revolución pluricultural* que pugna contra el capital y el Estado, las posibilidades de una discursividad y subjetividad emancipatoria, autogobernante y ecológica; a un proceso de (re)apropiación material y ontológica que reconfigure la producción y reproducción del valor, que vaya de la monetarización social como intermediación trascendental, a lo que hemos llamado la «riqueza por apropiación de procesos»; a una proyección hacia ámbitos más amplios de articulación geográfica de estas formas alternativas; y a las formas políticas de un «poder obediencial» (cf.Dussel2008, pp. 37-42), en el cual el Estado pierde su centralidad, y es la expresión de una composición de poderes favorable a los procesos emancipatorios de transformación profunda de la sociedad.

Ante las posibilidades de evitar el bloqueo histórico de los procesos populares de cambio social, político y cultural que se han dado en América Latina en los últimos años, pero sobre todo, ante los escenarios críticos que se avizoran en el futuro como desenlace de la crisis civilizatoria global, las expresiones de soberanía popular-territorial y de alternativas al "desarrollo" se presentan no sólo como horizontes emancipatorios, sino también como elementos claves de un proceso de resistencia y sobrevivencia, ante un mundo que se encuentra en una bifurcación decisiva ■

Fuentes consultadas y citadas

AMÉRICA Economía (2013). *Cepal prevé comercio ascendente de China con América Latina hacia 2020*. Disponible en: http://www.americaeconomia.com/economia-mercados/comercio/cepal-preve-comercio-ascendente-de-china-con-america-latina-hacia-2020.Consultado el 30 de enero de 2014.

CEPAL (2013). *Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe 2013*. Santiago de Chile: Naciones Unidas.

CNN Expansión (2014). *Lagarde advierte riesgo de deflación*. Disponible en: http://www.cnnexpansion.com/economia/2014/01/25/lagarde-advierte-riesgo-de-deflacion.Consultado el 27 de enero de 2014.

DEUTSCHE Welle (2014). *La Reserva Federal vuelve a recortar estímulos a economía de EE.UU*. Disponible en: http://www.dw.de/la-reserva-federal-vuelve-a-recortar-est%C3%ADmulos-a-econom%C3%ADa-de-eeuu/a-17395038. Consultado el 12 de febrero de 2014.

DUSSEL, Enrique (2008). *20 tesis de política*. Caracas: Fundación Editorial el perroy la rana.

DUSSEL Peters, Enrique (2012). *Chinese FDI in LatinAmerica: DoesOwnershipMatter?* WorkingGrouponDevelopment and Environment in theAmericas.Disponible en:http://ase.tufts.edu/gdae/Pubs/rp/DP33DusselNov12.pdf. Consultado el 30 de enero de 2014.

ESCOBAR, Arturo (2007). *La invención del Tercer Mundo*. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana. 1era edición.

GAGO, Verónica. Sztulwark, Diego (2012). *"No podemos pensar en salvar el planeta si no pensamos la emancipación social"*. Entrevista a Ulrich Brand. Disponible en: http://www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-192462-2012-04-23.html. Consultado el 12 de julio de 2012.

GAMBINA, Julio (2012). *La crisis mundial también se siente en la economía local*. ALAI, América Latina en Movimiento. Disponible en: http://alainet.org/active/56688. Consultado el 25 de julio de 2012.

GORRAIZ López, Germán (2014). *Nuevo crash bursátil?*ALAI, América Latina en Movimiento. Disponible en: http://alainet.org/active/72455. Consultado el 2 de abril de 2014.

GUDYNAS, Eduardo (2009).Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo.En: Autores Varios.*Extractivismo, política y sociedad*. (pp 187-225).Quito: CAAP (Centro Andino de Acción Popular) y CLAES (Centro Latino Americano de Ecología Social). Disponibleen: http://www.ambiental.net/publicaciones/GudynasNuevoExtractivismo10Tesis09x2.pdf. Consultado el 21 de abril de 2012.

HARVEY, David (2007). *El nuevo imperialismo*. Madrid:Ediciones Akal S.A.

INTER-AMERICAN Dialogue (2013). *China-LatinAmericaFinanceDatabase*. Disponible en:http://thedialogue.org/map_list. Consultado el 29 de enero de 2014.

KLEIN, Naomi(2008).*La doctrina del shock. El auge del capitalismo del desastre*. Argentina: Paidós, 1ra. Ed.

LANDER, Edgardo (compilación y sistematización) (2013). *La (re) emergencia de China como potencia global y las presiones extractivistas en Sudamérica*. Grupo Permanente de trabajo sobre Alternativas al Desarrollo. Disponible en: www.rosalux.org.ec/es/analisis-regional-capitalismomundial/item/251-china-y-extractivismo-en-sudamerica.html. Consultado el 22 de noviembre de 2013.

MUNEVAR, Daniel (2014).*Inestabilidad en los mercados emergentes: El fin de un ciclo? (Parte II)*. CADTM. Disponible en: http://cadtm.org/Inestabilidad-en-los-mercados,10117. Consultado el 22 de abril de 2014.

RAY, Rebecca. Gallagher, Kevin P. (2013). *2013 Boletín Económico China-América Latina*. Global EconomicGovernanceInitiative.

ROSALES, Osvaldo. Kuwayama, Mikio (2012). *China y América Latina y el Caribe. Hacia una relación económica y comercial estratégica*. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Disponible en:http://www.cepal.org/publicaciones/xml/9/46259/China_America_Latina_relacion_economica_comercial.pdf.Consultado el 29 de enero de 2014.

SVAMPA, Maristella (2011). Extractivismo neodesarrollista y movimientos sociales: ¿Un giro ecoterritorial hacia nuevas alternativas? En: AbyaYala Universidad Politécnica Salesiana. Fundación Rosa Luxemburg (compiladores). *Más allá del desarrollo*. (pp.185-216). Caracas: Fundación Rosa Luxemburg/AbyaYala.

TERAN Mantovani, Emiliano (2014). *Los rasgos del "Efecto China" y sus vínculos con el extractivismo en América Latina*. ALAI, América Latina en Movimiento. Disponible en: http://alainet.org/active/71033. Consultado el 30 de enero de 2014.

_____ (2013)*La crisis del capitalismo rentístico y el neoliberalismo mutante (1983-2013)*. Rebelión.Disponible en: www.rebelion.org/docs/175965.pdf. Consultado el 21 de octubre de 2013.

VENEZOLANA de Televisión (2014). *Presidente de Bandes: China acompaña a Venezuela en la ejecución de proyectos de desarrollo*. Multimedio VTV (archivo en video).Disponible en: http://www.youtube.com/watch?v=4TCZeINAFlQ. Consultado el 30 de enero de 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel (1995). *La reestructuración capitalista y elsistema-mundo*. Conferencia magistral en el XX° Congreso de la AsociaciónLatinoamericana de Sociología,

México, 2 al 6 de octubre de1995. Recuperado el 23 de julio de 2012 de http://www.uruguaypiensa.org.uy/imgnoticias/605.pdf

_____ (2004). *Capitalismo histórico y movimientos antisistémicos*.Madrid: Akal Ediciones.

_____ (2005). *La decadencia del poder estadounidense*. Santiago de Chile: LOM Ediciones.

WWF Internacional. Instituto de Zoología. Red de la Huella Global. Agencia Espacial Europea (2012). *Planeta Vivo. Informe 2012*. Gland: WWF Internacional. Disponible en: http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/informe_planeta_vivo_2012.pdf.Consultado el 10 de Julio de 2013.

ZIBECHI, Raúl (2008). Nueva encrucijada para los movimientos latinoamericanos. En MARTíNEZ Martínez, Ricardo (compilador).*Los movimientos sociales del siglo XXI*. (pp. 58-68). Caracas:Fundación editorial el perro y la rana.

Notas

[1] La oleada global de despojo neoliberal contra los trabajadores y contra una serie de Estados que ejerce el gran capital en todo el sistema-mundo, representa el recrudecimiento y la sofisticación de un proceso histórico de acumulación fraudulento, privatizador y violento que se desarrolla desde el período de Conquista y colonización de América hasta la actualidad. La apertura de nuevos procesos de acumulación y los ajustes a cada crisis de la «reproducción ampliada de capital», se producen por medio de la destrucción o subsunción de formas de organización social o culturas locales, diversas formas de ejercicio de la violencia, el establecimiento de esquemas de trabajo servil o esclavo, el despojo de territorios a sus pobladores anteriores,o mediante diversas formas de saqueo y fraudes. Estos mecanismos del "lado oscuro de la modernidad" no son incidentales o excepcionales, sino que son constitutivos del sistema capitalista. De ahí que David Harvey abandone el término "acumulación primitiva" y lo sustituya por el de *acumulación por desposesión*, un proceso que no es sólo "originario", sino permanente.

[2] Los Estados soberanos son instituciones que nacieron dentro de un sistema interestatal en expansión, y de grandes cadenas mercantiles que ya existían en el siglo XVI y que antecedían a cualquier cosa que pudiera llamarse "economía nacional". Para ampliar este tema, véase: Wallerstein, Immanuel. «¿Desarrollo de la sociedad o desarrollo del sistema-mundo?», 2004.

[3]Sobre estos porcentajes de exportación de materias primas respecto al total, destacan para el año 2012 países como Bolivia (95%), Nicaragua y Venezuela (95,5% ambos), y Ecuador y Paraguay (91,2% ambos); también resaltan los saltos de Colombia, de 65,3% en 2005 a 83,5% en 2012, y de Brasil, la "economía emergente", de 47,3% en 2005 a 65,3% en 2012.

[4] Los principales productos que obtiene China del intercambio comercial con América Latina son cobre, hierro, soja y petróleo crudo. El 70% de las exportaciones latinoamericanas a China provienen sólo de 6 sectores de 2 o 3 países cada uno. (Ray y Gallagher 2013, p.9).

[5] Para más detalles de los vínculos del extractivismo en América Latina con el llamado "Efecto China", véase:Teran Mantovani, Emiliano. *Los rasgos del "Efecto China" y sus vínculos con el extractivismo en América Latina*. ALAI, América Latina en Movimiento. Disponible en: http://alainet.org/active/71033.

[6] En la actualidad, si tomáramos en cuenta los créditos adquiridos por país con China, el BID y el BM juntos,desde 2005 a 2011 en América Latina, Venezuela tiene el primer lugar de la región, siendo principalmente sus préstamos negociados con el gigante asiático (cf. Gallagher,Irwin y Koleski, citados por Lander 2013). El presidente del BANDES, Gustavo Hernández, reconoció en enero de 2014 que el financiamiento de China "*supera en todos los tramos más de los 40 mil millones de dólares*" (en Venezolana de Televisión 2014).

[7] Sobre los rasgos generales de la larga crisis del capitalismo rentístico venezolano, véase Terán Mantovani 2013.

[8] Tras un primer trimestre con entradas de capital a los mercados emergentes por el orden de los 420 mil millones US$, a partir del segundo trimestre y por el resto del año, los flujos de capital a dichos mercados se redujeron a niveles entre 180 y 230 mil millones US$ por trimestre (Munevarop.cit).

Emiliano Terán Mantovani

Sociólogo de la Universidad Central de Venezuela, mención "Magna Cum Laude", e investigador del Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos (CELARG).

China y Estados Unidos frente a América Latina

Carlos Escudé

Resumen

Este artículo estudia las consecuencias, para América latina, del ascenso de China como la segunda (y pronto la primera) economía del mundo, y como un gran inversor en la región. También pasa revista a las percepciones de amenaza de la superpotencia en descenso, Estados Unidos, tanto debido a la penetración china en su "patio trasero" como por su competencia económica y geopolítica más general. La conclusión principal es que el ascenso al estatus de superpotencia económica de un país cuya economía se complementa con la de algunos de los principales países sudamericanos, es una buena noticia para la región. El mayor riesgo es el de perder una buena oportunidad debido a incompetencia o corrupción. La experiencia demuestra que los países sudamericanos se pueden defender del peligro de desindustrialización representado por algunas políticas chinas. Respecto de las percepciones de amenaza de los Estados Unidos, el artículo llega a la conclusión de que no se justifican, ya que militarmente el sistema interestatal seguirá siendo unipolar. Por eso, por mucho tiempo, el crecimiento del poder chino no amenazará a países que no sean sus vecinos. La experiencia histórica demuestra que Estados Unidos es una amenaza de seguridad mayor, para América latina, que China.

Palabras clave: América latina. China. Estados Unidos. Cono Sur. Relaciones Internacionales.

Abstract

CHINA AND THE UNITED STATES VIS-À-VIS LATIN AMERICA

This paper reviews the consequences, for Latin America, of the rise of China as the world's second (and soon to be first) economy, and as the most important trading partner of the main South American economies, as well as a very major investor therein. It also documents perceptions of threat in the declining superpower, the United States, both because of China's penetration of its "back yard," and of wider economic and geopolitical competition. The main conclusion is that the rise to economic superpower status of a country whose economy complements those of major South American countries is good news for this region. The greatest risk lies in jeopardizing the opportunity due to incompetence or corruption. Experience shows that large South American countries can defend themselves from the risk of deindustrialization posed by Chinese policies. Regarding U.S. threat perceptions, the paper concludes that they are not warranted, especially inasmuch as, militarily, the interstate system will remain unipolar. Hence, for a long time to come, the growth of Chinese power will not threaten countries that are not its neighbors. Historical experience shows that the United States poses a greater security threat to Latin America than China.

Keywords: Latin America. China. United States. Southern Cone. International Relations.

Introducción

Para entender el condicionamiento impuesto por las grandes potencias a países periféricos como los latinoamericanos, se necesita explorar por lo menos dos avenidas del saber, profundizando en la historia de casos concretos de relacionamientos norte-sur, y usando los datos provenientes de esos casos para generar conceptos e inducir hipótesis acerca de la naturaleza del orden interestatal.

Nos vamos a concentrar en lo primero, explorando tres casos concretos. El primero será Estados Unidos, para ilustrar de qué manera, por momentos, el principal forjador de normas del sistema interestatal es también el principal violador de sus propias normas, causando daños incontables a países periféricos. El segundo será China, para mostrar cómo su ascenso al primer plano del poder mundial representa una situación inédita para los países latinoamericanos. Y el tercero se concentrará en la situación general del comercio del Cono Sur con la RPC y Estados Unidos, para ilustrar las oportunidades, riesgos y desafíos que ofrece este nuevo orden mundial.

No obstante, antes de volcarnos a nuestros estudios de caso repasaremos el marco teórico en que se asienta mi análisis. Como he demostrado en otros escritos, en el orden interestatal existen tres tipos de Estados con funciones diferenciadas: 1) los que tienen el poder necesario para forjar normas escritas y no escritas; 2) los que no tienen ese poder y se ven obligados a ser tomadores de normas, y 3) los rebeldes que, no teniendo el poder necesario para forjar normas, se niegan a aceptar la "legislación" impuesta por los poderosos, pagando altos costos (ESCUDÉ 2012).

Este orden es análogo a un mercado en que las unidades más poderosas son formadoras de precios y las más débiles son tomadoras de precios. En el mercado, el rebelde quiebra; en el orden interestatal, el rebelde frecuentemente padece graves y a veces asesinas sanciones. Pero en la cúpula del poder interestatal, el forjador de normas castiga a quien viola sus preceptos, a la vez que no duda en perpetrar violaciones de los mismos si sus intereses se lo exigen.

En los tiempos que corren el mejor ejemplo de este fenómeno es Estados Unidos, seguido por Rusia. Cuando le viene bien, Washington viola las normas que ella misma contribuye a establecer. Lo hace en cualquier parte del mundo, porque su alcance es global.

La República Popular China (RPC), en cambio, concentra sus energías en su desarrollo socioeconómico. Aunque es una gran potencia, China no posee una presencia global comparable a la de Estados Unidos. Limita sus gambitos geopolíticos más filosos a aguas en disputa de su periferia geográfica. Generalmente, acota estas maniobras a lo indispensable para aumentar su capacidad de asegurarse alimentos e hidrocarburos en caso de que sobrevenga una grave crisis mundial.

Por eso, puede afirmarse que China no constituye un riesgo de seguridad para la soberanía de ningún país de América latina, ni hoy ni en el futuro previsible. Y aunque en ocasiones Beijing puede violar normas interestatales, eso ocurre sólo ocasionalmente porque, concentrada en su desarrollo, la RPC raramente se permite esa latitud de maniobra.

Por cierto, China es una gran potencia que todavía está guiada por el realismo periférico del gran Deng Xiaoping, una doctrina conocida como el "Principio de los veinticuatro caracteres" (JIANG 2008: 31) que desaconseja hacer cosas como las que Rusia hizo en Georgia en 2008 y en Ucrania en 2014. Es quizá por eso que su ascenso económico fue tan rápido. No distrajo energías en competencias geopolíticas que hubieran podido granjearle sanciones y problemas contraproducentes para su rápida modernización.

En consecuencia, el gran forjador y violador de normas formales e informales del sistema interestatal actual es Estados Unidos. Cuando los norteamericanos violan sus propias normas, la peor consecuencia para ellos mismos es el escándalo. Pero cuando los violadores son Estados como los latinoamericanos, las consecuencias para nosotros pueden ser devastadoras. Y si lo que está en juego son intereses geoestratégicos importantes de Estados Unidos, como ocurre en Medio Oriente, el sur de Asia y el Lejano Oriente, el rebelde sufre consecuencias apocalípticas. El mejor ejemplo reciente es la guerra de Irak de 2003.

Hasta el presente, América latina no ha padecido ninguna represalia tan grave como las desatadas contra países del Medio Oriente y el sur de Asia. Pero en el fondo, esto se debe a que la nuestra está mucho más dominada que esas regiones. Por ejemplo, ningún país latinoamericano posee la bomba atómica, a diferencia de países no menos periféricos, como India, Pakistán, Israel y Corea del Norte. Es un hecho significativo, ya que Brasil tiene un PBI mayor que el de Rusia, y muy superior al de estos cuatro Estados nucleares.

Más aún, es sumamente improbable que un país latinoamericano arriesgue las sanciones que sufriría si intentara desarrollar armas atómicas, porque sus electorados castigarían a sus políticos por los padecimientos que sobrevendrían. La estructura de preferencias de nuestras poblaciones no permite el tipo de sacrificio que se necesita para ser tan independiente. Por eso, aún en el caso de la Venezuela bolivariana, los ejemplos de castigos norteamericanos contra países de nuestra región tenderán a ser menos dramáticos que las sanciones contra regímenes rebeldes de otras regiones.

Pero eso no quiere decir que no nos hayan propinado castigos severísimos, como el sufrido por la Argentina durante la Segunda Guerra Mundial por el "delito" de ser neutral. Recordemos que en enero de 1944 el presidente Franklin D. Roosevelt escribía al secretario de Estado Cordell Hull, instruyéndole a: "dar a Brasil una fuerza de combate efectiva de dos o tres regimientos motorizados cercana a la frontera con la Argentina" (FRANK 1979: 65). Y rememoremos las instrucciones del departamento de Estado de febrero de 1945, donde se establecía que: "La exportación de bienes de capital se deberá mantener en los mínimos actuales. Es esencial no permitir la expansión de la industria pesada en la Argentina" (ESCUDÉ 1983: 270).

Las medidas tomadas entonces contra Argentina son de una magnitud intermedia. La única vez que desde un país latinoamericano se amenazaron los intereses vitales de Estados Unidos fue en ocasión de la crisis de los misiles de Cuba de 1962, y en ese entonces Washington estuvo dispuesta a arriesgar la guerra del fin del mundo. Quien retrocedió del umbral del apocalipsis fue Moscú. El Kremlin impidió la invasión de Cuba, pero la Casa Blanca impidió el despliegue de misiles en la isla. Fue un mate ahogado de la Guerra Fría.

PARTE I – Estados Unidos como hacedor y violador de normas interestatales: ejemplos de décadas recientes

De cómo la CIA devino en una organización narco-terrorista

Porque el tipo de situación producida en Cuba en 1962 se ha visto raramente en América latina, para conocer la verdadera cara de la superpotencia norteamericana es necesario relevar brevemente sus relaciones con países como Irak y Afganistán, para luego regresar a nuestra región con ánimo comparativo.

Todos hemos oído decir que Estados Unidos libra una guerra contra la droga. No es verdad, como tampoco es verdad que libre una guerra contra el terrorismo. Los norteamericanos libran una guerra contra el terrorismo "malo", que es el que opera contra sus intereses, pero frecuentemente han armado y financiado el terrorismo de organizaciones extranjeras que luchan contra los enemigos de Washington.

Del mismo modo, Washington libra una guerra contra la droga que llega a su territorio desde Latinoamérica, pero a veces usa el narcotráfico para financiar la tercerización de la violencia con que libra algunas de sus guerras e intervenciones. Entre otros escenarios, esto ocurrió en Nicaragua y Afganistán. Los franceses enseñaron estas artes a los norteamericanos en Indochina, donde las habían ejercido durante décadas (ESCUDÉ Y SABIO MIONI 2013: 127-142).

En Afganistán el aprendizaje se ejecutó de manera cruda. Lo documenta Robert Dreyfus en su libro *Devil's Game*, donde recuerda que hacia 1973 ya existía una alianza encubierta entre la derecha islamista de ese país y Washington, para oponerse al régimen de Kabul, que era cliente de Moscú (DREYFUS 2005: 256-263).

Más aún, Estados Unidos incitó a la Unión Soviética a invadir, inyectando ayuda secreta a los opositores islamistas del gobierno afgano. El hecho fue revelado en una entrevista a Zbigniew Brzezinski publicada el 15 de enero de 1998 por *Le*

Nouvel Observateur. El ex funcionario afirmó que la orden de Carter de ayudar a los islamistas se emitió medio año antes de la intervención de la URSS, y que su intención fue siempre provocar una invasión. Esta estrategia continuó hasta el fin de la Guerra Fría. A la vez, la CIA imprimía miles de ejemplares del Corán para distribuir en el Asia Central soviética (SCOTT 2007: 127).

Cuando Ronald Reagan asumió la presidencia, el director del servicio de inteligencia francés propuso a la Casa Blanca interrumpir la destrucción de la droga confiscada por las agencias norteamericanas y suministrarla subrepticiamente a los soviéticos en Afganistán (COOLEY 2002: 105-107). Reagan transmitió la idea a William Casey, director de la CIA, y éste se puso en contacto con el entonces vicepresidente George Bush (p.), con quien ejecutó la propuesta.

En realidad, Washington fue más lejos de lo propuesto por el francés. El punto de inflexión llegó cuando Casey consiguió que el fiscal general de los Estados Unidos, William French Smith, exceptuara a la CIA del requisito legal de informar sobre el contrabando de drogas realizado por sus propios agentes y funcionarios. Lo hizo en un memorial secreto del 11 de febrero de 1982, dos meses después que Reagan autorizara apoyo encubierto de la CIA para los Contras de Nicaragua. Tuvo vigencia hasta 1995, a mediados de la primera gestión de Clinton: o sea, durante 13 años (COOLEY 2002: 111; Mc COY 2003: 495).

Gracias a esta duplicidad, el financiamiento de operaciones encubiertas con dinero de la droga podía llevarse a cabo paralelamente a la política oficial de condena al narcotráfico. Además, los ingresos del narcotráfico de Estado permitían evitar el uso de fondos públicos sometidos al escrutinio de las agencias de contralor del gobierno y del Congreso. Esta estrategia fue llevada a cabo en Afganistán durante la década del ’80; luego nuevamente, en Kosovo a fines de los ’90, y otra vez en Afganistán a partir de los atentados de 2001.

Pero lo más relevante es que, en la década del ’80, el opio y la heroína contribuyeron a financiar una “legión extranjera árabe” en Afganistán. Más de 100.000 militantes islamistas fueron entrenados en Paquistán entre 1986 y 1992, en campos supervisados por la CIA y el MI6, a la vez que el *Special Air Service* británico (SAS) entrenaba a la futura al-Qaeda y a los combatientes talibanes en la fabricación de bombas y otras artes. Sus líderes eran entrenados en un campo de la CIA en Virginia y en el centro al-Kifah de Brooklyn, Nueva York (PILGER 2003 Y SCOTT 2007: 123).

Esto se llamó ‘Operación Ciclón’ y continuó mucho después de la retirada soviética de 1989. Funcionarios encubiertos de la agencia que ocupaban cargos consulares norteamericanos reiteradamente adjudicaron visas a conocidos terroristas que estaban en la lista negra del Departamento de Estado. Una vez en Estados Unidos, éstos desarrollaban sus actividades en alguna de las numerosas filiales de la red de al-Kifah, conocida como MAK (SCOTT 2007: 115 Y 123).

Un artículo publicado en agosto de 2001 por la afamada *Jane’s Intelligence Review* informa que MAK canalizó miles de millones de dólares occidentales a la yihad afgana, gracias a la CIA y el MI6 británico. Egipto contribuía con la liberación de terroristas presos: un ejemplo fue Ayman al-Zawahiri, consejero de Bin Laden (HIRSCHKORN 2001).

Posteriormente, ya bajo el gobierno de Bill Clinton, hubo una aproximación norteamericana a los talibanes, que habían derrotado a los soviéticos y sus aliados en Afganistán. Los talibanes eran fundamentalistas que no toleraban el consumo de drogas, y en 2000 prohibieron la producción de amapolas, algo revolucionario en un país que vive de ese cultivo y sus subproductos (MUKARJI 2003: 22-23).

Pero a la vez, los talibanes veían con buenos ojos el accionar de al-Qaeda en territorio afgano. Eventualmente llegaron los atentados del 11 de septiembre de 2001. Inmediatamente, los norteamericanos lanzaron la segunda guerra de Afganistán. Y para librar esa guerra, Estados Unidos se apoyó, entre otros, en la Alianza del Norte, un conjunto de tribus que, a diferencia de los talibanes, había más que duplicado la producción de opio en su propia región del país (SCOTT: 117).

Gracias a Washington, pues, a partir de 2002 la producción de opio de Afganistán aumentó en un 657%, pasando a representar un 92% del total mundial. Según las Naciones Unidas, en 2002 la superficie bajo cultivo era de unas 45,000 a 65,000 hectáreas, mientras en 2001 había caído a aproximadamente 7,606 hectáreas (MUKARJI 2003: 21). Y todo esto, a pesar de la "guerra contra la droga" proclamada primero por Clinton y luego por el hijo de Bush.

La "guerra contra las drogas" en América latina

Si frente al narcotráfico Estados Unidos ha adoptado en nuestra región una actitud opuesta a la que aplicó en Afganistán, es porque nuestras drogas llegan a su propio territorio, causando estragos en su sociedad. No hay principios en juego; sólo intereses. Y los más "malos" de la película no son nuestros narcos, ya que ellos no existirían de no ser por la intensa demanda norteamericana de sus productos.

Por cierto, más allá de la prohibición, si la producción o adquisición de un producto prohibido es factible, una alta demanda genera una oferta. Esta regla es tanto más válida para países con multitudes sumidas en la pobreza extrema, dispuestas a enfrentar cualquier riesgo (BUXTON 2006: 101-102).

Por otra parte, si nos detenemos a pensar sobre lo que sucede en el interior de los países involucrados, observamos un esquizofrénico conflicto. El mercado estadounidense demanda narcóticos al mismo tiempo que su Estado los prohíbe. Y cuando Washington consigue la alianza de algún Estado clave de nuestra región para luchar contra el flagelo, también en ese país el Estado entra en conflicto con el mercado local.

En tales casos tenemos dos Estados, un hacedor de normas y un tomador de normas, que tienen una alianza asimétrica entre sí a la vez que libran una guerra contra sus propios mercados de oferta y demanda. Pero debido a las asimetrías entre ambos, el hacedor de normas exigirá que el tomador de normas reprima su oferta de narcóticos con mayor fuerza que la que él ejerce contra su propia demanda. De tal manera, la violencia que resulta de la "guerra contra las drogas" es en gran medida absorbida por el subordinado tomador de normas (BUXTON 2006: 32).

El caso más elocuente es el de la sociedad entre Estados Unidos y México, donde según parece cuanto mayor es la cooperación con Washington, mayor es la violencia padecida por el socio periférico de la alianza. Eso es, por lo menos, lo que sugiere la experiencia del presidente Felipe Calderón (2006-2012), que se lanzó a una intensa ofensiva contra los cárteles. Simultáneamente, la tasa de homicidios intencionales cada 100.000 habitantes saltó de 8,1 en 2007 a 23,7 en 2011 (UNDOC 2013). La moralina es aleccionadora. Cooperar con Washington puede ser fatal.

Pero no cooperar también puede serlo. Un ejemplo no menos elocuente es lo que estuvo a punto de suceder en Bolivia entre 2006 y 2008. Frente a la negativa del gobierno de Evo Morales a erradicar la cosecha de coca, que es una tradición de largo arraigo en el Altiplano, Washington nombró embajador en La Paz a Philip Goldberg.

En la etapa anterior de su carrera, Goldberg había sido uno de los arquitectos de la secesión de Kosovo. En aquellos tiempos en que la amenaza de secesión de los departamentos bolivianos de Santa Cruz de la Sierra y Tarija era digna de tenerse en cuenta, el nombramiento de Goldberg constituía una amenaza seria. Parecía claro que Washington estaba dispuesta a apelar a cualquier medio para desestabilizar a Morales.

Pero en septiembre de 2008, después de comprobar sus relaciones sospechosas con la oposición de los departamentos separatistas, Morales echó a Goldberg de Bolivia, con el fuerte apoyo de los gobiernos de Argentina, Ecuador, Nicaragua, Paraguay, Uruguay, Venezuela y otros pueblos hermanos (MORALES AGUILERA 2008).

La historia demuestra que Washington no tiene empacho en engendrar separatismos, guerras o invasiones. En los tiempos actuales raramente lo hace en nuestra región porque sus intereses no lo exigen. Pero no olvidemos que la última secesión de América latina, la de Panamá, fue provocada por Estados Unidos en 1903.

Si en el siglo XXI Bolivia pudo evitar ese destino sin dejar de producir la hoja de coca, fue por el apoyo

diplomático de la mayor parte de nuestros países. Para Washington no valía la pena quedar mal con tantos gobiernos por algo tan trivial. En cambio, la competencia geopolítica con Moscú en Serbia era más importante, y allí no le tembló el pulso.

PARTE II – China, una gran potencia por ahora benigna

Introducción

Por falta de poder militar, a China le resultaría imposible realizar operaciones como las descriptas en la sección sobre Afganistán, excepto en su periferia geográfica. Tampoco le resultaría fácil promover la secesión de un departamento boliviano, por lo menos por ahora. China puede hacer cosas terribles en el Tibet, mientras Estados Unidos puede hacerlas en todo el planeta excepto en la periferia geográfica rusa.

Por ese motivo, para quienes estamos lejos, Beijing es menos peligroso que Washington. Además, porque somos parte de la periferia de Estados Unidos, llegado el momento Washington podría defendernos de Beijing, pero Beijing no podría ni querría defendernos de Washington. Por eso, como socia en lo económico, China ofrece pocos riesgos de seguridad. El mayor riesgo es el de hacer malos negocios.

Es importante enfatizarlo porque la RPC no tiene una buena imagen. Nadie osaría afirmar que es un Estado respetuoso de los derechos humanos. No lo es, y esto es algo que frecuentemente se usa en su contra. Pero China nunca pretendió ser una nación cuya identidad misma se base en ese respeto, como lo hace Estados Unidos. En este plano, la RPC no nos desilusiona porque nunca esperamos mucho de ella.

Por otra parte, según cálculos del semanario británico *The Economist*, a partir de 2019 el PBI chino ya será mayor que el norteamericano y se despegará rápidamente, superando ampliamente a Estados Unidos hacia 2025. Y este es un hecho que tiene grandes y positivas consecuencias para el Cono Sur de las Américas.

Por cierto, lo que acontece actualmente en el mundo es excepcional. Por primera vez desde que terminó la Segunda Guerra Mundial vivimos tiempos de transición hegemónica. En 1945 Estados Unidos se había convertido en la superpotencia dominante, cuando producía la mitad de la riqueza del orbe y era el único país con la bomba atómica. En 1949, cuando Moscú adquirió la bomba atómica, el mundo se volvió bipolar. En 1989, con el colapso de la Unión Soviética, Estados Unidos pareció destinado a ser regente y brújula del planeta. Pero los errores de toda índole cometidos desde el 11 de septiembre de 2001, sumados a la crisis de 2008 y el ascenso económico de China, cambiaron radicalmente esa perspectiva. Por ahora, la transición hegemónica se limita al ámbito económico del orden mundial, pero ya se palpa claramente en América del Sur.

La nueva presencia china en América del Sur

China se hizo notar en Sudamérica en noviembre de 2004, cuando el presidente Hu Jintao nos visitó. Desde entonces, los analistas norteamericanos apuntaron sus antenas a estas relaciones, conscientes de que la hegemonía de su país en la región podía comenzar a ser disputada. Y cuando en 2008 Beijing publicó su "Libro blanco sobre América latina", no quedaron dudas acerca de las aspiraciones de la superpotencia en ciernes. Allí, el gobierno chino afirmó su estímulo y apoyo a las empresas de su país para la inversión en "manufactura, agricultura, silvicultura, pesquería, energía, recursos mineros, construcción de infraestructura, servicios, etc.", a la vez que nos propuso "fomentar juntos la seguridad alimentaria".

El anuncio no quedó en retórica vacua. Hacia fines de 2013, en inversiones hidroeléctricas y de transmisión de energía eléctrica solamente, China ya había comprometido:

- En Argentina, proyectos por un total de 4700 millones de dólares.

- En Brasil, uno de los contratos principales para el proyecto Belo Monte (que producirá 11,2 GW), e inversiones adicionales por un total de por lo menos 3400 millones de dólares en el campo de la transmisión de electricidad.

- En Ecuador, siete proyectos acordados total o parcialmente a contratistas chinos, por un total de 4236 millones de dólares.

- En Bolivia, un proyecto de 1300 millones de dólares.

- En Guyana, un proyecto por 840 millones. (ELIS 2013)

En otros rubros, se tienen noticias de inversiones por:

- 28.000 millones de dólares en créditos a Venezuela y 16.300 millones para el desarrollo petrolífero en el Orinoco;

- 5000 millones de dólares para una planta siderúrgica en el puerto brasileño de Açu; otros 3100 millones como participación en un desarrollo petrolífero offshore brasileño concesionado a la empresa noruega Statoil; un crédito de 10.000 millones para Petrobras, y otros 1700 millones para comprar siete empresas brasileñas de electricidad;

- 1000 millones de dólares como pago adelantado por petróleo ecuatoriano;

- 4400 millones de dólares para el desarrollo de minas en Perú. Etcétera. (ELLIS 2011)

Finalmente, la importante noticia de principios de 2014 fue que una empresa estatal china compró el 51% de la cerealera Nidera, con sede en Holanda y grandes operaciones en la Argentina.[1]

El gran salto en materia de inversiones chinas se produjo en 2009, precisamente cuando resultaba más relevante para América latina, ya que como consecuencia de la crisis internacional comenzaban a escasear los fondos provenientes de fuentes más tradicionales. No es una casualidad que en mayo de ese año, el presidente Luiz Inácio Lula da Silva haya viajado a Beijing para asegurar la cooperación china en la explotación de las nuevas reservas brasileñas de petróleo.

Bastante antes, algunos estadistas latinoamericanos ya habían comprendido el enorme potencial representado por el mercado y los capitales chinos. En Chile, por ejemplo, la pieza central de la política económica internacional de los presidentes Ricardo Lagos y Michelle Bachelet fue el comercio sino-chileno. Es así que el primer acuerdo de libre comercio entre China y un país latinoamericano fue firmado con Chile en 2005. Posteriormente, Perú (2009) y Costa Rica (2011) siguieron por el mismo camino, de modo que a la fecha ya hay tres tratados de libre comercio entre países de la región y China, poniendo una lápida simbólica al frustrado proyecto hegemónico norteamericano, el ALCA.

Una de las ventajas de la RPC a la hora de dar grandes saltos como el orquestado en América latina es su capacidad para articular grandes paquetes en los que están simultáneamente involucrados el gobierno, los bancos y las empresas. La cuestión fue planteada con elocuencia al *Wall Street Journal* por el presidente de Petrobras, José *Sergio Gabrielli* de Azevedo, cuando comentó: "Los Estados Unidos tienen un problema. No hay nadie en el gobierno norteamericano con quien podamos sentarnos para discutir el tipo de cosas que discutimos con los chinos" (LYONS 2009).

Por cierto, el sistema chino de negociación hace posible que los sectores estatal, financiero y empresarial operen en forma conjunta para concretar negocios estratégicamente importantes para su país. Ésta es una herramienta muy útil, especialmente para negociar inversiones en el sector energético. Las tres cuartas partes de las reservas mundiales de petróleo están en manos de enormes empresas petroleras que tienen gran poder de negociación y que están controladas por Estados. El método chino reduce ese poder de las grandes empresas: su *modus operandi* le permite ofrecer más y por lo tanto exigir más, convirtiendo este tipo de negocio en una suerte de geopolítica del petróleo donde los acuerdos son de gobierno a gobierno.

Es por medio de esta metodología como, por ejemplo, China ha conseguido representar el 40% de la producción petrolera no estatal de Ecuador, a la vez que avanza en la negociación de un proyecto ferroviario para el sector minero de ese país. Y al mismo poderoso instrumento de negociación debe atribuirse que haya conseguido una presencia protagónica en los campos petrolíferos venezolanos de Maracaibo y Anzoátegui, a la vez que crece su participación en la extracción de carbón, bauxita, hierro y oro en el país bolivariano.

La estrategia china en América latina está cuidadosamente diseñada. Para evitar que los organismos intergubernamentales de la región

sean usados contra sus intereses por Estados Unidos, en 2004 obtuvo status de observador en la Organización de Estados Americanos (OEA) y en 2009 se convirtió en miembro del Banco Interamericano de Desarrollo (BID). Avanzando en esa dirección, en enero de 2014 la RPC dijo presente en la segunda reunión de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC). Allí se creó el Foro China-CELAC, que le permitirá relacionarse con la región sin la interferencia de Estados Unidos, que no es miembro de CELAC.

No sin razón, el analista norteamericano Evan Ellis dice que esta exitosa gestión del presidente Xi Jinping demuestra, irónicamente, la falsedad del argumento que supone que una organización regional que excluye a Estados Unidos, como CELAC, no puede hacer nada relevante. También es evidente que, de algún modo, esta quinta generación de líderes de la RPC se atreve a más frente a Washington que las anteriores. (ELLIS 2014)

No obstante, los chinos se cuidan mucho de no ofender a Estados Unidos, porque no tienen nada que ganar con la confrontación y porque nada hay tan valioso para ellos como preservar el masivo mercado de consumo norteamericano y canadiense.

China y la paranoia norteamericana

Pero esta cautela no impide cierta paranoia en círculos especializados estadounidenses. Un ejemplo es una publicación de 2007 del Instituto de Estudios Estratégicos del *U.S. Army War College*. Se titula "La expansión china y el retroceso norteamericano en la industria espacial y de telecomunicaciones de la Argentina, y sus implicancias para la seguridad nacional de los Estados Unidos" (HULSE 2007).

Otro ejemplo es el pensamiento del Gral. Bantz J. Craddock, quien hasta 2006 fue Comandante del Comando Sur de los Estados Unidos. En su testimonio de 2005 ante el Comité de las Fuerzas Armadas de la Cámara de Representantes de su Congreso, dijo a los legisladores que en el año anterior (que había sido el de la visita del presidente Hu Jintao a Argentina, Brasil, Chile y Cuba) China había anclado en nuestra región el 50% de sus inversiones de ultramar. Citando el "Libro blanco de estrategia de defensa" de la RPC, observó que Beijing busca adquirir la capacidad militar necesaria para proteger sus rutas de navegación. Aunque reconoció que estos planes todavía no constituyen amenazas, dijo que Estados Unidos debe tenerlos muy en cuenta a la hora de planificar su propia estrategia hacia nuestra parte del mundo (109th CONGRESS HOUSE ARMED SERVICES COMMITTEE 2005).

Su preocupación es exagerada pero se ancla en datos que no deben ignorarse. Considérese que dos de los cuatro puertos situados estratégicamente a la vera del Canal de Panamá están controlados por una empresa china de Hong Kong, Hutchison Wampoa (TOKATLIÁN 2008).

A esto se suma el hecho de que la marina de guerra china ya posee más submarinos que la rusa, y se calcula que en la próxima década se convertirá en una armada bioceánica, la única en el mundo que compartirá esa condición con la norteamericana. La suya es una estrategia naval complementada por satélites y misiles, y centrada en el sigiloso submarino de ataque clase Song. Recientemente, durante un momento de tensión cerca de Taiwan, un submarino chino sorpresivamente salió a la superficie dentro del perímetro defensivo del portaaviones norteamericano USS Kitty Hawk, sin que la poderosa nave ni sus escoltas detectara al sumergible (BROOKINGS 2008).

No sorprende entonces que, en el Informe Cuatrienal de 2006 del Departamento de Defensa de los Estados Unidos, se afirme que China es el país que más posibilidades tiene de competir militarmente con Estados Unidos. Y en el Informe de 2010 se expresa aún mayor inquietud por una supuesta falta de trasparencia acerca de los objetivos de su expansión y modernización militar, preocupación que se reitera en el Informe de 2014. (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2006, 2010 Y 2014)

Obviamente, la presencia china en América latina no representa riesgos para la seguridad nacional norteamericana, por lo menos por ahora. Pero más de una política estadounidense puede verse desbaratada por esa presencia. Por ejemplo, según informó UPI en noviembre de 2008, cuando Estados Unidos bloqueó la venta a Bolivia de

aviones de combate producidos por la República Checa, Evo Morales recurrió a China, que le vendió su modelo K-8. De igual manera, Venezuela compró 18 de estos cazas chinos.

Por cierto, la tentación de comprar equipos militares a Beijing, que son más baratos que los norteamericanos, es cada vez mayor para los países sudamericanos, no solamente por su valor intrínseco sino porque aportan la posibilidad de abrir un nuevo nicho de intercambio que aumente nuestro poder de negociación.

Por ejemplo, es muy difícil convencer a los chinos que la Argentina, por caso, tiene la legítima pretensión de venderles no sólo el poroto de soja, sino también derivados con valor agregado como el aceite y la harina. Pero si se puede ofrecer un *quid pro quo*, reequipando sus fuerzas armadas con equipos chinos, puede abrirse la posibilidad de que el socio chino se convierta en un peligro menor de desindustrialización que el que representa en este momento.

Por su parte, los chinos están conscientes de que despertar inquietudes en Estados Unidos no les conviene, y es por eso que su diplomacia se esfuerza por enfatizar que lo último que quieren es disputarles su "patio trasero" (una expresión usada sin falso pudor por analistas chinos dedicados a estas cuestiones). Pero esa cautela retórica no altera sus planes: Beijing legítimamente necesita de este "patio trasero" para comprar alimentos y materias primas sin los cuales no tendrá seguridad. Por eso, sus vínculos con nuestros países avanzan en todos los ámbitos.

Un buen ejemplo es el programa sino-brasileño de desarrollo y lanzamiento conjunto de satélites para el monitoreo de recursos terrestres, conocido como CBERS. El programa se inauguró en 1999 con el lanzamiento del satélite CBERS-1, y se actualizó en 2003 con el CBERS-2. En 2007 se lanzó el más avanzado CBERS 2-B y en diciembre de 2013 fracasó el lanzamiento del CBERS-3. El CBERS-4 probablemente sea lanzado en 2014. Los cohetes empleados son chinos y se lanzan desde una base china, financiándose en forma conjunta.

Estos fueron los antecedentes brasileños que inspiraron el Acuerdo Marco de Cooperación Técnica para el Uso Pacífico del Espacio Ultraterrestre, suscripto en 2004 entre la Argentina y China durante la visita del presidente Hu Jintao. En 2005 se avanzó con la firma de un convenio de asesoría técnica para la fabricación de satélites, y en abril de 2013 se lanzó el primer nano satélite argentino, el "Capitán Beto", desde el Centro Espacial de Jiuquan, en China.

Simultáneamente, en 2010 comenzó a estudiarse la posibilidad de que una antena satelital para el programa espacial chino sea instalada en la Argentina. En teoría, este tipo de equipo facilitaría un (muy improbable) ataque chino contra satélites de terceros países (léase norteamericanos). Digno es de señalarse que, en 2007, la China destruyó uno de sus propios satélites con un misil, demostrando su capacidad para ese tipo de acción bélica.

Otra cuestión que inquieta a los sectores más paranoicos en Estados Unidos es la penetración alcanzada en la América latina por las empresas chinas de telecomunicaciones, Huawei y ZTE. Su despegue comenzó a partir de 2001, cuando las empresas norteamericanas comenzaron a retirarse debido a la crisis económica argentina. Inevitablemente, los incentivos estratégicos acordados por el gobierno chino, que no tienen paralelos en Estados Unidos, permiten aprovechar oportunidades que un capitalismo de mercado puro desaprovecha.

Huawei, una empresa privada, se ha expandido por varios países de la región, incluyendo Brasil y Venezuela. Una de sus ventajas es ser una proveedora principalísima del Ejército Popular de Liberación (EPL), que es el brazo armado del Partido Comunista Chino.

A través del tutelaje del EPL, Huawei ha establecido redes de telecomunicaciones militares en todo el territorio chino. Como consecuencia, fue distinguida por el gobierno de su país como "campeón de la nueva tecnología", un galardón que le da acceso privilegiado a créditos multimillonarios que facilitan su expansión internacional. Es así como funciona el complejo militar-industrial chino.

En el caso de la expansión de estas empresas en el hemisferio occidental, lo que algunos sectores norteamericanos temen es que, en combinación con tecnología satelital, sus equipos sean

utilizados para el espionaje y la guerra informática contra Estados Unidos. Por cierto, la doctrina militar china oficialmente declara que la guerra informática es una manera efectiva de neutralizar asimetrías de poder militar. Y para más datos, según un trabajo de 2005 de la conservadora *Heritage Foundation*, China y Brasil han cooperado en el desarrollo de satélites espía. (JOHNSON 2005)

No obstante, y paradójicamente, según *The New York Times* del 22 de marzo de 2014, fue la Agencia Nacional de Seguridad (NSA) de los Estados Unidos quien se infiltró en los servers de la sede central de Huawei en Shenzhen, China. La información proviene de documentos filtrados por Edward Snowden. En la vida real, el espionaje no fue chino sino norteamericano.

China y Estados Unidos: condenados a cooperar

No obstante, a pesar de la competencia entre ambos países, Estados Unidos y China se necesitan mutuamente. Como consecuencia, el orden internacional tiene, a pesar de todo, un importante margen de estabilidad.

En el presente, Estados Unidos es el principal socio comercial de China, a la vez que ésta es el segundo socio más importante de Estados Unidos, después del vecino Canadá. Es verdad que el déficit comercial norteamericano con China es gigantesco. Pero según las progresiones, el mercado consumidor chino pronto será el segundo más importante del mundo. Los chinos comprarán cada vez más, de modo que el desequilibrio comercial bilateral sino-norteamericano se irá cerrando paulatinamente.

Es verdad que, en el plano geopolítico, las dos potencias son competidoras. En diciembre de 2013, por ejemplo, se produjeron episodios de tensión en el Mar de la China Meridional, cuando el crucero norteamericano USS Cowpens traspasó el perímetro de defensa del portaaviones chino Liaoning y fue ordenado a detenerse. Los norteamericanos no obedecieron y entonces los chinos pusieron un barco de transporte frente al crucero, que debió frenar bruscamente so pena de estrellarse contra la nave china. Según el análisis de una conocida agencia privada norteamericana de inteligencia, la RPC sueña con proclamar su propia "Doctrina Monroe" en los mares que circundan su territorio y el de varios vecinos (STRATFOR 2013).

No obstante, incluso en esta delicada esfera de la geopolítica militar, la cooperación parece a veces un destino compartido entre Estados Unidos y China. Por ejemplo, cuando en 2006 el mundo se enteró, alarmado, de que Corea del Norte había detonado un artefacto nuclear, los chinos comprendieron que la proliferación es peligrosa para todos, y en su condición de miembros permanentes del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas se avinieron a votar sanciones contra su díscolo vecino.

No deja de ser auspicioso. A pesar de que el principio de "jamás asumir un papel de liderazgo" es una de las casi canónicas "seis recomendaciones" de Deng Xiaoping, que son casi obligatorias para la cultura política china (JIANG 2008: 31), Beijing lentamente asume las responsabilidades de una gran potencia que cuida el orden mundial. Su papel de Estado contestatario, disconforme con el *statu quo* internacional, ya es cosa de un pasado que parece lejano, a la vez que su realismo periférico pasivo de tiempos de Deng también está quedando atrás.

China es una gran potencia que contribuye a forjar normas interestatales. Tiene poder de veto *de jure* y *de facto*. Pero su accionar global es, por ahora, mucho más benigno que el de Estados Unidos.

Mientras tanto, siguiendo el mejor ejemplo norteamericano, en Beijing ya se imparte un curso de educación militar profesional de cinco meses de duración, destinado a oficiales latinoamericanos de mediana graduación. Y emulando tanto a europeos como a estadounidenses, China intenta ser mejor comprendida por los latinoamericanos a través de una política cultural que hasta la fecha ha incluido la creación de veinte filiales del Instituto Confucio.

CONCLUSIONES – El Cono Sur de cara a la RPC y Estados Unidos

A test case: la crisis del aceite de soja argentino de 2010

Como se ha dicho, aunque en el plano militar el mundo está todavía muy lejos de una transición hegemónica, en la esfera económica ésta es casi un hecho. China va a desplazar a Estados Unidos como el primer PBI del mundo.

Por otra parte, comercial y económicamente la RPC nos necesita y nosotros necesitamos de ella, aunque nosotros la necesitemos más que ella a nosotros. La relación es asimétrica porque el poder económico chino es sobrecogedor. No es una relación Sur-Sur, cómo dice Beijing diplomáticamente, sino Norte-Sur. Pero China es una fuente de oportunidades.

Si nos dejamos estafar, el peligro de desindustrialización y de reprimarización de nuestros sectores agropecuarios es muy grande. Pero éste es un riesgo controlable, como ya lo demostró la Argentina en 2010, cuando el gobierno chino decidió prohibir la importación de su aceite crudo de soja.

Por cierto, como recuerda Eduardo Daniel Oviedo, el argumento oficial de Beijing fue la aplicación de una disposición china que establece un límite máximo de 100 partes por millón de residuos de hexano para los embarques de aceite crudo de soja (OVIEDO 2011).[2] Aunque esa norma china había entrado en vigencia en octubre de 2004, no había sido aplicada debido a un acuerdo entre ambos gobiernos.

Pero en 2010 China hizo caso omiso del acuerdo e interrumpió sus compras. En la opinión de los técnicos argentinos, los orientales deseaban comprar aceite refinado pero pagar por aceite crudo. El estándar establecido por la norma china era más exigente que el internacional. En lo esencial se trató de "una jugada para provocar el desplome del precio del aceite de soja y proteger su propia industria aceitera de la competencia argentina, para lo cual buscan importar más porotos y menos producto terminado" (WASILEVSKY 2010).

Para compensar la interrupción de sus compras en Argentina, China acudió a la importación desde Brasil y Estados Unidos, sin aplicar la norma mencionada, y a pesar de que el aceite crudo argentino estaba más cerca del estándar exigido por esa norma que el de esos mercados alternativos (CIARA 2010). Se trató, claramente, de una traba paraarancelaria.

En esas circunstancias, el gobierno argentino aplicó un cierto realismo periférico, evitando ejercer el derecho al pataleo en foros multilaterales, pese a que China estaba en violación de principios de la OMC. En vez de apelar a una táctica de conflicto diplomático multilateral, Buenos Aires se limitó a defenderse comercialmente. Desvió una parte del aceite de soja excedente hacia otros mercados, y otra parte hacia la producción y eventual exportación de biocombustible.

La táctica dio resultados. Mientras en los primeros once meses de 2009 el complejo sojero representó el 23,7% de las exportaciones, sin contar biocombustibles, en los mismos meses de 2011 ese guarismo subió al 26%. Y en el mismo periodo, las exportaciones de biodiesel se incrementaron de 811 a 1.101 millones de dólares.

Así, el problema tuvo un final feliz, demostrándose que países como los del Cono Sur pueden defenderse contra los intentos chinos de captar cada vez más valor agregado, desindustrializándonos. Este problema se repetirá muchas veces, pero la libertad de ponerle límites a la ambición china es nuestra. En verdad, en este plano la pulsión china por intentar sacar ventajas no es mayor ni más alarmante que la de ningún otro Estado.

Por eso, y más allá de los imponderables de la historia, parece claro que la posibilidad de una sociedad mutuamente ventajosa entre nuestros países y la RPC existe. Si llega a plasmarse o no dependerá principalmente de nuestra idoneidad.

El estado actual de la relación comercial entre la RPC, Estados Unidos y el Cono Sur de las Américas

El potencial de la relación entre nuestros países y China queda ilustrado por el conocido hecho de que la RPC ya es el principal cliente de Brasil y de Chile, a la vez que es el segundo de la Argentina, después de Brasil.

Su presencia se ha traducido en un cambio estructural visible en la matriz del comercio latinoamericano. Por cierto, el comercio del total de América latina con Beijing había sido insignificante hasta que, entre 1975 y 2005, el intercambio de la región con la RPC trepó de 200 a 47.000 millones de dólares. Fueron tres décadas en las que fue surgiendo una relación nueva, producto del desarrollo chino y de la creciente necesidad de Beijing de obtener seguridad alimentaria y energética en ultramar. (ELLIS 2011: 1)

En medida variable según país, existe mayor complementariedad económica entre China y los países del Cono Sur que entre éstos y Estados Unidos. Este hecho estructural (que no es generalizable a otros países latinoamericanos como México y Colombia) se vislumbra claramente en la estructura actual del comercio exterior de nuestros países, tal como se registra en la Tabla:

Tabla: Principales Socios de Comercio Exterior de los Países del Cono Sur

Fuente: CIA, *The World Factbook* 2014

Exportaciones de Argentina:

Brasil 20,4%; China 7,4%; Chile 6%, EE.UU. 5,2% (2012)

Importaciones de Argentina:

Brasil 27,2%; EE.UU. 15,6%; China 11,9%; Alemania 4,5% (2012)

Exportaciones de Brasil:

China 17%, EE.UU. 11,1%; Argentina 7,4%; Holanda 6,2% (2012)

Importaciones de Brasil:

China 15,3%; EE.UU. 14,6%; Argentina 7,4%; Alemania 6,4%, Corea del Sur 4.1% (2012)

Exportaciones de Chile:

China 23,3%; EE.UU. 12,3%; Japón 10,7%; Corea del Sur 5,8%; Brasil 5,5% (2012)

Importaciones de Chile:

EE.UU. 22,9%; China 18,2%; Argentina 6,6%; Brasil 6,5% (2012)

Exportaciones de Paraguay:

Uruguay 17,7%; Brasil 16,4%; Argentina 15.6%; Rusia 12% (2012)

Importaciones de Paraguay:

Brasil 24,2%; China 19,5%; Argentina 18,3%; EE.UU. 11,5% (2012)

Exportaciones de Uruguay:

Brasil 18,6%; China 17,9%; Argentina 6,2%; Alemania 4,3% (2012)

Importaciones de Uruguay:

China 16.4%; Brasil 14,9%; Argentina 14,6%; EE.UU. 9,1%; Paraguay 7,3% (2012)

Como se ve, Estados Unidos ya fue desplazado como socio comercial principal de los países del Cono Sur. Y todo parece indicar que China es el mejor socio posible de Suramérica: una superpotencia económica, pronto la primera del mundo, que no puede amenazarla militarmente. Esta ventaja se potencia para el caso de aquellos países que, como Argentina, Brasil y Chile, tienen economías que se complementan claramente con la china.

Los riesgos existen y deberán ser administrados. Provienen tanto de China como de Estados Unidos. No es imposible, incluso, que el mayor forjador y violador de normas del planeta, Washington, intente desplazar a Beijing de nuestra región con medios ilícitos.

Pero que exista un país dispuesto a comprarnos e invertir más que Estados Unidos es una buena noticia ■

Bibliografía

BROOKINGS INSTITUTION, 2008, minutas de la reunión del 30 de abril acerca del libro *China's Expansion into the Western Hemisphere: Implications for Latin America and the United States*, Washington DC.

BUXTON, J., 2006, *The Political Economy of Narcotics: Production, Consumption and Global Markets,* New York: Zed Books.

CIARA, "Empresarios criticaron a China por trabas a la importación de soja", comunicado del 7 de abril de 2010, disponible en http://www.iprofesional.com/index.php?p=nota&idx=96732. Acceso el 30 de marzo de 2014.

COOLEY, J., 2002*, Unholy Wars: Afghanistan, America and International Terrorism*, Londres y Sterling VA: Pluto Press.

DREYFUS, R., 2005, *Devil's Game: How the United States Helped Unleash Fundamentalist Islam*, Nueva York: Holt Paperbacks.

ELLIS, R.E., 2011, "Chinese Soft Power in Latin America: A Case Study", *JFQ*, N° 60:1, p. 87.

ELLIS R.E., "Are Big Chinese Energy Investments in Latin America a Concern?", *The Manzella Report*, 23 de noviembre de 2013.

ELLIS, R.E., "China's Strategy in Latin America Demonstrates boldness of President Xi", *The Manzella Report*, 19 de febrero de 2014.

ESCUDÉ, C.,1983, *Gran Bretaña, Estados Unidos y la Declinación Argentina, 1942-1949*, Buenos Aires: Ed. de Belgrano.

ESCUDÉ, C., 2012, *Principios de realismo periférico – vigencia de una teoría argentina ante el ascenso de China*, Buenos Aires: Lumière.

ESCUDÉ C. y SABIO MIONI, M., 2013, *Radiografía universal de la Infamia: viñetas sobre el estado de mundo en nuestro tiempo*, Buenos Aires, Ed. Lumière.

FRANK, G.,1979, *Struggle for Hegemony: Argentina, Brazil and the Second World War,* Somerset NJ: Transaction Publishers.

HIRSCHKORN et al, "Osama Bin Laden and the Al Qaeda Group", *Jane's Intelligence Review*, 1° de agosto de 2001.

HULSE, J., 2007, "China's Expansion into and U.S. Withdrawal from Argentina's Telecommunications and Space Industries, and the Implications for U.S. National Security", Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College.

JIANG S., 2008, "The Chinese Foreign Policy Perspective", en Roett y Paz (comps.) 2008.

JOHNSON, S., "Balancing China's Growing Influence in Latin America", *Backgrounder*, N° 1888, The Heritage Foundation, 24 de octubre de 2005.

LE NOUVEL OBSERVATEUR, enero 15-21 de 1998.

LYONS J., "Brazil Turns to China to Help Finance Oil Projects," *Wall Street Journal*, 18 de mayo de 2009, p. A6.

Mc COY A., 2003, *The Politics of Heroin: CIA Complicity in the Global Drug Trade*, Chicago: Chicago Review Press, 2003.

MORALES AGUILERA, N., "Apoyo para Evo Morales", en *En la misma costura word press*, 19 de septiembre de 2008. Disponible en http://enlamismacostura.wordpress.com/2008/09/13/apoyo-para-evo-morales-de-gobiernos-latinoamericanos-y-la-oea-se-lava-las-manos/, acceso el 30 de marzo de 2014.

MUKARJI, A. 2003, *Afghanistan: From Terror to Freedom*, Sterling Publishers Pvt. Ltd.

OVIEDO E.D., 2011, "Modernizaciones, intereses y 'relaciones estratégicas' entre Argentina y China", ponencia presentada al Seminario Internacional "Cómo enriquecer la asociación estratégica entre China y Argentina ante las nuevas situaciones internacionales", Instituto de Relaciones Internacionales Contemporáneas (CICIR), Beijing, China, octubre de 2011, p. 7.

PILGER, J. "What good friends left behind", *The Guardian*, 20 de septiembre de 2003.

ROETT y R. PAZ, G. (comps.), 2008, *China's Expansion into the Western Hemisphere: Implications for Latin America and the United States*, Washington DC: Brookings Institution.

SCOTT, P.D. 2007, *The Road to 9/11: Wealth, Empire and the Future of America*, Berkeley: University of California Press.

STRATFOR, "China's Dream of its Own 'Monroe Doctrine'", 17 de diciembre de 2013.

TOKATLIÁN, J.G., 2008, "A View from Latin America", en ROETT y PAZ (comps.),

UNODC, Informe de 2013.

109th U.S. CONGRESS HOUSE ARMED SERVICES COMMITTEE, "Posture Statement of General Bantz J. Craddock, United States Army, Commander United States Southern Command", 9 de marzo de 2005.

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2006, 2010 y 2014, *Quadrennial Defense Review Report*.

WASILEVSY, J.D., "Biodiesel, la llave para abrir el cerrojo que China le impuso a Argentina a la exportación de aceite de soja", en iProfesional.com, Buenos Aires, 9 de abril de 2010. Disponible en http://biodiesel.com.ar/3129/biodiesel-la-llave-para-abrir-el-cerrojo-que-china-le-impuso-a-argentina-a-la-exportacion-de-aceite-de-soja. Acceso el 30 de marzo de 2014.

Notas

[1] Las consecuencias de esta transacción para los negocios argentinos son ambiguas, porque Nidera podría ahora acoplarse a la estrategia china de reprimarizar el sector primario, interrumpiendo las producciones con valor agregado como el aceite y la harina de soja.

[2] El hexano es un solvente tóxico derivado del petróleo, que se usa para extraer el aceite del poroto.

Carlos Escudé

Ph.D. Yale University 1981. Investigador Principal del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de la República Argentina (CONICET), y Director del Centro de Estudios de Religión, Estado y Sociedad (CERES) del Seminario Rabínico Latinoamericano 'Marshall T. Meyer'. E-mail de contacto: carlos.escude@aya.yale.edu

Hernán Santa Cruz: del pensamiento a la acción

César Ross Orellana

Resumen:

Este artículo se ocupa de examinar el pensamiento internacionalista de Hernán Santa Cruz (HSC), mediante el cruce de tres dimensiones: Su biografía intelectual, su pensamiento y su acción internacional.

En HSC, se reúnen una serie de paradojas. Primero, desde el punto de vista académico es un personaje casi desconocido: Su pensamiento está casi inexplorado y las pocas investigaciones al respecto, son modestos resúmenes de las ideas que el propio HSC dejó vertidas en sus escritos. Segundo, HSC hizo el camino inverso a personajes como Raúl Prebisch y Felipe Herrera, en términos que primero desarrolló un pensamiento propio sobre la economía y la integración de AL, lo plasmó en diversos textos, públicos y privados, y una vez adscrito a alguna entidad internacional, puso esas ideas en acción. Tercero, HSC desarrolló ideas muy precisas sobre la utilidad del aislamiento comercial al que fue sometida AL durante la SGM, en términos de generar oportunidades para: el comercio intrarregional, la industrialización por la sustitución de importaciones y la integración política, mediante el establecimiento de instituciones *ad-hoc*. Y cuarto, el pensamiento económico y sobre integración de HSC, fue expuesto con anterioridad (1945) a las ideas de Prebisch (1948 y 1949) y a las de Herrera (en los 60). Estos autores desarrollaron un pensamiento que alcanzó gran notoriedad, siguiendo lo que HSC planteara con anterioridad y muy probablemente, por la cercanía que tenían, conociendo dichas ideas.

Palabras claves: Hernán Santa Cruz, Pensamiento internacional, América Latina

Abstract

This paper comes to analyzing the internationalist thought of Hernan Santa Cruz (HSC), across three dimensions: His intelectual biography, his thought and international actions.

In HSC there is a serie of paradoxes. First, from an academic point of view, he is an almost unknown character: His thought is almost unexplored and there is a few research about it, modest abstracts of own HSC ideas that remained expressed in his writings. In the second place, HSC went backwards compared to Raul Prebisch and Felipe Herrera, they first evolved their own thought about economy and the AL integration, which can be seen in many texts , publics and privates, and once assigned to an international entity, perform these concepts. In the third place, HSC has developed very accurate ideas about the utility of comercial insulation during World War II AL, in terms of creating oportunities to: intra-regional trade, industrialization by imports replacement and political integration through the constitution of ad-hoc institutions. Finally,the economic thought and integration of HSC has been previously exposed (1945) with Prebisch ideas (1948 e 1949) and Herrera (1960s). These writeers developed a thought that became notorious, following what HSC brought up and probably by the proximity they had, knowing those ideas.

Keywords: Hernán Santa Cruz, Internationalist Thought, Latin America

Introducción

Este trabajo forma parte de proyecto mayor que procura desentrañar las ideas latinoamericanas que contribuyeron a formar la arquitectura internacional en el advenimiento de la Guerra Fría.

En lo específico, este artículo se ocupa de examinar el pensamiento internacionalista del abogado chileno, Hernán Santa Cruz Barceló (HSC), mediante el cruce de tres dimensiones: Su biografía intelectual, su pensamiento y su acción internacional.

HSC, se formó en un período en que la historia se escribía al fragor de dos guerras mundiales, en la que el mapa político e ideológico mundial cambiaba y en la que los Estados se reubicaban en el esquema de poder a través de una arquitectura de institucionalidad que no terminaba de consolidarse.

El joven HSC ingresó a la universidad poco después de concluida la Primera Guerra Mundial, en plena crisis económica de 1921. En síntesis, estos hitos mostraban que el mundo del siglo 19 comenzaba a colapsar definitivamente, cuestión que se consolidó con la crisis económica de 1929. El mítico libro de Edward Hellet Carr, titulado *La crisis de los 20 años* (1939), demuestra precisamente este momento entre el término de la Primera y comienzo de la Segunda Guerra Mundial (SGM), un momento de constatación del derrumbe del modelo anterior y que en Chile se reflejó mediante el abandono la sociedad de las naciones el 14 de mayo 1938[1].

Sobre las ruinas del viejo orden, surgió la necesidad de concebir y construir una nueva arquitectura internacional, capaz de dar cuenta de la nueva distribución de poder y de dotarla de las instituciones que soportaran las nuevas reglas del juego. En este contexto, los políticos e intelectuales latinoamericanos comprendieron que el nuevo esquema internacional que se formaba era complejo y claramente asimétrico (para la región) desde todas las perspectivas: política, económica y de seguridad. La intervención de EE.UU. en Cuba (1898), la diplomacia del dólar en las primeras décadas del siglo 20, expandió la dominación del gobierno norteamericano y profundizó la subordinación de América Latina. Este papel, además de su rol en la obtención de la independencia de Filipinas, Puerto Rico y Cuba, dejó muy claro quién manejaba el poder en la región, y que estaba dispuesto y era capaz de recurrir a medidas unilaterales para hacer valer su hegemonía hemisférica (Bagley & Horwitz, 2007).

En Chile, el triunfo del Frente Popular[2], que llegó al poder en 1938 con la Presidencia Pedro Aguirre Cerda[3], fue el resultado de un proceso histórico que se desarrolló paralelamente al agotamiento del antiguo proyecto histórico de la *elites* post Independencia[4]. Aguirre consolidó el despertar político de varias generaciones de chilenos que habían irrumpido a la vida pública con la campaña que llevó a Arturo Alessandri Palma al poder por primera vez (1920) y con la Crisis Económica de 1929 que pauperizó a la clase media e izquierdizó sus posiciones políticas. Los jóvenes que crecieron y educaron en estas décadas aprendieron y bebieron de estas fuentes, de los cuales emergerían protagonistas de la historia reciente de Chile[5], que llevaron adelante el ideario que entonces comenzó a tomar forma: Educación escolar obligatoria, Estado laico y empresario, y política pública con sentido social (Ross, 2013).

En este contexto surge la figura de HSC, convencido que se debía avanzar hacia la integración latinoamericana, pues a pesar de los esfuerzos realizados por los distintos países de la región durante la primera mitad del siglo 20, en su opinión, se carecía de originalidad en el pensamiento político y conciencia colectiva sobre la integración (H. Santa Cruz, 1960). Fueron muchos los pasajes que hicieron que este hijo de la burguesía ilustrada, abogado y funcionario público, fuera designado por el Presidente de la República de la época, como Delegado chileno ante Naciones Unidas (ONU), un cargo de significativa importancia que sorprendió al propio HSC, quien más tarde escribiría que, a partir de ese momento su vida se dividió en dos existencia: La primera, desde su nacimiento, hasta su trabajo en el servicio público (pasando por sus estudios secundarios y universitarios) (1906-1946); y la segunda, desde su incorporación a la actividad internacional en 1947 (H. Santa Cruz, 1986).

En HSC, y pese a su relevancia, se reúnen una serie de paradojas que resultan necesario puntualizar. Primero, y no obstante su notoriedad internacional, desde el punto de vista académico es un personaje casi desconocido: Pocas investigaciones se han hecho de su pensamiento y acción y aquellas no han superado el esfuerzo de resumir casi exclusivamente las ideas que el propio HSC dejó vertidas en sus memorias (H. Santa Cruz, 1984). Segundo, HSC hizo el camino inverso: desarrolló un pensamiento propio sobre la economía y la integración de AL, lo plasmó en diversos textos, públicos y privados, y una vez adscrito a alguna entidad internacional, puso esas ideas en acción. Tercero, HSC desarrolló ideas muy precisas sobre la utilidad del aislamiento comercial al que fue sometida AL durante la SGM, en términos de generar oportunidades para: el comercio intrarregional, la industrialización por la sustitución de importaciones y la integración política, mediante el establecimiento de instituciones *ad-hoc*. Y cuarto, el pensamiento económico y sobre integración de HSC fue expuesto con anterioridad (1945) a las ideas de Prebisch (1948-1949) y a las de Herrera (década de los 60). Estos autores desarrollaron un pensamiento que alcanzó gran notoriedad, siguiendo lo que HSC planteara con anterioridad y muy probablemente, por la cercanía que tenían, conociendo dichas ideas.

HSC no fue un intelectual en los términos en que hoy entendemos dicha categoría, pero sí fue un internacionalista erudito y un pensador original, cuyas ideas contribuyeron a modelar el mundo que se vivió en la post SGM.

Desde el punto de vista de la metodología y las fuentes, este trabajo ha puesto énfasis en lo cualitativo, a través de la revisión de libros, discursos, así como de documentos depositados en el Archivo Histórico del Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile (AHMRREE), donde se ha recopilado notas, télex y oficios reservados, lo que permite situarse en el debate actual sobre el pensamiento y acción internacional de HCS, reforzando el rol clave que jugó en la creación de la CEPAL, refutando interpretaciones que restan valor su trabajo.

En su exposición, este artículo está organizado en tres secciones. La primera, dedicada al contexto internacional de AL en la primera mitad del siglo veinte. La segunda, dedicada a su "primera existencia" (1906-1945), período en el cual HSC se forma y registra en forma precisa su pensamiento sobre integración económica. La tercera se aboca al inicio de su "segunda existencia" (1947-1948) como el primer Delegado chileno ante la ONU e impulsor de una Comisión Económica para América Latina. El artículo se cierra con una conclusión y una sección de bibliografía.

Contexto Internacional

Tras la ola de independencias del imperio español, los países de América Latina (AL) buscaban establecer un sistema de alianzas que, aunque de limitado alcance (Congresos Iberoamericanos de Lima, en 1847, 1848, 1864 y 1865), fueron el inicio de los discursos de integración regional, incentivando las siguientes Conferencias panamericanas en Washington (1889-1890), México (1901-1902) y Río de Janeiro (1906).

Durante el primer cuarto del siglo 20, el referente latinoamericano era el sistema político europeo, y su forma de resolución de conflictos era a través de la solución política. Sin embargo, a partir del desastre de la Primera Guerra Mundial, los países de la región comenzaron a mirar a Estados Unidos (EE.UU.) y a buscar un sistema de acuerdos doctrinales y formas jurídicas más amplias, tendientes a la institucionalización e integración de los Estados Americanos (Bagley & Horwitz, 2007).

En este escenario, la Conferencia Interamericana sobre Problemas de la Guerra y la Paz[6], conocida como *Conferencia de Chapultepec*, realizada en México entre el 21 de febrero y el 8 de marzo de 1945[7], fue considerada una oportunidad para corregir estas situaciones ya que los países latinoamericanos consideraban que una vez terminada la Guerra, EE.UU. "volcaría su interés hacia sus vecinos del sur y juntos concebirían y realizarían un plan de desarrollo y de comercio cuyo propósito sería el progreso de sus pueblos y la reafirmación de la democracia" (H. Santa Cruz, 1984, p. 58).

La "Carta Económica de las Américas" fue la iniciativa específica hacia AL, que surgió en el marco de la discusión de la Cuarta Comisión

(abocada a los problemas económicos y sociales) en esta Conferencia. En ella se recomendaba el liberalismo, estimulando la iniciativa privada, abriendo el comercio y privando al Estado de la función empresarial que había comenzado a cumplir luego de la *Crisis de Wall Street* (1930-1938) y como consecuencia del aislamiento comercial de la Guerra (1939-1947). Para algunos autores, se trató del primer testimonio de una posición conjunta de economía internacional de los países latinoamericanos. Para otros, se trató de un intento de Washington por imponer un esquema económico para la región (Ross, 2012).

Sin embargo, las esperanzas fracasaron. A EE.UU. le interesaba un acuerdo de cooperación con sus vecinos para terminar la guerra, especialmente relativo al suministro de materias primas y sus precios, mientras que a los países del sur necesitaban compromisos efectivos para una cooperación económica de posguerra, a lo que el país del norte rehusó comprometerse (H. Santa Cruz, 1984, p. 50).

Esta cooperación era visualizado por HSC, como una oportunidad:

> *La guerra trajo a los países de este Continente un bien apreciable. El aislamiento de Europa, Asia y África, la falta de mercado para nuestros productos, o la imposibilidad de importar mercaderías extracontinentales que necesitábamos, hizo que volviéramos nuestros ojos hacia el interior de América (…) la magnitud del peligro que corríamos, las proporciones enormes del conflicto, con sus necesidades y solicitaciones totales nos hizo abrir los ojos acerca de la insuficiencia, de la pequeñez y el ningún peso en la balanza mundial, de cada uno de estos países, si actuaban aislados (H. Santa Cruz, 1945, p. 8).*

Todos estos cambios estructurales afectaron en forma directa la política interna de cada país. Si bien, Chile se mantuvo neutral casi hasta el final del conflicto, adhirió a los aliados (1943), y dedicó sus acciones diplomáticas a contribuir en la estructura del nuevo orden, especialmente los acuerdos multilaterales. Para eso, concurrió a la Cumbre de Chapultepec en 1945, en junio de ese mismo año suscribió la Carta de San Francisco (que creó Naciones Unidas, ONU), promovió la creación de la Comisión Económica para América Latina (CEPAL) en 1947 y formó parte del Comité redactor de la Declaración de los Derechos Humanos proclamada en 1948, el FMI, el Banco Mundial y la OEA.

En lo económico, desde la post independencia y hasta la crisis de 1930, AL tuvo una clara estrategia de desarrollo clásico hacia fuera, marcada por problemas asociados a los ciclos de expansión y crisis de los *commodities* que exportaba cada país (Marichal, 2010), con déficit derivados de las crisis y el incremento constante de la deuda externa (Marichal, 1988). Esta situación, se volvió más compleja para la región durante la Segunda Guerra Mundial donde los intereses de los países se vieron postergados por los acontecimientos en Europa y por el surgimiento de EE.UU. como una súper potencia hegemónica en Occidente, cuyo foco principal fue la construcción de una nueva arquitectura de poder a escala mundial[8], más que en un proyecto de recuperación económica para AL (Rabe, 1996; Reid, 2009; Smith, 2005; Thorp, 1998; Tomassini, 1989), concentrándose en los aspectos políticos y de seguridad.

Hernán Santa Cruz: la Primera Parte de su Existencia

Como hijo de la alta burguesía chilena, HSC vivió una niñez privilegiada. Fue nieto de Joaquín Santa Cruz Vargas, Senador Radical, filólogo y fundador de la Revista Chilena de Historia y Geografía. Su padre, Joaquín Santa Cruz Ossa, fue abogado, funcionario del Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile, Auditor General de Guerra y Alcalde de la comuna de Ñuñoa, y fue quien le abrió el camino al servicio público al joven Santa Cruz. Su madre, Josefina Barceló Lira, era hija de José María Barceló Carvallo, parlamentario liberal, Ministro de Justicia y Presidente de la Corte Suprema.

En su libro, Cooperar y Perecer (1984), describe la importancia de la biblioteca familiar y declara su interés por los textos de historiadores anti-hispanistas y pro-americanos como Arteaga Alamparte, Gregorio Amunátegui, Miguel Luis Amunátegui, Diego Barros Arana, Gonzalo Bulnes, Crecente Errázurriz y Bejamín Vicuña Mackenna, quienes escribieron sus obras en la post independencia de Chile y, en algunos casos, al

calor de la Guerra de Chile contra España (1865) y que de alguna forma pudieron haber influido en la visión del joven Santa Cruz. Más tarde escribiría que sus estudios de Derecho no lo estimularon tanto como sus lecturas, especialmente la proveniente de la Europa en guerra y las que interpretaban hechos como la Revolución Rusa, la novelas de entre guerras y los textos norteamericanos que recién comenzaban a traducirse (H. Santa Cruz, 1984).

A temprana edad, entró a la universidad y antes de egresar, su padre ya lo había incorporado a la vida laboral como secretario en la Auditoría de Guerra de Santiago, y es así como desde 1923, y hasta 1946, fue funcionario del Gobierno de Chile, alcanzando los puestos más altos de estos servicios al ser nombrado Auditor General. Al respecto, Patricio Aylwin, Presidente de Chile entre los años 1990-1994, señalaba:

> *A los diecisiete años, cuando recién comenzaba sus estudios de derecho, empezó a trabajar como secretario en la Auditoría de Guerra de Santiago, iniciando una brillante carrera forense en el ámbito de la Justicia Militar, que en poco más de dos decenios lo llevaría a ser Ministro de la Corte Marcial de Santiago y, paralelamente, profesor del Instituto Superior de Carabineros.*
>
> *Por recuerdos que conservo de comentarios que en esa época escuché a mi padre, entonces Ministro de la Corte de Apelaciones de Santiago, don Hernán gozaba de gran prestigio en el foro por su inteligencia, versación, caballerosidad y simpatía personal. Era, además, un entusiasta jugador de polo y recuerdo haber ido varias veces, con mi padre y mis hermanos, a verlo jugar en Nos, en el campo de su suegro don Carlos García de la Huerta. No soy quién para juzgar cuán bien jugaba, pero puedo dar fe de que lo hacía con mucho entusiasmo (1999, p. 11).*

Esta anécdota de su vida privada, no solo da cuenta de su identidad social, sino de una historia personal que luego le sería muy útil para moverse en los complejos y a veces sofisticados circuitos del poder internacional.

En estos años, de convulsión nacional e internacional se formó intelectualmente y creó las relaciones que le permitieron desarrollar un pensamiento propio respecto a la política, el desarrollo económico, la seguridad y la integración regional.

> *Mi generación, la que estudió en la Universidad entre 1922 y 1930, período en el cual hubo golpes militares y una dictadura de cinco años, era más bien indefinida ante la confusión de los acontecimientos internos y los mundiales y tenía poco de revolucionaria. Era diferente a la que la antecedieron y siguieron: la famosa generación de la Federación de Estudiantes de los años 1919 y 1920, pacifista, democrática, combativa, progresista y algo anarquista, y la otra, que en 1931 se toma la Casa Central de la Universidad de Chile y desde ahí dirigió un alzamiento civil para derrocar la dictadura del Presidente Ibáñez (H. Santa Cruz, 1984, p. 39).*

En dicho período formó lazos con también jóvenes políticos con los cuales forjaría una larga amistad: Salvador Allende, Carlos Briones, Víctor Jaque, Eduardo Frei Montalva y Oscar Schnake.

> *En la década de 1940 mi padre desarrolla una estrecha amistad con políticos jóvenes de su generación como Salvador Allende, Gabriel González Videla y Eduardo Frei Montalva. Los tres futuros presidentes de la República. Frecuentaban nuestra casa y hay muchas fotografías de los cuatro juntos. Eran los tiempos del Frente Popular y, en perspectiva, fueron como un adelanto de la futura Concertación de Partidos por la Democracia[9] (R. Santa Cruz, 2008, p. 2).*

Con Allende lo ligó, en primera instancia, la vecindad pues ambos vivían en la misma calle. Colaboró estrechamente cuando éste asumió como Ministro de Salubridad (1939) del Gobierno del Pedro Aguirre Cerda, cuya colaboración se tradujo en la elaboración de nuevas leyes sociales o perfeccionamiento de otras, entre ellas la del Seguro Obrero, la de Accidentes del Trabajo, y en su libro "La realidad médica social chilena" (H. Santa Cruz, 1984).

Preocupados por los sucesos internacionales, y especialmente las implicancias de la ruptura de las relaciones de Chile con los países del Eje, la casa de Allende y de HSC fueron lugares de encuentro para discutir estos temas a las que incluso concurrieron personeros relevantes de EE.UU. y Gran Bretaña como Nelson Rockefeller y el ayudante Lord Mounbatten para convencer al gobierno chileno de romper relaciones con el Eje.

> *Las habitaciones de Salvador Allende y la mía eran también lugar de reunión para negociaciones de alto*

> *nivel político sobre ese candente problema. Una corriente importante estaba por la ruptura y solamente una minoría seguía al gobierno del Presidente Ríos, que se mantenía en la neutralidad (H. Santa Cruz, 1984, p. 41).*

Sin embargo, su carrera comienza a dar un giro a partir en los cuarenta y que se evidencia en 1945 en un discurso que pronuncia en la Escuela de Derecho de la Universidad de Chile[10] donde, a propósito de la vinculación intelectual entre ambos país, entrega una síntesis clara y elaborada respecto a las ideas de integración y cooperación para AL[11].

Es precisamente en el marco de su vinculación con el Instituto, que viaja a Río de Janeiro donde forjó amistad con el Embajador de Chile en Brasil, Gabriel González Videla (1942-1944), un reconocido político del Partido Radical. Ambos se encontraron imbuidos en un Brasil que se reconocía como un actor dentro del concierto latinoamericano y que no estaba dispuesto a seguir la tendencia internacional, ni entregar ciegamente su apoyo a EE.UU., sino que ser capaces de liderar una propuesta de cooperación internacional (R. Santa Cruz, 2008).

Respecto a esta amistad, HSC escribiría más tarde:

> *Cierto que me unía al Presidente [González Videla] una estrecha amistad. En 1944, en Río de Janeiro, donde él desempeñaba con gran brillo el cargo de Embajador, había sido durante cuatro meses su huésped y colaboré con él en diversas actividades internacionales. Meses más tarde, durante la campaña electoral que lo llevó al poder, participé activamente en la elaboración de su Programa de Gobierno, sobre todo en los aspectos internacionales que le interesaban sobre manera (H. Santa Cruz, 1984, p. 37).*

De esta forma, ambos chilenos aterrizaron en los años 40 en Brasil: a diez años de que dicho país iniciara una Diplomacia del Desarrollo[12] y a 10 años de que se pusiera en práctica una Política Exterior mucho más activa hacia América Latina[13].

El Embajador González venía de una designación en Francia, donde observó los estragos de la guerra y donde demostró un alto interés por lo internacional. HSC, con mucho menos experiencia internacional, venía del mundo del servicio público, del derecho y de la promoción del encuentro cultural entre Chile y Brasil[14].

Terminada su misión en Brasil, González Videla regresó a Chile y fue elegido Senador en 1945, mismo año en que asistió a la Conferencia de San Francisco (como miembro de la delegación chilena). En septiembre de 1946 fue elegido Presidente de la República, a raíz de la muerte del Presidente Juan Antonio Ríos. En su nuevo cargo nombró a HSC como el primer Embajador de Chile ante la ONU, después de un fallido intento por designarlo como Embajador en Brasil:

> *El presidente [González Videla] deseaba enviar como embajador a una persona de su entera confianza y escogió a Hernán Santa Cruz [como Embajador en Brasil], de cuya inteligencia e imaginación tenía la más alta idea. Su nombre fue propuesto para el cargo. Pero el gobierno de Río se sintió defraudado. El candidato no tenía suficientes antecedentes diplomáticos ni políticos. En cambio, los tenía Alfonso Quintana Burgos, ex vicepresidente de la república, nombrado en Buenos Aires. En Itamaraty se esperaba la designación de una personalidad semejante. Hizo entonces una gestión personal ante el Presidente, quien desistió de su intensión inicial y nombró en Brasil a un embajador de carrera: Emilio Edwards Bello. Ofreció a cambio a Santa Cruz la representación ante Naciones Unidas (Bernstein, 1984, p. 101).*

HSC describió esta designación como una gran sorpresa:

> *Expresé al Primer Mandatario –con mucha honestidad- que a mi juicio yo no poseía la los antecedentes ni la capacidad técnica y diplomática necesarios para desempeñar con éxito una tarea que juzgaba de enorme importancia (H. Santa Cruz, 1984, p. 37)*

Ante el mismo hecho, el diplomático chileno, Enrique Bernstein relataría la reacción de HSC a su designación en la ONU, tras su fallido nombramiento como Embajador en Brasil:

> *Algo dolido por su experiencia anterior, Hernán vacilaba en aceptar el cargo. El Presidente, que conocía mi vieja amistad con él, me pidió que le hiciera valer la gran importancia del puesto y le destacara que, como primer representante ante el organismo internacional recién creado, tenía un campo de acción de infinitas proyecciones para su espíritu de iniciativa (Bernstein, 1984, p. 101).*

Esta designación, sería para muchos autores un hito en las relaciones internacionales de AL: el chileno sería el pensador y el artífice de la globalización antes de que ese término siquiera estuviera en el vocabulario de los intelectuales del período (Brunner, 2000). Para el propio HSC sería el inicio de lo que más tarde denominaría su "segunda existencia" (Martínez, 1986; H. Santa Cruz, 1986).

Hernán Santa Cruz: la Segunda Parte de su Existencia

En 1947, el Presidente González Videla le entregó las instrucciones al Delegado recién designado. En ellas se sintetizada su visión de la comunidad internacional y de los deberes democráticos, ligados al desarrollo económico y las relaciones económicas justas de los países de la región, que Garay y Soto (2013, p. 102) explican en un contexto donde lo importante era resaltar que el trato debía estar situado dentro de un contexto de injerencia estatal.

Lo anterior, en el marco tras la crisis de 1929, en la que el *ethos* estatal era la visión dominante no solo en AL, sino que en casi todo el mundo. A juzgar por los textos elaborados por el presidente González, especialmente en sus *Memorias* (González, 1975), su pensamiento económico era rudimentario y estaba desconectado de los debates de entonces. Tenía ideas generales donde se confundían la soberanía económica nacional y el lugar de las empresas estatales, dentro de un contexto donde las empresas privadas también tenían su lugar. De ningún modo, ideas tan vagas constituían un enfoque sobre el lugar de AL en la economía mundial y mucho menos una visión de economía política, donde se expresara una frontera precisa entre Estado y Mercado.

Quizá por ello, desde la Cancillería Chilena, y en su llegada a Nueva York (enero, 1947), se le planteó a HSC el desafío de constituir CEPAL en los siguientes términos:

> *Corresponderá a US., por lo tanto, la ardua tarea de velar por la continuidad de esta política y por el éxito del futuro desarrollo de la misma, cuya concepción realista y serena está inspirada en S.E. el Presidente de la República, responsable directo en el manejo de las relaciones exteriores del país (…) el Gobierno de Chile cree firmemente en la necesidad de la unión de las grandes potencias como un medio indispensable para la preservación de la paz (…) en este sentido, US. queda autorizado para destacar este punto de vista de nuestro Gobierno en cada oportunidad que lo estime adecuado (Cancillería, 1947).*

En lo económico, este Oficio Confidencial además señalaba:

> *No obstante, Chile forma parte del sistema americano (…) no debe limitar su campo de acción a un solo continente, máxime cuando los mercados europeos ofrecen amplias expectativas para nuestros productos. Es conveniente considerar que los capitales de esos países están llamados a ejercer una influencia provechosa y apreciable en el desarrollo de nuestra economía y de nuestra industria. US. deberá, por lo tanto, cultivar sus relaciones oficiales en todo lo que signifique vinculación con los Delegados de Gran Bretaña, Francia, Rusia, Bélgica y Suecia, en miras de las próxima Conferencia de Comercio y empleo que se celebrará en Ginebra en el curso de Abril del presente año (Cancillería, 1947).*

Respecto al rol de Chile, en la ONU, este Oficio indica:

> *… desde el primer momento, trate de situar a nuestro país en un papel de "leader" en la búsqueda de la buena armonía y de la unión entre las Repúblicas Americanas, para continuar así la situación preponderante que Chile tuvo en la primera y segunda parte de la Primera Asamblea General (Cancillería, 1947).*

Respecto a estas instrucciones, años más tarde HSC señalaría:

> *Los días que precedieron a la apertura de sesiones en el Consejo estuvieron para mi llenos de angustia y zozobra. A poco de llegar había adquirido la convicción de que no había nadie con quien pudiera contar para suplir mi inexperiencia y mis deficiencias de todo orden. El Ministerio de Relaciones Exteriores me había entregado al partir, tres páginas de instrucciones que no pasaban de ser generalidades y no contenían nada específico sobre los variados temas que comprendía el orden del día de las reuniones (H. Santa Cruz, 1966, p. 5).*

En este mismo texto, indica que solicitó apoyo técnico a los funcionarios de Chile, pero por diversas razones debió enfrentarse sólo a la primera sesión de trabajo[15], sin embargo, tras su

primera concurrencia a su nueva labor pasó de la angustia al deslumbramiento:

> *"No me podía convencer de que estaba actuando en un pie de igualdad –jurídica al menos- con diecisiete personalidades de la más alta jerarquía intelectual y destacada ejecutoría en el campo político, diplomático o económico. Me sentía como un intruso…" (H. Santa Cruz, 1966, p. 5).*

Frente a la falta de experiencia de HSC, Raúl Prebisch describiría que su inserción fue producto de su trabajo por vincularse en el medio, donde logró una estrecha vinculación con los funcionarios más calificados de la Secretaría de las Naciones Unidas:

> *Hernán, con gran interés y una tenacidad excepcional les planteaba preguntas, provocaba respuestas y discutía sistemáticamente como acerca de los grandes problemas que formaban parte del temario de la Asamblea General y del Consejo Económico y Social (Prebisch, 1984, p. 14).*

Con la desventaja de no saber inglés, aunque si francés, en la Primera Sesión del Consejo Económico y Social (febrero, 1947), HSC se convenció que la preocupación no estaba centrada en AL, ya que ésta era mirada como una región afortunada ya que no había vivido el horror de la guerra:

> *Estimaba que era un error aislar los problemas de reconstrucción de las áreas destruidas de los problemas del desarrollo de las vastas regiones económicamente atrasadas, ya que para rehabilitar la economía europea era útil elevar la capacidad de consumo de los países latinoamericanos (H. Santa Cruz, 1984, p. 128).*

En el mismo texto señalaría que consideró poco oportuno presentar una proposición concreta al respecto en que se discutía como mitigar los horrores de la guerra, y decidió trabajar en una propuesta que presentaría en julio de ese año para la próxima reunión del Consejo. Sin embargo eso no fue posible pues debió participar en la Asamblea Especial sobre Palestina y en el Comité Especial de redacción de la Declaración de los Derechos Humanos[16]. En agosto de 1947 la Comisión creó un comité de redacción de ocho miembros, del que HSC formó parte[17], luego de reemplazar por fuerza mayor a Félix Nieto del Río quien era miembro del Subcomité de Redacción de la Comisión de Derechos Humanos (Garay & Soto, 2013). Chile fue unos de los pocos países que había presentado un borrador y "las actas de sesión y los informes de algunos de sus homólogos prueban que Santa Cruz aportaba continuamente ideas importantes a los debates, sobre todo en relación a la formulación del derecho a la vida" (Huhle, 2008). Luego de un arduo trabajo, la Declaración Universal de los Derechos Humanos fue aprobada el 10 de septiembre de 1948[18]

En julio de 1947, se inició el Quinto Período de Sesiones del Consejo Económico y Social y HSC fue elegido Segundo Vicepresidente en ausencia del delegado peruano, Alberto Arca Parró. Desde la reunión anterior, el Consejo tenía la idea de establecer una Comisión que se ocupara de los problemas del subdesarrollo socioeconómico de la región, pero HSC se percató que el Secretario General para esa reunión, no tenía contemplado ningún punto que permitirá proponer la creación de un nuevo organismo económico internacional (H. Santa Cruz, 1984).

> *Para hacerlo, era menester pedir con antelación la inclusión de un nuevo tema en la agenda. Ese plazo fatal se acercaba con rapidez inusitada y no había tiempo de consultar en detalle a mi Cancillería. Tuve que limitarme a enviar un cablegrama al Ministro de Relaciones exteriores de Chile comunicándole que, "salvo orden en contrario", presentaría dentro de dos días una moción para que se creara una Comisión para América Latina (H. Santa Cruz, 1984, p. 144).*

La respuesta de la Cancillería llegó a HSC a través del oficio Confidencial N°9 del 4 de agosto de 1947, donde se le comunica que debido que su comunicación llegó tarde, las instrucciones que se describían eran solo generales y carecían de la precisión que el Departamento hubiera deseado otorgarle. Sin embargo se trata de un documento de 11 páginas, firmado por el Viceministro Manuel Trucco Gaete, en la cual se constata la autoría del proyecto de la CEPAL por parte de Santa Cruz. En la página 3, y en relación a los Informes 1° y 2°, entregados por el Delegado Chileno respecto a la Comisión Económica para Europa y la Comisión para Asia y Lejano Oriente, se le responde:

> *"Como US. formó parte del Comité del Consejo que revisó el proyecto de creación de la Comisión y es autor de la iniciativa para crear un organismo similar para América Latina, considera el Ministerio que es US. Precisamente quien conoce mejor la materia y puede dar o no su aprobación, en nombre de Chile a los citados informes (Trucco, 1947).*

Este reconocimiento explícito de la Cancillería respecto a la autoría de la iniciativa, disiente de la interpretación del estudio de Garay y Soto, donde se afirma que la autoría de la CEPAL tiene por actor principal a Gabriel González Videla y a su Ministro de Relaciones Exteriores, Germán Vergara Donoso. Los autores aludidos, muestran que el Presidente manifestaría años después que lograr una Comisión para crear un organismo especializado para América Latina "no fue tarea fácil. Sin embargo, la habilidad y experiencia del Ministerio de Relaciones Exteriores, Germán Vergara Donoso, y la intervención de Hernán Santa Cruz Barceló, delegado permanente de mi gobierno ante las Naciones Unidas, lograron imponerse a los obstáculos (…)" (Garay & Soto, 2013, p. 107), afirmaciones que para estos autores inducirían a reinterpretar la autoría en la creación de la CEPAL. A juzgar por los documentos vistos en esta investigación, todo parece indicar que HSC sí habría sido el inspirador de dicho organismo, todo lo cual resulta consistente con ideas muy maduras que él ya había expresado en un texto aludido de 1945.

Respecto, a otras afirmaciones que sindicarían a Prebisch como gestor de la CEPAL, el argentino escribiría:

> *Contrariamente a los que suele creerse, yo no tuve intervención alguna en la creación de la CEPAL. Me encontraba aún como profesor universitario en Buenos Aires e ignorada la existencia de Hernán Santa Cruz. La CEPAL fue obra exclusiva de él y sus colaboradores y después de creada me fue dada a conocer y admirar a Hernán y establecer con él muy sólidas y persistentes relaciones amistosas (Prebisch, 1984, p. 15).*

Respecto a la aprobación de la CEPAL, HSC señala que, contra el tiempo, la delegación chilena (a la cual nombra como "mi delegación"), desarrolló una intensa labor de exploración y propaganda para interesar al mayor número de posible de representaciones y así neutralizara a los posibles oponentes. Sin embargo, tuvo oposición 8 de los 18 países miembros: EE.UU., la URSS, Reino Unido, Francia, Canadá y Nueva Zelandia (más Bielorrusia y Checoslovaquia que votaban en la misma línea de la URSS)[19]. "Bajo estas circunstancias las probabilidades de éxito radicaban en mi capacidad para hacer una presentación convincente del caso latinoamericano, de la fuerza y amplitud del apoyo de los países del Consejo (…)" (H. Santa Cruz, 1984, p. 146).

En la preparación de su exposición, el Delegado Chileno se encontró con un nuevo obstáculo, en la ONU no existía ningún estudio, informe o análisis de la situación de la economía de AL que respaldara la demanda. Tampoco existían otras unidades que la tuvieran pues todas habían sido creadas muy recientemente. Entonces la ayuda vino de su hermano, Alfonso Santa Cruz quien había terminado su postgrado en Economía en Harvard y quien le preparó un *dossier* con datos de "la renta nacional, comercio exterior, producción agropecuaria, minera e industrial; niveles de vida de la población –salarios, alimentación, vivienda y vestuario-, etc." (H. Santa Cruz, 1984, p. 147).

HSC presentó la propuesta el primero de agosto de 1947. Era la primera vez, que en el seno de la ONU, se exhibía la situación económica-social de AL en su conjunto, y pese que ésta era muy incompleta, el Delegado considerada que tenía la fuerza necesaria para convencer a los miembros del Consejo, que si bien os países de la región no había sido azotada por la guerra, vivía en un estado de atraso y necesidad que justificaban una atención especial. Para eso, destacó la contribución decisiva de AL en la victoria de los Aliados al suministrar de petróleo, cobre y otros minerales, azúcar, café, algodón, lana, nitratos y manufacturas en general a precios congelados.

> *Mencioné enseguida la contribución decisiva hecha por América Latina a la victoria de los aliados (sic) Señalé que la conflagración mundial había perjudicado seriamente a América Latina al impedirle renovar su maquinaria industrial que ahora estaba agotándose y al distorsionar el sentido y ritmo de su industrialización incipiente. Me adelanté*

> *a algunas objeciones que preveía, demostrando que no había peligro de duplicar labores con el Consejo Interamericano Económico y Social, pues la Comisión estudiaría los problemas de nuestra región geográfica en función de la economía mundial y, además, coordinaría su acción con las demás Comisiones Regionales (H. Santa Cruz, 1984, p. 147)*

En tu texto, HSC describe que los representantes de Bolivia, Cuba, El Salvador y Venezuela apoyaron la moción, mientras que EE.UU. se declaró impresionado por la presentación, pero pidió postergar la decisión al igual que el representante de Canadá. URSS y Gran Bretaña, desestimaron la creación de la Comisión, mientras que los representantes del Líbano y la India se mostraron, en primera instancia, de acuerdo. Entonces, Cuba propuso una comisión *ad-hoc* para evitar la muerte de la propuesta, lo cual fue apoyado por Francia, siempre que se aceptaran integrantes europeos en dicha comisión. Finalmente esta idea fue aprobada y la comisión quedó compuesta por 9 países: Chile, China, Cuba. EE.UU., Francia, Líbano, Perú, Reino Unido y Venezuela.

En septiembre de 1947, en el Segundo Período de Sesiones de la Asamblea General de la ONU, los 55 países miembros debían estudiar el informe anual del Consejo económico y Social. La delegación chilena espera conocer los resultados del Comité *ad-hoc*. Para esta ocasión, la asamblea eligió a HSC como Presidente de la Segunda Comisión con lo cual la delegación chilena no podría participar en las discusiones controversiales. Por lo que fue la Asamblea general la que debió ocuparse de la iniciativa chilena. Luego de varias discusiones y gestiones, el 25 de febrero de 1948, el Consejo Económico y Social de las Naciones Unidas (ECOSOC) creó cinco comisiones económicas regionales con el objetivo de ayudar y colaborar con los gobiernos, de las distintas zonas de trabajo (Europa, África, Asia-Pacífico, Medio Oriente y América Latina), sobre temas económicos regionales y nacionales. En diciembre de se mismo año inicia su actividad la Comisión Económica para América Latina (CEPAL), con sede en Santiago de Chile, cuyo primer Secretario Ejecutivo fue el mexicano Gustavo Martínez Cabañas.

En 1952, al Delegado chileno le correspondió representar a Chile como Miembro no Permanente del Consejo de Seguridad en el conflicto de Corea. Una parte importante del trabajo del Consejo de Seguridad en torno al conflicto de Corea se centró en las acusaciones de la delegación soviética de uso de armas bacteriológicas, por parte de EE.UU., en Corea del Norte, así como de las acusaciones de negarse a firmar el Protocolo de Ginebra de 1925. Los norcoreanos realizaron esta acusación sobre el uso de armas bacteriológicas por primera vez mayo de 1951, por ello, cuando Chile ingresó al Consejo de Seguridad ya existía un ambiente tenso en relación a cómo se estaban desarrollando las sesiones (Ulloa, 2013).

En 1954, HSC cambió el servicio diplomático de Chile por la ONU, donde trabajó en el tema de los derechos económicos y sociales, centrándose en el derecho a la alimentación. En 1958 ingresó a la FAO (Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación), donde fue representante regional para América Latina y el Caribe y subdirector de la organización hasta su jubilación en 1984.

A pesar de todo este trabajo, la imagen de Santa Cruz en Chile era relativamente desconocida. Tras su muerte en 1999, el gobierno realzó su trabajo, sobre todo en relación a la fundación de la CEPAL y a su amistad con Salvador Allende, mientras que otros recordaron que durante la Dictadura de Pinochet no se había pronunciado en forma directa, a pesar de ser miembro de la Academia de Humanismo Cristiano y de la Comisión Chilena de Derechos Humanos, dos organizaciones contrarias a la dictadura (Huhle, 2008).

Conclusión: del Pensamiento a la Acción

Como hemos visto, HSC hizo un trayecto de vida que le fue conectando con los temas internacionales gradual y crecientemente desde su niñez: Las lecturas juveniles en la rica biblioteca familiar; su formación como jurista en la Universidad de Chile; su conexión con parte de la *intelligentsia* socialista a fines de los 30 y su participación de los debates que ellos hicieron respecto de la ruptura de Chile con el Eje, donde tuvo la oportunidad de conversar con Nelson A. Rockefeller y con el ayudante enviado por Lord Louis Mountbatten para convencerlos de declarar

la guerra; su participación en la Embajada dirigida por Gabriel González Videla en Brasil; y finalmente, su ingreso a la vida internacional con la misión de hacerse cargo de la representación de Chile ante la recién creada ONU.

En este trayecto, fue desarrollando una visión y un pensamiento internacional derivado de los conocimientos adquiridos en el plano académico y en su trayecto de vida.

En 1945, cuando el proceso de reorganización de la nueva institucionalidad internacional estaba en su primer momento, HSC ya tenía un conjunto de ideas muy maduras y concretas sobre cómo AL debía situarse.

En el Discurso de 1945, usó referencias teóricas y planteó sus ideas sobre el futuro de las relaciones internacionales de AL, adelantando muchas de las ideas que luego aparecerían difundidas en las plumas de Raúl Prebisch y Felipe Herrera, entre otros. Este Discurso, escasamente conocida, pese a que su texto fue publicado el mismo año de su realización, constituye una pieza clave del pensamiento internacional de AL.

Edward Hellet Carr, que los internacionalistas, disputándoselo a los historiadores, reivindicarían como propio muchos años después, fue utilizado como referencia teórica por HSC (H. Santa Cruz, 1945) para sostener la necesidad de darle a la democracia un sentido económico, para lo cual consideró clave reinterpretar en términos predominantemente económicos, los ideales democráticos de igualdad y libertad (Carr, 1943). Es interesante que tres años antes de la fundacional obra de Hans J. Morgenthau (1948) y muchísimo antes de la publicación del meritorio trabajo de Kenneth N. Waltz (1979), HSC estuviese razonando con las mismas categorías y del mismo modo. Esto indica que, aunque inicial, su pensamiento internacional no era el de un novato. Cuando se cita su modestia frente al desafío de representar a Chile ante una organización que recién se creaba, como ONU (H. Santa Cruz, 1984) se suele inferir que su desconocimiento sobre ella era extensivo a la política mundial, cuestión que a juicio de esta investigación constituye un error.

HSC reconocía en las transformaciones que se llevaban a cabo al final de la SGM, el surgimiento de una nueva arquitectura internacional, cuyos pilares eran las instituciones que regirían las relaciones políticas (ONU) y económicas (FMI, BM) a escala mundial, así como las que delimitarías las relaciones regionales (OEA, TIAR, CEPAL). Al mismo tiempo, HSC demostraba tener conciencia de formar parte de aquella generación cuya misión era refundar la arquitectura internacional a través de esta nueva institucionalidad (H. Santa Cruz, 1945)

Pese a lo anterior, y eso le acercaba no solo a las posiciones de los socialistas, sino que a los nacionalistas de entonces, HSC tenía clara conciencia del estrecho margen que Washington le dejaba a países tan débiles como los de AL (H. Santa Cruz, 1945)

Contrariamente a lo discutido en aquellos días (por el aislamiento, por la escasez de productos importados, por el peligro potencial y por la obligación de vender el cobre y hierro a bajo precio), HSC planteó que el aislamiento derivado de la Segunda Guerra Mundial constituía una oportunidad apreciable para el continente, con vistas a potenciar su industrialización, el comercio intra-regional y una mayor integración en todo sentido (H. Santa Cruz, 1945). HSC esbozaba una idea gruesa de lo que se conocería como industrialización por sustitución de importaciones (ISI), idea que sería formulada formal y extensamente por Raúl Prebisch en dos trabajos publicados recién en 1948 y 1949, bajo el enfoque de la teoría económica. Si la perspectiva de industrializar la región formaba parte de una visión que ya existía en la región, ella no era mayoritaria y el planteamiento específico de HSC, de ver el aislamiento como una oportunidad, constituía una idea original.

Aunque de manera implícita, HSC se refiere a la integración como una herramienta no solo para combatir el aislamiento, sino que para reducir los efectos de la asimetría en la relación de AL con las grandes potencias. Esta idea no era nueva, pues ya estaba en los nacionalistas y marxistas del continente. Lo que sí era original, sin embargo, era concebir la integración como una herramienta y no solo como un fin. Aún más, como un fin al servicio del desarrollo.

En efecto, el trabajo de 1945 contiene las bases de lo que en los 60 y especialmente en los 70 y 80 se

llamaría cooperación para el desarrollo. Llevando la idea de lo estrictamente económico y social, a lo político. HSC plantea que la cooperación entre los países debe ser un instrumento para el establecimiento de la democracia, donde ella aún no existía y para vigilarla y perfeccionarla, donde ya tuviera vida (H. Santa Cruz, 1945). Esta cooperación, desde luego, debía darse en un contexto de integración entre los países ■

Bibliografia

Aylwin, P. (1999). Hernán Santa Cruz Barceló: un homenaje en la CEPAL. *Revista de la CEPAL, 1*(25), 11-14.

Bagley, B., & Horwitz, B. (2007). Regional Security in the Americas: Past, Present and Future. *Journal of Latin American Studies*(15).

Bernstein, E. (1984). *Recuerdos de un diplomático. Haciendo camino 1933-1957 (Volumen I)*. Santiago: Editorial Andrés Bello.

Brunner, J. (2000). *Eduación superior: Desafíos y tareas*. Paper presented at the Discurso de incorporación a la Academia Chilena de Ciencias Sociales, Políticas y Morales, Santiago.

Cancillería. (1947). *Instrucciones generales para el Embajador Delegado Permanente en los EE.UU. (25 de enero)*. Santiago: AHMRREE. OO.II. Oficio Confidencial.

Carr, E. H. (1939). *The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations*. London: MacMillan.

Carr, E. H. (1943). *Condiciones de paz*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.

Cervo, A. L., & Bueno, C. (2008). *Histoìria da poliìtica exterior do Brasil* (3a. ed.). Brasiìlia, DF: Editora UnB.

Garay, C., Núñez, R., & Soto, A. (2012). *Las relaciones chileno-brasileñas. De la amistad sin límites al pragmatismo del gigante (1945-1964)*. Santiago: Ril editores.

Garay, C., & Soto, A. (2013). *Gabriel González Videla. "No a los totalitarismos, ya sean rojos, pardos o amarillos..."*. Santiago: Centro de Estudios Bicentenarios.

González, G. (1975). *Memorias (I y II)*. Santiago: Editora Nacional Gabriela Mistral.

Huhle, R. (2008). Hernán Santa Cruz (1906 – 1999) Chile Retrieved 8 de octubre, 2013, from http://www.menschenrechte.org/lang/es/verstehen/menre-geschichte/hernan-santa-cruz

Marichal, C. (1988). *Historia de la deuda externa de América Latina*. Madrid: Alianza.

Marichal, C. (2010). *Nueva historia de las grandes crisis financieras: una perspectiva global, 1873-2008*. Buenos Aires: Debate.

Martínez, C. (1986). *Discurso de D. Carlos Martínez Soto Mayor al recibir al nuevo Académico de Número, D. Hernán Santa Cruz, en la Academia Chilena de Ciencias Sociales*. Santiago.

Morgenthau, H. J. (1948). *Politics among nations: the struggle for power and peace*. New York: Knopf.

Ocampo, J. A. (1999). *Presentación*. Paper presented at the Hernán Santa Cruz Barceló: un homenaje en la CEPAL, Santiago.

Prebisch, R. (1984). Prólogo. In H. Santa Cruz (Ed.), *El dilema de la comunidad mundial.Cooperar o perecer. Tomo I. La creación 1941-1960*. Buenos Aires: GEL.

Rabe, S. (1996). The Caribbean Triangle: Betancourt, Castro and Trujillo and U.S. Foreign Policy, 1958-1963. *Diplomatic History, 2*.

Reid, M. (2009). *El continente olvidado. La batalla por el alma de América Latina*. Bogotá: Editorial Norma.

Ross, C. (2012). La Carta Económica de las Américas, 1945: El disenso de Chapultepec. *Estudios Latinoamericanos, 8*(4), 57-82.

Ross, C. (2013). Felipe Herrera: Notas para la histoira de su pensamiento económico, 1945-1960. *Universum, 28*(2), 139 - 167.

Santa Cruz, H. (1945). *Vinculación intelectual entre Brasil y Chile*. Conferencia en la Escuela de Derecho de la Universidad de Chile.

Santa Cruz, H. (1960). *Problemas económico-sociales de América Latina y algunas soluciones a través de las políticas nacionales y de la cooperación internacional*. Santiago.

Santa Cruz, H. (1966). *Una página de la histoira de las Naciones Unidas en sus primeros años*. Santiago: CEPAL.

Santa Cruz, H. (1984). *El dilema de la comunidad mundial.Cooperar o perecer. Tomo I. La creación 1941-1960*: GEL.

Santa Cruz, H. (1986). *Discurso de Hernán Santa Cruz para su incorporación como miembro número de la Academia Chilena de Ciencias Sociales del Instituto de Chile*. AHMRREE. Hernán Sta. Cruz (1948-1981).

Santa Cruz, R. (2008). *Homenaje de CEPAL a Hernán Santa Cruz* Paper presented at the Homenaje a Hernán Santa Cruz, Santiago. http://www.eclac.cl/prensa/noticias/comunicados/7/34887/DiscursoRodrigoSantaCruz.pdf

Smith, J. (2005). *The United States and Latin America: A History of American Diplomacy, 1776-2000*. USA: Routledge.

Thorp, R. (1998). *Progreso, pobreza y exclusión. Una historia económica de América Latina en el siglo XX",*. Washington: BID-UE.

Tomassini, L. (1989). *Teoría y Práctica de la Política Internacional*. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile.

Trucco, M. (1947). *Se refiere a la quinta Sesión del Consejo Económico y Social (4 de agosto)*. Santiago: AHMRREE. OO.II. Oficio Confidencial N°9.

Ulloa, E. (2013). *Chile ante el Consejo de Seguridad de Naciones Unidas. Acción diplomática y opinión pública.1952-2004.* Doctora, Universidad de Valladolid, Valladolid.

Waltz, K. N. (1979). *Theory of international politics*. Reading/Mass. [u.a.]: Addison-Wesley.

Notas

[1] "La inoperancia de la Liga en la Guerra Chino-Japonesa y en al civil de España produjeron un desaliento mundial generalizado" (H. Santa Cruz, 1960, p. 105).

[2] Coalición política electoral que apoyó la candidatura de Pedro Aguirre Cerda, integrada por el Partido Radical, el Partido Radical Socialista, el Partido Comunista, el Partido Socialista, el Partido Democrático, además de organizaciones como la Confederación de Trabajadores de Chile, el Frente Único Araucano y el Movimiento Pro-Emancipación de las Mujeres de Chile.

[3] Que significó una revolución social y económica para el país, otorgándoles oportunidades reales a la clase obrera para su bienestar a través de políticas sociales, de salud y educacionales.

[4] Como en otros trabajos, he tomado esa tesis de Carmagnani, Marcello. *Estado y Sociedad en América Latina, 1850-1930*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

[5] Alguno de ellos fueron, Clodomiro Almeyda, Patricio Aylwin, Gustavo Lagos, Jorge Rogers, Arturo Matte, Carlos Altamirano, Alejandro Hales y Raúl Ampuero.

[6] A este acto concurrieron 19 países (Bolivia, Brasil, Colombia, Costa Rica, Chile, Ecuador, Estados Unidos de América, Guatemala, Haití, Honduras, Nicaragua, México, Panamá, Paraguay, Perú, República Domini-cana, El Salvador, Uruguay y Venezuela.), con una representación compues-ta por 110 delegados, 106 consejeros y asesores, 44 secretarios y 40 auxi-liares técnicos.

[7] Efectuada como preparación de la Conferencia de San Francisco.

[8] Bretton Woods, 1944; ONU, 1945; TIAR, 1947 y OEA, 1948.

[9] Coalición política de Partidos, que gobernaron Chile tras el fin de Gobierno de Pinochet en 1990.

[10] En su condición de Secretario General del Instituto Chileno-Brasileño de Cultura.

[11] Este discurso se plasma en una publicación realizada por el Instituto Chileno-Brasileño de Cultura (H. Santa Cruz, 1945).

[12] En los años 30 el Presidente Vargas había impulsado un nacionalismo no expansionista, en donde se anhelaba que Brasil tuviese el control sobre su destino. Para eso, se creó la *Diplomacia del Desarrollo*, que permeó todos los campos de las actividades del país, impulsando el mejoramiento de los acuerdos para la conectividad entre países (infraestructura), propiciando firmas de acuerdos de cooperación económica, la presencia de Brasil en los foros internacionales, respaldando la integración regional y defendiendo los intereses económicos de Brasil en el exterior (Garay, Núñez, & Soto, 2012).

[13] Pero también se incubaba una creciente frustración de Brasil contra EE.UU. que se manifestó en los 50, por la escasez de los recursos que se destinaba a la región (privilegiando a Europa y crecientemente a Asia), que significó que el segundo Gobierno de Vargas (1951) emprendiera una política exterior mucho más activa hacia AL, pero sin romper con el paradigma norteamericano (Cervo & Bueno, 2008).

[14] En 1945 había sido Secretario General del Instituto Chileno Brasileño de Cultura en Santiago y su Presidente en 1946.

[15] Luego de la Cuarta Sesión del Consejo Económica Social de la ONU, Santa Cruz señalaría que su "orfandad" había terminado gracias a la designación de apoyo técnico a la Delegación: llegaría el Consejero Joaquín Larraín, Higinio González (Consejero comercial y experto en negociaciones bilaterales y Fernando Maquieira.

[16] Cabe destacar en los 4 meses de su llegada a EE.UU., Santa Cruz había participado en cuatro foros diferentes:

La reconstrucción y rehabilitación de las áreas destruidas por la guerra; la reorganización del comercio internacional; el Problema de Palestina y la creación del estado de Israel; y en la discusión sobre la Declaración de los Derechos Humanos.

[17] Los redactores fueron Alexander Bogomoloc (Unión Soviética) Pen Chun Chang (China), Lord Dukeston (Reino Unido), William Hodgson (Australia), John Humphrey (Canadá), Charles Malik (Líbano) y Hernán Santa Cruz (Chile). Dirigieron la misión, Eleonor Roosevelt viuda del presidente de EE.UU. y el francés René Samuel Cassin, abogado sobreviviente de l Primera Guerra Mundial.

[18] Posteriormente, durante la elaboración de los la Declaración de los Derechos Humanos, Santa Cruz propuso y obtuvo la incorporación del derecho a la alimentación en el Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales; le corresponde la autoría de la redacción del párrafo segundo del artículo 11 del mismo pacto. Luego su trabajo continuó en la Subcomisión de Prevención de Discriminaciones y Protección a las Minorías. Sus trabajos sobre discriminación racial y en particular sobre el *apartheid*, y el relativo a la discriminación en materias de derechos políticos (Ocampo, 1999).

[19] Santa Cruz consideraba que India, Líbano, podrían apoyar la iniciativa. Perú no había recibido instrucciones al respecto de su país sobre la materia, mientras que Turquía, China Noruega y los países Bajos esperarían en transcurso del debate para tomar una decisión.

César Ross Orellana

Investigador del Instituto de Estudios Avanzados de la Universidad de Santiago de Chile y Director del Doctorado en Estudios Americanos de la Universidad de Santiago de Chile.

Una contribución al estudio de la historia de las relaciones internacionales en América Latina desde fines del siglo XX

Mario Rapoport

Resumen

En décadas recientes, junto a las crisis económicas que asolaron a los países de América Latina y su débil y dependiente inserción internacional basada en el endeudamiento externo, se produjeron cambios en las corrientes de pensamiento del mundo académico y en la esfera política. Surgieron nuevas ideas y teorías sobre las relaciones internacionales de la región, estimuladas por los procesos de integración en curso, en su mayor parte críticas de las interpretaciones neoliberales que habían contribuido a profundizar las crisis. Simultáneamente llegaron al poder en la región varios gobiernos deseosos de romper con esas experiencias implementado otro tipo de políticas económicas y sociales. De ese modo confluyeron con el desarrollo de la nuevas ideas cuyos paradigmas principales se exponen en este trabajo.

Palabras clave: Historia de las relaciones internacionales – Conceptos y teorías – Aportes latinoamericanos – Polémicas historiográficas.

Abstract

A CONTRIBUTION TO THE HISTORICAL STUDY OF INTERNATIONAL RELATIONSHIPS IN LATIN AMERICA SINCE LATE 20TH CENTURY

In recent decades, together the economic crises that plagued Latin America and the weak and dependent international insertion, based in the external indebtness, were occurred changes in the currents of thought in academia and the political sphere. Emerged new ideas and theories of international relations in the region, stimulated by the ongoing integration processes, for the most part critical of neoliberal interpretations that had contributed to deepening crisis. Simultaneously came to power in the region, several governments eager to breaking with those experiences, and implement other economic and social policies. In this way converge with the development of new ideas whose main paradigms are exposed in this work.

Keywords: History of international relations - Concepts and theories - Latin American contributions - Controversy historiography.

El mundo actual

Vivimos hoy en un mundo más interconectado que nunca, con continuas innovaciones tecnológicas y científicas difundidas en él, pero sujeto, a la vez, a la recurrencia de inciertos avances económicos y profundas crisis. Un mundo en el cual se asiste a una creciente polarización económica y social de riqueza y pobreza (entre regiones y países y en el interior de unas y otros); a conflictos internacionales y guerras de distinto tipo; a procesos simultáneos de homogeneización y contrastes en los modos de vivir y percibir el mundo; a la persistencia de superpotencias, imperialismos y desigualdades notorias en el poder internacional; a violaciones frecuentes de derechos humanos, soberanos o jurídicos; al debilitamiento de organismos internacionales y al paralelo surgimiento y conformación de bloques e instituciones regionales; a una explotación cada vez más imprudente de los recursos naturales y amenazas ecológicas que ponen en cuestión la supervivencia futura del planeta; a grandes desplazamientos de población y migraciones entre países, en gran parte clandestinas; a la aparición y predominancia de ideologías simplistas o fundamentalistas, económicas, políticas o religiosas; al aumento del terrorismo y diversos tipos de organizaciones criminales. (Chomsky, Hobsbawm y otros, 2011, pp. 11-19, 120-127, 159-161).

Al mismo tiempo, se observan una gran diversidad de procesos culturales y movimientos populares.(Hobsbawn, E, pp. 2013, 1-14) que además de otros cauces ya conocidos, aprovechan las nuevas tecnologías de la comunicación y la informática y las redes sociales para poder manifestar nuevas ideas y potenciar sus opiniones. Pero estas mismas redes de información se han utilizado en los últimos años para el espionaje por parte de Estados Unidos y otras potencias, lo que exige una regulación de las mismas por parte de los gobiernos, como se ha planteado en la Cumbre NetMundial de gobernanza de Internet que se realizó en Brasil, dando comienzo la aplicación de leyes sobre este tema en distintos países *(La Nación,* 24/4/2014).

Además es una realidad que asfixia y abruma, en la que el subconsumo de la mayoría de la población no depende del insuficiente progreso técnico sino de la distribución desigual de las riquezas, como lo reconocen investigadores de los mismos organismos económicos internacionales (Kumhof, M. y Rancière. R, 2010). Esto último, unido al predominio de las finanzas y de la especulación financiera sobre las actividades productivas, condujo al intento insensato de resolver la baja rentabilidad de las empresas endeudando a poblaciones y Estados que no tenían la posibilidad de adquirir de otro modo gran parte de la producción existente, aunque tampoco capacidad de repago de su créditos. Lo que dio lugar a una crisis mundial, la más grave del capitalismo después de aquella de los años '30 (Boyer, R. 2011, pp.25-29).

La crisis comenzó esta vez en los países centrales, siendo los responsables de tal situación un sistema bancario y financiero desregulado y codicioso, que al entrar en dificultades fue el primero en ser socorrido por sus gobiernos y los organismos internacionales de crédito, mientras se castigaba a las víctimas de sus estafas con recetas económicas de ajuste. Ya muchos economistas consideran esta época como la de la "gran regresión" (Gènèraux J. 2011, pp. 51-63) y otros todavía entienden que se trata de algo más serio: la posibilidad del retorno a una nueva "gran depresión". Paul Krugman que escribió en 2008 un libro con ese título, en un artículo más reciente insiste: "Si alguna de las actuales negociaciones sobre la deuda fracasa, podríamos estar a punto de revivir 1931, el hundimiento bancario mundial que produjo la Gran Depresión. Pero si las negociaciones tienen éxito, estaremos listos para repetir el gran error de 1937: la vuelta prematura a la contracción fiscal que frenó la recuperación económica e hizo prolongar la depresión hasta la II Guerra Mundial, la que finalmente proporcionó el impulso que la economía necesitaba." (Krugman, 2011). En todo caso, no es un juego de suma cero: en gran parte del mundo se agudizan las diferencias económicas y se anulan conquistas sociales y economías de bienestar que el hombre tardó mucho tiempo en conseguir.

¿Cuál es el lugar de la historia de las relaciones internacionales como disciplina histórica?

Esta realidad nos obliga a repensar el objeto de estudio: la historia de las relaciones internacionales. Es sabido, como señala René Girault, que "el historiador es prisionero de su propio tiempo" (Girault R. 1998, p. 15). Está condicionado por esta circunstancia, que modela las preguntas que nos hacemos. Somos a la vez observadores y actores y ello no puede ser considerado un obstáculo sino una condición indispensable para el mejor conocimiento de la sociedad contemporánea y de su pasado. Razón por la cual es necesario reivindicar la legitimidad y el derecho de escrutar la historia en función de los problemas y desafíos actuales y replantear de modo cada vez más preciso, con las nuevas herramientas que se nos ofrecen hoy, como el uso de un modo científico de esas redes de información tan contestadas, la utilización de nuevas fuentes, métodos, categorías y conceptos.

Ser productos de nuestra época no implica, sin embargo, olvidar que cada momento histórico debe estudiarse de acuerdo a su propio contexto económico, político y social, si bien las vivencias y circunstancias actuales influyen, en buena medida, en el análisis del pasado.s idad de formular teorí int propia conformaciestudio: lae no tienen lasubtitula un libro posibilidad de formular teorí Por ejemplo, la problemática de la globalización fue percibida como esencial en la comprensión del mundo en que vivimos y, al mismo tiempo, supuso un estímulo para descubrir detrás de su vigencia, que tenía mucho de ideología, una larga trayectoria histórica de cinco siglos.

Cuestiones como estas constituyen una condición esencial para el desarrollo de nuestra disciplina que va alcanzando madurez, tanto en la pertinencia de su campo específico, las relaciones internacionales, como en sus vinculaciones con la historiografía general. En verdad, más que de una disciplina casi podríamos hablar de un área interdisciplinaria, donde confluyen la diplomacia, la economía, la geografía, la demografía, las ciencias políticas y sociales, el estudio de las instituciones, el análisis comparado y, en la medida en que existen mediciones cuantitativas, también estadísticas y documentación numérica.

La ventaja que tiene un enfoque pluridisciplinario de este tipo reside en la facultad de cruzar las teorías que conllevan en si mismo cada una de esos campos de estudio. Cierto es que a los historiadores de las relaciones internacionales –dice Robert Frank– no les gusta encerrarse en el marco intelectual de tal o cual escuela: la complejidad de la realidad y la singularidad de los acontecimientos, los alejan de la posibilidad de formular teorías (Frank, R. 2012, p. 41).

Sin embargo, uno de los más eminentes historiadores en la temática, Jean-Baptiste Duroselle, aunque también expresa sus dudas al respecto, subtitula uno de sus libros "Teoría sobre las relaciones internacionales" (Duroselle J-B, 2000). Algo que no debe juzgarse imposible, sabiendo, como señala Edgard Morin, que "una teoría no es una llegada; es la posibilidad de una partida. Una teoría no es una solución, es la posibilidad de plantear un problema (citado en Figallo. B y García de Ceretto. J, 2009 p. 68). Más concretamente, nuestra perspectiva apunta a la necesidad de la reflexión y conceptualización teórica de los hechos históricos y a la fundamentación histórica de los conceptos teóricos.

En este sentido, una adquisición fundamental de las relaciones internacionales en su proceso de constitución contemporánea, ha sido la indagación y reflexión histórica de las "fuerzas profundas", planteada por Pierre Renouvin, que subyacen en el sistema internacional: el análisis de estructuras y tendencias, de procesos masivos y colectivos sociales, económicos y políticos a escala internacional.

Ese análisis debe combinarse, con la dimensión coyuntural, determinada por acciones subjetivas, el rol de dirigentes y de gobiernos, quienes modifican o profundizan las tendencias estructurales de largo plazo revelando o creando otras nuevas (Vilar, P., 1999, pp. 51-53 y 81). Acciones que se vinculan, sobre todo, con los procesos de toma de decisión en las políticas externas de los Estados nacionales.

Y no sólo con ellos, sino también con la conducta de la multiplicidad de otros agentes que operan en

las relaciones internacionales, tanto nacionales como transnacionales: organismos financieros supranacionales, organizaciones no gubernamentales, instituciones regionales, empresas multinacionales, organizaciones terroristas o criminales, etc.

Una aproximación de este tipo estaba lejos de ser encarada por historiadores y especialistas en la materia, que mantenían la arcaica pero recurrente visión del pasado como un mero relato de hechos singulares: campo en el cual se expresaba la vieja historia diplomática tradicional basada únicamente en la acción de los gobiernos o entidades gubernamentales.

Procesos históricos y asimetrías

Constituyen la base de nuestro análisis dos cuestiones. En primer lugar, los distintos tipos de movimientos histórí-cos: los de larga duración y los cícli-cos, los de flujo y los de creación y ruptura (Duroselle, J. B., p, 177) en fin, aquellos que según Paul Kennedy explican "el ascenso y la caída de las grandes potencias" (Kennedy P. pp. 9-24)

En segundo término, la evolución de los vínculos asimétricos, dependientes, entre el centro y la periferia. Como señala Prebisch "El capitalismo periférico se basa fundamentalmente en la desigualdad. Y la desigualdad tiene su origen […] en la apropiación del excedente económico que captan principalmente quienes concentran la mayor parte de los medios productivos" (Prebisch, 1984, p. 15). Por eso el núcleo de nuestros estudios es y será siempre una historia de violencias o negociaciones, sea para constituir imperios económicos o políticos, sea para defender integridades territo-riales, económicas o culturales.

En esta región del mundo la historia de las relaciones internacionales se vio requerida, desafiada por decirlo así, por los grandes cambios en el escenario internacional operados en las últimas décadas. Debió dar cuenta de ellos en polémica con corrientes de pensamiento que se volvieron ampliamente predominantes, tanto en el terreno académico como en el mediático.

Lo que tenían en común estas diversas formas de pensamiento, que oscilaban entre el enunciado de las leyes eternas y abstractas de la economía concebida como un simple mercado y la captura del puro "instante" subjetivo, era precisamente su carácter a-histórico o mejor aún antihistórico. Y esto era la base del pensamiento dominante que explicaba los cambios mundiales de los años '90: si antes había habido historia (en el sentido de desarrollo y cambio cualitativo de los procesos sociales) ya no la había o era un "mero residuo tribal" de épocas pasadas. Un "pensamiento único", de matriz neoliberal, se afirma en las visiones fundamentalistas de la globalización que exaltando lo nuevo impiden una comprensión profunda del presente y del pasado. (Ramonet. I, 1997, cap. IV).

La proclamación, junto con el fin de la historia, de otros finales: del Estado-nación, de las naciones, de las crisis, de los imperios, desafía en su mismo objeto la naturaleza de nuestros estudios (Fukuyama, F. 2011, en O'Meara, P. y otros, pp.161-180). Así, por ejemplo, ya que se proclama el fin del Estado-nación, no habría relaciones internacionales, reemplazadas por el análisis más simplista de combinaciones entre lo "local" y lo "global".

Por eso, debimos abrirnos paso en polémica con estas visiones inmovilistas y a-históricas. Lo que exigió profundizar en lo empírico y en lo teórico, en los procesos mundiales del siglo XX y, más atrás, en nuestras propias historias nacionales, en el devenir de su inserción internacional y de su política exterior.

No obstante, fue preciso también prevenirse contra el anacronismo, es decir, aquel que busca atribuir a una época elementos pertenecientes a otra, ese cristal que deforma nuestros presupuestos presentes, los eleva a abstracciones universales, y sobre todo eternas, y puede imponer a la reconstrucción de las realidades actuales, condiciones y percepciones del ayer.

Si bien la conciencia histórica, que vincula activamente el pasado y el presente, toma en cuenta que la realidad de hoy es también un resultado provisional pero objetivo de aquel pasado, nos plantea en forma permanente la necesidad de situar en su contexto los hechos o procesos que estudiamos para descubrir, distinguir y articular lo viejo de lo nuevo, las

tendencias subyacentes que en su devenir generaron nuestro presente, de aquellas que marcan una ruptura o transformación. Distinguir los mitos históricos de la realidad. Algo que supo hacer muy bien Paul Bairoch para la historia económica (Bairoch, 1995. Pp. 6-8).

La historia del tiempo presente, de las crisis, de los ciclos y de las incertidumbres forma, en este sentido, una parte importante de nuestra tarea, En los movimientos y procesos actuales descubrimos las puntas del iceberg que en el pasado hundieron muchos Titanic. En todo caso, somos prisioneros del presente y el pasado se nos abre como las puertas de una cárcel para poder explicar mejor los paisajes que nos rodean o los caminos de salida que podemos percibir.

Por otra parte, la naturaleza de las relaciones internacionales; del sistema interestatal, de las naciones y de los Estados; adquiere también características específicas que deben tenerse en cuenta. Pensemos, en particular, en la especificidad de nuestra América Latina, en su historia colonial, en la formación particular de sus naciones, en el modo de inserción de cada una de ellas en la economía y la política mundiales, en sus relaciones mutuas y con las grandes potencias.

En todo aquello que nos permite distinguir su objeto de estudio del de otros continentes o regiones, permitiéndonos hacer como Houdini el mago, y escapar de una vez por todas de las ataduras del eurocentrismo. Todo ello implica dar un significado propio a cada una de las categorías y conceptos con que estudiamos la región, como lo demuestran, entre otros, para el siglo XIX Edmundo Heredia y para el siglo XX Raúl Bernal Meza

Esta exigencia se pone asimismo en evidencia cuando buscamos capitalizar los conocimientos que nos aportan, por ejemplo, la economía o las ciencias políticas, que manejan conceptos a menudo deshistorizados por un modo de abordaje que prioriza lo teórico o lo pragmático (Bussiére, É., en Frank, R. 2012, pp 293-296).

En el caso de la economía, el análisis de los imperialismos económicos y de los fenómenos de hegemonía y dominación; los desequilibrios y desigualdades en los niveles de desarrollo, riquezas y pobreza; la presencia cada vez más preeminente de actores económicos internacionales; el rol desigual del comercio exterior; los efectos desequilibrantes de los movimientos de capital; las diferentes características de los procesos de integración; la recurrencia de las crisis económicas regionales o mundiales; forman parte esencial del estudio de las relaciones internacionales y de su historia. También el análisis comparado: ¿Qué más pertinente hoy día que comparar la crisis actual con la de 1929, estudiando sus causas y sus temibles consecuencias? (Rapoport, M. y Brenta, N. (2010, pp.30-34).

A su vez, en las relaciones entre dos o más países el peso de lo económico puede igualar o sobrepasar al de lo político y es también decisivo para comprender el curso que siguen sus lazos diplomáticos. El rol de lobbys políticos y económicos de un país en la formulación del juego diplomático de otros y la diversidad de intereses y estrategias involucrados en las relaciones bilaterales o multilaterales, son elementos a incorporar en los estudios e investigaciones tanto históricos como coyunturales.

En particular, la relación entre los Estados-naciones (lo nacional), con lo internacional y lo trasnacional, esto último vinculado con organizaciones que asocian gobiernos o empresas y se extienden en gran parte del globo, tienen un rol fundamental desde el siglo XX, pero viene de muy lejos en la historia. El pasaje de la economía-mundo estudiada por Braudel a la economía mundial de su discípulo Wallerstein o a la llamada globalización forma parte de nuestros estudios.

En suma, hacer historia de las relaciones internacionales nos obliga, desde el primer contacto con las fuentes, a superar un modo de pensar antinómico (allá lo universal y lo determinado, aquí lo particular y contingente) y a procurar aunar la compartimentación disciplinaria que separa las diversas dimensiones de la realidad y de la historia. También a redefinir lo que se entiende por "interno" y "externo", por aquello que es nuestro y lo que pertenece a los otros, que en muchos casos se confunde en los discursos de los gobernantes.

Esas son, precisamente, las condiciones, para poder elaborar una historia científicamente

razonada en este campo, tanto para el estudio más tradicional de los vínculos a nivel global, regional o de las políticas externas de los Estados Nacionales y de sus modos de inserción en el sistema mundial; como para el encuadre de investigaciones más específicas que abordan múltiples y diversos planos, económicos, jurídicos, estratégicos, políticos e institucionales en los que se manifiesta la problemática internacional y sus diversos actores.

En particular, el proceso latinoamericano reciente, en un subcontinente surcado por conflictos sociales y nacionales, por impulsos a la integración o a la fragmentación, por profundos movimientos de cambio respecto de los años '90, muestra un conjunto abigarrado de fenómenos que revelan la pertinencia de la región como sujeto de una historia común, no sólo determinada por las tendencias y restricciones del proceso internacional o hemisférico sino también por factores, relaciones y tendencias endógenas, que no anulan sino que interactúan con las formaciones y los procesos nacionales. Se ratifica la necesidad de incluir la escala regional de la reconstrucción histórica en una cambiante interacción entre el proceso internacional y los de cada nación, pero no sólo como punto de llegada determinado por los impulsos, programas y acciones de la presente integración regional sino porque manifiesta interacciones y tendencias históricas objetivas de una larga duración como plantea Braudel.

Algunos temas que vamos a analizar brevemente completan el pensamiento sobre estas cuestiones: La evolución de la historia de las relaciones internacionales en América Latina; las polémicas historiográficas en la Argentina; la problemática de la globalización; los procesos de integración en nuestra región y la inserción de cada país latinoamericano en el contexto mundial.

Los estudios en América Latina

Desde la década de 1960 del siglo XX, como resultado de las nuevas problemáticas que surgieron en esos años en el orden internacional y del auge de las teorías sobre la dependencia —que tendían a cuestionar ese orden– se fue desarrollando una nueva camada de historiadores, sociólogos, economistas o politólogos dedicados a investigar e interpretar la evolución de la política exterior y/o de las relaciones internacionales de diversos países latinoamericanos de una manera diferente al de las historias predominantes hasta entonces, circunscriptas al derecho internacional o al seguimiento de los avatares diplomáticos.[1]

Se generó así una visión más amplia que, a más de reconstruir históricamente períodos decisivos para cada uno de ellos, incorporó aportes de la economía, la sociología y la ciencia política para orientar conceptualmente la investigación empírica. Se manifestó en esos especialistas el interés por la historia contemporánea y la influencia de diversas corrientes, como las tributarias de las teorías de la CEPAL y del marxismo, y el influjo de la escuela francesa que atendía al rol de los grupos de presión y a la eficacia de las "fuerzas subyacentes". También se utilizaron los nuevos desarrollos de las corrientes anglosajonas en estudios internacionales, sobre todo en torno a los mecanismos de la toma de decisiones y el análisis de las llamadas políticas burocráticas.

En esos años, el renovado interés por la cuestión de la dependencia en los estudios económicos y sociológicos de la época dio lugar a una profusa literatura sobre las relaciones externas de la región, y se produjeron transformaciones significativas en el abordaje metodológico y empírico de la historia de América Latina.

Diversos autores confluyen en ejes centrales comunes que encuadran la especificidad de nuestros estudios: la comprensión de la existencia de un sistema mundial y la inserción del los países latinoamericanos en él, determinando y encauzando sus relaciones internacionales; la consideración de la política exterior como emergente de la articulación entre la estructura económica y social, el poder interno y esa madeja de relaciones; el estudio del accionar de las grandes potencias en la región; la incorporación de otros actores además del Estado como protagonistas de la política exterior; la influencia de sectores y grupos de interés en la toma de decisiones de los gobiernos; la vinculación estrecha y compleja entre política interna y política internacional.

Una característica destacada que a la vez permitió avances empíricos importantes fue el uso sistemático de fuentes primarias sobre la base de archivos diplomáticos, económicos, sociales, no sólo nacionales sino particularmente extranjeros, escasamente visitados por la historiografía anterior. Así, desde aquella década de los '60 hasta nuestros días, la historiografía sobre las relaciones internacionales de la región creció en densidad empírica sobre la base de fuentes documentales de varios países, y en abordajes teóricos, jerarquizando los factores internos, económicos, políticos, ideológicos y las mediaciones institucionales.

No olvidamos, sin embargo, que la influencia del neoliberalismo, que se desarrolló al mismo tiempo y terminó de afirmarse con la caída del bloque soviético iba a contrarrestar estas corrientes.

La polémica historiográfica en la Argentina

Tomemos un caso como el de la Argentina. Las ideologías neoliberales introducidas por la dictadura militar de 1976, continuaron de una forma u otra con el retorno de la democracia, sobre todo en los años '90, hasta la profunda crisis económica, social y política de 2001-2002. En las relaciones internacionales esa ideología se fue asociando a la búsqueda de una reinserción económica y diplomática del país que buscaba dejar atrás definitivamente las políticas mercado internistas, nacionalistas y "tercermundistas" cuyas bases de sustentación se habían, por otra parte, debilitado profundamente.

Un nuevo "consenso" en los sectores dirigentes emergía de las relaciones de fuerza internas e internacionales, adjudicando la génesis y desarrollo de la "declinación" argentina a la industrialización mercado internista cimentada desde la posguerra, que se expresaba políticamente a través de repudiadas "alianzas populistas" (Gelman, J. (comp) 2006, pp. 309-332).

Ciertas producciones académicas locales inspiradas en ese pensamiento explicaban incluso las causas del autoritarismo militar, cuya orientación fue siempre neoliberal, como resultado de una política "aislacionista" cuando no de un verdadero "desafío nacionalista", que se habría puesto en evidencia cabalmente en la guerra de las Malvinas. Confundían así una causa justa con un medio inadecuado para resolverla.

Esta concepción, que había sido, por otra parte, una matriz del pensamiento conservador liberal argentino desde siempre tenía un amplio predominio en círculos del establishment económico, político y académico del país cuando llegó nuevamente la democracia y estaría en la base de las formulaciones históricas que justificarían la nueva política exterior de los años '90 (Míguez, M.C. 2013, pp, 21-30).

Lo cierto es que, mientras la Argentina se convertía en el "mejor alumno" de los organismos financieros internacionales y era presentado en los círculos del capital financiero internacional y en los medios de los países desarrollados como el modelo de un "país emergente" inserto en la "globalización", la política exterior de alineamiento con Washington, sin precedentes en la historia local, implicaba en realidad, un retorno: la reedición, con un nuevo actor, de la "conexión especial" con Gran Bretaña que caracterizó a la Argentina "abierta" y el régimen oligárquico desde fines del siglo XIX hasta más de un tercio del siglo XX. Fue entonces, en la agonía de esas relaciones, que un vicepresidente argentino expresó llanamente que la Argentina debería pertenecer, desde un punto de vista económico, al imperio británico.[2]

En verdad, a ese establishment, bajo la conducción de un renegado de su propia tradición política, nunca le había interesado el problema nacional y ahora juraba por establecer "relaciones carnales" con los poderosos vecinos del norte.

Desde una visión brasileña Amado Cervo hizo la mejor definición de esta problemática ubicando las distintas escuelas que pujaban en la Argentina en cuanto al estudio de sus relaciones internacionales. Los "revisionistas" de derecha, que defendían la visión neoliberal; los "revisionistas de centro", que en el fondo no la impugnaban; y los críticos del neoliberalismo que se oponían a unos y otros y planteaban una versión más autonómica de la política externa argentina. (Cervo, 2000, pp. 285-287).

Fueron estos últimos, un amplio grupo de profesores e investigadores de las ciencias sociales, en particular de historiadores, economistas y especialistas en relaciones internacionales, los que en pleno reinado del neoliberalismo, impulsados por la confrontación académica y al calor del florecimiento de nuevas investigaciones y estudios, conformaron en 1993 la Asociación Argentina de Historia de las Relaciones Internacionales (AAHRI) y unos años más tarde la Asociación Latinoamericana (ALAHRI).

De ese modo, el agrupamiento de estudiosos de todo el país y de la región, la realización de encuentros científicos bianuales, y una abundante cantidad de publicaciones, constituyeron un factor impulsor de la disciplina y dieron lugar a un amplio intercambio con colegas e instituciones académicas de las naciones vecinas y de muchas otras partes del globo.[3]

También muchos de ellos se asociaron a la Commission of History of International Relations, con sede en Milán y vinculada al Comité Mundial de Ciencias Históricas, que reúne a prestigiosos especialistas de todo el mundo, ampliando el horizonte de vinculaciones académicas. Así, en el marco de una creciente polémica, se fue delineando el campo de la disciplina y potenciándose la investigación concreta, convocando la historiografía a todos los cientistas sociales con un posicionamiento crítico respecto de ese "pensamiento único", antihistórico, o que hacía un "uso" distorsivo de la historia, y cuyo sólo objeto era el de elaborar meras recetas justificatorias de las políticas exteriores predominantes.

Los mitos y realidades de la "Globalización"

Los cambios en el sistema internacional con el fin de la bipolaridad y la configuración de lo que se proclamó el Nuevo Orden Mundial, potenciaron la difusión de las corrientes predominantes en estudios internacionales. Se produjo, como en el resto del mundo, la expansión de teorías y de una profusa ensayística sobre la "Globalización", articulada con el predominio de los postulados del neoliberalismo, que en un momento de extravío llegó aventuradamente a eternizar el presente. (Beaumont Joan y otros, 2005, pp. 3-4)

Presentaban el nuevo escenario internacional como un fenómeno inédito, una nueva fase en la historia de la humanidad: si antes había habido historia (en el sentido del desarrollo y las transformaciones cualitativas de los procesos sociales) ahora ya no la habría.

Esas ideas, desmentidas crudamente por la realidad que vivimos, todavía influyen y seguirán influyendo a través de los mundos virtuales y los intereses que los nutren, y exigen profundizar el aporte empírico y teórico, tanto de los procesos mundiales como el de nuestras propias historias nacionales y regionales.

Un plano de la discusión era el de la profundidad histórica de los fenómenos económicos que se pretendían conceptualizar bajo el nombre de globalización. Sus orígenes se sitúan, en verdad, como lo han demostrado numerosos historiadores y economistas, en los albores del capitalismo europeo, poniendo de manifiesto la correlación entre la conformación de una economía mundial y la configuración y desarrollo de los espacios económicos nacionales y de las relaciones centro–periferia. Había así una continuidad esencial con el pasado y la necesidad del análisis histórico para la crítica de las ideologías económicas en boga. (Ferrer, A. 2013, pp.15-19)

Otro plano era el de la necesaria discriminación entre los hechos que caracterizan al proceso contemporáneo y su escamoteo en los ensayos globalistas, la discriminación entre realidades e ideologías. La crítica a esas concepciones desmontaba una pretendida teoría que unilateralizaba y absolutizaba el grado de internacionalización de las relaciones económicas y al hacerlo diluía e incluso proclamaba el fin tanto de las asimetrías y de la polarización económica y política entre grandes potencias y países periféricos como de la entidad de los espacios económicos nacionales, llegándose a proclamar la caducidad del fenómeno histórico nacional.

Mientras tanto, emergían crecientes pujas y conflictos internacionales y surgían diversos movimientos nacionales de distinto signo y significación económica, política e ideológica, fenómenos que eran presentados como resabios de una época ya superada. Al mismo tiempo, se

intentaba diluir el peso de los mercados nacionales en el escenario económico y estratégico mundial.

En última instancia, esta visión de la globalización configuraba una ideología que presuponía, como ya dijimos, el cuestionamiento a la vigencia de la propia área disciplinar de las relaciones internacionales, mutilando una percepción compleja de la realidad. En sus versiones más extremas se convertía en una vulgar apología de la expansión del capital financiero internacional. El ejercicio crítico provisto por la historiografía permitió desmontar la ilusión de novedad con que se presentaban las diversas falacias "globalistas" – como la supuesta tendencia irreversible a un gobierno mundial supranacional o la utopía de un capitalismo sin crisis- posibilitando así un diagnóstico más certero y preciso de los rasgos, tendencias y contradicciones actuales. (Bernal Meza, R. 2005, pp. 31-81)

La historia era interpelada en su propio objeto porque, en el mismo momento en que se proclamaba el fin de los "grandes relatos", la ideología globalista proyectaba sobre el pasado una interpretación evolutiva, unilineal y mecánica, basada en el ascenso del capitalismo, entendido como ley natural y "economía" a secas: una interpretación en la que los conflictos de los siglos XIX y XX- las crisis mundiales y las guerras, el imperialismo y las resistencias nacionales, la descolonización y las revoluciones sociales- se convertían en extravíos históricos, en una expresión de la irracionalidad (porque no, cultural) frente a la marcha irresistible de una nueva racionalidad. En suma se retrocedía de las expresiones más avanzadas de la historiografía a un evolucionismo economicista y positivista, que escamoteaba también las propias contradicciones económicas y políticas del presente.

En cambio, otras corrientes historiográficas abocadas a las relaciones internacionales, afinando el análisis del proceso contemporáneo con una perspectiva histórica, aportaron elementos que permitieron encontrar viejas tendencias en el proceso de "financiarización" de la economía internacional así como en la aparición de las burbujas especulativas que precedieron a la actual crisis.

Por un lado, en cuanto al avance de fenómenos desestabilizadores, los albores del siglo XX y los años locos de la década de 1920, anteriores a la Primera Guerra Mundial y a la crisis de 1929, respectivamente, eran un buen ejemplo. Por otro, la nueva crisis constituía no sólo la culminación de crisis sucesivas que afectaron distintas regiones y países y tuvieron su origen en los años '70, (la caída del dólar y el alza de los precios del petróleo) y los cambios producidos por entonces, sino que también, en muchos de sus aspectos, contenía elementos de la crisis y posterior gran depresión de los años '30. como si el capitalismo poco hubiera aprendido de su propia historia.

A su vez, frente a la ensayística económica, politológica, antropológica o filosófica predominante que disminuía la categoría de nación, generalmente sin fundamentación histórica, la actividad historiográfica se vio compelida a investigar empíricamente y reflexionar teóricamente sobre la particularidad histórica de la conformación de las naciones en América Latina. En el caso de la historiografía de las relaciones internacionales su aporte a este tema se vio estimulado por el avance de un fenómeno con raíces en el pasado pero que se desarrolla desde los años '90. Nos referimos al proceso de integración regional del Mercosur (Mercado Común del Sur), sus vicisitudes y condicionamientos y a la posterior creación de la UNASUR (Unión de Naciones Suramericanas).

Los enfoques en las relaciones internacionales en el Cono Sur del continente

El aliciente ofrecido por la experiencia y los interrogantes que plantea el Mercosur y sus vicisitudes, catapultó una profusión de estudios e investigaciones sobre la relaciones de los países de la región desde el común origen colonial hasta el presente, con avances empíricos e interpretativos importantes, particularmente para las relaciones entre Argentina y Brasil.

Una gama de trabajos estuvo enfocada al análisis comparativo, de carácter histórico, del proceso que condujo al Mercosur con el de otros procesos de integración, como el europeo, aportando enfoques y contenidos que permitían al mismo

tiempo, evitar la transferencia mecánica de conceptos propia de una ensayística politológica o económica de carácter prescriptivo, así como cuestionar las visiones "globalistas" que enfocaban los procesos de integración como meros "subproductos" de la mundialización.

A la vez, y más allá de reconstrucciones abstractas destinadas a justificar las políticas gubernamentales o los ensayos de ocasión, se puso de manifiesto, por un lado, el interjuego en las relaciones intra-regionales y, por otro, el tipo de su inserción internacional y su vinculación al mercado mundial, al sistema internacional y a las grandes potencias dominantes en el mismo. A través de la historia de las relaciones internacionales e interregionales, la reconstrucción pormenorizada permite identificar interacciones objetivas entre historias nacionales, procesos regionales y contexto hemisférico y mundial.

La historia de la región y de sus relaciones encuadra y conduce a un abordaje comparativo de los procesos nacionales, iluminando similitudes y especificidades. Como dicen los autores de un libro precursor sobre el tema su objetivo fue el de "lanzar una mirada distinta sobre la naturaleza y la versatilidad de las relaciones regionales como un intento de descubrir las vertientes históricas del proceso de integración regional" (Rapoport M y Cervo, A, 2001, pp.7-8).

Ello ha permitido cuestionar, por ejemplo, la imagen tradicional que las clases dominantes argentinas se complacieron en presentar de sí mismas y de su nación a principios del siglo XX, con el mito de la excepcionalidad de la Argentina "blanca", de "europeos transplantados", que daba las espaldas a América Latina. Esta imagen distorsiva encontró también en la historia regional condiciones de génesis y sustento. De allí el efecto liberador para los argentinos, en el terreno científico y el cultural, del abordaje comparativo de nuestra historia con la de otros países latinoamericanos en el marco de una historia común.

No es una virtud menor el hecho de que el desarrollo de los estudios sobre relaciones bilaterales e interregionales en el Cono Sur del continente haya sido el resultado del esfuerzo conjunto y el diálogo intelectual entre científicos, investigadores y universitarios de la región. Así, el abordaje de la historia común como marco para el desarrollo de los estudios sobre relaciones internacionales potenció el conocimiento recíproco; conocimiento del otro a través del cual vamos conociéndonos más a nosotros mismos.

Conclusiones

La crisis económica mundial que padece hoy el mundo, la persistencia de conflictos internacionales y de las contradicciones Norte-Sur, los fenómenos y efectos de dominación y dependencia entre naciones, el intervencionismo militar, la aparición de nuevos la del ddoalado más arriba 30 y la Segunda Guerra Mundial,es sociales entre panacionalesectura de esta misma crisis, involucarpaíses y regiones emergentes han puesto en evidencia de modo más certero la naturaleza y tendencias profundas del sistema internacional del presente y sus relaciones de continuidad y ruptura con el pasado. El proceso histórico real ha irrumpido en el ámbito académico, zanjando muchos debates, teóricos e históricos. En América Latina, esos procesos y los acelerados movimientos de cambio político y social impulsan una renovación de las ciencias sociales, confrontadas a una realidad conflictiva. La historia de las relaciones internacionales en la región, cuyo complejo proceso de constitución como disciplina moderna se ha esbozado, manifestó así su potencial científico y la pertinencia del modo de pensar histórico en los estudios internacionales, pemitiendo reinterpretar los procesos históricos mundiales y latinoamericanos, especialmente los más recientes, y conformando una nueva camada de profesores e investigadores con una visión interdisciplinaria, en la que participan historiadores, economistas, sociólogos, y especialistas de la política y de las relaciones internaciones.

El neoliberalismo conllevó una pérdida de autonomía en la política exterior, dejando poco margen de maniobra para los gobiernos locales. En cambio, las nuevas políticas económicas de corte heterodoxo posibilitan el fomento de relaciones internacionales donde se abren mayores espacios para la afirmación del interés

nacional. A su vez, el concepto y la práctica de la autonomía vuelven a ser ejes centrales de la reflexión y la política de intelectuales y funcionarios en el área de las relaciones internacionales.

Así como lo dominante en la década de los noventa fue reflejo de la relevancia que en el plano económico interno habían adquirido los acreedores externos y los organismos financieros internacionales -y de los procesos de concentración del poder económico local y extranjero basados en el sector financiero-, en la actualidad se presentan nuevos planteos respecto de la inserción internacional de nuestros países, donde se retoma y rediscute en el marco de los procesos de integración regional y de la diversificación de las relaciones internacionales el concepto de autonomía, como se manifiesta en el rechazo del ALCA.

Por otra parte, la afirmación de los espacios propios de expresión y participación de los países de la región requiere de una estrategia conjunta, partiendo de la especificidad nacional, pero en consonancia con las necesidades comunes de todos los vecinos. Después de muchos años de haber vaciado los conceptos de autonomía y "no intervención", se vuelve a plantear la necesidad de una nueva juridicidad a fin de reponer algunos de los principios fundamentales asociados directamente a las problemáticas de los países periféricos, como los de independencia, soberanía y autodeterminación nacional y regional ■

Bibliografía

Allison, Graham (1988), T. *La esencia de la decisión.* Buenos Aires: GEL

Arnaud, Vicente,(1999), *Mercosur, Unión, Europea, Nafta y los procesos de integración regional,* Buenos Aires: Abeledo Perrot.

Bairoch, Paul (1995). *Mythes et paradoxes de l'histoire économique*. París: la découverte.

Bernal-Meza, Raúl (2005). *América Latina en el mundo. El pensamiento latinoamericano y la teoría de las relaciones internacionales,* Buenos Aires: Nuevo Hacer.

Beaumont, Joan, Canavero Alfredo (eds.), (2005). *Globalization, Regionalization and the History of International Relations,* Milano: Edizioni Unicopli–Deakin Univertiy,

Braudel, Fernand, (1979). *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*, *XVe-XVIIIe siècle*, Paris: Le Livre de Poche, 1979.

Cervo, Amado Luiz.(2000). *Relaçoes internacionais da América Latina. Velhos e novos paradigmas,* Brasilia: UNB,

Cervo, Amado Luiz, Bueno Clodoaldo (2002). *História da política Exterior do Brasil,,* Brasilia: IPRI- UNB.

Noam Chomsky y otros (2011). *A diez años del 11 de septiembre. Cómo cambio el mundo,* Buenos Aires:Monde Diplomatique-Capital Intelectual.

Cisneros, Andrés, Escudé, Carlos (Orgs.) (1998-2004). *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*, Buenos Aires:GEL 14 tomos.

Duroselle,Jean-Baptiste (2000). *Todo imperio perecerá. Teoría sobre las relaciones internacionales,* México: FCE.

Fermandois, Joaquin (2005). *Mundo y fin de mundo. Chile en la politica mundial, 1900-2004,* Stgo. de Chile: Univ. Católica de Chile.

Ferrer, Aldo (2013). *Historia de la Globalización I. Orígenes del Primer Orden Mundial,* Buenos Aires: FCE.

Figallo, Beatriz y García de Ceretto, Josefa (2009). *La historia del tiempo presente,* Buenos Aires: UCA.

Frank Robert (dir.) (2012). *Pour l'histoire des relations internacionales,* París: PUF.

Gelman, Jorge (comp.). (2006). *La historia económica argentina en la encrucijada. Balances y perspectivas,* Buenos Aires: Prometeo.

Girault, René (1998). *Être historien des relations internationales*, París: Publications de la Sorbonne.

Heredia. Edmundo Aníbal (2009). *Relaciones internacionales latinoamericanas: historiografía y teorías,* Córdoba: Junta Provincial de Historia.

Johnson, Paul, *Historia de la guerra de las Malvinas,*(1992). Buenos Aires: Planeta.

Krugman, Paul, *The New York Times,* 21-7-2011.

Kumoff M. y Rancière, J.(2010) "Leveraging Inequality en *Finance & Development,* Vol. 477, diciembre.

Lanús, Juan Archibaldo (1984). *De Chapultepec al Beagle,* Buenos Aires: Emece.

Míguez, María Cecilia, (2013). *Los partidos políticos y la política exterior argentina,* Buenos Aires: Ariel.

Moniz Bandeira, Luiz Alberto (2004), *Argentina, Brasil y Estados Unidos. De la Triple Alianza al Mercosur*. Buenos Aires: Norma.

Morgenfeld Leandro (2011), *Vecinos en conflicto, Argentina y Estados Unidos en las Conferencias Panamericanas* (2011), Buenos Aires: Peña Lillo.

Patrick O'Meara, Patrick, Mehlinger, Howard, D, y Krain, Mathew (2000). *Globalization and the Challenges of a New Century, A Reader*), Indiana: Indiana University Press.

Paradiso, José (1993). *Debates y trayectoria de la política exterior argentina,* Buenos Aires: GEL.

Prebisch, Raúl, *Capitalismo periférico. Crisis y transformación,* México, FCE. Ramonet, Ignacio, *Géopolitique du caos,* la decouverte, 1997.

Rapoport, Mario,(1997). *El laberinto arge-**Simonoff, Alejandro (2012). *Teorías en movimiento. Los orígenes disciplinares de la política exterior y sus interpretaciones históricas*, Rosario: Prohistoria.

Varios Autores (2005). *What's New in the History (and Theory) of International Relations after 1989?,* Sidney: Congreso Mundial de Ciencias Históricas.

Vilar, Pierre (1999) *Iniciación al vocabulario del análisis histórico,* Barcelona: Crítica.

Notas

[1] Renovaban así una tendencia que se había desarrollado en nuestros países con la crisis mundial de los años treinta y que luego se diluyó con la Guerra Fría.

[2] Son las palabras de Julio A. Roca (hijo) cuando la firma del tan criticado Pacto Roca-Runciman en 1933, que a cambio de mantener parte del mercado británico de carnes hacía concesiones ultrajantes al Reino Unido.

[3] Hasta el momento se hicieron 14 Jornadas de la AAHRI y 4 de la ALAHRI, con cientos de participantes cada una de ellas.

Mario Rapoport

Licenciado en Economía Política (Universidad de Buenos Aires). Doctor en Historia (Universidad de Paris I-Pantheón-Sorbonne, EHESS), doctor Honoris Causa de la Universidad Nacional de San Juan, profesor Emérito de la Universidad de Buenos Aires, director de la Maestría en Historia Económica y de las Políticas Económicas de la UBA y profesor en el Instituto del Servicio Exterior de la Nación y en diversas universidades del país y del exterior. Es también director del Instituto de Estudios Históricos, Económicos, Sociales e Internacionales (UBA-Conicet-UCA-UNCuyo); director del Instituto de Investigaciones de Historia Económica y Social de la UBA e Investigador Superior del CONICET. Mail: **mariorapoport@gmail.com**

A Crise Mundial e o Lugar da América Latina. Oportunidades para o estabelecimento de um novo padrão de desenvolvimento social e ambiental

Marcos Costa Lima
Jean De Mulder

Resumo

O trabalho está estruturado a partir de duas questões centrais refletidas de modo complementar. A primeira trata da crise econômica mundial que se inicia em 2008, mas que deita suas raízes nos anos 1980 e as suas repercussões na América Latina e, a segunda, trata dos problemas que advém de um sistema educacional precário e que tem conexões sistêmicas, seja com a produção de conhecimento na periferia da região, seja com a formação da população, ou ainda com os efeitos de uma mão de obra de baixa qualificação num mundo que passou a valorar a inovação e o intangível. Conclui demonstrando que houve avanços sociais na região, mas que ainda há muito a ser feito para superar as desigualdades sociais e de renda internas. São cinco partes, três das quais contextualizando a crise, a sua dimensão financeira, da geração de emprego e de desigualdades e duas outras abordando a América latina em termos de seus avanços e as questões relativas ao sistema educacional.

Palavras-chave: Crise Mundial; Crise financeira; desigualdade e desemprego mundiais; América Latina; pobreza; sistema educacional e o Programa Pisa.

Abstract

WORLD CRISIS AND LATIN AMERICA'S POSITION. OPPORTUNITIES TO STABLISH A NEW MODEL OF SOCIAL AND ENVIRONMENTAL DEVELOPMENT

The work is structured around two central issues reflected in a complementary manner. The first deals with the global economic crisis beginning in 2008, but its roots lie in the 1980s and its impact on Latin America. The second deals with the problems that come from a poor educational system and has systemic connections, either with the production of knowledge in the periphery, with the education system, or with the effects of low a labor qualification in a world that has gone to value and intangible products and innovation. Concludes by demonstrating that there was social progress in the region, but there is still much to be done to overcome the social and internal income inequalities. The arguments are distributed in five parts, three of which contextualizing the crisis: the financial magnitude, generating employment and addressing inequalities and the two others about Latin America in terms of its progress and issues relating to the education system.

Keywords: Global Crisis; Financial crisis; global unemployment and inequality; Latin America; poverty; educational system and the Pisa program.

1. Estrutura e Contexto Mundial

O contexto macroeconômico mundial, nos últimos trinta anos foi marcado por dez traços distintivos: 1) Taxas muito baixas de crescimento do PIB, inclusive no Japão, que tradicionalmente serviu como "locomotiva" para o restante da economia mundial; 2) uma taxa de crescimento muito forte dos indicadores relativos ao valor nominal[1] dos ativos financeiros; 3) A limitação e redução das políticas de bem-estar social, associada a perda de regulação pela maioria dos estados nacionais; 4) Altos índices de desemprego estrutural nos países da OCDE, associados a formas de emprego temporárias e com baixo nível de remuneração, provocando um aumento da pobreza nesses países; 5) Ampliação das deisgualdades entre países ricos e pobres[2]; 6) Uma conjuntura mundial instável, entrecortada de sobressaltos monetários e financeiros, com alto nível de contágio internacional (México, 1994, Malásia,1997 e a seqüência que vai da Rússia à Argentina em 2001 e posteriormente a sub-prime em 2008); 7) Uma deflação aberta e crescente entre os países industrializados, principalmente entre os países produtores de bens primários; 8) A marginalização de regiões inteiras do globo com relação ao sistema de comércio internacional; 9) o surgimento da China como um possível novo centro sistêmico. 10) O crescimento econômico mundial sendo puxado pelos países emergentes, mas já em esgotamento.

David A.Stockman[3], que foi diretor do *Office of Management and Budget* de Ronald Reagan, afirmou no New York Times em março de 2013 que ao longo dos últimos 13 anos, o mercado de ações caiu duas vezes provocando graves recessões. As famílias americanas perderam um trilhão de dólares na crise *dot.com* em 2000 e mais do que sete trilhões USD quando da crise *subprime* de 2007. Neste período o número de auxílios-refeição e os beneficios por invalidez mais que dobraram, para 59 milhões de pessoas, ou um em cada cinco americanos. Estes números assustadores crescem em relevância quando sabemos que a dívida pública dos EUA alcançou 56 trilhões de dólares no início deste ano[4].

No tempo em que Alan Greenspan esteve à frente do federal reserve – agosto de 1987 a janeiro de 2006 - se deu o maior *equity boom* do país, com o mercado de ações crescendo cinco vezes entre a crise de 1987 e aquela da dot.com em 2000.

A farra rentista terminou com a bancarrota do grupo Lehman Brothers em setembro de 2008 e Stockman nos diz que "Washington, com a arma de Wall Street virada para sua cabeça, foi ao socorro dos protagonistas desta bagunça financeira, imprimindo dinheiro para o resgate de grandes empresas em panico, o que segundo ele, consistiu no singular e mais vergonhoso capítulo da história financeira americana". [5]

O fantástico crescimento da construção civil e dos investimentos em infraestrutura na China ao longo dos últimos 15 anos – vem arrefecendo. O Brasil, a Rússia, a Índia, a Turquia e a África do Sul e todas as outras nações de renda média em crescimento não podem compensar a queda da demanda.

Paul Krugman[6], em seu livro publicado no Brasil em 2010, apontava que não houvera um grande aumento da desigualdade nos Estados Unidos até a década de 1980. Para o economista, a reviravolta se deu a partir daí, quando os *vencedores* foram uma pequena elite de 1% no topo da distribuição de renda.

O Secretário do Trabalho no período Bill Clinton, Robert Reich[7], escreveu sobre as dimensões históricas da ampliação das desigualdades nos EUA: "Em 1928 o 1% mais rico entre os americanos detinha 23.9% do total da renda nacional. Após este período, esse valor declinou substabtivamente. As reformas do New Deal, seguidas pela Segunda Guerra Mundial, o *GI Bill and the Great Society*[8] expandiram o círculo de prosperidade. Por volta do final de 1970 o 1% mais rico recebia não mais que 8 a 9% do total anual dos rendimentos nacionais.Depois disso, a desigualdade *But after that*, começou a retomar e a renda reconcentrou no topo. Em 2007 o 1% mais rico retomaram a posição de 1928, com 23.5 % do total".

Joseph Stiglitz[9], em seu último livro sobre o crescimento da desigualdade de renda e da riqueza nos Estados Unidos nos últimos trinta anos, é ainda mais incisivo do que Krugman. Diz Stiglitz logo no prefácio, e em tom quase bombástico que

"existem momentos na História quando as pessoas em todo o mundo parecem levantar-se para dizer que algo está errado". Seus dados são contundentes sobre os efeitos de políticas econômicas que geraram desigualdade de renda e riqueza nos Estados Unidos após os anos 1980; quando os 1% das maiores rendas entre os americanos recebiam *apenas* 12% da renda nacional. Em 2007, a média dos rendimentos, retirados o imposto, dos 1% mais ricos era de USD 1.3 milhão, enquanto os rendimentos dos 20% na base da pirâmide só representava USD 17.800. Ou seja, o 1% mais rico ganhava em uma semana 40% a mais do que o 1/5 mais pobre durante todo o ano. Ainda nesse mesmo ano, a fatia dos 0.1% dos domicílios mais ricos do país tinha uma renda 220 vezes maior do que a média dos 90% na base.

Quando olhamos para a Europa a situação é ainda mais dramática. Segundo o Fundo Monetário Internacional, 61 países voltaram ao nível do Produto Interno Bruto de 2007, entre os quais 22 dos 27 países da União Européia, e 06 dos 07 países do G7 à exceção da Alemanha. Em 10 dos 25 países da OCDE, os salários reais (corrigidos pela alta dos preços) eram inferiores em 2010 aos níveis de 2007. Havia desemprego de 24,3% na Espanha e de 21,7% na Grécia em abril de 2012 e, 51,5% para os menores de 25 anos de idade. A Alemanha conseguiu se distinguir dos demais países europeus graças a políticas de desregulamentação do mercado de trabalho e da proliferação do trabalho flexível e precário, que deram lugar aos baixos salários. Neste país o emprego a tempo integral caiu de 29,3 para 23,9 milhões entre 1991 e 2001, enquanto crescia o número de empregos a tempo parcial que aumentou de 5,7 para 12,5 milhões[10].

Conforme Dani Rodrik[11], mesmo na Europa, onde as instituições regionais são relativamente fortes, o interesse nacional e os políticos nacionais, em grande medida na pessoa da chanceler alemã, Angela Merkel, têm dominado a definição de políticas. Segundo ele, se a chanceler Merkel tivesse se mostrado menos apaixonada pela austeridade com relação aos países endividados da Europa e se tivesse conseguido convencer os seus eleitores da necessidade de uma abordagem diferente, a crise da zona do euro teria tido contornos bastante diferentes.

Para François Chesnais[12], a situação de conjunto da economia mundial é marcada pela incapacidade do "capital" (os governos, os bancos centrais, o Fundo Monetário Internacional e os centros privados de centralização e de poder do capital tomado coletivamente) de encontrar, ao menos por agora, os meios de criar uma dinâmica diferente. A crise da zona do euro e seus impactos sobre um sistema financeiro opaco e vulnerável são uma das expressões. Esta incapacidade não é para o economista francês sinônimo de passividade política. Ela significa simplesmente que a burguesia está se movendo cada vez mais completamente pela vontade única de preservar a dominação de classe em toda sua nudez. Portanto, esse projeto tem implicações políticas ainda mais graves para os trabalhadores, pois ele é acompanhado pelo endurecimento do caráter pró-cíclico das políticas de austeridade e de privatização, e contribui para a ocorrência de uma nova recessão, que está em marcha.

Todo o impacto desta crise refletiu diferentemente em regiões periféricas e, em especial, em algumas economias emergentes, em particular na China, Índia e Brasil. Neste trabalho daremos ênfase ao comportamento brasileiro no sentido de enfrentar a crise mundial e, com relação aos tópicos a saber: formas atuais de manifestação da crise no Brasil; políticas públicas para um desenvolvimento sustentável; sustentabilidade urbana e rural e a crise energética e ambiental. Em todos estes pontos, há evidencias de um enfrentamento inadequado por parte do atual governo brasileiro, sobretudo no que concerne ao aumento da dívida pública; o atrelamento das exportações brasileiras às commodities agrícolas e minerais, com efeitos graves sobre a baixa empregabilidade no setor *agrobusiness*, mas também com relação ao meio ambiente. O fenômeno da "reprimarização" que tem sido importante; o caos urbano que tem provocado mobilizações intensas ao longo de 2013 e a questão energética, um dos fatores de importação de capital e de venda de ativos ao capital internacional. Finalmente, como estratégia geral, o foco intenso do governo numa visão intitulada de neodesenvolvimentista, tem

levantado sérias dúvidas sobre a deterioração ambiental. Os aspectos mais positivos estão por conta da consolidação do processo democrático e de políticas sociais de distribuição, com respostas positivas na educação, na saúde e no consumo alimentar das camadas populares, mas que não são suficientes para estruturar um padrão de desenvolvimento alternativo para o país e tem provocado o desgaste dos processos de representação política formais.

2. A Crise de 2008[13]

A confiança dos domicílios na economia dos Estados Unidos não parou de cair depois do verão de 2007. Jean-Marc Lucas aponta, no quadro econômico, os quatro pontos mais negativos para a crise: i) as perdas de emprego, sobretudo nos setores manufatureiro e de serviços; ii) o retorno da inflação; iii) a crise imobiliária, que provocava uma perda de patrimônio, já iniciada em julho de 2005 e mesmo a perda total do imóvel. E finalmente, a crise na bolsa, que representou uma queda no preço das ações, fazendo com que o patrimônio dos domicílios sofresse um duplo choque, financeiro e imobiliário.[14] Em fevereiro de 2009 a produção industrial dos EUA havia registrado uma queda de 11,2%, o maior declínio desde 1975. A utilização da capacidade instalada alcançara 70,9% no mesmo mês, igualando-se ao nível mais baixo já registrado[15].

O peso dos desequilíbrios externos

A balança de pagamentos americana, altamente deficitária, chegava a 739 bilhões de dólares em 2007, ou 5,3% do PIB, atingindo a 6,2% em 2006[16]. O acúmulo anual de déficits correntes implicou numa posição externa líquida altamente deficitária, da ordem de 2 trilhões e 500 bilhões de dólares em 2006, ou seja, de 19% do PIB. Além deste quadro nada favorável, a indústria automobilística norte-americana, um símbolo do padrão de vida dos EUA e da potência norte-americana, entrou em situação pré-falimentar, além de outros setores emblemáticos como o transporte aéreo e o setor bancário (acossado pela *subprime*)[17]

A quebradeira generalizada

A Washington Mutual Ic(WAMu), uma empresa com quase cento e vinte anos de existência, protagonizou um dos maiores colapsos empresariais nos Estados Unidos, ao declarar ter mais de USD 8 bilhões em dívidas no seu pedido de concordata ao US Bankrupt Court, o que não representava a totalidade dos débitos[18]. O endividamento da WaMu esteve entre os maiores da história das falências dos EUA. A maior foi a do Lehman Brothers, que atingiu US$ 613 bilhões. O JP Morgan Chase & Co passou a ser o novo proprietário da WaMu, tornando-se o maior banco americano em montante de depósitos. O pedido de concordata da Lehman, em setembro de 2008 deflagrou uma reação em cadeia que expôs ao público as entranhas doentes do sistema financeiro americano. Acelerou a queda da seguradora American International Group (AIG) e causou prejuízos a diversos grupos[19]. O impacto no mercado financeiro, com valores da ordem de US$ 700 bilhões sobre outras importantes instituições financeiras, tidas como pilares de Wall Street - a Goldman Sachs Group Inc e o Morgan Stanley - resultou no plano de socorro do Fed e do Tesouro.

Quando mercados, bancos e investidores estão todos interligados por uma teia de relações tão complexas quanto obscuras, deixar a crise avançar poderia ter provocado resultados ainda mais arrasadores. Antes do Lehman, as instituições do mercado imobiliário Fannie Mae, Freddie Mac e Bear Stearns já tinham sido socorridas do colapso. O governo americano estatizou as duas maiores empresas de financiamento hipotecário dos EUA, que haviam sido criadas pelo Estado em 1938 e 1970, e depois privatizadas. O total do comprometimento governamental com o resgate das instituições financeiras e seguradoras, como a AIG, um verdadeiro poço sem fundo nas exigências de recursos governamentais, atingiu impressionantes 7,4 trilhões de dólares. O que não garantiu que o crédito sinalizasse uma retomada efetiva.

Fim da hegemonia dos EUA?

Os EUA têm a seu favor a grande vitalidade do progresso técnico e a considerar a força do Silicon

Valley, tudo leva a crer que o país estará à frente durante as próximas revoluções tecnológicas. Considerando as indústrias portadoras de futuro, o avanço do País é, e será por um longo tempo, decisivo. Domina os setores de nanotecnologia e conta com mais centros de pesquisa neste campo do que a Alemanha, o Reino Unido e a China, reunidos. Os Estados Unidos dominam igualmente o setor da Biotecnologia (76% dos rendimentos mundiais).

Um outro ponto a seu favor é que com as novas cadeias de valor criadas a partir da globalização, são as tarefas de concepção e de desenho de um produto que geram valor agregado e não as tarefas de fabrico e montagem. Os editores da Revista *Problèmes Économiques*[20] dão o exemplo do Ipod da Apple que são quase inteiramente fabricados no estrangeiro, mas a parte mais importante do valor agregado fica na Califórnia.

Outro elemento decisivo é um sistema de ensino superior de alto nível. Em 2006, os Estados Unidos dedicavam 2,6% do seu PIB ao sistema de ensino superior, contra 1,2% na Europa e 1,1% no Japão. "Com apenas 5% da população mundial, o país conta com 7 das 10 melhores universidades do mundo. Estas universidades formam 30% do total dos estudantes estrangeiros no mundo, o que provoca o fenômeno da fuga de cérebros. Existe ainda uma articulação entre os centros de pesquisa universitários do país e as empresas. Contudo, o Estado tem reduzido os recursos para o ensino público, que forma 75% dos estudantes e o aumento dos custos das taxa escolares se tornam muito altos para as classes média e popular. Os estudantes estrangeiros e imigrantes representam nos EUA 50% dos pesquisadores em ciência e, em 2006, 40% dos doutores em ciência e em engenharia e 65% em informática. Da mesma forma, 50% dos empreendedores do Sillicon Valley têm um fundador que é imigrante, ou um americano de primeira geração"[21].

É uma crise de outra natureza?

François Chesnais[22] defende a tese de que a crise de 2008 deixa para trás uma longa fase de expansão da economia capitalista mundial. Essa ruptura marca o início de um processo de crise com características comparáveis à crise de 1929, mas que se desenvolverá em um contexto muito distinto. A crise de 1929 que teve seu ponto culminante em 1933, provocou um longo período de recessão. Estaríamos vivendo as primeiras etapas de um processo desta amplitude e temporalidade. É o que está ocorrendo e tem como cenário os mercados financeiros de Nova Iorque, de Londres e de outros grandes centros de valores mobiliários. "Estamos frente a um desses momentos em que a crise vem expressar os limites históricos do sistema capitalista. Não se trata de alguma versão da teoria "da crise final" do capitalismo ou algo do estilo. Do que realmente se trata, em minha opinião, é de entender que estamos enfrentando uma situação na qual se expressam esses limites da produção capitalista".

Hoje, diferentemente de 1930, a China e a Índia não são mais semicolonias, mas países com as maiores taxas de crescimento mundial, e participam plenamente de uma única economia mundial, unificada e até então desconhecida, enquanto etapa histórica do capitalismo. A China é vista como um dragão com três cabeças: i) aquela devoradora de energia, matérias primas industriais e *commodities* agrícolas; ii) outra que é produtora de manufaturados de baixo custo (têxteis, calçados, eletroportáteis e bens de consumo de baixo e médio valor agregado), além de estar se especializando em bens de maior sofisticação, dos automóveis, telecomunicações e bens de capital. iii) A terceira cabeça do dragão é a sua população, enquanto grande consumidora global. A questão que hoje se coloca é qual será o impacto da crise e da desaceleração americana no setor exportador do país.

O principal canal de transmissão da crise ao redor do planeta passa pelo desempenho do comércio mundial e aqui, a *performance* da economia chinesa é o maior termômetro. A emergência da China como "atelier manufatureiro mundial" recoloca as questões levantadas por Marx quanto às "barreiras imanentes à acumulação de capital"[23]. Ou seja, uma crise de super-acumulação e uma verdadeira depressão mundial dependem ainda da forma como o desaquecimento do consumo nas economias desenvolvidas rebaterá sobre a economia chinesa.

François Chesnais[24] aponta algo mais profundo

por trás da financeirização e do culto à auto-suficiência dos mercados. As décadas neoliberais foram marcadas por um enorme aumento na acumulação capitalista e nas desigualdades internacionais. A automação, a deslocalização das empresas (para países e regiões onde os salários e direitos sociais são mais deprimidos) e a emergência da China e Índia como grandes centros produtivos rebaixaram o poder relativo de compra dos salários. O movimento aprofundou-se quando o mundo empresarial passou a ser regido pela chamada "ditadura dos acionistas", que leva os administradores a perseguir taxas de lucros cada vez mais altas. O resultado é um enorme abismo entre a capacidade de produção da economia e o poder de compra das sociedades. Na base da crise financeira estaria, portanto, uma crise de superprodução, semelhante àquelas que foram estudadas por Marx no século retrasado. Ao liquidar os mecanismos de regulação dos mercados e redistribuição de renda, introduzidos após a crise de 1929, o capitalismo neoliberal teria reinvocado o fantasma.

Outro prisma da crise é focado por José Eli da Veiga[25], sobre o aquecimento global. Ele crítica um relatório recente do Banco Mundial "*The Growth Report – Strategies for Sustainable and Inclusive Development",*que considera os efeitos danosos sobre o meio ambiente como fenômenos "exógenos", desvinculados do crescimento econômico: "A constatação empírica da divergência entre o desempenho econômico (medido pela evolução do produto) e a efetiva qualidade de vida, assim como entre elas e as perspectivas das gerações futuras (sustentabilidade ambiental) são os primeiros sinais daquilo que no plano teórico havia sido antecipado desde 1966 pela genial contribuição de Georgescu-Roegen (1906-1994)", ou seja, as teorias econômicas fazem tabula rasa da lei da termodinâmica, cuja segunda lei, a entropia,diz que toda transformação energética gera calor, que se dissipa na atmosfera. Calor é a forma mais degradada de energia, que não pode ser totalmente aproveitada.

As alternativas

Falar hoje de retorno ao Keynesianismo parece precipitado. O que se pode dizer, sim, é que esta crise exigirá reformas do capital, e um retorno ao capitalismo financeiro dos anos 80, parece improvável.

Existe hoje mundialmente uma movimentação social, que embora com propósitos difusos e fragmentários, vem propondo alternativas que ganham forças numa escala que não é mais nacional. São lutas relativas ao aquecimento global, aos direitos humanos, a políticas sociais, questões étnicas e de gênero que se fazem ouvir em Fóruns mundiais de relevo.

O economista Nouriel Roubini[26], considerou o pacote de 700 bilhões de dólares, aprovado em emergência pelo Congresso dos Estados Unidos para tentar evitar o colapso de 2008 como "injusto", "ineficaz e ineficiente". Injusto porque socializa prejuízos, oferecendo dinheiro às instituições financeiras (ao permitir que o Estado assuma seus "títulos podres") sem assumir, em troca, parte de seu capital. Ineficaz porque, ao não oferecer ajuda às famílias endividadas — e ameaçadas de perder seus imóveis —, deixa intocada a *causa* do problema (o empobrecimento e perda de capacidade aquisitiva da população), atuando apenas sobre seus efeitos superficiais. Ineficiente porque nada assegura que estes bancos, salvos em meio à crise com recursos públicos, estejam dispostos a reabrir os créditos que poderiam irrigar a economia.

O aprofundamento da crise na União Européia é um grande sinal de que os centros sistêmicos, sobretudo o Banco Europeu, a Alemanha e a França não estão dispostos a abrir mão de políticas duras de contenção do déficits, e suas alternativas apontam para o desemprego e para redução de gastos sociais, além das perdas de direitos há muito dadas como irreversíveis.

Afirmar uma outra direção para a saúde financeira da economia mundial, para dar início a construção de uma comunidade internacional em novas configurações, teria que partir do

saneamento do Sistema Financeiro Internacional (eliminação dos Paraísos Fiscais; controle rigoroso da economia "cassino" e taxação da especulação financeira a partir de mecanismos inspirados no modelo de James Tobin). Existem alternativas[27] que poderiam ter efeitos benéficos e duradouros para todas as nações e regiões, a exemplo do financiamento do desenvolvimento sobre outras formas; alterar os critérios da rentabilidade econômica e social de longo prazo que são, em grande medida, ignorados pela lógica rentista dominante. A imposição de uma taxa global sobre os investimentos financeiros, através de um novo regime fiscal capaz de aportar recursos para combater a poluição atmosférica e desenvolver tecnologias limpas. O estabelecimento de um imposto generalizado (escala global) sobre as operações em Bolsa, cujos recursos seriam aplicados em campanhas de erradicação mundial do analfabetismo, em qualidade da educação, saúde, infra-estrutura básica de saneamento, água potável e habitação ou em transferências tecnológicas no sentido Norte-Sul.

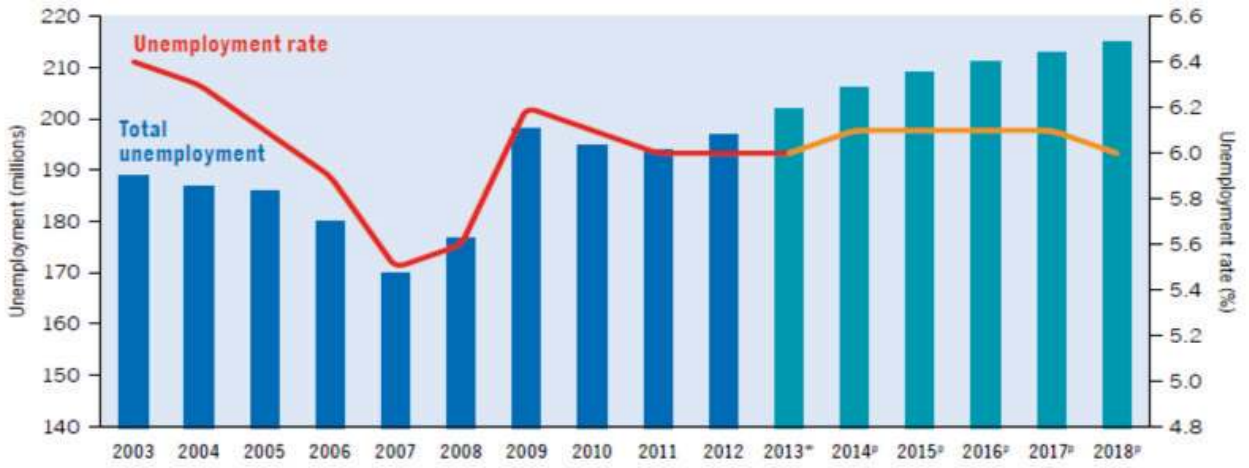
3. A Crise do Emprego Mundial

Os sinais que apontam da situação do mercado de trabalho global vêm adensar o ceticismo quanto as possibilidades de recuperação da crise, pois se a concentração de renda em escala mundial, sobretudo nos países centrais foi ampliada, também no setor do emprego não há motivos para otimismo.

O mundo do emprego vive o desafio de gerar 42 milhões de novos empregos a cada ano no mercado de trabalho global, necessários para satisfazer o número de entrantes que batem a porta deste mercado mundial[28].

Como vimos anteriormente, as raízes da crise global estão no sistema financeiro e na articulação e associação das corporações globais com este. Após o impacto da *sub-prime* criou-se uma expectativa de que o sistema iria fazer correções, mas foi uma vã esperança, pois as bolhas financeiras reapareceram, gerando mais incertezas e afetando as possibilidades de geração de empregos.

Figura 1: tendências e projeções do desemprego Global – 2003-2018



Note: * 2013 are preliminary estimates; 2014–18 are projections. The graph displays past trends and projections for global unemployment.
Source: ILO, *Trends Econometric Models*, October 2013.

Os rendimentos globais do trabalho continuam a crescer muito lentamente se comparados aos ganhos de produtividade observados, o que faz com que a demanda agregada não aumente. Segundo dados do ILO[29], quase 202 milhões de pessoas estavam desempregadas no mercado mundial formal de trabalho em 2013, um aumento de 5 milhões se comparado com o ano anterior.

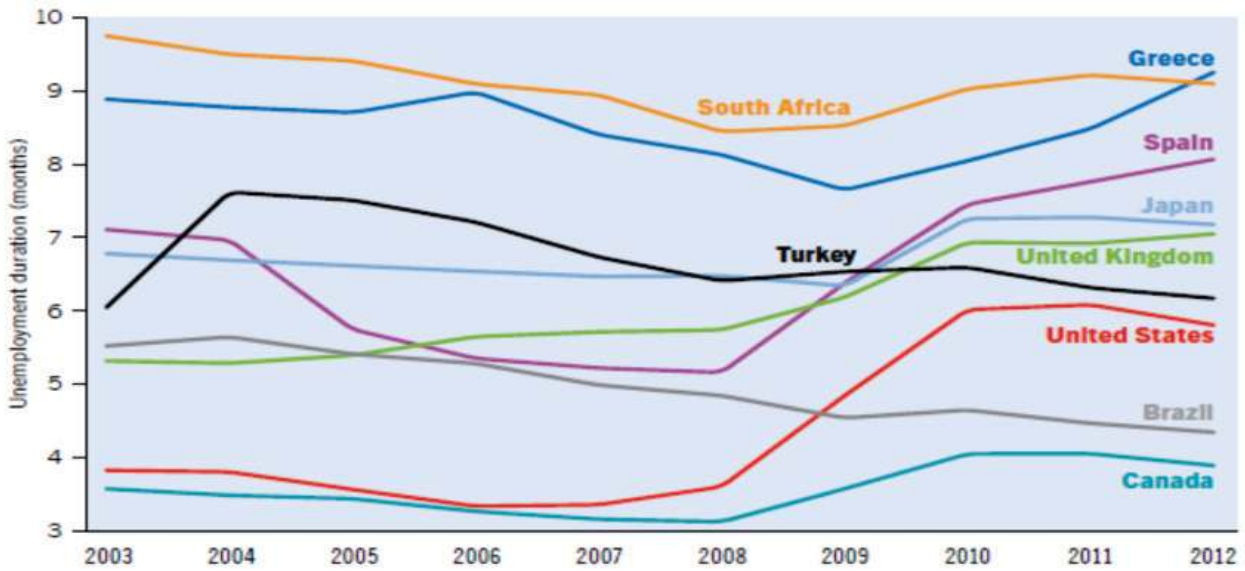
O núcleo de crescimento do desemprego está na Ásia do Sul e do leste (mais de 45% dos que buscam um posto de trabalho), seguidos pela África Sub-Sahariana e a Europa. A América latina acrescentou muito pouco ao desemprego global, ou seja, menos de 50.000 desempregos em números globais ou em torno de 1% do total do crescimento do desemprego em 2013.

Os jovens continuam sendo os mais afetados. Estima-se que 74,5 milhões de jovens – entre 15 e 24 anos – estavam desempregados em 2013. A taxa de desemprego entre jovens é três vezes maior do que entre os adultos[30].

Nos países mais afetados pela crise a duração média do desemprego alcançou 9 meses na Grécia e 8 meses na Espanha. Mesmo nos EUA, o desemprego de longo prazo tem afetado mais de 40% de todos os que buscam emprego. Mais importante ainda, é que, aqueles que têm estado fora de um posto de trabalho por um longo período, perdem suas habilidades em ritmo acelerado, ficando ainda mais difícil de encontrar um emprego ao nível de ocupação ou habilidade similar anterior.

O emprego vulnerável, aquele que representa auto-emprego, emprego em tempo parcial ou trabalho familiar – é responsável hoje por quase 48% do emprego total e em geral tem acesso limitado ou nenhum acesso a previdência social ou renda garantida.

Figura 2. Média da duração do desemprego em economias selecionadas (em meses)



Note: To calculate the average, unemployment is assumed to be distributed equally within the different duration categories, e.g. the average unemployment duration of those unemployed for more than 3 and less than 6 months is assumed to be 4.5 months. The average unemployment duration of those unemployed for at least 12 months is assumed to be exactly 12 months.

Source: ILO, *Key Indicators of the Labour Market*, 8th edition.

O número de trabalhadores pobres continua a cair globalmente, muito embora a uma taxa bem mais lenta do que antes da crise. Em 2013, a ILO calculou 375 milhões de trabalhadores, ou 11.9% do total dos empregos, têm que viver com menos de US$ 1.25 dólar dia e 839 milhões de trabalhadores, ou seja, 26,7% do total do emprego mundial vivem com menos ou igual a US$ 2 dólares dia, números estes bem mais críticos do que no ano 2000.

O trabalho informal continua se propagando na maioria dos países em desenvolvimento. Mas na Europa Oriental e em algumas economias avançadas este tipo de emprego já alcança 20% do total de emprego.

Em alguns países andinos de baixa renda e na América central, 70% da mão de obra estão no setor informal e, mais drástico ainda, em países da Ásia do Sul e Sudeste, este setor reppresenta muitas vezes até 90% do total do emprego.

As políticas macroeconômicas implementadas nos países centrais após a crise, focadas principalmente no corte dos gastos públicos e na baixa política de emprego e no socoroo aos grandes Bancos e Corporações – "*to big to fail*" – tem provocado queda na demanda agregada.

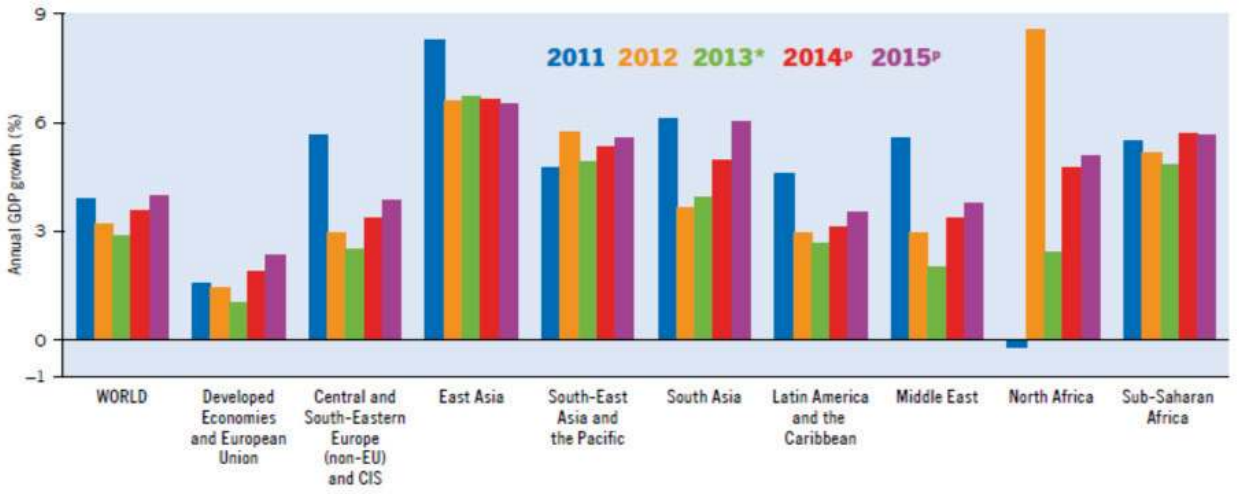
Dada uma demanda comprimida pelos baixos salários e pela não contratação, a produção se acomoda e os investimentos fluem para o setor rentista. A ampla liquidez das firmas, mormente as MNCs que tendem a recomprar ações e ampliar o pagamento dos dividendos aos acionistas, ampliando a já crítica especulação financeira.

Em 2013 o crescimento da economia global caiu para 2,9%, sua taxa mais baixa desde 2009 e mais do que 1% abaixo da média anual de crescimento na década pré-crise. As economias desenvolvidas e aquelas da União Européia cresceram a uma taxa anual de 1%. O crescimento anual do produto dos EUA desacelerou de 2.8% em 2012 para 1.6% em 2013. A União Européia, elo mais fraco da cadeia, estagnou e teve taxa de crescimento perto de zero neste mesmo ano.

As únicas regiões no mundo que não pararam de crescer entre 2012 e 2013 foram a Ásia do Sul e do leste que tiveram taxas de 6.6% e 6.7%., respectivamente. A América Latina e o caribe apresentaram taxas de 2.7%.

Confronte-se, na figura 3, sobretudo o baixo desempenho das economias desenvolvidas com o restante do mundo.

Figura 3: PIB estimado global e regional e projeções – 2011-2015 (por cento)



Notes: * 2013 are preliminary estimates; 2014–15 are projections.
Source: IMF, *World Economic Outlook*, October 2013.

[1] In fact, according to some accounts, around one third of the effect of quantitative easing on the long-term interest rate in the United States was undone merely through expectations of a less accommodative monetary policy, raised by the U.S. Federal Reserve in May 2013 (World Bank, 2013a).

A tendência do crescimento da produtividade do trabalho dá algumas percepções quando relacionada à dimensão da dinâmica do mercado de trabalho global. A produtividade do trabalho, medida pelo produto por trabalhador, caiu de 1.6% em 2012 para 1.4% em 2013[31]. A redução do ritmo da produtividade e do crescimento do emprego coincidiu com uma forte recuperação do lucro das corporações e, no mercado global de ações. O FTSE[32] global, que acompanha o mercado acionário e as Bolsas de valores em escala mundial, informou que de 7.200 títulos negociados publicamente nas Bolsas de valores de 47 países, ganharam 18% no ano de 2013, e cresceram mais de 158% em valor desde a baixa de março de 2009. O ano de 2013 viu uma ampliação entre a tendência de crescimento dos lucros globais e o preço das ações, por um lado e a queda do mercado de trabalho global, por outro[33].

A tabela 1 apresenta um quadro por alguns países e suas taxas de desemprego, onde são fortes os contrastes sobretudo entre a União Européia e os países da Ásia em geral.

4. A América Latina na tormenta

A crise das hipotecas de alto risco, que começou em 2007, não afetou imediatamente os países da América Latina e do Caribe: o crescimento manteve-se forte na região, bem como o progresso do comércio exterior, cada vez mais ancorado na exportação de produtos primários ou semiprocessados. Até outubro de 2008, a crise nos países ricos parecia estar limitada às suas fronteiras, sem contaminar as economias emergentes, ao contrário do que costumava acontecer; quando as economias periféricas viviam as oscilações de humor dos países centrais. A falência do banco de investimento Lehman Brothers mudou o cenário. Imediatamente, se propagou a percebida falta de certeza da qualidade dos ativos existentes para garantir aos bancos a adequação do equilíbrio do próprio sistema financeiro. Um sistema bancário enorme foi construído à sombra (*shadow-bank*), com uma alavancagem de 30 vezes superior ao patrimônio líquido das instituições. O que foi vendido como sofisticação bancária segura contra riscos, acabou se revelando como verdadeira Caixa de Pandora.

Tabela 1. Estimativas e Projeções Global, regional e por alguns países da taxa de desemprego 2007-2013 (em pontos percentuais)

Country/region	2007	2012	2013*	2014p	2015p	2016p
World	5.5	6.0	6.0	6.1	6.1	6.1
G20 Economies	5.1	5.7	5.8	5.8	5.8	5.8
G20 Advanced Economies	5.7	8.4	8.4	8.4	8.3	8.1
G20 Emerging Economies	4.9	4.9	5.0	5.1	5.1	5.1
Developed Economies and the European Union	5.8	8.6	8.6	8.6	8.4	8.2
Australia	4.4	5.2	5.6	5.7	5.7	5.8
Canada	6.0	7.2	7.1	7.0	7.0	6.9
Japan	3.9	4.3	4.1	4.0	4.0	4.0
United States	4.7	8.2	7.5	7.2	6.8	6.4
European Union	7.2	10.5	11.0	11.1	11.1	10.9
France	8.0	9.9	10.5	10.9	10.8	10.7
Germany	8.6	5.4	5.3	5.3	5.4	5.4
Italy	6.1	10.7	12.2	12.6	12.7	12.7
United Kingdom	5.4	8.0	7.5	7.3	7.2	7.1
Central and South-Eastern Europe (non-EU) and CIS	8.2	8.0	8.2	8.3	8.2	8.2
Russian Federation	6.0	5.5	5.8	5.8	5.8	5.8
Turkey	10.3	9.2	9.9	10.0	9.7	9.6
Middle East	10.2	10.9	10.9	11.0	10.9	10.8
North Africa	11.1	12.1	12.2	12.2	12.1	12.1
Sub-Saharan Africa	7.5	7.6	7.6	7.6	7.5	7.5
South Africa	22.3	25.0	25.3	25.2	25.1	25.1
Latin America and the Caribbean	6.9	6.6	6.5	6.5	6.5	6.5
Argentina	8.5	7.2	7.3	7.4	7.4	7.3
Brazil	8.1	6.9	6.7	6.6	6.5	6.5
Mexico	3.4	4.9	5.0	4.9	4.8	4.7
East Asia	3.8	4.4	4.5	4.7	4.8	4.9
Republic of Korea	3.2	3.2	3.2	3.3	3.3	3.4
South-East Asia and the Pacific	5.5	4.1	4.2	4.3	4.3	4.3
Indonesia	9.1	6.1	6.0	6.0	6.0	6.0
South Asia	4.1	3.9	4.0	4.0	4.1	4.1

Notes: *2013 are preliminary estimates; 2014–18 are projections. Estimates and projections for individual G20 countries are shown only when they are based on a minimum number of actual data points. Figures might differ from national estimates or those published in the Panorama Laboral (ILO, 2013a), mainly as a result of differences in geographical coverage.

Source: ILO, *Trends Econometric Models*, October 2013.

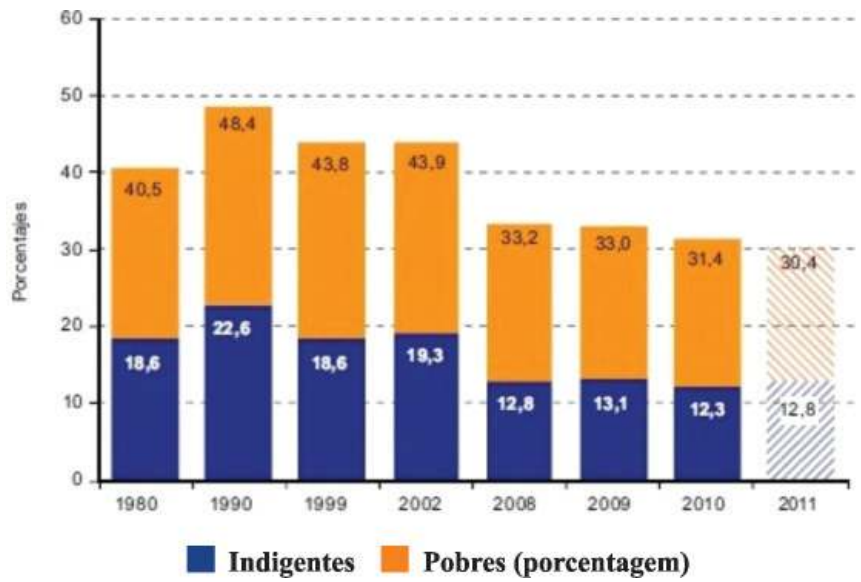
A preocupação que logo afligiu a América Latina e Caribe foi ver truncado um processo histórico sem precedentes na região: o crescimento econômico com melhor distribuição de renda. Viver com períodos de alto crescimento não era novidade, mas o crescimento diminuindo as desigualdades de renda, sim. Tanto é assim que, em vários estudos da CEPAL dos anos oitenta, essa combinação foi vista como uma "caixa vazia"[34]. A experiência das décadas perdidas justificava essa apreensão.

Após a crise da dívida e a hiperinflação, os indicadores sociais caíram acentuadamente e demoraram muito para voltar ao patamar dos anos de 1980. O nível de pobreza levou 25 anos para chegar a novamente a cerca de 40% (39,8%) em 2006, e o PIB per capita tardou 14 anos, recuperando-se apenas em 1994. A recuperação do PIB foi mais rápida do que a dos indicadores de pobreza, revelando o forte viés padrão de crescimento excludente existente nesse período.

No clima de otimismo regional que havia se instalado nos últimos anos, entra em erupção a crise internacional originada nos Estados Unidos. A onda avassaladora de contração do crédito irradiava a partir de Outubro de 2008. Em 2009, o crescimento regional caiu 1,9% e o PIB *per capita* 2,8%. As taxas de investimento bruto atingiram uma média anual de quase 11%, do PIB, o que representou uma queda de 14,5%; as exportações retrocederam 21% e as taxas de desemprego, que caíam de forma constante desde 2002, acumularam uma redução de quatro pontos percentuais, voltando a 8,2%. Pior ainda: o declínio da pobreza e indigência foi interrompido.

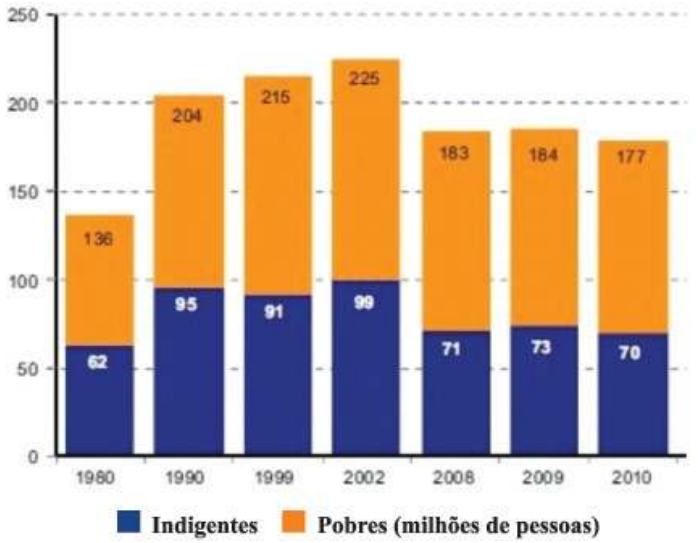
A preocupação com os efeitos econômicos da crise é grande, mas é reforçada por seus efeitos sociais. Teme-se que o padrão das décadas perdidas possa voltar, não só para o declínio devastador dos indicadores sociais, mas também pela sua recuperação lenta e assimétrica em relação ao crescimento econômico global. A característica social da América Latina e do Caribe é que, embora milhões de pessoas saiam da linha de pobreza, elas permanecem em um limiar de vulnerabilidade e podem retornar à sua condição original no caso de mudanças bruscas na economia. Como mostrado na figura 1.1 e 1.2 é uma faixa que varia de país para país, alternando entre 12% e 20% da população. Sustentar essa mudança de condição econômica requer décadas de crescimento do PIB e política pública distributiva.

Figura 1.1. América Latina: evolução da pobreza e da indigencia - 1980-2010



Fonte: CEPAL. Informe social, 2010.
http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/9/41799/PSE-panoramasocial2010.pdf

Figura 1.2. América Latina: evolução da pobreza e da indigencia - 1980 – 2010



Fonte: CEPAL. "Informe social, 2010".
http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/9/41799/PSE-panoramasocial2010.pdf

Desta feita, a Cepal assinalou a necessidade de que, para enfrentar os efeitos da crise financeira internacional na América Latina e no Caribe não se deveria seguir a velha receita de ajuste fiscal, corte dos gastos sociais e restrição da moeda e ao crédito, algo que seria socialmente perverso e economicamente contraproducente. Na verdade, o que permanecia como claramente necessário seria fortalecer a despesa pública e a defesa dos segmentos mais vulneráveis da sociedade e da política monetária e de crédito; desde que a crise financeira começou e rapidamente transformou-se em um processo de demanda efetiva insuficiente[35].

> *Na América Latina um forte atraso educacional persiste, principalmente associado às diferenças de raça, gênero, local de residência ou situação socioeconômica. Cerca de 32 milhões de latino-americanos são analfabetos, e em países como Equador, El Salvador, Guatemala e Honduras a taxa de analfabetismo é superior a 15%, de acordo com estimativas da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). Outros problemas relacionados com a educação que afetam a região são o abandono escolar prematuro, o trabalho infantil, a baixa qualidade da educação pública e a consequente desigualdade entre oferta educativa pública e privada*[36].

Como apontado pela CEPAL, com base em evidências de pesquisas domiciliares, com o aumento da idade entre os alunos do ensino primário e terciário, aumentam também as diferenças na progressão dos estudos e nas taxas de conclusão para jovens de famílias com capital econômico e social, educacional e cultural desigual [37].

Historicamente, pelo menos por duas décadas, a maioria dos países da América Latina fez reformas nos seus sistemas educacionais a fim de melhorar o impacto do investimento em educação, mas especialmente para fazer da educação a grande alavanca da coesão social e equidade, a mobilidade ascendente ao longo da vida e os saltos de produtividade das economias nacionais. A educação carrega, assim, um conjunto de expectativas que sempre supera sua própria capacidade de realizá-las. À educação demanda-se um efeito quase mágico na coesão social, argumentando-se que uma sociedade com alto grau de escolaridade, estendido para a maior parte da população tende a ser mais equitativa na estrutura de ingressos com relação a própria sociedade: tanto pelo retorno laboral da educação, quanto pelo impacto positivo da educação sobre a saúde, a conectividade, o acesso a cargos de poder e à informação. Também são expectativas geradas a partir da educação, um efeito virtuoso sobre as

estruturas de produção, como a difusão de conhecimento, que é condição fundamental para o crescimento econômico, baseado em saltos de produtividade e não pelo uso excessivo de recursos humanos ou naturais[38].

De acordo com dados de avaliações disponíveis, o acesso às Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) nas escolas está compensando as enormes desigualdades no acesso ao nível dos domicílios. Embora existam diferenças de "densidade de informação" o computador está instalado numa grande percentagem de escolas de alguns países latino-americanos. Enquanto as escolas privadas têm um número maior de computadores em relação às escolas públicas, a distância tende a diminuir significativamente em alguns países. Trazer as TICs para o mundo da escola e da aprendizagem é um processo longo e não é limitado ao fornecimento do computador local. O primeiro desafio é avançar na expansão do acesso. Isto inclui os recursos tecnológicos disponíveis nos estabelecimentos de ensino e reduzir o número de alunos por computador, que é um fator que determina o tipo de uso que os alunos podem fazer das TICs, e, é claro, ter acesso a redes virtuais através terminais. Um segundo desafio é a formação de professores no uso de tecnologia para que eles possam integrar processos de ensino e aprendizagem. O terceiro desafio é a integração das TICs no currículo, não só para melhorar a aprendizagem e agilizar os processos ensino, mas também para que os jovens adquiram o hábito de usar uma TIC para fins educativos e desenvolvimento de competências para vincular informação e conhecimento; sistematizar o conhecimento disperso, selecionar oportunamente o vasto fornecimento da rede, transformando de uma vez internautas e hermeneutas.

Alcançar tudo isto depende muito da mediação pedagógica dos educadores, dos seus próprios conhecimentos e das formas de gerir a aprendizagem dos alunos através dos recursos disponíveis na sua escola e na comunidade. Também depende da produção e disponibilidade de recursos de computação (software, aplicações criativas, guias, especificações metodológicas) como material de apoio para professores, assim como opções de programas de computador educacionais estratégicos. (HOPENHYAN, 2008)[39]. Contudo, não se está dizendo aqui que as tecnologias digitais sejam a salvação da educação. Há outros fatores que interferem diretamente no processo educativo, a começar pelos salários pagos aos professores da rede pública, à qualidade das instalações e equipamentos vinculados, a requalificação periódica dos docentes, a revisão dos currículos e práticas, entre outros.

A educação é a base a partir da qual é possível pensar criticamente a realidade, desenvolver novos projetos em conjunto e aprender a viver em um mundo multicultural[40]. Aprender a diferença ou a pluralidade não é meramente conteúdo curricular, mas é a revisão crítica de preconceitos xenófobos ou etnocêntricos dos conteúdos subjacentes.

Portanto, é importante pensar criticamente sobre os estereótipos culturais, nacionais, ambientais, raciais e sexuais, e como eles se reproduzem de uma geração para a seguinte através de práticas educativas. É preciso refazer os estigmas que caracterizam as formas e as figuras de autoridade que chamam a homens e mulheres, de bons e maus alunos.

Para resumir, podemos concluir que a América tem um déficit de qualidade, mas, acima de tudo, da qualidade da educação. A região tem progredido nos indicadores de quantidade de escolaridade, mas ainda tem que caminhar na direção da convergência com os países que oferecem melhores resultados em termos educacionais, observando a educação como um sistema, que exige, a cada dia, uma filosofia que integre o aprendizado permanente ao longo do processo de vida, que é sempre transformado. Na questão da qualidade da aprendizagem ainda temos muito o que avançar.

5. Relação Educação e Tecnologia hoje na América Latina: o Programa Pisa, uma amostra.

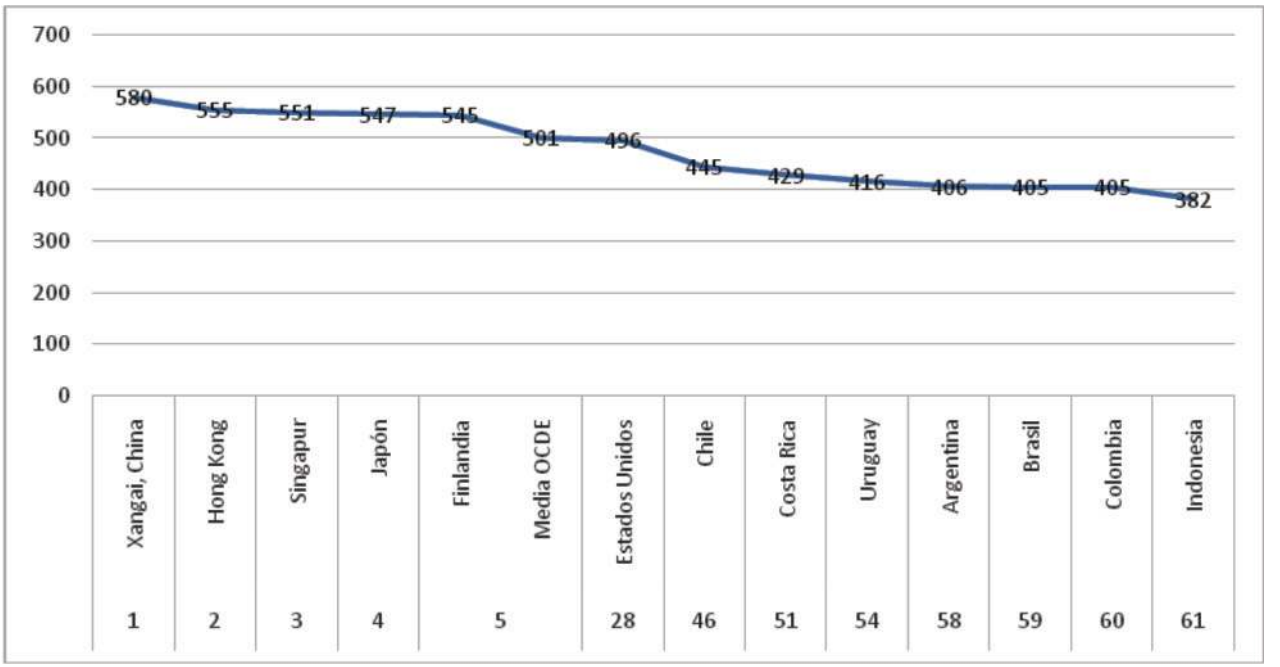
Uma variável a ser observada na relação entre educação e tecnologia, incluindo estudantes latino-americanos – entre vários outros – é a medida de indicadores internacionais de educação.

Alguns países da América Latina estão envolvidos desde o Relatório do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, o PISA (***P**rogram for **I**nternational **S**tudent **A**ssessment*). O programa consiste em, cada três anos, em países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), e países que o solicitem, medir internacionalmente a aprendizagem em três áreas do conhecimento: matemática, ciências e leitura[41].

Ao analisar os resultados dos oito países da América Latina, podemos ver que estão nos 30% inferiores em desempenho em matemática, ciências e leitura dentre os 65 países medidos. Isso é muito sério, pois o teste mede a extensão em que os estudantes podem aplicar seus conhecimentos para completar o ensino secundário, seja na faculdade ou na vida profissional. Ou seja, os estudantes da América Latina, estão 30% abaixo do conhecimento dos alunos escandinavos e asiáticos, que registraram as melhores avaliações. Entre outras coisas, isso significa que a juventude de nossa região tem desvantagem na integração social, laboral, tecnológica e cultural[42]. Da leitura pode-se concluir que a medição da qualidade da educação é periférica, quaisquer que sejam as causas e problemas.

Dentre os 65 países que participaram do PISA na medição de 2012, os melhores resultados foram os dos países asiáticos (Xangai, Cingapura, Hong Kong, Coreia do Sul, Japão) e os países europeus (Suíça, Países Baixos, Finlândia, Reino Unido, Noruega Alemanha, França e Bélgica), os países com piores avaliações foram os da América Latina (Cf. gráficos 3, 4 e 5).

Gráfico 3. PISA 2012: Posiçao dos primeiros e dos ultimos paises na avaliaçao de matematicas

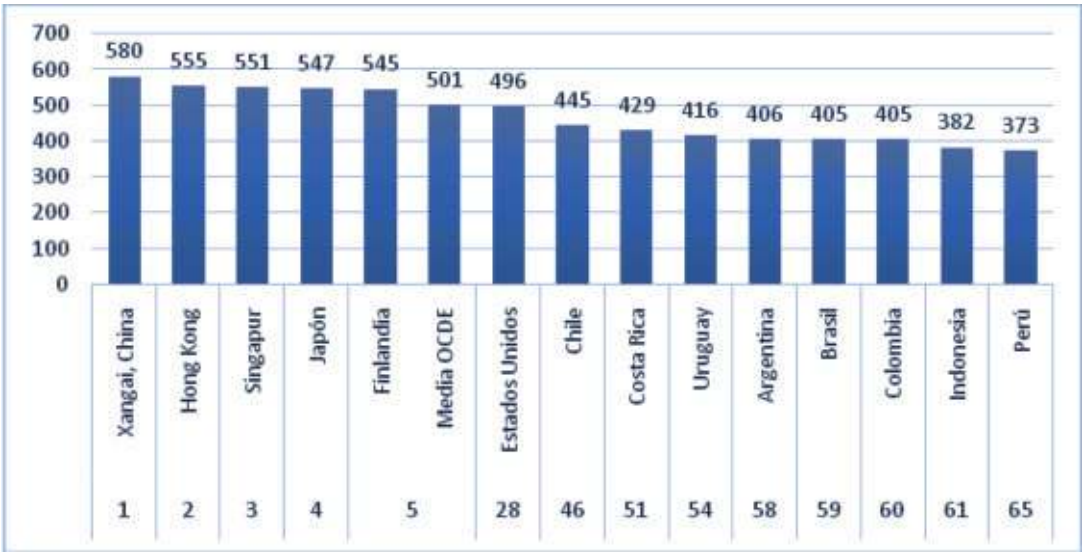


Fonte: Elaboração própria com base nos dados OCDE, informe PISA 2012.

As posições tanto da Argentina quanto do Brasil revelam o tanto que ainda necessitamos caminhar rumo a uma educação com nível de qualidade. Se tomarmos a China como exemplo, fica evidente que com determinação política, países periféricos podem, em curto espaço de histórico, dar saltos de qualidade.

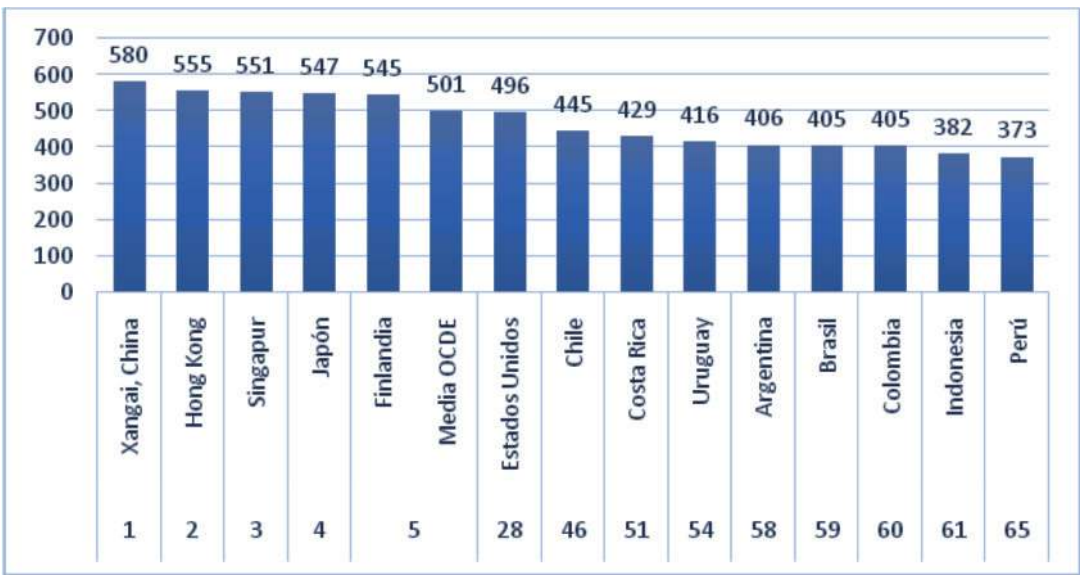
O PISA é uma medição estatística. Os latino-americanos não devem ser complacentes ou autoflagelar-se. Devemos nos perguntar: Devemos aprender com os sistemas educacionais que tiveram melhores resultados ou com aqueles nos quais nenhum estudante é deixado para trás? Se os níveis socioeconômicos e culturais entre os alunos

Gráfico 4. PISA 2012: Posiçao dos primeiros e dos ultimos paises na avaliaçao de leitura



Fonte: Elaboração própria com base nos dados OCDE, informe PISA 2012.

Gráfico 5. PISA 2012: Posiçao dos primeiros e dos ultimos paises na avaliaçao de ciencias



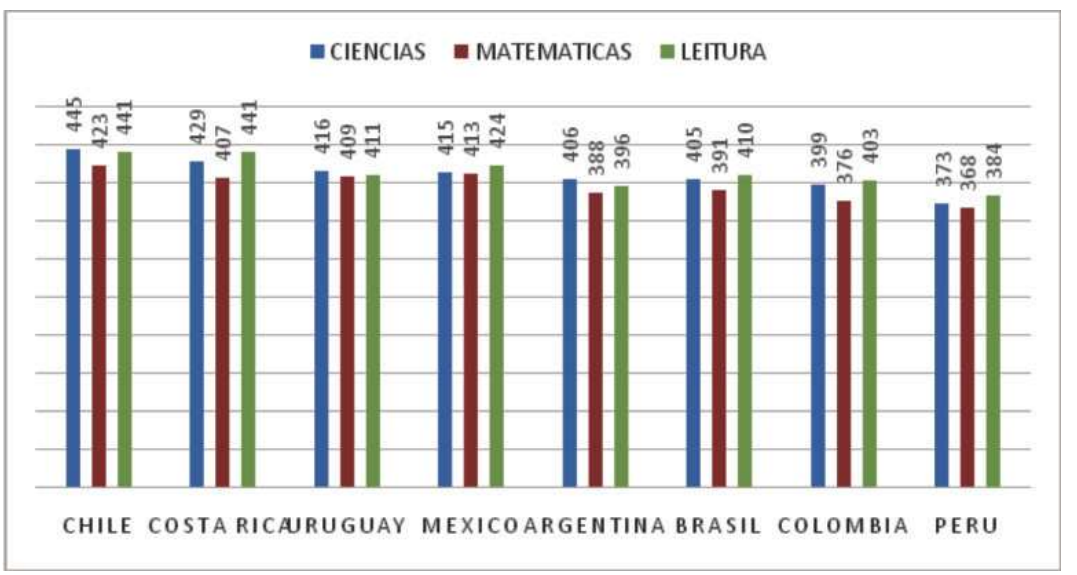
Fonte: Elaboração própria com base nos dados OCDE, informe PISA 2012.

são cruciais, como diz o relatório, que espaço resta para a política educacional para melhorar o desempenho acadêmico de seus alunos?

O relatório PISA não deixa um bom nível de países latino-americanos, mas deve servir para uma reflexão sociológica sobre a educação e seus problemas, é claro que por trás dos números do PISA há fatores que explicam as diferenças de resultados entre os países e dentro de nossa região: a origem social e econômica dos alunos, o nível de escolaridade dos pais, a pobreza. Em matemática, por exemplo, os estudantes cujos pais têm uma "baixa escolaridade" tiveram, no PISA 2012, uma média de 449 pontos, enquanto aqueles advindos de uma família de mais alta formação tiveram a média de 506 pontos. Ou seja, a cultura da elite é tão próxima da cultura da escola que o aluno que vem de um meio campesino ou trabalhador não pode adquiri-la senão com base em um esforço contínuo, enquanto que à classe culta lhe é dado por sua posição social. Assim, para alguns, o aprendizado da cultura da elite é uma conquista real pela qual se paga um preço alto, enquanto que para outros é um legado[43].

Embora os resultados dos latino-americanos tenham melhorado entre 2006-2012, existem diferenças significativas entre os países analisados. Objetivamente, nenhum país conseguiu um resultado satisfatório. Em média, os países latino-americanos mostram desempenho inferior a dois anos em relação à Itália, Espanha ou Portugal, e quase quatro anos para Xangai. Os 8 países latino-americanos que participaram das provas de medição de PISA em 2012, representam 30% dos países melhores avaliados (Cf. gráfico 6).

Gráfico 6. América Latina. Rresultados de Pisa 2012



Fonte: Elaboração própria com base nos dados tabulados de PISA, anos 2000 a 2012.

Um dos objetivos de PISA é medir ao final do ensino médio se os estudantes são capazes de aplicar seus conhecimentos nas situações da vida real. Quais são as causas das diferenças dos resultados entre os países latino americanos com aqueles países asiáticos e europeus? Estas se encontram – como mostrado por organismos internacionais – no contexto socioeconômico e cultural realmente brutal e chocante em nossa região. A América Latina continua a ser – apesar dos esforços significativos – um continente de pobreza e desigualdade. De fato, índices internacionais mostram que se gasta menos em educação, apesar do esforço para gastar mais e gastar bem com políticas educacionais direcionadas, com prioridades claras e permanentemente monitorados e avaliadas. "Em média, a América Latina tem um aumento da despesa pública em relação ao PIB nos últimos dez anos. No entanto, os gastos por aluno ainda é baixo e há recursos que são usados com baixa eficiência. Gastos devem ser aumentados, mas ao mesmo tempo, deve haver uma melhoraria nos cuidados de gestão, elevando os padrões e exigências, impondo a prestação de contas, gerando um forte controle por parte da comunidade e criando redes de apoio para as escolas, especialmente para aquelas ficando para trás"[44].

A educação em países como a Ásia tem um valor cultural elevado e respeitado. Os professores são pagos de forma satisfatória na Europa, e a interação entre alunos e professores é dinâmica e horizontal, o que ocorre excepcionalmente em nosso continente. Em algumas regiões e países, menos de 50% dos nossos jovens concluem o ensino secundário.

As Nações Unidas, através da *ONU Mulheres*[45], indica que a violência é maior, quanto menor for o nível de escolaridade, especialmente entre as mulheres. Apesar de quase todos os Estados da região serem considerados países de renda média, ainda há altos níveis de desigualdade e exclusão social, especialmente entre as mulheres, indígenas e povos afrodescendentes ou jovens. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano para a América Latina 2010, nesta região se encontram 10 dos 15 países com os maiores níveis de desigualdade no mundo. A segurança pública é uma preocupação crescente, surgem novas formas de violência contra as mulheres e o feminicídio é cada vez mais comum.

A infraestrutura e as máquinas das escolas são muitas vezes insuficientes para as necessidades e o uso de tecnologias digitais em muitos países é limitada, tanto na forma de acesso, quanto nos conteúdos educacionais incorporados em equipamentos de tecnologia: é habitual encontrar, em vários países da região, um esforço por parte das autoridades responsáveis pela gestão de políticas públicas para que os alunos tenham acesso a conteúdos programáticos das disciplinas escolares incorporados à tecnologia, ainda que sejam incapazes de fazê-lo em função do planejamento logístico. Um exemplo é quando o acesso à internet cai e os equipamentos informáticos ficam semanas ou meses sem conserto. Políticas de educação tecnológica muitas vezes são bem planejadas, mas mal monitoradas e mal avaliadas.

A medição do PISA é questionada por muitos organismos, porque os países medidos têm problemas diferentes, seja por diferentes realidades sociais e econômicas. Não obstante, a relação entre educandos e educadores continua sendo uma chave mestra entre educação e tecnologia. Isto é, a relação entre a qualidade da educação e sua relação com a tecnologia, continua sendo os professores. O informe Mckinsey[46] (2008) é muito claro: "nenhum sistema educativo pode superar a qualidade dos professores" ■

Notas

[1] Nominal porque sobre elas incide um componente fictício, mais ou menos importante, segundo a natureza dos ativos.

[2] PNUD (1999): Em 1820, a renda *per capita* dos países mais ricos era 3 vezes maior do que os mais pobres. Em 1870, foi 7 vezes; em 1913 era 11 vezes maior e em 1960, 30 vezes mais. Em 1997, um quinto da população mundial que vivia nos países mais ricos, era 74 vezes mais rica que um quinto da população nos países mais pobres".

[3] Stockman, David A. (2013), *The Great Deformation*. *The Corruption of Capitalism in America*. New York: Public Affairs Book.

[4] A questão da saúde nos EUA é um aspecto relevante da crise que vive o país. São 50 milhões de pessoas que hoje não dispõem de seguro saúde, ou seja, 1 em cada 6 pessoas. Cf. Louis Gill (2012), "Après cinq ans de crise". Carré Rouge, nº 47, été, p. 46.

[5] Stockman, David A. "State-Wrecked: the corruption of capitalism in America". The New York Times, 30/03/2013, p.15:16 e 59.

[6] Krugman, Paul (2010), *A consciência de um liberal.* Rio de Janeiro: Editora Record.

[7] Reich, Robert (2010) "The Root of Economic Fragility and Politcall Anger", *Huffington Post*, 13 July 2010).

[8] O Servicemen's Readjustment Act, de 1944, conhecido por G.I. Bill foi uma lei que beneficiou os soldados vindos da guerra com uma série de vantagens como hipotecas favoráveis, empréstimos a baixo juro pra o início de negócios, bolsas para educação vocacional, curso secundário e faculdade e compensação por desemprego. As medidas chegaram a beneficiar um total de 6.6 milhões de pessoas.

[9] Sitglitz, Joseph E. (2012), *The Price of Inequality.* How today's divided society endangers our future. New York: W.W.Norton & Company. P. ix:2:3.

[10] Gill, Louis (2012), "Aprés cinq ans de crise. Un état des lieux sommaire ». in: Carré Rouge, nº 47- été.

[11] Rodrik, Dani (2012), "O renascer do Estado-nação", publicado em Project Syndicate

13/03/2012.

[12] Chesnais, François (2011), « Aux racines de la crise économique mondiale ». Carré Rouge, nº 46, décembre, p.7:17

[13] COSTA LIMA, Marcos "Reflexiones sobre la globalización y el nuevo orden mundial". Puente Europa, Ano XI, n.1, junio 2013, p. 34:43.

[14] LUCAS, Jean Marc (2008). "Élections américaines: le poids du context, le choc des programmes." Problèmes économiques, septembre, 2008, nº 2954,p.3-11.

[15] VALOR (2009),

[16] LUCAS, Jean Marc Op.cit.p.6

[17] SAUVIAT, Catherine, (2008) "La Crise dês 'Big Three' de l'automobile américaine". *Problèmes économiques*, septembre, nº 2954, p.23-29.

[18] Valor Finanças 2008, C1

[19] Mollenkamp, Carrick, Mark Whitehouse, Jon Hilsenrath, and Ianthe Dugan**.** (2009). "Lehman's Demise Triggered Cash Crunch around Globe— Decision to Let Firm Fail Marked a Turning Point in Crisis." *Wall Street Journal,* September 29.

[20] *Problèmes Économiques*, septembre, 2008.

[21] *Problèmes Économiques*, septembre, 2008,

[22] CHESNAIS, F. (2008). Crise Financière: quelques détours par la théorie. Savoir/Agir, nº4, 2008. Disponível no sítio www.fondation-copernic.org/spip.php?article183, acesso em 14/11/2008.

[23] CHESNAIS, F. (2008a), "El fin de um ciclo. Alcance y rumbo de la crisis". in: Revista Herramientas, nº 7, marzo 2008. cf: www.herramienta.com.ar/marzo

[24] CHESNAIS, F. (2008b), "Cette crise exprime les limites historiques du capitalisme": Carré Rouge:www.carre-rouge.org/, out 2008.

[25] VEIGA, José Eli (2009). "Colapso Global como freio de arrumação". *Valor*, A 13, 17/03/09.

[26] GODOY, Denise, (2009). "Crise global vai continuar mesmo depois da recessão"**.** Entrevista a Nouriel Roubini, *Folha de São Paulo* 22/05/2009

[27] PLIHON, Dominique (2004) *O novo capitalismo.* Lisboa*:* Campo da Comunicação Ed, 2004.

[28] ILO (2014), *Global Employment Trends 2014. Risk of jobless recovery*. Geneva: International Labour Office.

[29] ILO 2014, op.cit

[30] ILO, op.cit.p.11

[31] ILO (2014), op.ci.p.23

[32] A FTSE é uma companhia independente de propriedade conjunta do The Financial Times e da London Stock Exchange. Objetiva o manejo dos índices ae serviços correlatos de dados, em escala internacional, além do Reino Unido.

[33] ILO (2014), op.cit.p.23

[34] FAJNZYLBER, F. *A industrialização na América Latina: da "caixa preta" para "caixa vazia"*: comparação de padrões contemporâneos industrialização. Revista da CEPAL, No. 60 (LC/G.1534/Rev.1-P) Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Publicação das Nações Unidas.1990

[35] CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). *Publicação Nações Unidas 2009-2010* (LC/G.2467-P). Santiago, Chile, 2010b.

[36] BARCENA, A. e SERRA, N. *Educação, Desenvolvimento e Cidadania na América*. CEPAL. Santiago, Chile, 2011.

[37] CEPAL-OREALC (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e do Office Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe). *Educação e conhecimento: pilares básicos da transformação produtiva com equidade*, Santiago do Chile, LC/G.1702 (SES.24/4) / Rev. 1, 1992.

[38] CEPAL-UNESCO. *Educação e Conhecimento: eixo de transformação Produtivo com eqüidade*. Santiago, Chile, 1991. HOPENHYAN, M., OTTONE, E. "Desafíos educativos ante la sociedade del conocimiento". Disponível em <http://pensamientoeducativo.uc.cl/files/journals/2/articles/396/public/396-894-1-PB.pdf

[39] HOPENHYAN M. *Forjar cidadania no ensino secundário*. Buenos Aires, inédito, 2008. Disponível em: <http://www.unicef.org/argentina/spanish/Ponencia_6.pdf>

[40] OROZCO, G. (1996), *Educación, medios de difusión y generación de conocimiento:* hacia una pedagogía crítica de la representación. Revista Nómadas, Nº 6, Santa Fe de Bogotá, septiembre 1996. TELLEZ, M. "Desde la alteridad. Notas para pensar la educación de otro modo" Relea, Nº 5, Caracas, mayo-agosto, 1998.

[41] Cf. http://www.oecd.org/pisa/39730818.pdf

[42] Cf. PISA: http://www.oecd.org/pisa/keyfindings/pisa-2012-results.htm

[43] BOURDIEU, Pierre & PASSERON Jean-Claude. La reproduction. Paris: Editions Miuit, 1973p: 3:51

[44] BRUNNER, José Joaquín. *La educación superior latinoamericana a la luz de Bolonia* em Brunner, José Joaquín & PEÑA, Carlos. *Reforma de la Educación Superior*. Santiago: UDP, 2008

[45] Cf. http://www.unwomen.org/es/where-we-are/americas-and-the-aribbean#sthash.YaBbkqip.dpuf

[46] MCKINSEY (2008). <http://mckinseyonsociety.com/downloads/reports/Education/How-the-Worlds-Most-Improved-School-Systems-Keep-Getting-Better_Download-version_Final.pdf>. Acessado em 14 de janeiro de 2014.

Marcos Costa Lima.

Professor de Pósgraduação em Ciencia Políca da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE; doutor em Ciências Socias pela UNICAMP, SP (1998); pós-doutor em Política Económica pela Université de Paris XIII; Presidente da Associaçao Nacional de Pós-Graduaçao em Ciencias Socias (ANPOCS) 2010-2012.

Jean De Mulder Fuentes.

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco, UFPE; Mestre em Gestão Tributária Internacional pela Universidad "Adolfo Ibañez", Santiago de Chile; Bacheler Teología, pela PUC Argentina; Formado em Filosofía pela PUC Argentina.

Modelos de desarrollo e indicadores de riqueza: el caso de América Latina*

Paulo Henrique Martins

Resumen

La crisis económica nos impulsa a una revisión importante del rol del estado en la reproducción de ciertos indicadores. En los límites de mi abordaje me parece legítimo rediscutir la relación entre política y economía, pues si el PIB (Producto Interno Bruto) fue organizado por el estado él debe igualmente ser desconstruido a traves del mismo estado. Esto significa que si el aparato político national fue instrumentalisado para organisar las políticas de crescimiento, él puede también ser objeto de desconstrucción en esto momento en que el crescimiento ilimitado es la causa de externalidades ecosociales muy negativas. Así, la crítica teórica debe considerar el hecho que la complejidad de las realidades sociales nacionales en el interior del sistema-mundo, hoy, exije nuevas concepciones de medida de riquezas y también de disperdícios y esto necesita considerar indicadores que valorizen el território.

Palabras clave: desarrollo, indicadores de riqueza, América Latina, Pacha Mama, desarrollo colonial, anticolonial.

Abstract

DELOPMENT MODELS AND WEALTH INDICATORS: THE CASE OF LATIN AMERICA

The economic crisis compels to a major review of the role of the state in the reproduction of certain indicators. In the limits of my approach seems legitimate re-discuss the relationship between politics and economics, as if GDP (Gross Domestic Product) was organized by the state, must also be deconstructed through the same state. This means that if the national political apparatus was instrumented to organize growth policies, may also be subject to deconstruction in this time which unlimited growth is causing very negative eco-social externalities. Thus, critical theory must consider the fact that the complexity of national social realities within the world-system, demands today new conceptions of measurement of wealth and garbage. For this it is essential consider indicators to valorize the territory.

Keywords: development, wealth indicators, Latin America, Pacha Mama, colonial development, anticolonial.

* Traducción del francés realizada por Doridee Barrera. Revisión de la traducción: Luis Arizmendi.

Introducción

Para comenzar, quisiera señalar que estoy de acuerdo en las dificultades –o incluso en la imposibilidad– para pensar indicadores alternativos de riqueza dentro de los límites del punto de vista dominante: el del Producto Interno Bruto (PIB). Los ensayos que intentan superar estas dificultades como los del PIB Verde o del IDH del programa de las Naciones Unidas no logran romper realmente con la lógica del cálculo de la riqueza nacional.[1] El debate, como sabemos, no es nuevo: durante al menos dos decenios y con el apoyo de las Naciones Unidas, hemos buscado indicadores alternativos que puedan integrar en el cálculo contable otros factores no limitados directamente a la producción económica como, por ejemplo, las actividades de la familia.[2]

La tarea no es fácil: dar otras definiciones de la riqueza no significa necesariamente cambiar la lógica mercantil. En última instancia, podemos medir todo, incluso las actividades de familia, la afectividad, los cambios climáticos, etcétera. A. Caillé señala "que en última instancia, y tendenciosamente, cada uno estaría entonces obligado a aportar en cualquier momento la prueba de su eficacia social en todos estos planos". Y completa: "lo que desaparecería, está junto a lo que subsiste todavía, poco o mucho, del orden de la gratuidad y de lo inestimable".[3] Es decir que esta lógica de cuantificación general puede incluir todos los demás indicadores y criterios como los de la externalidad negativa (la sequía, por ejemplo), en tanto el crecimiento económico ilimitado permanezca como una "necesidad" inevitable para el mejoramiento del bienestar y la felicidad colectivos.

Por otra parte, la crisis económica nos obliga a una revisión en serie del papel del Estado en la reproducción de algunos indicadores. Dentro de los alcances de mi enfoque me parece absolutamente legítimo volver a discutir la relación entre política y economía, ya que, si el PIB ha tomado forma por el Estado, debe ser deconstruido también a través de éste. Lo cual significa que, si el aparato político nacional ha sido instrumentalizado para organizar las políticas de crecimiento, puede también ser objeto de deconstrucción en este momento en el que el crecimiento ilimitado se convierte en fuente de externalidades eco sociales muy negativas. En este sentido, la crítica teórica debe tener en cuenta el hecho de que la complejidad de las realidades de las sociedades nacionales en el sistema mundo, exige hoy en día concesiones nuevas para medir las riquezas y también los despilfarros, lo que a su vez exige considerar indicadores que tomen en cuenta el territorio.

Esto contribuye a problematizar la configuración del Estado-nación en un contexto de tensiones y conflictos tanto internos como externos. En un ensayo publicado hace algunos años, en un libro sobre los nexos entre acción pública y economía solidaria, también desde una perspectiva internacional, organizado por J.L. Laville y otros colegas, comencé mi reflexión señalando:

> *el reconocimiento de los lazos entre la política y la economía, con mayor precisión entre la democracia y la economía plural, no puede ignorar los cambios recientes en las estructuras nacionales de poder inducidos por la mundialización.*[4]

Traté de desarrollar mi razonamiento a partir de la paradoja de la mundialización entre lo local y lo global, pensando en el caso latinoamericano en particular. Eso me llevó a organizar algunas hipótesis de investigación. Señalé que

> *la nueva sociedad mundial está en proceso de provocar transformaciones estructurales importantes de los sistemas de poder nacionales y regionales en los países del Sur. De modo que, éstos se ven obligados a descentralizar progresivamente sus funciones de regulación y crear nuevos mecanismos de redistribución de riquezas colectivas a nivel local.*[5]

Esto quiere decir que el cambio de la naturaleza del Estado en este momento, en el Sur, resulta de la nueva complejidad del sistema mundo, por un lado, y de las presiones locales y regionales producidas por las demandas insatisfechas y las nuevas movilizaciones colectivas de base territorial, por otro. Esto nos invita a tomar una suerte de experiencia de descentralización necesaria nacida "en un contexto de crisis de un Estado que no controla más ni las políticas de modernización ni las que conciernen a la protección social".[6] Esto quiere decir que la crisis del Estado favorece la autonomización territorial,

lo que no es necesariamente caótico. En mi opinión, la complejidad de los intercambios internacionales fuerza la emergencia de nuevos espacios autónomos como las ciudades globales y los territorios metropolitanos descentralizados para responder a las exigencias comunicacionales que ya no pueden estar a cargo del poder central tradicional. Es lo que llamo "descentralización necesaria". Pero la calidad de la transición de la gestión estatal centralizada hacia los territorios metropolitanos descentralizados depende evidentemente de la política. En particular, de los movimientos y las redes sociales y culturales, regionales y locales.

Mi razonamiento va en este sentido: primero, a partir de sostener que la mundialización está profundizando las tensiones entre la economía y la política, entre lo global y lo local, formulo, después, que eso conduce a confusiones en el sistema estatal y, por consiguiente, a acciones de descentralización necesarias para conservar la regulación de políticas redistributivas a nivel local. Intentaré demostrar que, en América Latina, la crisis del capitalismo produce reflexiones diversas que se deben considerar en este debate, y para demostrarlo nos vamos a centrar en los casos de Brasil y de Bolivia. Espero poder contribuir, a partir del contexto latinoamericano, a establecer un intercambio comparativo más efectivo entre Francia y Brasil, a fin de captar las consecuencias de las reformas institucionales en curso. La descentralización necesaria está provocando la emergencia de un nuevo modelo de desarrollo más complejo y basado en las fuerzas metropolitanas. En el caso de los países del Sur, constatamos la transformación de las ciudades poscoloniales en ciudades globales. Volveremos a este tema.

Política, indicadores de riqueza y desarrollo

D. Meda señala bien que el PIB es una invención de los economistas y que no tiene más de cien años. Esto es importante para recordarnos que estamos discutiendo un fenómeno que no es natural sino histórico, con un origen muy reciente y que ha sido concebido para facilitar la contabilidad nacional.[7] Por su parte, P. Cary, en un artículo publicado en *La Revue du Mauss Permanente,* propone una relación estrecha entre los indicadores hegemónicos de riqueza y la política nacional, es decir, entre el trabajo de los economistas en la organización teórica de indicadores y la acción del Estado en la regulación de las actividades de producción y reproducción de la riqueza nacional. Lo que pone en evidencia el factor político de la definición de lo que se mide por dos vías: una se refiere al rol del aparato estatal en la determinación particular de las contabilidades nacionales; la otra, a la relatividad de la idea de riqueza, lo que es claro si se piensa en diferentes políticas de crecimiento.[8]

En efecto, el contexto nacional es decisivo para explicar tanto la posición dominante del PIB a escala internacional como las características particulares que adquiere localmente. No podemos organizar políticas de crecimiento económico que miden el PIB sin la mediación del Estado y de lo que llamamos el territorio nacional. El caso francés es interesante puesto que la centralización política no favorece las experiencias alternativas, "ya sea en materia de producción de indicadores o de experiencias de descentralización democrática".[9] Con respecto al segundo punto, el cambio de la idea de riqueza, según la diversidad de políticas de crecimiento, implica tomar en cuenta el principio de una cierta autonomía de los Estados nacionales para dirigir las políticas de crecimiento, a pesar de y a través de la globalización. Porque el cambio de la idea misma de riqueza a partir de diferencias políticas de crecimiento significa también diferentes posibilidades de construcción de indicadores. Por consiguiente, Cary sugiere, y estoy totalmente de acuerdo, que "lo que está en juego parece hoy en día pasar menos por los indicadores alternativos que por el reconocimiento de alternativas posibles a las políticas de crecimiento".[10]

Estoy totalmente de acuerdo con la idea de poner el acento en la relación entre Estado, política de crecimiento, territorio y riqueza, porque esto permite ver más de cerca las tensiones que señalé arriba entre lo global y lo local, entre economía y política. Sin embargo, me gustaría señalar, a partir de mi experiencia en el contexto latinoamericano, que el empleo del término "política de crecimiento" para definir las diferentes posibilidades del Estado para organizar los indicadores de riqueza plantea algunos

problemas. La realidad latinoamericana me impulsa a distinguir las diferencias entre crecimiento y desarrollo. El primer término es más restringido y se refiere más a las decisiones económicas en una unidad temporal; el segundo, al contrario, se refiere a un juego de poder que puede abrirse a numerosas políticas de crecimiento o incluso al decrecimiento. En este sentido, me parece que el término política de crecimiento limita la amplitud de nuestra reflexión, puesto que la discusión sobre la autonomía de la acción estatal queda prisionera de un tipo particular de modelo de desarrollo, que es el del crecimiento ilimitado, excluyendo otros modelos posibles. Hay otras posibilidades de la política estatal fuera de los límites de la política de crecimiento. Esto prohíbe pensar tanto el decrecimiento como el hecho de que algunas políticas públicas se encuentran más bien inscritas en el registro de la altermundialización y del alter-capitalismo, o sea del alter crecimiento donde la económica está imbricada con la política, lo jurídico y lo social.

Por otra parte, el término *política de crecimiento* limita el debate de la acción estatal sobre el territorio sin considerar que existen acciones y reacciones políticas fuera del Estado. Estas son acciones que le dan valor a las políticas y programas alternativos. Por ejemplo, los movimientos sociales comprometidos con la lucha por la preservación de la biodiversidad o para el mantenimiento de los territorios indígenas pueden generar otras políticas públicas que son contradictorias con respecto al *mainstream*, es decir, la política de crecimiento económico ilimitado y medido por el PIB.

La experiencia latinoamericana nos enseña que el desarrollo no es una figura abstracta, sino un sistema de poder que se materializa en los territorios nacionales organizados por un poder centralizado.[11] La definición del desarrollo como fuente de poder fue propuesta por I. Wallerstein cuando sugiere que lo que se desarrolla no es un país sino una red de poder.[12] Esta idea de la redefinición de la idea de desarrollo por el sesgo del poder se encuentra también expresada en los teóricos del posdesarrollo, como el sociólogo colombiano y profesor en Princeton University, A. Escobar, que afirma que los esfuerzos para mejorar el desarrollo están equivocados. Según él, la cuestión correcta es saber cuáles son los procesos históricos o los discursos y prácticas de desarrollo que han contribuido a pensar Asia, África y América Latina como "Tercer Mundo".[13] Efectivamente, en América Latina se nota un juego epistemológico importante relativo a las significaciones del desarrollo, lo que lleva a algunos a proponer dos matrices: una tradicional de base económica y otra alternativa, de base política.[14] Esta clasificación es importante para nuestra discusión porque nos ayuda a comprender que, en América Latina, la discusión sobre las políticas de crecimiento no cae por su propio peso y se refiere necesariamente al sujeto del desarrollo; éste, por su parte, aparece como un juego complejo de significaciones diversas, que se abre necesariamente a importantes discusiones en el campo lingüístico y político.

Nuestra experiencia demuestra que esta interpretación que conecta el desarrollo al poder permite extraer algunas conclusiones interesantes. Una es constatar que tradicionalmente el poder nacional se organiza a partir de un poder central que ha tenido la responsabilidad de organizar los Estados nacionales y los procesos de colonización interna y externa. La otra es que el Estado nacional ha tenido una autonomía relativa para organizar los indicadores de riqueza que van a definir las políticas de desarrollo y en éstas las políticas de crecimiento. Esto está muy claro en los países del Sur, donde el gobierno central siempre ha tenido un papel estratégico para articular los intereses del mercado y los de las fuerzas patrimonialistas, por una parte, y para reprimir las fuerzas anticapitalistas, por la otra.[15]

En fin, quisiera señalar el interés del método comparativo para la comprensión del desarrollo como red de poder. Reconocer la diversidad de contextos territoriales que articulan la política y la economía abre necesariamente el campo de la reflexión sobre el sujeto de la variedad de los indicadores de riqueza que organizan las políticas de desarrollo.[16] Siguiendo este razonamiento comparativo voy a tratar de avanzar nuestra reflexión a través de la presentación de los elementos del caso brasileño y boliviano. Parece que la reflexión comparativa de las políticas de desarrollo de estos países nos ofrece elementos

muy interesantes para una reflexión sobre los límites de la universalización del modelo dominante fundado en el crecimiento económico y medido por el PIB. Dado que son países que han actuado de maneras diversas frente a la dominación global del neoliberalismo.

Los modelos de desarrollo en América Latina y las diferentes representaciones de la riqueza

A decir verdad, debemos recordar que el capitalismo ha colonizado el planeta mediante la globalización económica –las empresas de mercado– y la globalización política –los aparatos del Estado–. Si es cierto que estas dos dimensiones se articulan históricamente en el juego de la dominación del capitalismo, también es importante remarcar que existe un desajuste entre la economía y la política, lo que ha sido observado correctamente por intelectuales marxistas del siglo XX como Gramsci y Poulantzas. Es a partir del desajuste entre la economía y la política que bien se pueden captar las tentativas de las fuerzas neoliberales para apropiarse de los recursos estatales, además de que así podemos observar las diferentes reacciones de los Estados nacionales en este asalto. Porque, en última instancia, las experiencias concretas de los últimos años demuestran que la disminución de la autonomía de las instituciones estatales, sobre todo a partir de la moda de la privatización, se han traducido en la desorganización de la gestión política y social nacional y de las redes del mismo poder central estatal.

Reflexionando sobre el caso latinoamericano propongo como hipótesis general que existen en él una variedad de modelos de desarrollo que se relacionan entre sí en el contexto de la mundialización y de las relaciones continentales, pero que conservan sus particularidades históricas y políticas. Aunque Cuba, México, Costa Rica, Chile, Bolivia, Ecuador, Venezuela y Brasil se encuentran en una misma región, constatamos diferencias que revelan huellas históricas particulares a través de las singularidades políticas de cada sistema de poder nacional. Esto es más evidente cuando se analizan los impactos de la globalización económica en la región y las reacciones locales a este impacto. En América Latina se puede sugerir la hipótesis de la presencia simultánea de diferentes modelos de desarrollo, organizados por diversos poderes centrales nacionales que reaccionan a las coacciones políticas internas y a las presiones internacionales. Eso nos muestra la total actualidad del debate sobre la dependencia, para pensar las posibilidades de otra globalización política que pueda dar origen a una alterglobalización económica. Es necesario señalar, por lo anterior, que esta relativa autonomía de la política nacional manifiesta los juegos de poder y los pactos políticos que están determinados y determinan simultáneamente las representaciones colectivas de la riqueza y, por consecuencia, de la producción de indicadores alternativos de riqueza en cada país de la región. Cuando se profundiza en la realidad de la región, se percibe inmediatamente la importancia de estas particularidades históricas, políticas y culturales. Por ejemplo, la supervivencia de las comunidades indígenas es decisiva para la organización del poder en México, Guatemala, Bolivia y Ecuador. Por otra parte, la forma que ha tomado el poder central en cada país refleja las influencias particulares de la colonización portuguesa y española.

Las redes de poder son dispositivos estratégicos para la construcción discursiva de la riqueza y para la definición de las prioridades de modernización económica nacional. Así, la idea de riqueza en cada país está determinada por un juego en el cual se pueden desprender diferentes representaciones imaginarias: del lado de la burguesía mercantil e industrial, vemos una representación de la riqueza conectada al comercio y a la ganancia; del lado de las élites rentistas, la riqueza es un dispositivo de especulación; de parte de las oligarquías tradicionales, la riqueza es sinónimo de ostentación y distinción nobiliaria; del lado de las clases populares, la riqueza es fuente de reconocimiento y, aquí, el consumo puede tener un rol importante para simbolizar la integración social de los más desfavorecidos. En fin, en cada sociedad de América Latina las relaciones de fuerzas entre colonizadores y colonizados han tomado un sentido particular en el proceso de

organización del poder central, y también en la forma por la cual éste ha funcionado en la etapa poscolonial y en el contexto actual del desplazamiento del imperialismo hacia China.

En este texto también vamos a intentar demostrar, inspirados en la experiencia latinoamericana, que si bien el modelo hegemónico de desarrollo está fundado en la idea de crecimiento económico, los modelos alternativos basados en un entendimiento más amplio de las exigencias colectivas de cambio social están obligados a afrontar la relación entre el hombre y su ambiente biológico, cósmico, social y cultural. Si el hombre es concebido como diferente de la naturaleza, como lo ha sugerido la filosofía moderna occidental, entonces es más fácil imaginar el crecimiento económico como un avatar, como el esfuerzo más osado del hombre "racional" para controlar, transformar y someter a la naturaleza "irracional". Si el hombre y la naturaleza son comprendidos como partes de una misma cosmovisión, la idea de crecimiento económico ilimitado se convierte en una suerte de sin sentido, una idea bizarra que viola la armonía *a priori* del cosmos y del destino humano.[17]

Sería interesante analizar en detalle las particularidades de la representación de la riqueza y de los modelos de desarrollo de cada país de la región. Dentro de los límites de esta reflexión voy a profundizar la discusión entre los casos brasileño y boliviano, ya que nos ayudan a comprender la complejidad de la relación entre representación de la riqueza, modelo de desarrollo y renovación de utopías sociales o de heterotopías (ruptura posible con las representaciones tradicionales del desarrollo). El aspecto esencial para comparar las diferentes nociones de la riqueza está dada por la representación dominante de la riqueza en cada sociedad, lo que revela las relaciones de poder en la sociedad nacional y las estrategias que el poder central desarrolla para organizar la dominación y el consentimiento. Así, avancemos en este sentido con el fin de observar cómo la idea de riqueza cambia en cada modelo de desarrollo.

¿Qué podemos aprender con los brasileños?

La crisis del Estado nacional desarrollista de Brasil, entre los años 80 y 90, marca definitivamente el paso de una sociedad de base agraria hacia otra de base urbana. Esto cambia también la idea de riqueza, que estaba hasta ahora muy apegada al valor de patrimonialidad y a la propiedad de la tierra. Lo cual quiere decir que la tierra continúa siendo un bien valorado, pero la naturaleza de esta valoración ha cambiado de calidad. Si en el mundo rural existía un valor de ostentación para las oligarquías y de libertad de sobrevivencia para los campesinos, ahora adquiere un valor de especulación innegable. Junto a esta representación tradicional de la riqueza actualizada por la cultura especulativa, vemos el despliegue de una representación de la riqueza como valor de cambio, lo que explica la hegemonía neoliberal. A partir de esta hegemonía, atestiguamos también la emergencia de una representación de la riqueza como valor de consumo, lo que es visible en las clases populares y medias, en formas muy exacerbadas en Brasil.

Estos cambios de las representaciones colectivas de la riqueza se han producido, por supuesto, en un contexto de formación de un nuevo pacto de poder que implica al capital financiero, económico, agrario y rentista, por una parte, y a los sindicatos obreros dirigidos por el Partido de los Trabajadores, por la otra. En este nuevo pacto de poder, la idea de riqueza se actualiza, se urbaniza. Y las divisiones sociales también. La modernización conservadora se afirma a través de las alianzas entre propietarios rurales y empresas multinacionales, asimismo a través del capital financiero y rentista. Las poblaciones pobres benefician políticas de asistencia social y mecanismos de financiamiento del consumo popular que facilitan enormemente el poder de compra de las clases populares y medias. En este modelo de modernización conservadora urbana, es difícil definir una sola representación de riqueza, más bien podemos extraer las tendencias. Hay al menos dos: la identificación de la riqueza con la especulación rentista, del lado de los ricos, y

la de la identificación de la riqueza con el consumo de bienes no duraderos, del lado de las capas populares y medias.

El caso brasileño no es muy original entre los países de la periferia que buscan integrarse al sistema mundo sin romper con las oligarquías regionales. Sin embargo, es necesario señalar un aspecto del caso brasileño que contribuye a darle alguna particularidad histórica: se trata del impacto de la presencia del Partido de los Trabajadores (PT) en la gestión del poder central. Eso ha contribuido a poner en marcha políticas asistencialistas para los más desprotegidos, lo que recuerda, en un cierto nivel, las políticas sociales del Estado de Bienestar en Europa en el siglo XX. La inclusión de más de 40 millones de individuos en el mercado de consumo de bienes semi-duraderos (autos, electrodomésticos, etcétera) es una conquista del gobierno del PT. Desgraciadamente, la idea de ciudadanía democrática para los intelectuales petistas que han organizado las políticas de redistribución, ha quedado muy restringida y prácticamente limitada a las potencialidades de consumo de bienes semi-duraderos. En este sentido las estadísticas muestran que los esfuerzos gubernamentales para integrar a los individuos y familias pobres en la sociedad de mercado han sido problemáticas. Dado que han estado acompañados de rupturas importantes de los sistemas de pertenencia comunitarias locales y de la desaparición de la participación espontánea de los individuos en las acciones del proceso democrático y electoral, así como en los proyectos sociales colectivos dirigidos por las municipalidades y las ONG en los barrios pobres.

Finalmente, el caso brasileño no se dirige hacia una ruptura con la idea utilitarista de riqueza y con el modelo de desarrollo centrado en el crecimiento económico ilimitado. El caso boliviano puede ofrecernos, en cambio, otra comprensión de la riqueza, dado que observamos rupturas concretas del sistema del poder nacional y de la lógica de organización del poder central. Con seguridad, el caso boliviano continúa siendo indefinido pero no podemos negar la singularidad de su proceso de recuperación del modelo de desarrollo. Necesitamos conocerlo.

¿Qué podemos aprender con los bolivianos?

Como en otros países de la región organizados por el proyecto colonial, en Bolivia, hasta mediados del siglo XX, la idea de riqueza fue concebida por el binomio tierra y capitalismo de mercado. La revolución de 1952 contribuyó a cambiar progresivamente este cuadro. Se llevó a cabo la reforma agraria, se decidió la nacionalización de los recursos minerales y el derecho al voto fue extendido a los campesinos. Desde entonces, el movimiento indígena ha avanzado progresivamente y como lo observa A. Guimarães, la identidad étnica que ha sido construida a partir de la reacción anti-colonial ha precedido las identidades de clase obreras e indígenas.[18] En este contexto, las tentativas de integración de los indígenas como ciudadanos mestizos en un Estado-Nación homogéneo ha fracasado; se ha asistido en cambio a la emergencia de una mutación política fundada sobre la afirmación de la identidad étnica, lo que ha contribuido a una gran reforma del Estado en los decenios siguientes.

Estos cambios han sido más claros sobre todo a partir de los años 70 con la emergencia del movimiento katarista qua reflejó las nuevas movilizaciones políticas impulsadas por el Movimiento Nacionalista Revolucionario, nacido de la revolución de 1952 (la palabra katarismo se inspira en el mártir indígena Tupac Katari, muerto por los españoles en 1781). Para algunos, la emergencia del movimiento katarista fue la consecuencia del fracaso de las políticas de desarrollo de los años 70 y 80. El katarismo también contribuyó al éxito de una nueva generación de intelectuales indígenas que migraron de los movimientos obreros y de los movimientos de la juventud.[19] Por consiguiente, entre los años 80 y 90, los actores y las identidades sociales basadas en la identificación de clases han sido remplazados por nuevos movimientos sociales fundados en la identidad étnica. El Estado-Nación ha sido seriamente puesto en duda por numerosas manifestaciones como la denominada «Dignidad, territorio y la vida», una marcha a pie de 600 kilómetros hacia la capital La Paz, en 1990.

El Estado se ha visto obligado a incorporar progresivamente los derechos de las poblaciones indígenas y también el proyecto del multiculturalismo nacional. Según algunos testimonios, las medidas adoptadas por el Estado han contribuido a generar efectos inesperados dado que estas reformas han terminado por favorecer las condiciones del éxito del proyecto de autorepresentación política de las comunidades indígenas. Por lo tanto, las organizaciones interétnicas han logrado colocarse en el aparato estatal y hemos visto la emergencia de diversas autoridades indígenas que han impuesto las relaciones interétnicas como una condición objetiva del sistema político boliviano.[20] Estos cambios del armazón político han favorecido a continuación importantes reivindicaciones de los derechos colectivos que se diferencian de la noción de derecho de ciudadanía tradicional en la medida en que la propiedad colectiva ha llegado a ser más valorada que la propiedad privada. La refundación del Estado nacional como Estado plurinacional es también una consecuencia de esta ruptura de poder oligárquico tradicional a partir de la emergencia de la reacción alter-sistémica indígena que ha reivindicado el derecho a la autonomía y al reconocimiento de la diferencia. La toma de conciencia con respecto a la relación entre Estado nacional y derecho colectivo se convierte también en un importante dispositivo de reivindicación. El movimiento interétnico boliviano ha permitido en los últimos años –sobre todo después de la elección de Evo Morales en 2002–, importantes reformas políticas e institucionales que han transformado una autonomía de hecho en una autonomía de derecho. Lo cual ha sido consagrado por la Nueva Constitución Política del Estado Boliviano, aprobada en 2009. Hoy en día a los que demandan esclarecer el sentido del Bien Vivir, los miembros de los movimientos étnicos responden simplemente: «Debemos aplicar la constitución».[21] Lo cual quiere decir que la disputa epistemológica alrededor de la significación colectiva del desarrollo pasa del campo de la lingüística al de la política.

Hay en la filosofía aimara dos puntos que merecen atención dado que han tenido un rol importante para la reinvención del sistema de derecho: territorio y autonomía. La reivindicación de autonomía aparece como una reacción anticolonial, ya que, los colonizados han negado durante siglos sus identidades amerindias para tipificarlas como campesinos pobres. En este sentido, el sujeto de la autonomía acompaña la lucha indígena a lo largo de su desarrollo y de su configuración política. Autonomía significa autogobierno de las comunidades, que eligen las autoridades que van a representarlas y que tiene funciones legales y también la capacidad de legislar.[22]

Por otra parte, la idea de territorio es también importante puesto que el territorio nacional organizado por el Estado colonial ha negado los derechos de los indígenas a las tierras donde habitan. Así, la deconstrucción de la noción física de territorio, que es dominante en Occidente y que inspiró la formación de los Estados nacionales, ha permitido la construcción de otras definiciones. Hay una segunda definición de territorio que se funda en la relación espacio-sociedad: el territorio se define a partir de la sociedad y ya no a partir del poder central. Esto refuerza la comprensión del proyecto de autonomía. Podemos encontrar también una tercera definición animista de territorio de origen andino a través de la cual la tierra se convierte en expresión de Pacha Mama, de la «madre tierra». Aquí, se cuestiona la relación simbólica entre sociedad y naturaleza actualizando la idea de desarrollo como una «economía simbólica de la alteridad». Existe finalmente una cuarta definición de territorio que se relaciona con las concepciones de control y de poder. Esto quiere decir que las organizaciones indígenas consideran a la asamblea como la instancia más importante para la toma de decisiones sobre el bien común.[23] Eso se ha vuelto un gran problema para el gobierno central puesto que la toma de decisiones se ha convertido en un asunto muy complejo, exigiendo negociaciones políticas permanentes entre lo local y lo central.

A partir de este trabajo de deconstrucción y reconstrucción de la idea de territorio unida a una comprensión de la autonomía política, los movimientos interétnicos bolivianos han avanzado hacia el reconocimiento de la importancia de un pluralismo jurídico necesario para asegurar esta diversidad de racionalidades y

de conocimientos de mundo. Aquí, los conceptos de interculturalidad, de diversidad, de reconocimiento y de inclusión son centrales para garantizar la pluralidad.[24] Gracias a esto, hemos pasado de una representación monolítica del Estado hacia un pluralismo estatal y territorial, así pues la gestión se vuelve muy compleja y todavía permanece incierta. Basta ver que la constitución de 2009 reconoce la Autonomía Indígena Originaria Campesina (AIOC) como una de las formas de autonomía al lado de otras tres formas de autonomía: departamental, regional y municipal, lo que ha contribuido al avance de la discusión en el campo de las organizaciones indígenas originarias.[25]

¿Qué podemos aprender con Pacha Mama?

Pacha Mama (pacha=mundo; Mama=madre o madre-tierra) nos invita a pensar la poscolonialización a partir de dos aportaciones, una simbólica y otra política. El aporte simbólico de Pacha Mama resulta de la actualización de la relación entre Hombre y Naturaleza. Aquí, el imaginario místico arcaico ha sido remplazado por una construcción imaginaria posmoderna crítica donde la representación del ser humano y de su medio ambiente adquiere un valor político innegable. Por lo anterior, se constata que la experiencia indígena contiene una crítica ecológica muy importante que debe ser tomada en cuenta en la crítica del capitalismo. El aporte político de Pacha Mama expresa la actualidad de este proceso histórico para cuestionar al modelo de desarrollo neoliberal. Nos invita a comprender los límites de un modelo de dominación fundado en una lógica privada, la de la apropiación de las riquezas materiales por un grupo minoritario a costa de la mayoría. Considerando que se trata de un derecho privado y no de una lógica natural, el crecimiento económico ilimitado se revela de repente en su desnudez, la de un derecho privado que ha sido generalizado a partir de la influencia colonial. La contribución política de Pacha Mama manifiesta la originalidad de una reacción poscolonial dirigida por un movimiento social indígena que ha sabido invertir la colonialidad para reintroducir el poder de la tradición étnica en la cosmovisión occidental.

El aporte simbólico

Nos invita a revalorar la naturaleza no como una substancia física sino como una riqueza de uso y de ritualización, como la fuente biológica de la vida y de la sobrevivencia económica y política de las comunidades organizadas; podríamos también definir la naturaleza como condición práctica necesaria para las alianzas entre familias e individuos. La utopía de Pacha Mama no es la utilitarista de Vivir Bien –una aproximación que valora la apropiación privada y egoísta–, sino la antiutilitarista de Bien Vivir –una aproximación que valora el bienestar colectivo, no como una idea abstracta sino como un objetivo político fundado en una poderosa pertenencia comunitaria que no rechaza el principio de mercado–. Como lo sugieren los sociólogos bolivianos I. Farah y M. Gil:

> *el Bien Vivir podría pensarse en el contexto de una sociedad mercantil que incorpora un principio ético estructurante de otra modernidad que refleja la pluralidad de la realidad y que profundiza la renovación del pensamiento económico, cultural y político, de acuerdo con una comprensión más amplia de la vida".*[26]

Por consiguiente, la idea de Pacha Mama no constituye solamente un mito tradicional, sino simboliza más bien un movimiento de reacción alter-sistémica y de innovación histórica a partir de los márgenes del sistema mundo. Este mito nos parece muy apropiado para la reflexión sobre la relación particular entre riqueza y desarrollo que intentamos adelantar aquí, y que adquiere una significación muy importante en la simbología del Bien Vivir.[27] En efecto, ésta contribuye a ampliar el debate sobre modelos de desarrollo y sobre los criterios de definición de riqueza (materiales y simbólicos). La emergencia de esta aproximación sucede en un momento en el que el modelo colonial de un Estado que considera monopolizar el uso de la violencia en un territorio unificado es cuestionado. La creación del Estado plurinacional pone en riesgo el proyecto de la identidad nacional unificada y refuerza el rol de las autoridades locales. Esto no funciona sin problemas en la gestión del territorio nacional, pero explica sin embargo las presiones de la descentralización necesaria.

El interés antropológico y simbólico de Pacha Mama en nuestro debate tiene relación con el impacto de la representación eco-social de la naturaleza sobre la idea de desarrollo que, tradicionalmente, permanece unida a una representación mecánica de la naturaleza. La comprensión ecológica de la naturaleza actualiza la fuerza del don de la vida, es decir, de los intercambios obligados que los amerindios mantienen con el medio ambiente para garantizar su sobrevivencia. Pero es necesario señalar que esta aproximación relacional que encontramos en la cosmovisión aimara y quechua no es una novedad antropológica. La encontramos en todas las sociedades arcaicas y también podemos encontrarla hoy en día en los pueblos indígenas de la Amazonia, como los tupi, los pano o los aruaques. Entre los indios de la Amazonia, por ejemplo, la relación entre hombre y naturaleza funciona siempre por el don, lo que revela una importante ecología cultural.[28] Por consiguiente, comprendemos bien el interés de estos grupos de ritualizar cada árbol caído y de sentirse obligados por la fuerza del contra-don a plantar otro para restablecer el equilibrio perdido.[29]

Esta aproximación amerindia se aleja de la representación cartesiana tradicional, basada en la separación ontológica entre el Hombre y la Naturaleza. La colonización ha enseñado eso a las comunidades indígenas latinoamericanas, aunque todavía no esté muy claro para los críticos occidentales.

El aporte político de Pacha Mama

Resulta interesante señalar cómo esta relación arcaica entre el hombre y el ecosistema se actualiza determinando la emergencia de una concepción particular de desarrollo como «economía simbólica de la alteridad».[30] En este modelo particular, la ideología del crecimiento económico disputa su reconocimiento lingüístico con un sistema de creencias y de acciones que valoran el rol activo de la política en la promoción de la pluralidad social, económica, jurídica y política. Lo cual quiere decir que el crecimiento económico no es evidente sino, al contrario, ha sido uno de los recursos utilizados por la burguesía industrial en su lucha de afirmación histórica e ideológica y contra otros sistemas de significaciones. Pero la resignificación del imaginario campesino del poderoso movimiento indígena en Bolivia demuestra que las significaciones tradicionales permanecen siempre como fuente de reconversión identitaria y de acción política.

Si Pacha Mama no es realmente una novedad teórica, podemos preguntarnos cómo en Bolivia se ha convertido en una referencia importante para la crítica radical de los modos de desarrollo coloniales fundados en el crecimiento económico. Hay varias razones. Pero nos parece importante señalar que el interés político actual de Pacha Mama se refiere necesariamente a su importancia como estrategia político-comunitaria que cuestiona la apropiación privada de los recursos de la vida (el agua, la tierra, el aire, el fuego) por grupos de individuos motivados por ideologías coloniales egoístas. Para ellos, estos recursos de la vida estaban ahí antes que los colonizadores, antes que las empresas privadas, antes que los políticos de etnia blanca, antes que el hombre mismo y siguen siendo la base de su supervivencia material y espiritual. La novedad aquí se explica más bien por la toma de conciencia de las etnias bolivianas sobre la importancia de problematizar políticamente la relación hombre y naturaleza que, hasta entonces, quedaba limitada a un relato mitológico y de interés histórico restringido. Esta toma de conciencia no constituye, así, un factor aleatorio en la sociedad boliviana actual, sino una reacción comunitaria posmoderna a las estrategias capitalistas de apropiación y de privatización de las riquezas de las comunidades indígenas de la región.

Lo nuevo de esto es que lo sobrepasa un debate interesante pero insuficiente, desde el punto de vista político, sobre la espiritualidad arcaica, para problematizar las condiciones materiales y simbólicas del desarrollo.

En efecto, en los intelectuales indígenas la idea de Bien Vivir que resulta de Pacha Mama manifiesta una reacción anticapitalista y comunitaria que busca valorar la riqueza fuera de la lógica de la acumulación, del individualismo y del etnocentrismo.[31] Se trata de una tradición comunitaria antigua y compleja que ha sido retomada para justificar el interés de una

aproximación anticapitalista que no niega el mercado, pero que insiste en la exigencia de un autogobierno para afirmar una nueva manera de vivir. La significación política de Pacha Mama se relaciona con las luchas, sobretodo de la etnia aimara –que todavía es considerada, desde el punto de vista cultural y político, como la más activa–, contra las tentativas de privatización de sus recursos vitales. Los acontecimientos recientes han contribuido a valorar, en las poblaciones indígenas de la región, la importancia de sus tradiciones culturales y místicas. Aquí, la relación cosmogónica entre Hombre y Naturaleza se ha revelado como un fundamento histórico que instituye lo político en el territorio del Estado nacional. Dado que estos movimientos étnicos no buscan regresar al pasado, sino, al contrario, actualizar la política en el juego de la mundialización y de los cambios de lo local en estas relaciones con lo global.[32]

En este sentido, Pacha Mama es una metáfora que explica diversas significaciones: es la memoria viva de la tradición; es el símbolo que da sentido a los movimientos colectivos; es la palabra de orden contra la apropiación privada de las condiciones colectivas de la vida comunitaria; es, en fin, el medio que distingue políticamente los movimientos étnicos de los otros movimientos sociales alrededor del debate sobre la reforma del Estado nacional. Es así que, gracias a la fuerza de los movimientos étnicos, el Estado boliviano ha estado en el corazón del juego político que dio como resultado la creación del Estado plurinacional durante la reforma constitucional. Pacha Mama es un símbolo que articula la tradición y la modernidad, lo rural y lo urbano, el colonizador y el antiguo colonizado, convirtiéndose en la razón de vivir de estas poblaciones indígenas.[33] En este sentido, Farah y Gil sugieren que:

> *el Bien Vivir podría ser pensado en el contexto de una sociedad mercantil que integra un principio étnico estructurante de otra modernidad que preserva la pluralidad de la realidad y que profundiza la renovación del pensamiento económico, cultural y político*".[34]

Esta toma de conciencia con relación a lo que podemos llamar el derecho universal a la vida o a las fuentes orgánicas de la vida, se ha convertido en la razón del florecimiento de una nueva praxis comunitaria y de una ciudadanía muy activa. Es interesante ver el encuentro de la población con la burocracia para la emisión de documentos como, por ejemplo, la carta de identidad. A menudo llegan a las oficinas del gobierno como grupos organizados ya que, así lo recuerda un dirigente de las comunidades cercanas a La Paz, la manera más fácil para asegurar la igualdad en el servicio público es la presión del grupo.[35]

Y la riqueza, ¿cómo se explica en este nuevo imaginario de cambio social? Las reformas de la antigua red de poder bajo la presión del katarismo han impedido la difusión del neoliberalismo y las tendencias a valorar la idea de riqueza por su valor de cambio y de consumo, como el que hemos visto en Brasil. La afirmación del movimiento interétnico en el sistema político ha contribuido también a la re-significación de la riqueza como valor de uso, lo que ha influido en las definiciones políticas relativas a la explotación de los recursos ecosociales y minerales como el gas, que es estratégico para este país. En fin, se puede sugerir que la riqueza no es aquí un indicador abstracto que se puede tomar en cuenta fuera de la vida comunitaria. En el imaginario de Pacha Mama la riqueza es sobre todo el lazo que organiza el destino de las diversas naciones tradicionales y modernas que comparten el territorio nacional. La riqueza es un símbolo de una alianza política y simbólica que se despliega por el uso colectivo de los bienes comunitarios dentro de un contexto de relaciones globales complejas. La riqueza tiene un valor de uso para producir distinciones y reconocimientos al mismo tiempo que refuerza los vínculos comunitarios.

En este contexto, la representación tradicional de riqueza que estaba unida a la posesión de la tierra y de los recursos minerales cambia también. En este sentido, es interesante cómo las familias aimaras más ricas utilizan el dinero ahorrado. Aquí, vemos bien la reproducción del Potlatch a través de las fiestas, en los gastos suntuosos, o prendas doradas que buscan demostrar la habilidad para rivalizar entre los más honorables.

¿Qué nos pueden decir los bolivianos de la relación entre desarrollo y derecho?

La experiencia de Bolivia, lo hemos demostrado, no constituye una reacción premoderna o antimoderna al sistema poscolonial. Al contrario, es moderna dado que los movimientos étnicos no rechazan los derechos republicanos a la propiedad privada, los derechos civiles y políticos ni el rol del Estado como agente del desarrollo. Esta experiencia es también posmoderna en la medida en que se trata de un movimiento social que nació de la reinvención de la tradición y que se abre a la pluralidad identitaria.

La novedad aquí está dada por la decisión política colectiva de subordinar el conjunto de los derechos modernos –liberales y republicanos– a los derechos arcaicos de la vida, es decir, a los recursos fundamentales de la sobrevivencia humana y comunitaria que es generada por el don de la vida. Y esto adquiere todo su sentido cuando comprendemos que detrás de estas exigencias hay una comprensión ecosocial y una innovación de derechos públicos y colectivos que se funda en el renovado lazo Hombre y Naturaleza. La prioridad del derecho a la vida innova en el sentido de: a) demostrar que estos derechos son fundamentales y universales dado que son compartidos por todo ser vivo, y b) demostrar que los derechos capitalistas al crecimiento y la acumulación son derechos privados que no son universales: son derechos menores.

Las experiencias de Bolivia manifiestan la emergencia de una nueva conciencia poscolonial nacida dentro de los márgenes del sistema mundo y que se rebela contra el carácter expoliador de las políticas de desarrollo fundadas en la apropiación privada de riquezas colectivas naturales y sobre la destrucción de memorias y saberes culturales tradicionales. Esta conciencia ha tomado progresivamente la forma de un movimiento social e intelectual orientado hacia la reorganización del Estado y del sistema de derecho, lo que ha llevado a cuestionar el sistema republicano moderno fundado sobre la dualidad derecho privado versus derecho público. Esta dualidad ha sido progresivamente reemplazada por otro sistema jurídico que prioriza el derecho a la vida. A partir de este primer derecho, se organizan los otros derechos: reconocimientos étnicos, ciudadanía republicana, autogestión y también, pero no como una prioridad, el derecho a la privatización.[36]

Es decir que los derechos particulares –y no universales– a la apropiación privada de los bienes de producción y de consumo están obligados a someterse a los derechos colectivos más amplios y universales. En la medida en que se ha desnaturalizado la economía de mercado, hemos comprendido que el crecimiento económico se legitimaba sobre un derecho privado a la apropiación de los recursos colectivos. Por lo tanto, la política se ha liberado de la colonialidad y el rol regulador del Estado ha sido puesto en duda. La economía de mercado no ha sido rechazada sino que ha sido re-encastrada en un sistema de derecho más amplio que somete lo privado a lo comunitario y a lo colectivo. Se continúa persiguiendo la riqueza material y económica ya que ésta es una adquisición de los tiempos modernos, pero lo cual no es inevitable. El caso boliviano es también ejemplar en este sentido. Bolivia es un país pobre, se sabe, y depende directamente de la producción de gas para poder asegurar una gran parte de las políticas públicas y sociales. Sin embargo, para los bolivianos la importancia económica del gas no implica que la economía de mercado y el derecho a la apropiación privada se conviertan en la mayor norma de la vida política y social. Para los bolivianos, lo más importante es asegurar los derechos colectivos a la vida y a la preservación de las condiciones materiales y simbólicas de la vida social. Aquí, la economía del gas es importante como recurso indispensable para garantizar la difusión y la consolidación de los derechos colectivos, pero no como dispositivo de poder fuera de la vida social y política.

Estas experiencias se expresan de manera sintética y poética en la imagen de Pacha Mama y del Bien Vivir que nos brindan información particular para una crítica fecunda del modelo de desarrollo capitalista hegemónico a nivel planetario, basado en la idea de crecimiento económico ilimitado. Estas experiencias bolivianas nos ayudan a comprender que la occidentalización del mundo se ha vuelto un proyecto caótico conforme lo hemos querido considerar como universal, un sistema de

derecho que en su origen es privado y está ligado al comercio y a las organizaciones mercantiles. Pero estas experiencias nos enseñan que la solución a la crisis pasa necesariamente por la política y por el examen del rol del Estado como regulador de las actividades colectivas y privadas.

Conclusión: Más allá de la crisis del modelo hegemónico. Los bosquejos de un modelo de desarrollo centrado en la metropolización de la vida cotidiana

Estas experiencias de Brasil y de Bolivia nos muestran que la crisis de un modelo capitalista fundado en el crecimiento y en la apropiación económica ilimitada de las riquezas humanas abre posibilidades diversas de reacción y de polémica. Estas reacciones actualizan la importancia de la separación relativa de la política y de la economía, o, de una manera más precisa, la de la relación entre el Estado nacional y la economía de mercado.

El caso brasileño expresa una estrategia de modernización conservadora donde los sectores más a la derecha como los movimientos sindicales han buscado neutralizar la crisis por acuerdos con los patrones. En el caso brasileño, estos acuerdos han ocurrido prioritariamente en la industria automotriz y en la industria de los aparatos electrodomésticos, lo que ha significado el aumento en las ventas de los bienes semi-duraderos. Estos esfuerzos de neutralización de la crisis han sido reforzados por las políticas asistencialistas como el apoyo económico a las familias, o por la creación de nuevos mecanismos de financiamiento al consumo de los pobres; lo cual se ha materializado en la distribución, por el sistema financiero, de más de 40 millones de tarjetas de crédito destinadas a los pobres. El caso brasileño es ejemplo de una modernización conservadora muy dependiente de la economía global. De cualquier forma, es importante observar que el gobierno del Partido de los Trabajadores ha logrado implementar políticas redistributivas eficaces para aumentar el mercado interno y disminuir los efectos de la crisis global. En este sentido, debemos señalar que la política estatal contribuye a cambiar considerablemente el modelo de consumo tradicional, limitado a las clases más acomodadas, y a crear nuevos indicadores de riqueza ligados al consumo. Este modelo de desarrollo basado en una alianza muy inestable entre sectores agrarios, industriales, bancarios y sindicatos empieza a agotarse, lo que se evidencia en la desindustrialización y en la diminución del PIB. Sin embargo, hay un factor cultural nuevo en el caso brasileño y que tiene que ver con la metropolización de la vida cotidiana y sobre el cual vamos a volver después.

El caso boliviano, al contrario, revela una ruptura más expresiva con el modelo de desarrollo dominante. Hemos constatado en la práctica que la ideología del crecimiento económico ilimitado esconde la presencia de un derecho privado enraizado en su origen dentro del comercio medieval de manufacturas y que busca universalizarse a cualquier precio. Contra este *hybris*, los bolivianos han impuesto la fuerza de los derechos colectivos que aseguran la pluralidad política, económica y jurídica y la autonomía de la gestión de los bienes colectivos.[37]

¿Cómo pensar el "day after"? La respuesta es compleja. Dado que el malestar provocado por el desequilibrio sistémico del capitalismo produce necesariamente reacciones, sobre todo cuando la cultura utilitarista y privatista está confrontada con las resistencias alter-sistémicas ancladas en sólidos lazos comunitarios que actualizan la tradición en nuevos términos, obligando a la reforma del sistema político y jurídico, así como limitando las pulsiones del mercado. La crisis del modelo capitalista, en este momento, al menos en las zonas periféricas como las de América Latina, nos muestran la emergencia de reacciones que cuestionan directamente la legitimidad del poder central para reglamentar diversas demandas étnicas territoriales.

La perspectiva de la presencia de diversos modelos de desarrollo en el sistema mundo nos lleva a comprender las posibilidades de reformas del aparato estatal para garantizar nuevos derechos colectivos. A partir de los casos estudiados podemos avanzar una hipótesis: las resistencias parciales encontradas en América del Sur –pero que prosperan también en otros continentes incluido el europeo– están manifestando un cambio importante de los órdenes económicos y políticos mundiales. Lo anterior se basa en

algunos puntos: uno es el agotamiento histórico de un modelo de poder centralizado y comprometido en el proyecto colonial de la apropiación privada de los recursos colectivos; otro es el aumento de las resistencias anticapitalistas de este modelo, lo que se vuelve más efectivo en la medida en que lo asociamos a la acumulación capitalista y a la injusticia social; un último punto concierne al hecho de que la complejidad de la mundialización favorece el surgimiento de una variedad de centros metropolitanos que toman a su cargo la responsabilidad de la gestión de territorios políticamente movilizados. En nuestra opinión, los complejos procesos de metropolización planetaria en curso logran avanzar la idea de derechos colectivos como la base de una importante reacción altersistémica.

Una de las posibilidades alternativas que prevemos, a partir de la reflexión comparativa de los casos brasileño y boliviano, es la de otro modelo de desarrollo, que llamamos aquí provisoriamente modelo metropolitano de desarrollo. Los planes de este nuevo modelo están demostrados por los desajustes entre la globalización política y la globalización económica, pero también por la complejidad del sistema mundo actual, que estimula el movimiento de la metropolización y la creación de nuevas modalidades de gestión que deben tomar en cuenta las particularidades regionales y locales. En los márgenes del sistema mundo, esta metropolización está verificada por la transformación de las ciudades poscoloniales a ciudades globales. Si antes las ciudades globales permanecían como dispositivos coloniales, parece ser que ahora, bajo el peso de la crisis del capitalismo de mercado, estas ciudades comienzan a jugar un rol central para la liberación de las fuerzas metropolitanas en el centro y en la periferia. Este proceso de metropolización puede ser captado en la aparición de las ciudades globales y de nuevas conglomeraciones humanas que articulan en el espacio lo local y lo global sobrepasando, por consecuencia, la antigua división del trabajo entre lo urbano y lo rural. Por supuesto, el despliegue espectacular de las regiones metropolitanas no implica, de hecho, la emergencia de una conciencia metropolitana glocal que cuestione la conciencia capitalista dominante. En este momento, notamos la existencia de ciudades poscoloniales que se convierten progresivamente en ciudades globales, si pensamos en São Paulo y en la Ciudad de México. El rol que juega la ciudad de Puerto Alegre para el éxito del FSM muestra la importancia de este nuevo modelo de desarrollo centrado en la emergencia de regiones metropolitanas de un nuevo tipo.

Pero este proceso no es así de simple, dado que el sistema capitalista continúa controlando los dispositivos de producción de la opinión pública e invirtiendo en propagandas destinadas al aumento del consumo y la diseminación de una cultura del miedo que tiene como fin neutralizar las resistencias anticapitalistas. Debemos considerar también los desafíos de reorganización del aparato estatal colonial para asegurar los nuevos procesos de gestión local. El caso boliviano es interesante debido a esta reflexión, puesto que en él se observan las dificultades con las que el gobierno central se enfrenta para asegurar su poder de gestión en el territorio, ya que permanentemente es atacado por las autoridades indígenas locales. El futuro de la democracia en Bolivia depende de la definición de esta tensión de gobernanza. Si en la sociedad boliviana lo local se identifica ampliamente con el espacio comunitario, no es así en otras sociedades más industrializadas y urbanizadas como Brasil y Francia, donde, por el contario, recogemos otras definiciones de lo local. Es necesario redefinir lo local como espacio de producción de riquezas y de gestión social.

Un modelo metropolitano es más complejo y más apropiado para la gestión social porque rompe el monopolio del poder central y libera las fuerzas sociales a partir de lo local y en diferentes dominios –político, cultural, tecnológico y también económico–. Su flexibilización contribuye a valorar la participación democrática y reintegrar los derechos privados en un sistema jerárquico donde la prioridad son los derechos colectivos. El poder central continúa jugando un rol importante en el mantenimiento de la sociedad nacional, pero progresivamente pierde el monopolio de la organización del territorio. Se trata de repensar los modelos de desarrollo, a fin

de que ya no estén centrados exclusivamente en la fuerza del poder central –que es siempre un dispositivo heredado de la lógica colonial–, sino en los poderes locales metropolitanos. La idea de lo local reviste aquí un rol estratégico para la reorganización territorial. Asistimos, por consiguiente, a la emergencia de un cambio importante de las formas materiales, tecnológicas y culturales que desbordan el pensamiento y la práctica capitalista, que exigen nuevos mecanismos de gestiones públicas y privadas. Esto no elimina el interés del poder central para la organización de la sociedad nacional, el poder central está sometido a la exigencia de descentralizar las decisiones de las demandas sociales, culturales, económicas y políticas que presentan siempre un carácter particular vinculado a la localidad metropolitana.

El proyecto metropolitano de desarrollo convierte al sistema en algo mucho más complejo, en la medida en que la vida cotidiana se abre a diversas redes identitarias y a la demanda de derechos colectivos, que escapan al derecho moderno centrado en la apropiación privada de los recursos colectivos. Debemos pensar en nuevos indicadores y categorías de análisis capaces de tomar en cuenta la variedad de motivos culturales, sicológicos, políticos, estéticos, morales y también económicos que interfieren en los cambios interpersonales. Es decir, que las nuevas ciudades globales y las ciudades poscoloniales que se están convirtiendo en ciudades globales, exigen nuevos criterios de observación y de evaluación de los programas institucionales, que consideren el factor económico pero que se abran también a otros factores no económicos. Factores conectados a la organización afectiva, moral, cultural, estética y política de la vida humana y que explican la prioridad de lo colectivo sobre lo individual.

La metáfora durkheimiana de *la efervescencia social* sigue siendo válida para explicar los fundamentos del desarrollo metropolitano. La efervescencia sugiere que existen diversos movimientos e impulsos simultáneos, la mayoría inconscientes, que fundan las movilizaciones colectivas más recientes. En el cuadro siguiente buscamos describir las exigencias de la efervescencia social contemporánea, ligadas a este momento del surgimiento del desarrollo metropolitano y de los derechos colectivos diversos. Los sujetos de la economía y del mercado se toman en cuenta, pero no como factores de la sociedad sin cuerpo. En el nuevo modelo metropolitano que está naciendo, el factor económico se diluye en una serie de demandas relacionales ligadas a la reproducción de la especie humana, a la organización de la vida comunitaria, a la preservación del medio ambiente, a la protección política y social igualitaria e inclusiva, a la autogestión colectiva. Debemos recordar también que la gestión social compartida responde a la demanda de responsabilidad colectiva, doméstica y moral, de los recursos colectivos.

Exigencias del desarrollo metropolitano

Exigencias	Derechos
Acceso a los recursos vitales (el agua, la tierra, los metales, el aire, el fuego)	Derecho a la vida
Liberación de las experiencias de solidaridad y de amistad y de creación de nuevas identidades individual escolectivas	Derechos al ser social (individualización y socialización)
Protección social y promoción de la ciudadanía integral a través de políticas públicas de salud, de educación, de transporte, de vivienda; y también protección gubernamental a la libertad de expresión, de circulación y de organización política	Derecho a la ciudadanía
Gestión social, privada y pública, responsable y ética de los bienes comunes	Derecho a la autogestión democrática (democracia participativa y solidaria)

Para terminar, me gustaría resumir algunos puntos centrales de esta discusión. En primer lugar, es necesario reconocer que la crisis está aumentando las distancias entre la globalización económica, que avanza gracias a las estrategias de privatización de los recursos colectivos, y la globalización política, que se da a conocer por la pluralidad de manifestaciones sociales y culturales colectivas e individuales. En segundo lugar, es necesario señalar que el aumento de las desigualdades y de los procesos de exclusión favorece una toma de conciencia colectiva sobre el carácter injusto de la acumulación capitalista en este momento. En América Latina, comenzamos a comprender que el desarrollo es un sistema de poder y, desde ahí, a considerar otros modelos de desarrollo que no estén centrados solamente en el crecimiento económico. Tener en cuenta estas alternativas contribuye a esclarecer la relación entre política y derechos sociales y colectivos.

Por otra parte, observamos también que los poderes centrales que organizan los territorios nacionales son dispositivos coloniales que contribuyen a la reproducción del modelo de desarrollo capitalista. Existen reacciones contra la excesiva concentración de poder que están dirigidas desde los espacios locales movilizados, que llamamos fuerzas metropolitanas. El éxito de un nuevo modelo de desarrollo metropolitano, a mediano plazo, se favorece por la complejidad del sistema mundo que debe considerar nuevas exigencias de la vida social y cotidiana, exigencias que son la base de la reorganización de los derechos colectivos. En el cuadro de arriba podemos constatar que la territorialización del debate sobre el desarrollo exige indicadores más complejos de riqueza para responder a los diferentes derechos de sobrevivencia, de reconocimiento, de acceso a la protección social y de autogestión. Los sujetos de la economía y del mercado son tomados en cuenta, pero no como dispositivos fuera de la vida cotidiana, sino en todos los momentos de organización de las reglas colectivas de solidaridad y generosidad, como en la dinámica del don ■

Bibliografía

Caillé, A., *L'idée même de richesse*, La Découverte, París, 2012.

Caillé, A.; M. Humbert, S. Latouche P. Viverte, *De la convivialité: dialogue sur la société conviviale à venir*, La Découverte, París, 2011.

Cary, P., "Indicateurs alternatifs à la croissance et reconnaissance politique des alternatives" en *Revue du Mauss Permanent*, 2012. http://www.jounaldumauss.net

_____"Indicateurs alternatifs à la croissance ou reconnaissance politique des alternatives à la croissance: un regard sur la France et le Brésil", 2013.

Descola, P. et G. Pálsson, *Naturaleza y sociedad: perspectivas antropológicas*, Siglo XXI Editores, México, 2001.

Escobar, A., *Uma minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones* globales, Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, México, 2005.

Farah, I. et M. Gil, "Modernidades alternativas: una discusión desde Bolivia", en P. H. Martins e C. Rodrigues (coords.), *Fronteiras abertas da América Latina*, Editora da UFPE, Recife, 2012.

Guimarães, A., "Pluralismo, cohesión social y ciudadanía en la modernidad: uma reflexión desde la realidad boliviana", en F. Wanderley (coord.), *El desarrollo en cuestión. Reflexiones desde América Latina.* La Pax, CIDES-OXFAM, La Pax, 2011.

Hashizume, M., "A emergência do Katarismo. Tensões e combinações entre classe e cultura na Bolívia contemporânea", en Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina ISSN: 2177-9503. Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI, 14 a 17 de setembro de 2010, UEL, Londrina.

Madoery, O., El desarrollo como categoría política, en *Critique et emancipación: Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales,* Año IV, n.7, 2012.

Martins, P. H., "Pouvoir politique, action publique locale et économie solidaire", en J. L. Laville, J-P Magnen, G. C. De França Filho e A. Medeiros, *Action publique et économie solidaire: une perspective internationale*, Éditions ères, Ramonville, 2006.

Méda, D., "Comment le PIB a pris le pouvoir", en *C.E.R.A.S.* Projet, 2012, pp. 14-21d.

Rivera, J.L.L., "El paso de la autonomía de hecho a la autonomía de derecho. Reflexiones desde el caso boliviano", en A. Uzeda (Org.), *Cultura y sociedad en* Bolivia, CISO-FACSO-UMSS, Cochabamba, 2010.

Rivero, M. R., "El pluralismo jurídico en Bolivia: derecho indígena e interlegalidades", en F. Wanderley (coord.), *El desarrollo en cuestión. Reflexiones desde América* Latina, CIDES-OXFAM, La Pax, 2011.

Robertson, R., Comments on global trade and glocalization dans *Globalization and Indigenous culture,* Inoue Nobutaka, general editor, Institute of Japanese culture and classics, Kogukakuin University, 2000. www2kogukakuin.ac.jp.ijcc/wp/global/15robertson.html

Stefanoni, P., "¿Y quién no querría «bien vivir»?", en *Critique et emancipación: Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales,* Año IV, n.7, 2012.

Viveiros de Castro, E., *A inconstância da alma* selvagem, Cosac & Naify, São Paulo, 2002.

Wallerstein, I., "La re-estructuración capitalista y el sistema-mundo", en *Anuário Mariateguiano,* n.8, 1996, pp. 195-207.

Wanderley, F., "Las prácticas estatales y la ciudadanía individual y colectiva- Una mirada etnográfica de los encuentros de la población con la burocracia estatal en Bolivia", en *Iconos*, revista de ciencias sociales, no. 34, Flacso, Ecuador, 2009.

Notas

[1] Florence Jany-Catrice, Paul y Frédéric Dumont, Proyecto "Les indicateurs de richesse enrichissent-ils la réflexion?", Seminario de la Maison Européennes des Sciences Humaines et Sociales (MESHS) Lille, Universidad de Lile 3, marzo, 2012.

[2] A. Caillé, *L'idée même de richesse*, La Découverte, París, 2012, p. 28.

[3] *Ibid*, pp. 14-15.

[4] P. H. Martins, P. H., "Pouvoir politique, action publique locale et économie solidaire", en J. L. Laville, J-P Magnen, G. C. De França Filho e A. Medeiros, *Action publique et économie solidaire: une perspective internationale*, Éditions ères, Ramonville, 2006, p. 347.

[5] *Ibid*, p. 348.

[6] *Ibid*, 362.

[7] D. Méda, "Comment le PIB a pris le pouvoir", en *C.E.R.A.S.*, Projet. N.331, 2012, pp. 14-21d.

[8] P. Cary, "Indicateurs alternatifs à la croissance et reconnaissance politique des alternatives", en *Revue du Mauss Permanent*, 2012, p. 1. http://www.jounaldumauss.net

[9] *Ibídem*.

[10] P. Cary, "Indicateurs alternatifs à la croissance ou reconnaissance politique des alternatives à la croissance: un regard sur la France et le Brésil", 2013.

[11] La organización de sistemas de poder centralizados son fundamentales para la globalización política. Estos sistemas centralizados mejor conocidos en la literatura sociológica simplemente como "poder central" constituyen la columna vertebral del Estado nacional desplegando actitividades para colonizar y someter a las poblaciones que habitan los territorios dominados en la lógica del mercado. El poder central se ha vuelto también estratégico para organizar las políticas interna y externa, relacionando los dominios tradicionales y modernos. El poder nacional ha servido para organizar los mecanismos de hegemonía de las élites y para regular los intercambios externos entre Estados nacionales en el centro y en la periferia del sistema mundo.

[12] I. Wallerstein, "La re-estructuración capitalista y el sistema-mundo", en *Anuário Mariateguiano*, n.8, 1996, pp. 195-207.

[13] A. Escobar, *Uma minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales*, Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, México, 2005, p. 18.

[14] O. Madoery, "El desarrollo como categoría política", en *Critique et emancipación: Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, Año IV, n.7, 2012, p. 63.

[15] Subrayo aquí este papel tradicional del poder central puesto que actualmente las referencias nuevas de la globalización política se desprenden a partir de la metropolitización y de la transformación de las ciudades metropolitanas poscoloniales en ciudades globales. Pero ésta es otra discusión que vamos a ver más adelante.

[16] El análisis del rol de la política, y en particular de la política nacional en este juego de lo local y de lo global, o en la afortunada contribución de R. Roberson, del "glocal", a saber de lo local que inspira lo global y viceversa (Robertson, 2000), es central para comparar las realidades nacionales y continentales diferenciadas.

[17] El lugar de la riqueza cambia según los diferentes contextos. En la visión cartesiana, la separación ontológica y metodológica entre Hombre y Naturaleza contribuye a concebir esta última como una estructura bio-orgánica y material que puede ser objeto de manipulación científica y tecnológica. Aquí, la idea de riqueza está unida a un valor de cambio que es activado por la apropiación del objeto Naturaleza. Por el contario, en la cosmovisión tradicional o en la de la antropología eco ambiental contemporánea la no separación Hombre x Naturaleza no permite esta objetivación de la naturaleza, que conserva siempre su dimensión mágica y unida al espíritu humano. Aquí, la riqueza tiene un valor de uso y está unida a la calidad del equilibrio ecocultural. Podríamos decir que la riqueza tiene un valor de vínculo y que aparece en los grupos comunitarios más bien como un don de la vida.

[18] A. Guimarães, "Pluralismo, cohesión social y ciudadanía en la modernidad: uma reflexión desde la realidad boliviana", en F. Wanderley (coord.*), El desarrollo en cuestión. Reflexiones desde América Latina*, CIDES-OXFAM, La Pax, 2011, p. 329.

[19] M. Hashizume, "A emergência do Katarismo. Tensões e combinações entre classe e cultura na Bolívia contemporânea", en *Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América* Latina, "Imperialismo, nacionalismo e militarismo", no Século XXI, 14 a 17 de setembro de 2010, UEL, Londrina, p. 89.

[20] A. Guimarães, *op. cit.*, p. 337.

[21] P. Stefanoni, "¿Y quién no querría «bien vivir»?", en *Critique et emancipación: Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, Año IV, n.7, 2012, p. 16.

[22] J. L. L. Rivera, "El paso de la autonomía de hecho a la autonomía de derecho. Reflexiones desde el caso boliviano", en A. Uzeda (org.), *Cultura y sociedad en Bolivia*, CISO-FACSO-UMSS, Cochabamba, 2010, p. 59.

[23] *Ibid,* pp. 53-57.

[24] M. R. Rivero, "El pluralismo jurídico en Bolivia: derecho indígena e interlegalidades", en F. Wanderley (coord.), *El desarrollo en cuestión. Reflexiones desde América Latina*, CIDES-OXFAM, La Pax, 2011, p. 372.

[25] J. L. L. Rivera, *op. cit.*, p. 51.

[26] I. Farah. et M. Gil, "Modernidades alternativas: una discusión desde Bolivia", en P. H. Martins e C. Rodrigues (coords.), *Fronteiras abertas da América Latina*, Editora da UFPE, Recife, 2012, p. 105.

[27] Sería interesante por otra parte profundizar en la comparación de las heterotopías de Bien Vivir con las de la Convivencia, que la crítica antiulitarista discute en Francia, para comprender sus particularidades y sus similitudes. A. Caillé, M. Humbert, S. Latouche P. Viverte, *De la convivialité: dialogue sur la société conviviale à venir*, La Découverte, París, 2011.

[28] E. Viveiros de Castro, *A inconstância da alma selvagem*, Cosac & Naify, São Paulo, 2002, p. 327.

[29] También la hemos encontrado en los científicos –antropólogos, geógrafos, biólogos entre otros– implicados en la crítica del dualismo cartesiano y comprometidos en organizar una nueva disciplina humana tejida en las nuevas fronteras disciplinarias como la de la antropología ecológica. P. Descola et G. Pálsson, *Naturaleza y sociedad: perspectivas antropológicas*, Siglo XXI Editores, México, 2001.

[30] E. Viveiros de Castro, *op. cit.*, p. 335.

[31] I. Farah et M. Gil, *op. cit.*, p. 100.

[32] Un momento muy particular de esta concientización neocomunitaria es la del conflicto alrededor de la distribución del agua en Bolivia y que ha sido divulgada por la excelente película *Conflictos del Agua*, o *También la lluvia* de la realizadora española Icíar Bollain, que se rodó en 2010. Este film revela bien el abuso de poder reciente en este país y la reacción popular contra las medidas gubernamentales de privatización del agua en beneficio de un grupo económico extranjero.

[33] Contribuye a relacionar los saberes comunitarios e intelectuales dentro de un movimiento colectivo que progresivamente ha cuestionado la filosofía utilitarista del progreso económico anclado en la lógica del mercado de bienes y servicios. Así se ha denunciado el carácter colonialista de un modelo de desarrollo mercantil anclado en la apropriación privada de los medios de vida, de la producción y de la reproducción social y que genera permanentemente desigualdades e injusticias sociales. En la organización de sus movimientos alter-sistémicos, los movimientos indígenas van a buscar en otro lugar, en el dominio del imaginario arcaico, los elementos necesarios para valorar la política en la refundación del territorio y del sistema de derecho.

[34] I. Farah et M. Gil, *op. cit.*, p. 105.

[35] F. Wanderley, "Las prácticas estatales y la ciudadanía individual y colectiva- Una mirada etnográfica de los encuentros de la población con la burocracia estatal en Bolivia", en *Iconos*, revista de ciencias sociales, no. 34, Flacso, Ecuador, 2009.

[36] Encontramos aquí un hecho curioso que emerge con la revalorización de la relación directa entre el hombre y la naturaleza, a saber, la idea de salario cambia también. En la medida en que el ideal de Bien Vivir invita a reinsertar la economía en el sistema comunitario, el salario retoma su función simbólica anterior como medio para asegurar los intercambios que conservan valores de uso. Es necesario adaptar el trabajo y el salario a un registro heterotópico donde se requiere, en primer lugar, garantizar el acceso de los individuos y las familias a los recursos arcaicos y la supervivencia, como el agua, el fuego, el aire, la tierra y aquellos orgánicos y minerales necesarios para la vida en general, antes que pensar en su mercantilización.

[37] El modelo boliviano no rechaza al mercado, pero lo limita a un juego donde el bien público es prioritario. Seguramente, debemos ser prudentes: el contexto boliviano es muy particular y no podemos pensar en exportar y universalizar el imaginario aimara. No cometamos el mismo error que el Occidentalismo, al tratar de universalizar una experiencia cultural particular.

Paulo Henrique Martins

Doutor em Sociologia pela Universite de Paris I (Pantheon-Sorbonne), Professor Titular do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco e do Programa de Pós-graduação em Sociologia, em Recife (Brasil), pesquisador do CNPq, Professor Honorário, Universidad Ricardo Palma (Peru), foi presidente da Associação Latinoamericana de Sociologia (ALAS).

Aldo Ferrer:

"Densidad nacional y equilibrios macroeconómicos"

Gustavo Lugones
Eduardo Rinesi

Aldo Ferrer es uno de los más destacados economistas argentinos y latinoamericanos ocupados del estudio de las condiciones para el desarrollo de los países de nuestra región, asunto al que dedicó libros ya clásicos como *El Estado y el desarrollo económico* (Raigal, 1956), *La Economía Argentina* (FCE, 1963), *Poner la casa en orden* (El Cid Editor, 1984), *El Capitalismo Argentino* (FCE, 1997) y *Vivir con lo nuestro* (FCE, 2002). Profesor emérito de la Unviersidad de Buenos Aires, fue el primer Secretario Ejecutivo del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), integra el Grupo "Fénix", dedicado al estudio de la economía argentina desde una perspectiva crítica del paradigma neoliberal que dominó la política y el pensamiento económicos en el país durante todo el último cuarto del siglo pasado, y ha recibido el premio Konex por su trayectoria en el campo del análisis económico aplicado. Fue, entre muchos otros cargos públicos que ocupó, Ministro de Economía de la Provincia de Buenos Aires y de la Nación, presidente del Banco de la Provincia de Buenos Aires y de la Comisión Nacional de Energía Atómica y embajador de la República Argentina en Francia. En la conversación que aquí se reproduce vuelve sobre el concepto de *densidad nacional* que acuñó hace ya años para explicar los requisitos para el crecimiento de los países de menos desarrollo, subraya la importancia de los equilibrios macroeconómicos para el éxito de las políticas que vienen impulsando los gobiernos nacionales y populares de toda la región y destaca el rol insustituible del Estado en los procesos de desarrollo capitalista con justicia e inclusión.

-El tema de la conversación que querríamos tener con usted, Aldo, es el desarrollo. Y la primera pregunta que querríamos hacerle es la pregunta por la pertinencia misma, hoy, de esa palabra, de esa idea. Porque uno dice "desarrollo", piensa en las teorías sobre el desarrollo que se produjeron, décadas atrás, en América Latina, y la sensación es que se trata de cosas bastante datadas...

–Después de la guerra, en pleno keynesianismo, en los países centrales, los países quedaron un poco librados a pensar su propia realidad. Y es en ese escenario de vacío donde surge todo este plantea alternativo latinoamericano. Pero después, en los años 70, hay un cambio en el escenario internacional: la cuestión financiera tiene un peso hegemónico terrible y coopta a los estados nacionales de los países centrales. Viene el consenso de Washington, viene todo el planteo de lo que se llamó el pensamiento único, absolutamente hegemónico hasta que se produce la crisis... Acá en la Argentina en el 2001 el desastre que provocaron después de 25 años, y a partir de allí empieza, y también en otras partes de América Latina, a resurgir un poco la vieja temática del estructuralismo, del desarrollo, de la industrialización, la idea de que no todo es el mercado, el papel del Estado, la tecnología, todos los temas que trabaja aquí el Ministerio de Ciencia y Técnica. Entonces hay actualmente un reverdecer de esta preocupación. Y yo lo noto personalmente,

porque como yo sostuve hace mucho tiempo esa tesis de vivir con lo nuestro, del desarrollo, etcétera. Y nadie me prestó mucha atención durante muchísimo tiempo. Pero ahora, como ha resurgido este tema, porque la crisis financiera internacional dejó a muchos países colgados del pincel, entonces me consultan mucho, porque ahora hay que repensar la cosa y atender la dimensión endógena. El desarrollo es un fenómeno que se da en un espacio nacional: la educación, la relación entre lo público y lo privado, si una sociedad no tiene capacidad para resolver estos problemas, no se lo van a resolver desde fuera. Incluso el proceso de acumulación es un proceso de orden nacional. Pero además este debate se está dando en el escenario internacional. Porque todo ese pensamiento hegemónico planteó la cosa de que el desarrollo se da a escala global, es decir, que el desarrollo de cada país es una expresión del desarrollo global. Y eso estaba muy metido también en el marxismo ortodoxo, de que todo es un sistema global, y la verdad es que la experiencia de los países asiáticos ha demostrado que hay capitalismo nacional. Que hay países que de pronto por sus condiciones políticas arman estados nacionales capaces de cambiar el mundo. Entonces hoy hay todo un replanteo, aunque la verdad es que desde el punto de vista de la política económica sigue imperando el neoliberalismo extremo.

-¿Y hacia dónde podemos ir? Porque hubo una época en que se cuestionó mucho nuestro modelo de crecimiento y nuestra pretensión de desarrollo a través de la sustitución de importaciones, por la falta de preocupación por las exportaciones y la mirada excesivamente endógena, etc.: hubo mucha crítica por ese lado. Después vino el paradigma del desarrollo hacia fuera: Asia, Japón. Pero la verdad es que hoy el camino del desarrollo por vía del crecimiento hacia fuera no parece plausible en la medida en que Europa va a tardar mucho en recuperarse, EEUU y Japón lo están haciendo muy lentamente... Para colmo, los países que crecen y que pueden ser demandantes de nuestros productos (China, India), nos compran productos básicamente primarios, entonces se vuelve al viejo esquema de Prebisch...

–Sí, claro: centro-periferia. Desde luego: podemos ser la periferia de China.

-Y el desarrollo basado en el crecimiento permanente de la demanda interna, que es una fórmula que en la Argentina ha dado lugar a inclusión, a crecimiento del empleo, a una recuperación de la industria, en fin, a un montón de resultados positivos, ahora otra vez se nos está haciendo difícil por la restricción externa, porque no hemos hecho el cambio estructural suficiente...

–Claro: éste es el tema. De todas maneras, lo que está muy claro es que los únicos países que se han desarrollado, de los emergentes, son los que tienen fuertes Estados nacionales, con intervenciones de política económica incluso respecto a la inversión extranjera... Países como Corea y otros aceptan la inversión extranjera para exportar, para traer tecnología, pero no le regalan el mercado interno. Y las empresas nacionales conservan una posición hegemónica. Aquí nosotros vendimos el mercado interno: De las 500 mayores empresas, más de 300 son filiales, y tienen más del 80% del valor agregado. Ese es el otro tema, ¿no? Yo trabajé bastante el tema de la globalización. Y entonces una pregunta que me hice fue: ¿por qué algunos países tienen éxito y otros no? ¿Cuáles son las condiciones? Y encontré una fórmula, a la que llamé la densidad nacional. Encuentro lo siguiente: que todos los países que tienen éxito tienen por lo menos cuatro condiciones básicas: una, un grado suficiente de inclusión social. Cuando vos tenés una sociedad muy fracturada, en la que hay unos pocos tienen todos los recursos, ésos en vez de estar asociados con sus pobres están asociados con los intereses de afuera. Fue lo que pasó acá: la oligarquía tenía toda la tierra. ¿Y cuál fue el socio?: Inglaterra. Entonces: ésa es una primera cuestión. Ligada a esto, la existencia de liderazgos que acumulan poder dentro del espacio reteniendo los recursos en vez de acumular poder como agentes de intereses transnacionales. Agentes corruptos, incluso, a

veces. Es decir, la existencia de lo que suele llamarse una burguesía nacional. Liderazgos. Que no es solamente el empresariado: son los liderazgos políticos, culturales. Todos estos países exitosos tienen una fuerte impronta nacional. El tercer factor es el marco institucional. Estabilidad de largo plazo, bajo diferentes regímenes: puede ser democracia, puede ser monarquía, puede ser China: Partido Comunista. Pero hace falta estabilidad para que existe un estado desarrollista, que tenga suficiente autonomía y poder como para poner en marcha la cosa. Y el cuarto elemento que yo encuentro son las ideas. Es decir: todos estos países exitosos no se compraron el pensamiento céntrico. Ninguno se manejó con el consenso de Washington: hacen política nacionalista, con pensamiento propio. Entonces, éste es un concepto que yo uso bastante: el concepto de densidad nacional. Y efectivamente, si uno hace la lista de los países a los que les ha ido bien, regular o mal, encuentra que estos cuatro factores son muy importantes. Si uno ve la historia nuestra, el siglo pasado tuvimos más de cincuenta años de inestabilidad institucional, históricamente nuestra clase dirigente estuvo asociada a Gran Bretaña, en materia de pensamiento hemos estado capturados durante muchísimo tiempo por el pensamiento neoliberal, la inclusión social se fracturó... Es decir: nosotros tuvimos debilidades en nuestra densidad nacional muy graves. Y en cierto sentido se puede decir que la mejora que se ha observado en la última década es como una cierta mejora de la densidad nacional. Mejoró la calidad de los liderazgos: los que conducen el Estado no están cooptados por la especulación financiera ni por los grupos económicos, han demostrado un grado de autonomía notable, han hecho cosas confrontativas. El tema de la deuda: cuando plantearon el tema de la deuda sin el Fondo, contra los mercados. La cosa de las AFJP: recuperaron un recurso fundamental. El tema de YPF...

-El "No" al ALCA...

–El "No" al ALCA. Claro: ahí está. Entonces: ha habido una mejora de los liderazgos. Hay una consolidación institucional. La democracia resistió a la crisis del 2001: en medio de la crisis se pudo armar un gobierno, hay división de poderes, hay seguridad jurídica porque hay división de poderes...

-Esto de los liderazgos y las ideas (dos de los cuatro elementos de la densidad nacional que usted menciona) me hace acordar a cosas que decía Jauretche...

–Ah: yo lo cito mucho a Don Arturo. Yo fui amigo...

-Jauretche insistía mucho en esto de que hemos crecido como sociedad mirando lo de afuera como lo bueno y lo de adentro como lo malo.

–Jauretche tenía una frase extraordinaria. Decía: lo nacional es lo universal visto por nosotros mismos.

-Cuando usted mencionaba lo de los liderazgos, decía: por un lado, los liderazgos políticos...

–... económicos, culturales...

-... y por otro lado, la conformación de una burguesía nacional.

–Que es básicamente una construcción política. Es un fenómeno de formación histórica. Acá la burguesía se formó sobre esas bases que estábamos diciendo: la oligarquía, los factores de alineación fueron muy fuertes. Y el peronismo, que trató de generar una burguesía industrial, se quedó a mitad de camino... Pero es una construcción. El caso de Corea. Corea es un país increíble: era un país extraordinariamente atrasado. Y los tipos decidieron hacer la electrónica y la informática, e hicieron una cosa fantástica. Y construyeron un empresariado que tiene hoy firmas automotrices que compiten con las grandes corporaciones. Es decir, la burguesía nacional es una construcción política. Estoy trabajando sobre eso, ahora. Porque cuando se construye inicialmente lo que después se llamó la burguesía nacional, en el capitalismo temprano, por ejemplo, en la primera revolución industrial: ¿quiénes eran los tecnólogos? Los herreros. La tecnología de punta la hacían los tipos que hacían

fierros. Y los comerciantes. Entonces: ahí, en medio de una sociedad medio feudal, surgen núcleos dinámicosespontáneos, de abajo, que cuando alcanzan peso se alían al Estado. Cuando esa expansión comercial del mercantilismo se empieza a proyectar afuera, ahí la burguesía se alía al Estado. En cambio, en estos países que hemos sido dependientes, con estructuras subdesarrolladas... ¿qué burguesía nacional? Es una construcción política. Y nosotros hicimos el intento... Por ejemplo, el primer peronismo fue un intento. Y ahora también. Con dificultades. Que es una cosa que a mí me interesa mirar bien ahora. Porque la verdad es que el desarrollo hay que hacerlo con economía de mercado, es decir, donde el sector privado es muy importante. No hay históricamente todavía ningún caso de un país desarrollado fuera de la economía de mercado. La primera experiencia a gran escala fue la Unión Soviética, y ya sabemos cómo terminó. Y en América Latina, Cuba, que ha hecho una gran revolución cultural, si quieren, y social, pero que sigue siendo un país atrasado. Entonces, ¿cómo desarrollar una economía de mercado? Para desarrollar una economía de mercado hay que tener un estado nacional desarrollista y una burguesía. Y esto es lo que hay que articular. Y para eso hay que defender la soberanía y la capacidad de autonomía de las políticas públicas. El Estado no puede quedar capturado: tiene que ser autónomo de los poderes fácticos. Y la Argentina ha demostrado que esta autonomía existe. Pero si no se conservan los equilibrios macroeconómicos, en un país que tiene todos los recursos para mantenerse con sus propios medios, la cosa se complica. ¿La culpa la tienen los empresarios? A ver: que son pescadores de río revuelto, claro. Ahora el problema es por qué el río está revuelto. Entonces, éste es el desafío: cómo el gobierno nacional y popular construye una vía de desarrollo dentro de una economía de mercado que implica necesariamente una convivencia con el sector privado, incluso corporativo. Que por definición son reaccionarios. Vos los agarrás y a los tipos les gusta el poder, son neoliberales, quieren ganar plata.... ¡Pero es con esos tipos que hay que trabajar! Entonces: el problema que tienen estos gobiernos nacionales y populares es cómo administran la macro. Porque si la casa no está en orden...

-Ese sería el punto suyo.

–Este es el punto fundamental.

-Esto no lo decía un estructuralista hace veinte años.

–No, no, sí: Prebisch lo decía, sí.

-Bueno, es verdad: Prebisch sí.

–Prebisch insistía mucho en el orden macroeconómico. Y también es cierto que en esa época no le prestábamos tanta atención. Y hoy tenemos que hacerlo: es importante que el Estado no pierda la capacidad de ordenar la cosa, no se puede hacer cualquier cosa con las finanzas públicas... Pero ahora este énfasis en el orden macro ha ganado importancia. Yo creo que es el problema que tienen estos gobiernos nacionales y populares: que se desvíen por ineficacia, que se empiece a desequilibrar la cosa debido a gastos innecesarios, subsidios..., que se atrase el tipo de cambio. Eso produce crisis de expectativas, inflación, fuga de capitales... Más todavía en un país que no tiene moneda nacional. Porque, a ver: una moneda cumple tres funciones: es un medio de cambio, es una referencia de valor y es un medio de ahorro. Acá no: acá no se puede ahorrar en pesos. Entonces, ante la menor crisis de expectativas, la gente dolariza. E incluso tampoco es una referencia de valor, porque a los precios de los inmuebles los fijamos en dólares. Cosa que no les pasa a los brasileños. Los brasileños tienen otros problemas, que son muy serios: tienen una economía que se está reprimarizando, las grandes ganancias son las del sector financiero, tienen una balanza comercial deficitaria... pero no piensan en dólares: piensan en reales. Pero, en fin: lo que quiero decir es que en la medida en que el Estado pierde la capacidad para ordenar la cosa, en la medida en que se entra en desequilibrios macroeconómicos, se deterioran las expectativas, se estimula la inflación, la fuga de capitales, y se corre el riesgo de que entonces se diga (como los gobiernos pueden tener la tentación de decir) que la culpa del asunto la tienen estos tipos: los empresarios. De nuevo: el argumento de los pescadores de río revuelto. Pero es que los tipos son empresarios: quieren ganar plata. Los empresarios están para ganar plata, y el asunto es

dónde se puede ganar plata. Hay condiciones en las que los empresarios pueden ganar plata produciendo; hay otras en las que ganan plata vendiendo el patrimonio nacional, especulando, manipulando cosas... Entonces: el asunto es generar las condiciones para una sinergia positiva entre el gobierno y el sector privado.

-Y usted cree que hay condiciones para eso.

–Yo creo que hay condiciones: Hemos recuperado un Estado nacional, el Estado no está cooptado por la especulación financiera, se han recuperado instrumentos, el sector agrario ha crecido de una manera extraordinaria, el mercado internacional es propicio para muchas cosas. Es decir, yo creo que hay una plataforma distinta. Sobre todo en un país con la cantidad de recursos que tiene el nuestro. Y con la capacidad de gestión que existe acá, y con el pensamiento que ha desarrollado, no sólo en la Argentina, sino en toda América Latina, sobre los problemas de la ciencia y la tecnología, y que ahora se está recuperando: Jorge Sábato, Varsavsky, las políticas del compre nacional, desatar el paquete tecnológico... todas esas cosas. Yo escribí un libro que recoge un poco todo este debate, que ahora vuelve a tener mucha actualidad. Se llama *Tecnología y política económica en América Latina*. Lo escribí en 1972 y ahora me dicen que me lo van a reeditar. Es que hay una recuperación de todas estas discusiones ■

Gustavo Lugones

Licenciado en Economía por la Universidad de Buenos Aires, es Director General del Consejo Interuniversitario Nacional (CIN) de la Argentina y docente-investigador de la Universidad Nacional de Quilmes, institución de la que ejerció el rectorado en el período 2008-2012.

Eduardo Rinesi

Politólogo, Doctor en Filosofía por la Universidad de San Pablo, Brasil, ha enseñado en diversas universidades públicas de la Argentina y en el Colegio Nacional de Buenos Aires. Es investigador-docente en la Universidad Nacional de General Sarmiento y rector, desde 2010, de esa Universidad.

Edgardo Lander:

"Durante décadas en América Latina no hubo un cuestionamiento profundo a las lógicas del desarrollo como tema histórico-conceptual"

Adrián Padilla Fernández

El sociólogo venezolano, profesor titular de la Universidad Central de Venezuela, miembro del Consejo Hemisférico para las Américas del Foro Social Mundial y activista de luchas sociales en Venezuela, sostuvo una conversación con HORIZONTES LATINOAMERICANOS en torno al tema central de este número: **Balance y perspectivas del desarrollo en América Latina.**

¿Desde dónde y cómo se puede realizar un balance del desarrollo en América Latina? ¿Cómo se puede construir esa problemática y cómo la podemos visualizar desde su trabajo intelectual, reflexiones y perspectivas?

Hablar sobre el desarrollo en América Latina implica necesariamente meterse en el tema del desarrollo como tal, el tema histórico-conceptual. ¿Qué entendemos por desarrollo? ¿Qué es el desarrollo? Hay un patrón civilizatorio que identificamos con la cultura occidental, con 500 años de capitalismo, que ha tenido trasmutaciones en el tiempo, nuevas palabras, nuevos argumentos, nuevas nociones, pero que forman parte de una visión extraordinariamente antropocéntrica, de asalto permanente sobre el resto de la vida, sobre el resto de la naturaleza y la noción de que todo lo que está en el entorno de los seres humanos está ahí para satisfacer las crecientes necesidades de los seres humanos.

Esas concepciones te llevan a la idea del progreso, a nociones de filosofía de historia, como una historia que avanza con pasos crecientes a la abundancia material. En la época de la postguerra se establece internacionalmente, dentro de la pugna de la Guerra Fría, esta noción del desarrollo. Un desarrollo que constituye fundamentalmente una forma de clasificación muy colonial de las diferentes sociedades del planeta y establece que hay sociedades que ya llegaron a la abundancia, a la sociedad urbana, a la sociedad industrial donde estarían satisfechas las necesidades de la población etc., y están las sociedades atrasadas, denominadas de diferentes formas, pero que tienen que ser sociedades desarrolladas.

Entonces, en esta estructura del sistema mundo que no sólo es una estructura de poder y una estructura militar, sino que también está en una estructura cognitiva, en una estructura de las ciencias sociales, en una estructura institucional, en una estructura burocrática, en una estructura de formas de entender y operar en la institucionalidad internacional de las Naciones Unidas etc., se establecen estas clasificaciones de países en desarrollo, desarrollados y sub desarrollados, y se plantea como el gran reto del mundo después de la guerra el desarrollo del mundo no desarrollado. Esto forma parte de la Guerra Fría en términos de la necesidad de demostrar que es posible mejorar las condiciones de vida de la población del Sur por vías del capitalismo y no necesariamente optando por una

vía socialista. Entonces, es también, un concepto que tiene una carga política, geopolítica muy directa, muy inmediata.

Como decía, esta es una concepción absolutamente colonial. Una lectura del mundo del Norte, del mundo industrializado, desde la sociedad liberal industrial que se asume a sí misma, como punto de llegada de la historia y ve a todo los demás como inferiores. En relación a esa experiencia esto tenía históricamente un contenido también racial muy fuerte: que son pueblos blancos y que los otros como pueblos son vistos como inferiores o pueblos que requieren de la ayuda, de la carga del hombre blanco para llevar la civilización o las nociones de la evangelización de aquellos que no han tenido acceso a la palabra divina. Es la repetición de esa lógica vertical, de esa lógica colonial, de esa lógica en donde hay unos que saben y otros que requieren ser llevados de la mano. La experiencia del desarrollo de estas políticas de desarrollo y de esta concepción del rumbo inevitable ha sido francamente desastrosa para el Sur en su conjunto.

La noción de desarrollo ha sido una noción extraordinariamente economicista, una noción que trata de sacar a la gente de un determinado nivel de un dólar diario persona o dos dólares diarios, persona de acuerdo a diferentes criterios de medición, absolutamente arbitrario, con una abstracción total de los condicionantes de carácter histórico cultural, social de las diferentes sociedades. De esta manera, se desarrolla también, las ciencias sociales, lo que se llama sociología, la antropología del desarrollo que termina construyendo una especie de plantilla estándar de cómo deberían ser las sociedades y esta plantilla estándar se coloca sobre otras sociedades y por supuesto el contraste es la deficiencia de la otra sociedad, males de la otra sociedad, enfermedades de la otra sociedad que requieren intervención; que requieren intervención y se da como un médico trata al cuerpo de un enfermo. Los expertos que tienen que decirle a esta sociedad cómo actuar, cuáles son los males que encuentran, encuentran males en la producción agrícola, encuentran males en los patrones familiares, encuentran males en las diferentes formas de constitución de estas otras sociedades y cada una de esas, entonces, requieren expertos, requieren misiones de las Naciones Unidas, requieren agencias de desarrollo, requieren financiamiento externo, requieren políticas públicas destinadas a transformar la sociedad para que deje de tener estas carencias y se parezca cada vez más a la plantilla. Pero resulta que en este orden del sistema del mundo colonial moderno, la existencia de este mundo llamado desarrollado y la existencia de ese otro mundo, no son sino simplemente unos procesos que no ocurrieron en forma paralela sino que ocurrieron, históricamente, en forma absolutamente articulada y esto es lo que tiene que ver con los debates sobre el tema de colonialidad. Cuando en los debates latinoamericanos contemporáneos sobre el tema de la colonialidad y la relación entre modernidad y colonialidad se argumenta fundamentalmente que la visión eurocéntrica, de acuerdo a la cual la modernidad es un producto de las particularidades de la sociedad europea, y entonces esa modernidad se fue expandiendo al resto del mundo, es una tergiversación total de cómo ocurrieron los fenómenos históricos. La modernidad ha sido un proceso global que ha tenido su cara vista por los europeos, como cara luminosa, que es la cara de la mayor abundancia, la cara de la apropiación de los frutos de la modernidad como un proceso que tiene su otra cara constitutiva de la modernidad que es la colonialidad; es el imperialismo que es el exterminio, que es la esclavitud.

Por ejemplo, cuando uno piensa en momentos ondeantes del orden capitalista mundial y la constitución de lo que fue la mercancía más importante de los momentos iniciales del comercio atlántico: fue la esclavitud. Los esclavos como mercancía y los esclavos productores de mercancía para el mercado mundial, nos estamos refiriendo a una actividad plenamente capitalista, en este sentido plenamente moderna, entonces, es tan moderna la esclavitud y la organización de la producción de las haciendas en el Caribe y en Brasil como es moderna lo que ocurrió posteriormente con la organización fabril en la Revolución Industrial. Entonces, pensar que uno puede identificar la trayectoria histórica de los supuestos países modernos como una trayectoria que fue independiente de los otros países es

obviamente una distorsión, ya que las condiciones que hicieron que estos países tengan los niveles de vida y las condiciones de acumulación que tuvieron son consecuencia directa del despojo permanente histórico sobre el resto del planeta, no hay otro planeta disponible mas allá, para que ahora los que no están incluidos se incluyen con esa misma lógica.

Por otra parte, esta visión extraordinariamente economicista pretende mirar el mundo desde una cuantificación de la producción y esto es por supuesto desde el punto de vista humano una brutal destrucción de la vida, desconoce por completo la existencia de tradiciones, historias de culturas, de formas de entender la vida, formas de entender las relaciones de los seres humanos con el entorno y pretende aplastar todo eso a nombre de la modernidad, a nombre del progreso, a nombre del desarrollo, entonces estas políticas a lo que han conducido es fundamentalmente a intentar incrementar el producto bruto con una extraordinaria violencia sobre las comunidades de los pueblos de este continente que tienen no sólo la carga de la historia colonial imperial, sino también tiene una tradición, una resistencia, unos valores, unas formas de articulación y solidaridad como comunidad que ha estado permanentemente amenazada, afectada por las nociones que las cosas hay que hacerlas por la forma moderna. Hacer las cosas modernas significa por ejemplo que la producción agrícola campesina es considerada como atrasada y como algo a superar y la necesidad de la producción industrial mecanizada, moderna de la industria transgénica y eso sería progreso, eso sería modernidad con todas las consecuencias que sabemos que ellos tienen.

¿Pudiéramos ir localizando los lugares donde se construye o se cultiva el pensamiento que sustenta por ejemplo estas visiones? ¿De cómo los Estados elaboran las políticas públicas con los elementos que se van generando en lugares privilegiados del pensamiento como las universidades y los centros de investigación? ¿En América Latina se podría señalar una visión crítica o alternativa también a estas visiones más hegemónicas? ¿Pudiéramos visualizar en el pensamiento latinoamericano algunas pistas de modelos alternativos o alternativas al desarrollo o los elementos que consolidan la sustentación de prácticas que se han dado o han sostenido lo que son las políticas en la región? Nos referimos a algunas tradiciones del pensamiento latinoamericano como las teorías de la dependencia y otras reproductoras de pensamiento hegemónico ¿Cuál es su visión y experiencia como académico?

En general, en términos de estas nociones de desarrollo, progreso, la academia latinoamericana ha sido muy consistentemente colonizada. Ha sido a lo largo del tiempo muy hegemónico en las universidades del continente el compartir aspiraciones, a veces en términos bastantes caricaturescos y brutales, extraordinariamente racistas de la necesidad de mejorar la composición racial de la población y traer inmigrantes europeos para mejorar la raza y por esa vía llegar al progreso, pero sin que tenga que llegarse a esos extremos ha sido extraordinariamente dominante y las voces críticas han sido bastante marginales, sobre todo en el mundo académico. Por otra parte, ha habido pensamiento y prácticas, por supuesto, de resistencia de los pueblos indígenas. Son 500 años de resistencia y una cultura viva en reproducción, creación-transformación que ha optado por otra cosa. Inclusive en el momento de auge de la lucha social y popular en América Latina, sobre todo en la década de los años 60, todo lo que fue la transformación de la universidad y su entorno, la politización de la universidad en el auge del movimiento estudiantil y la reflexión de lo que fue llamado la perspectiva de la dependencia. Aquí se cuestionó muy radicalmente el tema de la relación de desarrollo y subdesarrollo y la concepción del desarrollo como producto de la lógica del subdesarrollo históricamente, o como producto de la lógica del desarrollo del capitalismo global etc., pero no hubo un cuestionamiento profundo en ese momento del tema del desarrollo. Hubo un cuestionamiento de cómo llegar al desarrollo, pero no hubo un cuestionamiento sobre el desarrollo, como tal, eso vino después.

Hay otros aspectos fundamentales que tenemos que tomar en cuenta en los debates actuales y porqué en este momento efectivamente, el tema del desarrollo y alternativas del desarrollo y la búsqueda de otras opciones está presente. Son dos asuntos absolutamente medulares, que no formaban parte, sino de una forma marginal, de los debates políticos y teóricos del continente. Uno tiene que ver el tema de otra mirada, otra práctica y otros niveles de lucha en relación con el mundo indígena popular. En América Latina hay un fortalecimiento en estas últimas décadas de la identidad y la capacidad de organización y movilización de los pueblos indígenas, que han logrado romper con la lógica monocultural del Estado liberal, que concebía que para que los pueblos indígenas llegaran a ser ciudadanos tenían que dejar de ser indígenas, en esa visión esas formas de construcción de comunidad, de historia, de cultura, eran expresiones de atraso y en el modelo de ciudadanía, del ciudadano liberal moderno, en el individualismo posesivo había una imposición de una lógica monocultural liberal sobre la organización de la sociedad y esto se hizo con violencia durante mucho tiempo. Por ejemplo, en el caso de Bolivia hasta la revolución del año 52 los pueblos indígenas no tenían derecho al voto, no eran parte de la sociedad boliviana dos siglos después de la independencia. Esta recuperación de la capacidad de lucha, de la capacidad de construcción simbólica, de la capacidad de utilizar las herramientas de los debates internacionales de otras partes para la defensa de la propia cultura, de los propios territorios como dimensión fundamental de la posibilidad de la reproducción cultural, forma parte de algo que en el pensamiento hegemónico académico en América Latina, con relativamente pocas excepciones como Mariátegui, por ejemplo, no formaba parte de la interpretación, de la mirada de la realidad. Lo mismo del punto de vista político, la izquierda en general, en América Latina ha sido históricamente muy poco sensible al hecho de que esta sociedad no es simplemente la reproducción de la sociedad europea en otro lugar, sino que es una sociedad con una extraordinaria heterogeneidad histórico estructural con una extraordinaria diversidad cultural, como diría Aníbal Quijano, y hay que dar cuenta de esa diversidad y cualquier proyecto en transformación tiene que partir de esa diversidad, de esa cultura, de esos sujetos, de esos pueblos y no de un sujeto imaginario que es el proletariado transformador industrial, que en algunos países empíricamente no ha tenido mayor peso en la sociedad.

Y el otro asunto absolutamente crítico, que hasta hace unas pocas décadas era un no tema y ahora es el piso básico sobre el cual hay que pensar cualquier posibilidad de futuro, que es el tema de los límites del planeta. Ahora se habla de la crítica del desarrollo, de la imposibilidad de una sociedad de crecimiento sin fin en un planeta limitado, de la posibilidad de pensar en otras formas de relacionarse los seres humanos con su entorno, con la naturaleza; se piensa en cosas aparentemente tan absurdas, desde el punto de vista liberal, como los derechos de la naturaleza, etc. Todo esto dejó de ser una opción, se convierte ahora en un asunto de vida o muerte, o la humanidad confronta la imposibilidad de seguir con este ataque sistemático de devastación de las condiciones que hacen posible la vida en este planeta, o la vida tal como la conocemos podrá desaparecer en pocas décadas. Entonces, esta dimensión de los límites del planeta, esta que tiene su expresión más dramática en el cambio climático y las consecuencias que éste tiene y se prevé seguirá teniendo, coloca la urgencia de repensar las formas de relacionarse los seres humanos con la naturaleza y esto, por supuesto, no es sólo un asunto económico, es un asunto económico en las formas de producción y de consumo, pero obviamente también, una forma de producir conocimiento, una forma de entender la vida, una forma de entender qué es eso que se llama y que ha sido denominado naturaleza, cuál es la relación de los seres humanos con el resto de su entorno, cuál es la diferencia de una forma de entender el entorno como una fuente permanente de recursos para acumular y otra visión que entienda la necesidad de establecer una relación de reciprocidad y armonía, de la posibilidad de la reproducción en el tiempo de esas relaciones con el entorno y eso, por supuesto, es un costo civilizatorio extraordinariamente profundo que se está dando y lo podemos ver en muchos lugares del mundo, lo podemos ver sobre todo, en los pueblo indígenas del mundo andino, lo podemos

ver en una riqueza de búsqueda a nivel local en lo que se ha denominado los comunes que es una perspectiva de entender mas allá del Mercado y del Estado, la relación gestionada democráticamente del entorno donde vive la gente, gestionar el agua, gestionar lo común, no sólo como público estatal sino como lo que pertenece a todos porque todos tenemos responsabilidad y obviamente esto encuentra extraordinarios límites y resistencia en toda la estructura del sistema global que está montado sobre el supuesto de la acumulación y la acumulación requiere crecimiento continuado.

En esa línea, pudiéramos estar pensando algunos elementos de referencia de este tiempo más contemporáneo, constatar el tema de cómo se viene dibujando el mapa geopolítico de la región en los últimos tiempos, inclusive con elementos como los que acaba de señalar, en cuanto a lo que pudiera ser un planteamiento o una propuesta de cambio. Nos referimos al Sumak Kasay, Sumak Qmaña, o el buen vivir conceptualmente. Entonces ¿cuáles serían las contradicciones en tener Estados que se están pautando por un proyecto político-cultural alternativo, que indudablemente afecta la acción hegemónica con espacios regionales como ALBA, UNASUR, CELAC y la ampliación de MERCOSUR? También podemos indicar el caso de la querellas jurídicas entre corporaciones capitalistas como la Chevront y la Exxo con los gobiernos de Ecuador y Venezuela, respectivamente ¿Cómo mirar estos proyectos o estas posibilidades de gestionar Estados con estos elementos? ¿Cómo allí se muestra lo contradictorio? ¿Cómo pudiéramos mirarlo, pensarlo?

Los procesos de este giro llamado de izquierda, o llamado giro progresista en América Latina están atravesados por profundas contradicciones, no sólo problemas, sino presiones estructurales básicas que tienen que ver con la contradicción de la posibilidad real de una ruptura con este patrón civilizatorio hegemónico. Es en términos de estas concepciones como la lógica de crecimiento, desarrollo y fortalecimiento de Estado central fuerte que en realidad en cada uno de los países se ha venido imponiendo. En América Latina, en estos años, han ocurrido cosas muy importantes. El hecho que se haya, a través de la resistencia y movilización popular, derrocado a las dictaduras militares, el hecho de que los gobiernos democráticamente electos que implementaron políticas neoliberales encontraron mucha resistencia, inclusive fueron derrotados por la movilización popular, el hecho de que hayan llegado a los gobiernos, partidos y representantes de sectores que expresan esta lucha y movimientos populares en diferentes partes, mas a la izquierda, mas socialdemócrata, pero en todo caso absolutamente diferentes a la lógico neoliberal, que vino operando anteriormente, ha sido muy importante. Los niveles de articulación y movilización que se dieron en los movimientos populares en América Latina, en estos tiempos de lucha contra el neoliberalismo ha sido en el planeta el lugar de la esperanza. La construcción de la experiencia del Foro Social Mundial, las articulaciones del ALBA y de la resistencia contra el ALCA y la capacidad de articulación de movimientos desde Canadá hasta el Sur para articular la acción conjunta del movimiento para resistir a un proyecto de estas dimensiones, que era el principal proyecto geopolítico imperial de ese momento, constituyen transformaciones muy importantes del punto de vista geopolítico, la construcción de estas otras modalidades de relación y articulación y de relación con países de América Latina fundamentalmente UNASUR, igualmente CELAC, la ampliación de MERCOSUR, forma parte desde el punto de vista geopolítico de desplazamientos muy importantes en que esta región ha dejado de ser un patio trasero simplemente para la voluntad del gobierno de los Estados Unidos y sus corporaciones, sino por lo contrario, ha desarrollado una capacidad de autonomía política importante. Procesos como la creación de PETROCARIBE que tiene tanta importancia después de la elevación de los precios del petróleo para las Islas del Caribe y países Centroamericanos que no tienen petróleo son una expresión de otra forma de articularse y relacionarse. Han habido crisis políticas importantes en algunos países como por ejemplo, cuando hubo la amenaza golpista en Bolivia por

sectores de la derecha, inclusive con tendencias de fraccionar el país, la capacidad de respuesta de UNASUR de convocar una reunión de emergencia en Santiago de Chile donde todos los países, inclusive los países de la derecha suramericana, le dieron un apoyo fuerte incondicional al Gobierno sin la participación de los Estados Unidos ni de Canadá, fue un hito, un antes y un después, en la forma de abordar los problemas porque hasta ese momento cualquier problema iba a Washington a la OEA, y la OEA, con la influencia prioritaria o la imposición de los Estados Unidos, era el lugar de resolver los problemas.

En la situación venezolana, digamos los primeros meses del año 2014, encontramos una situación similar, por más que Estado Unidos y Canadá intentaron utilizar a la OEA como instrumento para la descalificación del gobierno bolivariano, intención de aplicar la carta democrática etc., no les fue posible y nuevamente UNASUR juega un papel importante como lo es en la mesa de negociación entre gobierno y oposición. Hay una situación en ese sentido, pero desde el punto de vista de la posibilidad de repensar el patrón civilizatorio, afrontar los temas de otra forma de relación con el entorno, afrontar seriamente el tema de la construcción de una sociedad plurinacional, una sociedad que reconozca la existencia de diferentes culturas y no un Estado monolítico unicultural y tener capacidad de plantear alternativas de esta lógica devastadora del desarrollo del crecimiento sin fin, nuevamente América Latina parecía ser el lugar de la esperanza, el lugar donde esto era posible, tan posible que se establecieron como consecuencias de estas luchas anteriores, la victoria de proyectos de cambio en Ecuador y Bolivia donde se establecieron nuevas constituciones, inclusive en el caso ecuatoriano por primera vez en la historia, una constitución habla de los derechos de la naturaleza y parecía que se estaba iniciando una direccionalidad de transformación, de cuestionamiento de esta lógica y de cuestionamiento de las formas del extractivismo y la inserción primaria exportadora de América Latina en mercado de venta Nacional. Lamentablemente a 15 años de gobierno venezolano o viendo menos años, pero igualmente en la experiencia de los otros países esto no ocurrió en toda América Latina, sin excepción. Durante estos años se ha producido un afincamiento de la lógica primaria exportadora en prácticamente todos los países, hoy en el valor total de las exportaciones el componente primario es mayor de lo que era anteriormente. Inclusive en el caso de Brasil gran potencia en desarrollo, hoy Brasil tiene un componente de exportación industrial menor al que tenía hace 10 -15 años. Aquí juega un papel muy importante la expansión acelerada de la economía China, como consecuencia de ese extraordinario desarrollo que ha llevado a China a ser la segunda economía del planeta -y no debe pasar mucho tiempo antes que sea la economía más importante-, ha generado una demanda y un aumento de los precios muy acelerado en las principales producciones de América Latina, ha habido un aumento en la demanda en el precio del cobre, del petróleo, de la soya, de los principales productos que se generan en la región. En consecuencia, estos gobiernos se encuentran ante unos claros dilemas, tienen por una parte una demanda social, una deuda social que viene de 500 años de orden colonial y de unas décadas de lógica neoliberal que acentuando esta herencia colonial redujo el Estado, abrió los mercados, produjo desmantelamiento de políticas públicas, produjo crecientes exclusiones y desigualdades y cuando llega al gobierno un partido denominado popular la expectativa es que este gobierno tenga capacidad de responder a esas demandas de la población, sobre todo las demandas de la población urbana popular que en América Latina es la mayoría, ya que la mayor parte de la población vive en ciudades, inclusive, en las ciudades más grandes. Entonces se producen contradicciones y tensiones entre lo que aparece como el proyecto de futuro de país, tal como aparece en la Constitución que es una especie de pacto social, de acuerdo común de hacia dónde debe caminar la sociedad y las políticas que el gobierno va definiendo en el corto plazo en función de, por una parte, responder a estas necesidades reales de la población y, por otra parte, preservar el apoyo electoral que le permita seguir en el gobierno para poder seguir haciendo las cosas que piensa que debería hacer. Esto ha llevado sobre todo en el caso de Bolivia y Ecuador, donde hay un movimiento y una organización indígena fuerte que tuvo un papel muy importante

en la llegada al gobierno de estos partidos, ha significado una fractura entre esta base indígena popular y las políticas que desarrolla el gobierno. Hay dos conflictos simbólicos en estos dos países que es el conflicto de la carretera del TIPNIS en Bolivia y el conflicto del YASUNI en el caso de Ecuador, que son simbólicos, paradigmáticos, de este tipo de ruptura que indica que en estos países hay claramente una opción por el desarrollo, por el crecimiento, por la lógica del extractivismo sobre los proyectos de transformación civilizatoria que están contemplados en las Constituciones.

El caso venezolano es diferente pero más problemático aún, porque en la Constitución venezolana del año 1999 no estaba planteado, en una forma orgánica, una noción de transformación civilizatoria en relación a estos temas del desarrollo, como si estuvo en las otras constituciones que fueron posteriores, pero aparece muy categóricamente el tema por ejemplo del capítulo 8 referido a los pueblos indígenas y eso es ya una direccionalidad de transformación, de reconocer el carácter pluricultural y todo lo que eso significa en términos de la garantía de la demarcación territorial para los pueblos indígenas, más como condición de la posibilidad de poder sobrevivir su cultura etc. Pero, ¿qué ha ocurrido? Primero, que en el ámbito indígena, que es el única ruptura en este sentido -no me refiero a las políticas públicas ni políticas sociales y todo lo que significa como conquista importante de la Constitución, sino a la dimensión de la ruptura civilizatoria y la búsqueda de una opción al desarrollo - en ese ámbito no ha ocurrido nada, ha ocurrido más bien una política de continuidad, una política colonizadora de los pueblos indígenas, el Ministerio de los Pueblos Indígenas ha jugado un papel lamentable aunque sus principales funcionarios han sido indígenas, pero es una mirada de los indígenas como pobres, pobres carentes, pobres que requieren la asistencia y esta asistencia es la construcción de las mismas lógicas de las políticas sociales como con el resto de los ciudadanos sin en realidad reconocer el tema de la construcción cultural como eje central de la posibilidad de preservación de los pueblos indígenas, inclusive en la sustitución de los liderazgos tradicionales en los pueblos indígenas por consejos comunales y este tipo de acciones que lo que significa es un atropello de tales dimensiones que si esta política sigue por unos años más este gobierno va a tener mayor eficacia en la eliminación de la diferencia en 20 o 25 años que en 500 años de colonialismo, porque durante estos los años de colonialismo la posibilidad de escaparse hacia los márgenes permitió a los pueblos indígenas la preservación de la diferencia cultural en una forma acorralada, expulsada, precaria. Pero la capacidad que tiene con los recursos actuales con el gobierno venezolano para llegar hasta el último rincón, en lugar de ser una política de fortalecimiento y preservación de las estructuras, redes y cultura lo que está haciendo es socavarlas sistemáticamente.

Hay unos problemas severos en terrenos más amplio de la política económica, hoy en Venezuela nos encontramos que hemos llegado al límite, yo creo que es la crisis terminal del modelo rentista petrolero, esta crisis terminal parece que hubiese caído del cielo, de un día para otro, pero en realidad vienen acumulándose desde hace tiempo, pero nuevamente el hecho de que el gobierno venezolano haya permanentemente priorizado el tema del gasto público y la política social, la necesidad de responder a los temas de la educación, de la salud y de la vivienda etc., sobre la construcción de modelos productivos alternativos hacen que nos encontremos que, por un lado, si uno ve las estadísticas de lo que ha ocurrido en el país desde el punto de vista de la educación, la salud, de la alimentación, han habido efectivamente cambios muy significativos pero uno voltea y dice “esto sobre qué se sustenta” y resulta que no se sustenta sobre las transformación del modelo productivo, sino que se transforma inclusive en acentuación de la lógica rentista del modelo petrolero. Mientras en el año 1998 en el valor total de las exportaciones de Venezuela el petróleo representaba como 63% hoy representa el 96%. Claro que esta cifra es un poco tramposa porque se debe en gran medida a la elevación de los precios del petróleo que afecta entonces el cálculo, que está hecho en dólares, pero de todas maneras ha habido un aumento significativo en el peso del petróleo en las exportaciones. En estos años la contribución de agricultura al producto nacional se ha reducido,

en estos años el peso de la industria se ha reducido y lo que ha aumentado son las finanzas, el comercio y todo el ámbito de las telecomunicaciones. Entonces, no estamos en camino hacia una transición, hacia una cultura, hacia una construcción de un orden social no rentista petrolero sino que lamentablemente estamos en una condición de asentamiento de esa lógica y ¿cómo se expresa esto en la coyuntura? Se expresa en el hecho de que las dos opciones que han aparecido en el discurso de estos años, como opciones de construcción de un mundo no capitalista, han sido por una parte identificar socialismo con estatismo y esa es la lógica de control estatal sobre más y más empresas. Por la otra, la experiencia de la gestión pública de las empresas estatizadas en estos años ha sido lamentable, no puede ser que por la incompetencia, por los conflictos laborales, por la falta de divisas, por la falta de inversión para mantener plantas pareciese un intento sistemático en darle la razón a los neoliberales, en el sentido de que lo público es ineficiente y corrupto, porque eso parece ser lo que está ocurriendo en buena parte de las empresas y ¿qué consecuencia tiene eso? La consecuencia es que para que estas empresas sobrevivan, inclusive para poder pagar su nómina, como ha ocurrido en muchos casos, tiene que haber transferencia de la renta petrolera. Entonces el gasto público que esto ha representado por las políticas sociales por un lado, el gasto que se significa la transferencia permanente de recursos para empresas que son deficitarias, las inversiones que serían necesarias de acuerdo al gobierno para impulsar la explosión de la producción petrolera para duplicar la producción y llevarla a hacer millones de barriles a partir fundamentalmente de la Faja del Orinoco requiere masas de recursos crecientes que no hay de donde obtener, inclusive a pesar del precio del petróleo, que han promediado 100 dólares en los últimos tiempos. A pesar de montos significativos de crédito fundamentalmente chinos nos encontramos en abril del año 2014, con una baja significativa de las reservas internacionales y un déficit fiscal. En este momento a diferencia de situaciones anteriores el gobierno no cuenta con los instrumentos para poder sacar de la renta petrolera la capacidad de respuesta.

El gobierno en lugar de lograr transmitir una noción de proyecto de cambio parece estar en una lógica de sobrevivencia del día a día, respondiendo a la coyuntura del momento a ver cómo responde a la escases y esto es consecuencia de pensar que esto era posible continuarlo con esta lógica como si el precio del petróleo iba a ser de 100 y después 150 y luego 200 y que la producción petrolera iba a ser de tres millones a cuatro millones etc., En definitiva, que iba a haber recursos de forma indefinida como ocurrió en la época de la gran Venezuela, en la época de Carlos Andrés I[1], en la cual con esta misma lógica se empezó a gastar sobre la base de lo que en el futuro ingresaría y resulta que esos ingresos futuros nunca llegaron. Por otra parte, la lógica del Estado rentista centralizado es en el fondo, estructuralmente, incompatible con lo que aparece como los objetivos principales del proyecto de la transformación Bolivariana, tal como están en la Constitución, tal como están en los diferentes documentos que se han producido en estos últimos años, tal como está en el Plan de la Patria, porque desde el punto de vista de la construcción de la democracia participativa y protagónica, desde el punto de vista de construcción del Estado Comunal, desde el punto de vista del fortalecimiento de los Consejos Comunales etc., esto no puede ser concebido estrictamente como un proceso de carácter político sino que tiene un piso material, un piso de producción y este piso tiene que ser procesos de autogobierno que permitan que los consejos o las comunas con las diferentes formas de organización que se den a nivel de la base tengan la capacidad de su propia producción, de manera que tengan la capacidad de generar recursos para el intercambio, para la venta, para la satisfacción de las propias necesidades, pero, sobre todo, para generar niveles crecientes de autonomía que es lo que puede ser calificado como poder popular.

Desde una reflexión crítica identificamos los elementos que estas expresando como parte de una visón que dialoga con una visón ancestral, una visión comunitaria, comunal. A partir de allí ¿pudiéramos decir que hay elementos para pensar en la posibilidad esperanzadora de revertir esas

tendencias que se agotan y que responden a la lógica dominante en términos de desarrollo? ¿Habría cómo revertirlo desde el campo popular que se está moviendo en las posibilidades de organización y en campo de la intelectualidad orgánica en los espacios donde se construye el pensamiento en redes, en redes investigación, como el Foro Social Mundial, que en su momento ha tenido un papel importante en el intercambio, en el flujo de visiones, y en fortalecimiento de procesos?

Si uno quisiera buscar fuentes de optimismo, y siempre hay que hacerlo, sistemáticamente, uno podría pensar que nunca como antes es posible identificar la inviabilidad del patrón que ha sido hegemónico en Venezuela durante 100 años y la imposibilidad de su continuidad, nunca como antes los efectos del punto de vista de esta tranca de la economía están tan fuertes como ahora, nunca como antes la creciente conciencia del tema del cambio climático, de la destrucción planetaria, el papel del petróleo y los combustibles están tan claramente marcados. Un ejemplo es el tema del precio de la gasolina, en Venezuela ha existido, ya sea el mito o la realidad, la afirmación reiterada de que los venezolanos consideramos la gasolina regalada como un derecho y un derecho que nadie nos puede quitar porque somos un país rico con mucho petróleo. Hay una creciente conciencia de lo absolutamente absurdo de esto, creciente conciencia de que en un Estado que tiene un creciente déficit fiscal y con crecientes dificultades para responder a las políticas públicas y sociales que exigen la población, no puede este Estado, no puede estar gastando -los cálculos varían- alrededor de 15 mil millones del dólares al año, por subsidio a la gasolina, sobre todo cuando el subsidio va fundamentalmente a los sectores privilegiados que son los que tienen carro. Entonces, el hecho de que esta discusión se abra y no como que llegó el fantasma, sino que se abra -y hay encuestas que señalan que sectores importantes de la población piensan que esto es un debate importante- es muy pertinente. Por ejemplo, en estos días en el CELARG[2] se realiza un foro sobre la base del un documento de Víctor Álvarez[3] a propósito de este tema. Entonces, ha llegado el momento de aumentar la gasolina. De ver qué consecuencias ha tenido esta política y qué podría hacerse para invertirse esos recursos ¿Cuál es la lógica de seguir ocasionando el caos vehicular de los carros particulares en Caracas, cuando no hay recursos para financiar el transporte público? ¿Qué lógica tiene eso, si el subsidio de la gasolina termina convirtiéndose en un efecto perverso, anti-popular y reaccionario? Entonces, podemos decir que las crisis en todas las condiciones tienen riesgos. En nuestro caso están los peligros de la ofensiva de la derecha en este país y la ofensiva oportunista que ha buscado el Gobierno de los Estado Unidos para confrontar los procesos de cambio en América Latina, viendo a Venezuela como el lugar crítico para revertir esa ola que para ellos es obviamente peligrosa y riesgosa. Por otra parte, nos encontramos también que hoy en Venezuela hay una apertura de debate y diálogo en una forma mucho mayor de lo que había anteriormente. Una de las cosas que la ausencia de Hugo Chávez ha hecho para el Bolivarianismo es que de alguna manera ha abierto las puertas para la posibilidad de discutir las cosas que antes no se discutían. Si uno ve hoy el debate que está en Aporrea[4] que es el lugar privilegiado donde se expresa la diversidad plural del debate del interior del Bolivarianismo, uno ve unos niveles de polémica, de confrontación, de reflexión, de búsqueda que no lo habían anteriormente porque había una especie de seguridad de que el dirigente sabía lo que estaba haciendo y resolvía todo. Ahora, digamos que esa fe se perdió, digamos eso en una dimensión liberadora y hay una efervescencia que se nota por todas partes. El problema es que son 15 años de esa lógica rentista, que ha hecho mucho daño y continúa haciendo.

En los últimos días el Presidente Maduro ha estado colocando el tema de la tremenda carga de la cultura rentística en la economía del país. En ese sentido, podemos afirmar que hay conciencia de la problemática y así aparece en el discurso gubernamental. Tal vez, habría que plantearse el tema de las alternativas, la propuesta de lo comunal, el tema de la autogestión, el tema de los que se llamo

desarrollo endógeno, allí hay elementos interesantes y estos los elementos pudieran servir para profundizar en la complejidad e integralidad de lo que no es sólo política y economía.

Se platean retos inmediatos, retos de muy corto plazo, en el sentido de las alternativas. Volviendo a los debates de Aporrea, allí vemos a sectores que dicen que es el momento de aprovechar la crisis para radicalizar y –nos preguntamos- bueno ¿cómo se radicaliza?¿sobre qué base?¿cuál es el piso de la economía popular y del autogobierno popular que permite la radicalización? Cuando se habla de radicalización ¿cuál es el sustento de esa posibilidad de radicalización? Uno voltea para los dos lados: el lado de la organización popular y la economía tienen severas limitaciones en este momento y es precisamente por esta lógica vertical que no ha fomentado la autonomía sino que ha fomentado permanentemente la dependencia de la bajada de recursos por parte del Estado y una lógica muy contradictoria entre procesos crecientes de organización pero permanentemente como frenados, frenados por la lógica vertical estatal donde vienen los recursos y la línea política y por el otro lado la posibilidad de la gestión pública igualmente no aparece hoy como salida. Nos encontramos en una situación producto de las propias políticas gubernamentales y de la inercia de la lógica rentista, porque las decisiones parecían que podían posponer indefinidamente. yo creo en que hay que repensar al país y este repensar ahora se hace en lugar de haberlo hecho en condiciones de mayor movilización popular de mayor apoyo y mayor optimismo en condiciones de una economía mas sólida, esta necesidad de buscar respuestas se ve en condiciones de debilidad, el movimiento popular está más débil de lo que estuvo anteriormente, más allá de estas ricas expresiones de búsqueda que muchas organizaciones de base, la capacidad financiera del Estado está en un momento de profundas limitaciones, el liderazgo que tiene actualmente el proceso Bolivariano no tiene la capacidad de direccionalidad que tenía cuando Chávez estaba a la cabeza entonces esta crisis se encuentra en un momento de debilidad, no de fuerza ■

FIN

Entrevista realizada por Adrián Padilla Fernández. En la transcripción del audio se contó con el apoyo de Mariangela Gutiérrez y Gerardine Sayago de la Dirección General de Recursos para la Formación y el Intercambio Académico/ Programa Fomento a la Educación Universitaria del Ministerio del Poder Popular para la Educación Universitaria.

Notas

[1] Se refiere al socialdemócrata Carlos Andrés Pérez quien ejerció la presidencia de Venezuela en dos oportunidades (1974-1979 y 1989-1993). Durante su primer mandato, el país fue conocido como «Venezuela Saudita» debido al flujo de petrodólares que ingresaron por la exportación del petróleo venezolano como consecuencia del embargo árabe del crudo.

[2] Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos.

[3] Economista venezolano. Investigador del Centro Internacional Miranda (CIM). Ex ministro de Industrias Básicas y Minería. Autor, entre otros textos, de Venezuela: ¿Hacia dónde va el modelo productivo?, Del Estado Burocrático al Estado Comunal y Claves para la Industrialización Socialista.

[4] Sitio web en el que se expresan las más variadas tendencias políticas que apoyan el proceso de la Revolución Bolivariana.

Sobre el entrevistado
Prof. Dr. Edgardo Lander

Sociólogo venezolano. Profesor titular de la Universidad Central de Venezuela. Ph D. en Harvard y docente-investigador en el Departamento de Estudios Latinoamericanos de la Escuela de Sociología, profesor en el Doctorado en Ciencias Sociales de la Facultad de Ciencias Económicas y Sociales. Miembro del consejo editorial de la Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales (Universidad Central de Venezuela). También es miembro del grupo de investigación sobre Hegemonías y Emancipaciones del *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)*. Actualmente, forma parte del comité ejecutivo del Consejo Hemisférico del *Foro Social de las Américas*. Entre sus publicaciones, como autor o editor, cabe destacar *Contribución a la crítica del marxismo realmente existente: Verdad, ciencia y tecnología*; *La ciencia y la tecnología como asuntos políticos; Límites de la democracia en la sociedad tecnológica; Neoliberalismo, sociedad civil y democracia*.

SEVARES, Julio.
Por qué crecieron los países que crecieron.
Buenos Aires: Edhasa, 2010, 286 pp.

La Política como punto de partida. Acerca de *Por qué crecieron los países que crecieron*, de Julio Soares

Emanuel Damoni

Por qué crecieron los países que crecieron, del economista y periodista económico Julio Sevares, es un libro que va mucho más allá de lo que su título sugiere. O, mejor dicho, que analiza el crecimiento desde una mirada más profunda que la de los movimientos de determinadas variables e indicadores macroeconómicos. Se trata de una obra que echa mano a la historia, a la cultura de las sociedades, a los fenómenos religiosos, a la geografía y a la política, y que se pregunta cómo todas estas dimensiones de la vida colectiva impactaron en la configuración de un "modo" de obrar de las sociedades en cuanto a su performance económica. En suma, una idea más sofisticada del crecimiento, más bien centrada en el desarrollo económico y social.

Allí, en la definición de desarrollo, Sevares traza un perímetro que permite determinar a partir de qué características se es o no se es "parte del club". Un primer recorte viene dado por la capacidad para haber generado una estructura económica diversificada con fuerte peso de complejos procesos de agregado de valor donde la innovación en bienes y servicios está dada por la incorporación de conocimiento científico aplicado a la producción. Se trata de procesos que en términos históricos se produjeron al romper con los esquemas de inserción económica internacional a partir de las producciones primarias. Pero, como ya dijimos, el libro busca pensar el crecimiento en términos de una combinación, y a la definición de desarrollo económico que propone, el autor añade la idea de que éste no será tal si no se ve acompañado por un proceso de inclusión social orientado a construir sociedades con crecientes niveles de equidad. En términos prácticos, el "combo" sería: petroquímica, siderúrgica y metalmecánica con fuerte sesgo exportador, mercado interno, masificación de la educación en todos sus niveles, capacidad de consumo y protección social. Inglaterra, Alemania, Estados Unidos, Corea del Sur, Taiwán y Finlandia son los casos seleccionados por el autor para explicar cómo se desenvolvieron estos procesos.

¿Es pertinente esta reflexión en estos días? Sin dudas, ni el crecimiento ni su sofisticado primo hermano, el desarrollo, son cuestiones saldadas. Las economías de muchos países centrales se encuentran estancadas hace varios años ya, y sus ciudadanos han perdido derechos. Si achicamos el lente y enfocamos en América Latina, el proceso ha sido inverso: crecimiento económico y ampliación de derechos. Entonces, para esta parte del mundo, ¿por qué sería pertinente una discusión como la que propone Sevares? Una primera respuesta es que seguimos siendo la región con mayor desigualdad del planeta. Una segunda respuesta podemos formularla como pregunta: ¿cuánto del crecimiento latinoamericano del siglo XXI se debió al impulso importador de las potencias emergentes, y hasta qué punto esta circunstancia no configura las condiciones para un nuevo proceso de reprimarización de la economía? Son pocos los países de la región que han reducido la

desigualdad social sin atar su destino económico a la producción primaria.

Con el desarrollo pasa algo similar a lo que pasa con la educación y con la seguridad. Es difícil encontrar discursos públicos que se opongan. Prácticamente no hay dirigentes políticos, empresarios, comunicadores sociales o intelectuales en contra de ese horizonte. Entonces: ¿por qué son tan pocos los países que sacaron pasaje a ese lugar y llegaron a destino? Una primera conclusión es que nadie está en contra del crecimiento o del desarrollo, pero que importa preguntarse qué se entiende por eso y cómo se llega allí. Sevares explica que el desarrollo no es el resultado de la inercia histórica ni una casualidad del devenir, sino siempre un objetivo. Parafraseando al ex presidente norteamericano Bill Clinton, podemos decir: *"Es la política, estúpido"*, el punto de partida, ya que se trata, según el autor, del recorrido y el resultado de una decisión explícita fundamentada en cada caso por los motivos más diversos: el control de los mares, de los continentes o del comercio mundial, la defensa frente a países vecinos "hostiles" o la justicia social. El autor explica cómo cada uno de los países analizados construyó su propio proceso, cada uno en su específico contexto, cada uno decidiendo librar específicas peleas.

Entonces, si el desarrollo es el resultado de una decisión política, la pregunta que cabe hacerse es: ¿de quién es esa decisión? De allí parte Sevares para hacer un recorrido riguroso por las elites de cada país y su rol en los esquemas de acumulación, posicionándolos como las vanguardias o motores de los procesos históricos. En este punto es interesante el contraste que plantea entre los grupos dominantes de Estados Unidos, Europa o Asia y los de América Latina, que permite apreciar cómo, mientras los primeros subordinaron a los distintos actores preponderantes de la economía (campo, industria, comercio) y organizaron las sociedades en pos del objetivo del desarrollo, en esta parte del mundo las elites económicas y políticas se "conformaron" con vivir de la riqueza de la naturaleza, sea del agro o de la minería. Aquí es importante decir que el autor no construye un recorrido idealizado ni inocente de cómo esas elites consolidaron sus proyectos. Lejos de ello, describe de modo documentado cómo el progreso no fue siempre hijo de la civilización, la razón y el orden, sino de un conjunto de "pecados originales" que son especialmente verificables en la minuciosa descripción que hace Sevares de cómo los Estados Unidos se convirtieron en los Estados Unidos.

Otro elemento central del análisis propuesto por Sevares se refiere a los instrumentos que utilizaron las elites nacionales para lograr sus objetivos, entre los que se destaca el papel del Estado como la principal herramienta para desenvolver las capacidades sociales y económicas. En efecto, frente a la promoción discursiva de la *mano invisible*, en la ejecución de los programas de desarrollo estaba presente y bien visible (a través de distintas oficinas, organismos, consejos de planificación, instrumentos de financiamiento y de investigación científica aplicada, es decir, de un sinfín de instrumentos centralmente coordinados y direccionados) la mano del Estado, herramienta agresiva, explícita y activa de estos procesos. Que tampoco fueron siempre ni necesariamente "civilizados". En efecto, como muestra Sevares, la guerra y las ocupaciones, la expansión colonial y la dominación imperialista fueron a menudo palancas activas del crecimiento de las naciones. Analizando los sucesos políticos desde una perspectiva económica, Sevares revela cómo esos mecanismos fueron funcionales a objetivos de desarrollo de determinados sectores productivos o industriales.

En otros casos fue la explícita transgresión a las premisas del liberalismo la que permitió mejorar las condiciones económicas y sociales de los países: las reformas agrarias, las expropiaciones estratégicas, el proteccionismo a través de altas barreras arancelarias, la emisión monetaria y los procesos inflacionarios para licuar deudas, sólo por nombrar algunos de los recursos a los que echaron mano en reiteradas ocasiones elites deseosas de ampliar el peso de sus naciones en el concierto internacional. En este sentido, una conclusión a la que arriba el autor es que aquellos países que crecieron y se desarrollaron no lo hicieron precisamente por respetar las "leyes de mercado". Por el contrario, los primeros países desarrollados (Inglaterra o Estados Unidos, por ejemplo) comenzaron a invocar el liberalismo

como doctrina de fe sólo después de que sus procesos de industrialización se habían consolidado local e internacionalmente. En síntesis: las usinas y los gobiernos de los países desarrollados, especialmente los occidentales, recomiendan al resto del mundo, para desarrollarse, recorrer caminos radicalmente inversos a los que ellos mismos transitaron para ocupar las posiciones que hoy ocupan.

Son muchos los interrogantes y reflexiones que habilita esta obra sobre el tema, complejo y siempre presente, del desarrollo económico y social. Aquí mencionaremos uno entre muchos posibles: cómo pensar, en términos políticos y atentos también a la construcción de herramientas económicas consecuentes, el ciclo que los países latinoamericanos vienen transitando en los últimos quince años. Para ello es necesario, ciertamente, tomar como referencia los casos que estudia Sevares, pero también tener en cuenta la enseñanza de Mariátegui: "ni calco ni copia", y preguntarnos por las necesidades propias de nuestra región en esta precisa etapa histórica, que es bien distinta de la que recorrieron los países centrales en sus propios procesos de crecimiento y desarrollo ■

Emanuel Damoni

Licenciado en Sociología por la Universidad de Buenos Aires. Coordinador del Programa de Promoción de la Universidad Argentina de la Secretaría de Políticas Universitarias, Ministerio de Educación. Argentina.

TROUDI, Haiman El
Politica Económica Bolivariana (PEB) y los dilemas de la transición socialista en Venezuela.
Caracas, Monte Ávila Ed., 2010.

El tránsito hacia la economía socialista en el marco de la revolución. Acerca de *Politica Económica Bolivariana (PEB) y los dilemas de la transición socialista en Venezuela*, de Haiman El Troudi

Lisbeth Clocier Solórzano

El libro que hoy reseñamos titulado ***Politica Económica Bolivariana (PEB) y los dilemas de la transición socialista en Venezuela***, publicado en el año 2010 bajo los auspicios del Centro de Estudios Políticos, Económicos y Sociales (CEPES) y Monte Ávila Editores, se ocupa precisamente, de dar una mirada a uno de esos caminos en construcción que se conectan con la vida toda de la nación: **el tránsito hacia la economía socialista en el marco de la revolución.**

Con una meridiana claridad conceptual, definido compromiso político y en el ejercicio de un pensamiento critico y reflexivo, el autor del texto, Haiman El troudi, desarrolla un discurso serio, riguroso y sencillo orientado, en sus palabras, a la *problematización sobre la naturaleza del modelo emancipatorio por erigirse en Venezuela* y a la visualización de los desafíos y dilemas que se plantean en este contexto. Político.

El Troudi, es un reconocido ingeniero, escritor, planificador, investigador y docente venezolano, con una amplia trayectoria política y gerencial que lo ha llevado a desempeñar cargos de alta responsabilidad en el gobierno de la Venezuela revolucionaria. Fue Director del Despacho del Presidente Hugo Chávez (2005-2006); Ministro de Planificación y Desarrollo (2008-2009); Investigador del Centro Internacional Miranda y miembro del Consejo Presidencial para el Tercer Motor "Moral y Luces". Es, ademàs, autor, coautor y compilador de diversos trabajos académicos, politicos y literarios y, actualmente, ejerce la presidencia del Metro de Caracas y ministro de Transporte, compromiso que ha asumido con la mirada en el horizonte de la equidad y la justicia social.

El trabajo se ha estructurado en tres apartes fundamentales, a saber:

Los antecedentes de la transición socialista. Breve revision,

La politica económica bolivariana (PEB) y,

Un mapa estratégico para la transición económica.

En un claro reconocimiento de la naturaleza histórica y multidimensional de lo real-social, el autor realiza, en la primera sección del libro, una revision sucinta de la evolución de los modos de producción socialista adoptados por experiencias revolucionarias precedentes con el objeto de asimilar los aportes relevantes de sus desarrollos así como de identificar sus desaciertos para no repetirlos porque, para El troudi, el Socialismo

Bolivariano del Siglo XXI pretende aprender de las experiencias pasadas sin encasillarse en esquemas predefinidos para edificarse bajo sus propios referentes y diversidad. En palabras del autor el proyecto emancipatorio venezolano es:

> *Un socialismo que ha preferido sintetizar la herencia cultural, societal, histórica y politica de sus raíces y fuentes originarias (el socialismo indoamericano, la resistencia cimarrona afroamericana, la teología de la liberación, el bolivarianismo y la gesta independentista de nuestros libertadores, el marxismo, el ecosocialismo, la perspectiva de genero, la democracia de la calle, y la revision critica de los postulados del socialismo real) antes que cavilar sinuoso en la ya conocida incertidumbre de extrapolar disciplinas fundamentadas en visiones eurocéntrica o asiáticas de la organización de la sociedad. (p. 12)*

Con vista en las premisas anteriores, El Troudi aborda, en primer lugar, el modelo de socialismo centralmente desarrollado, también llamado Socialismo de Estado, adelantado por la extinta Unión soviética. Posteriormente el paradigma de Socialismo de mercado implementado en el contexto chino-vietnamita para luego analizar el socialismo planificado con apertura parcial al mercado interno aplicado en Cuba. El análisis de estas experiencias es realizado con postura crítica apoyada en la perspectiva marxista.

En este aparte del texto, el lector podrá encontrar también un balance de la revolucion bolivariana en el que se precisan los logros más significativos alcanzados por su gestión a partir del sabotaje petrolero del año 2002 hasta el 2009, ademàs de interesantes datos estadísticos que permiten diagnosticar la situación económica de Venezuela durante esos años.

En la segunda parte del texto, el autor desarrolla su propuesta teórico-programática para la transición económica al socialismo bolivariano según la cual el fomento de las relaciones socialistas de producción y la constitución de una base económica comunal, serían los ejes estratégicos para avanzar en la construcción de una hegemonía emancipatoria con asiento en la participación popular. Resalta la imperiosa necesidad de trascender la dicotomía clásica Estado-Mercado para enrumbarse, no desde la imposición ni desde el decreto sino desde la propia cotidianidad, hacia una nueva apreciación de las relaciones productivas, de distribución y de consumo que visualice la centralidad del pueblo organizado, consciente y movilizado como sujeto histórico y como principal actor de la transición. Se trata entonces, la tesis propuesta por el autor, de una **Economía con Justicia Social**, con la participación productiva como arista base de lo que El Troudi ha llamado ***triangulo virtuoso*** entre Estado, Mercado y Comunidad organizada.

Especial mención merece el protagonismo de la pregunta en el planteamiento de los dilemas que supone una causa como la de desarrollar una economía con las características anteriores. Las interrogantes formuladas por el autor en cuanto a, por ejemplo, las estrategias que debería adelantar revolucion bolivariana para diferenciarse de procesos anteriores de transición al socialismo, la participación de los sujetos económicos en la conformación de los planes de transición, las nuevas características de la relación capital-trabajo y del nuevo Estado para la transición, entre otras; promueven el análisis reflexivo de los lectores interesados en el tema y propicia la discusión de los actores involucrados en el proceso de cambios.

Precisamente la propuesta de un esquema de trabajo para viabilizar la transición económica al socialismo ocupa la tercera parte de este texto.

El tránsito de una economía rentista con un mercado democratizado y regulado a una economía socialista planificada democrática y participativamente orientada al desarrollo humano integral con el fomento de los tres sectores del triangulo virtuoso caracterizado por el autor, requiere un plan de abordaje de los aspectos jurídicos, sociales, politicos, económicos y culturales de la sociedad venezolana. El andamiaje para acometer el plan de avance nacional se encuentra en la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela (1999), en la que se establece el rediseño del Estado, la corresponsabilidad y la articulación publica para el hecho 'planificador.

El Troudi plantea y desarrolla, entre otras tantas cuestiones de interés, que la nación necesita de la formulación de un plan de desarrollo endógeno que integre la ordenación territorial-ambiental

con la estrategia de desarrollo económico-social que tenga presente la importancia de la constitución de nuevas empresas estatales de producción socialista y de propiedad social asociadas al ámbito comunal, asi como la creación de empresas Gran-nacionales en el marco del ALBA, la gestación de una nueva cultura de consumo consciente y necesario y la actualización legislativa. Tambien prevé tanto la necesaria integración de la actividad agrícola y la industrial como la identificación de las potencialidades regionales para su estimulación e interconexión.

Se ha comentado, con sobradas razones, que toda revolución es original, que ninguna recorre iguales caminos que las anteriores en virtud de que las mismas son el resultado del devenir histórico propio de las sociedades en las cuales se gestan, de los nudos tensionales y contradicciones especificas que emergen entre las clases y grupos sociales que las conforman en relación con su posición en torno a la tenencia de los medios de producción e, incluso, de la situación de la nación en torno a las relaciones económicas internacionales.

Venezuela no es la excepción de los señalamientos anteriores. El siglo XXI amaneció para este país suramericano con una revolución en marcha, una revolución inédita a la que el Comandante Hugo Rafael Chávez Frías denominó Revolución Bolivariana. Nadie sabía entonces cómo se desarrollaría aquel proceso pero había un entusiasmo vibrante en la población venezolana que sentía que había llegado el momento de su dignificación en todas las dimensiones de la vida humana, que atrás había quedado la ignominia. Y hacia ese fin humanístico se enrumbaba efectivamente la causa, con planes contundentes para la justicia social, resguardo de la soberanía e identidad nacional y el desarrollo endógeno.

Entrados ya en la primera década del siglo, en consulta al pueblo venezolano, se decidió avanzar al socialismo, Socialismo del Siglo XXI, como se conoció nacional e internacionalmente el proyecto transformador, pero como quiera que este no es un camino que se transita de la noche a la mañana, en principio porque como se señaló líneas arriba, el camino no está construido, se comenzó a abrir camino al andar. Tal vez cabe el plural: caminos, caminos imbricados, caminos tejidos desde una perspectiva compleja que intenta recoger todos los hilos de la dinámica social, política, cultural y económica venezolana. Caminos que aunque inéditos no son frutos de la improvisación.

En fin, el análisis que realiza el autor en torno a la politica económica bolivariana y su visión prospectiva es profundo, amplio y responsable. De modo que si se requiere de información exhaustiva, clara y multidimensional acerca del tema, este texto de Haiman El Troudi es, sin duda, de revisión necesaria ■

Lisbeth Clocier Solórzano

Docente-investigadora del Centro de Experimentación para el Aprendizaje Permanente (CEPAP) de la Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez (UNESR). En la actualidad realiza estudios doctorales en esta misma institución universitaria.


MERCOSUL


MERCOSUR
EDUCATIVO


Fundação
Joaquim Nabuco